

RALED

Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso
Revista Latinoamericana de Estudos do Discurso
Latin American Journal of Discourse Studies

VOL. 24(1) 2024

ISSN 24479543



"Gaviotas buscando el atardecer" | **Alejandro Marchant Carvajal**

Apresentamos o volume 24 (1) da Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso ainda vivenciando as consequências das mudanças climáticas, a guerra no Leste Europeu, os ataques genocidas no Oriente Médio sobre o povo palestino, as inúmeras manifestações contra tais ataques; todos esses acontecimentos reverberam sobre nós e gerando os mais diversos efeitos sociais, políticos e culturais. Na esteira das catástrofes climáticas e humanas, o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, no início de maio, sofre uma das mais trágicas enchentes em sua história, causando danos irremediáveis aos territórios indígenas e quilombolas, com extrema gravidade, também às cidades, às zonas rurais e periféricas, deixando desabrigados, principalmente, crianças, mulheres, idosos, pessoas doentes. A política neoliberal, o desmatamento de florestas, agronegócio, a emissão de CO₂, o excesso de consumo, o negacionismo, a desinformação e a produção e circulação de fake news geram impactos nefastos no planeta, no equilíbrio da natureza, e na saúde da humanidade. Os impactos climáticos produzem deslocamentos forçados, aumentam o número de mortes, de refugiados climáticos, e os fatores que levam à fome, à insegurança alimentar e à pobreza.

O supracitado volume traz às leitoras e aos leitores três seções: na primeira seção, compartilhamos, com muita honra e felicidade, o texto escrito pelo pesquisador francês Patrick Charaudeau, feito em agradecimento à homenagem recebida da junta diretiva da ALED pela imensa contribuição teórico-metodológica no âmbito dos estudos discursivos na América Latina e Caribe, na ocasião da realização, em Bogotá, Colômbia, do Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudios del Discurso, em 2023. Na segunda seção, estão reunidos 10 artigos de pesquisa escritos por autores e autoras, de varios países da América Latina e também Europa, afiliados a distintas abordagens discursivas. Neste volume, contamos com a divulgação de pesquisas desenvolvidas no Brasil, Chile, México, Colômbia e Espanha, em consonância não só com a linha editorial da revista, mas também com temas sensíveis e necessários à compreensão da vida social contemporânea. Os temas abordados nos artigos versam sobre questões de suma relevância científica, tais como: (i) análise de discursos jurídicos e religiosos, usando categoria *ethos*, (ii) análise multimodal de cartazes publicitários, (iii) análise de representações discursivas políticas de protestos sociais e migração em redes sociais, como YouTube e Facebook, (iv) pesquisas que analisam as questões de gênero em interface com discursos de resistência, mídias, e proposições legislativas. E na última seção, são apresentadas duas resenhas, em espanhol e português. Marinazia Cordeiro Pinto Moraes resenha o livro *Democracias espectrales: hacia una deconstrucción de la colonialidad*, de Marcelo José Derzi; enquanto Pedro Fernando dos Santos e Ofélia Maria Imaculada resenham a coletânea *Discurso, política e direitos: por una análise do discurso comprometida*, organizado por Viviane de Melo Resende e Carolina Lopes Araújo.

Em *Desfiguración y restauración del ethos de las fuerzas militares de Colombia en el marco de las desapariciones del palacio de justicia en 1985*, Mónica Negrete Urango apresenta resultados da pesquisa que trata de dois processos discursivos chamados de desfiguração e restauração do *ethos*, considerados, do ponto de vista histórico-discursivo, como fenômenos de natureza polifônica. São analisados os discursos que refutam decisões judiciais contra alguns membros das Forças Militares Colombianas, especialmente do Exército Nacional. Os resultados mostram uma atividade cons-

tante e contínua de restauração do ethos anterior, seja a partir do discurso do autor ou de outrem, além do uso da citação como argumento de autoridade, desempenhando função predominante na configuração dos dois processos pesquisados.

Em *Psicofármacos y neoliberalismo: análisis del discurso multimodal de afiches publicitarios en congresos de psiquiatría en Chile*, Juan Carlos Cea Madrid e Roberto Fernández Droguett problematizam a expansão do mercado farmacêutico e as tecnologias associadas à produção de saúde na sociedade contemporânea, à luz da abordagem qualitativa e com base na análise multimodal do discurso, por meio das propagandas de drogas psicoativas em congressos de psiquiatria no Chile (2010-2014). Os resultados mostram que os produtos farmacêuticos se configuram em torno de relações de poder que se distanciam do discurso da doença e estabelecem ideais normativos de otimização e funcionalidade. No nível discursivo, as drogas psicotrópicas implicam uma intensificação da lógica neoliberal no campo da subjetividade, atuando como um dispositivo de poder.

Diego Luna, Juan Antonio Pineda-Alfonso e Jara Juan Chaparro, em *Singularidad y estética de la distinción en el discurso de la escuela católica*, analisam a construção do ethos em escolas católicas públicas e privadas na Espanha, a partir das observações registradas pelos docentes em formação que nelas realizaram os seus estágios, no âmbito do Mestrado Universitário em Formação de Docentes da Universidade de Sevilha (Espanha). Foi aplicado um procedimento analítico baseado na combinação de técnicas lexicométricas com a configuração de um sistema de categorias emergentes. A categoria 'A singularidade e a estética da distinção' mostra a existência de um conjunto de estratégias e temáticas discursivas (histórias, imagens, modos, valores, crenças, normas, pressupostos, rituais de poder, etc.) que definem e articulam o ethos das escolas católicas, qualificando esses ambientes escolares como confessionais, fortemente orientados à uma educação separada do restante da sociedade.

Em *Representaciones mediáticas de la prensa chilena en Facebook para el proceso constituyente*, Carolina Pérez-Arredondo e Luis Cárcamo-Ulloa divulgam os resultados da análise das representações midiáticas do processo constituinte chileno no Facebook. Com um corpus de 56.410 notícias de 145 mídias de comunicação chilenas publicadas no Facebook entre 18 de outubro de 2019 e 5 de janeiro de 2022, dividido em quatro subcorpus em função dos marcos-chave do processo constituinte, e usando SpaCy e Latent Dirichlet Allocation para identificar aglomerados, pessoas e entidades relevantes, foram analisadas as entradas com as quais os usuários mais interagiram, com foco na abordagem histórico-discursiva. Os resultados mostram diferentes estratégias de enquadramento que evidenciam a forte monopolização dos meios de comunicação chilenos e sua tendência a criminalizar os protestos sociais, e as novas formas de entender as práticas políticas e democráticas, através do enquadramento de espetáculos e de pânico moral.

Ana Ruth Sánchez e Ignacio Rodríguez Sánchez, em *Cada like es un migrante menos en nuestro país*, apresentam resultados da análise de discurso xenofóbico em México em um corpus de YouTube. Trata-se de estudo descritivo de discursos migratórios da América Central utilizando a Teoria da Ativação Lexical (Hoey 2005) para encontrar os usos ideológicos no padrão linguístico <possessivo + lugar (casa, país, nação)>, em um corpus composto por comentários a vídeos publicados na plataforma YouTube sobre as caravanas de migrantes que atravessam o México a caminho dos Estados Unidos. Os resultados indicam usos concretos e metafóricos que, em sua maior parte, apoiam os discursos nacionalistas mexicanos contra os migrantes centro-americanos.

Em *Discursos sobre assédio sexual contra mulheres: conocimientos compartidos nas notícias do jornal on-line A Gazeta*, Marta Aguiar da Silva analisa o conhecimento do jornal/jornalistas acerca

do assédio sexual contra mulheres, bem como verifica se as notícias reforçam estereótipos, à luz da perspectiva teórico-metodológica Sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso (ACD), em interface com estudos de gênero, no contexto brasileiro. O estudo se vincula aos dados de pesquisas sobre crimes de assédio sexual no Espírito Santo, Brasil. Os resultados apontam para a construção de dois conhecimentos, o discurso feminista e o discurso jurídico para explicar tal problema. Verificou-se, contudo, que, além de o jornal não publicar dados que tornam a Lei de importunação sexual necessária, dá ainda espaço para opiniões em detrimento do que afirma a legislação, o que pode influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias negativas sobre as vítimas.

Evelyn Matus M, em *Construção discursiva da identidade como resistência: histórias de vida de mulheres Mapuche urbanas no Chile*, analisa como a resistência a discursos de estigmatização se manifesta em avaliações presentes na construção discursiva da identidade étnica de mulheres mapuche urbanas, a partir dos Estudos Críticos do Discurso, realizada com ferramentas analíticas do sistema de Avaliatividade (Martin White, 2005). Com um corpus composto por 18 entrevistas com mulheres mapuche urbanas, mostra o papel delas nas lutas de resistência e reivindicação de direitos étnicos, por meio do uso de vestimentas tradicionais, de práticas ancestrais, da discriminação, do vazio de identidade e da ferida colonial.

No contexto brasileiro, Angelina Moreira Melo e Nathália Thaís Cosmo da Silva divulgam os resultados do estudo: *Discursos e representações dos jovens rurais sobre o Projeto Jaíba como o lugar de oportunidades*. Analisam os significados de ser jovem em contextos familiares permeados pela experiência de estabelecimento de um assentamento humano em um projeto voltado para a promoção da agricultura irrigada no Semiárido mineiro: Projeto Jaíba. Os resultados indicam dois significados representacionais na análise do discurso: "minha origem" e "lugar de oportunidades". Este construto simbólico, vinculado à melhoria das condições de vida, funciona como base das relações de dominação através da ideologia da modernização agrícola implementada pelo Estado, impactando a vida social dos jovens pela limitada capacidade de compreenderem holística e criticamente a totalidade dos desafios sociais enfrentados no contexto em que vivem.

Em *Discursos legislativos contra a linguagem não-binária no Brasil*, Iran Ferreira de Melo e Gustavo José Barbosa Paraíso identificam as construções de sentidos sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) que proíbem esse uso linguístico. Os resultados apontam que a maior parte dos projetos de lei apresentados está alinhada com os discursos da direita radical do Brasil, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo que usam argumentos, por exemplo, que promovem a norma culta do português brasileiro, o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil, até o discurso de proteção à família.

Em *Prática de textos e leitura crítica como estratégias na pandemia da COVID-19: uma metodologia discursiva a partir das Redes Pragmáticas*, Gersiney Santos e Júlia Beatriz Tavares Rabelo coloca em relevo o processo de interação com os textos, partindo da leitura crítica como meio de aproximação entre os Estudos Críticos do Discurso e ações materiais de defesa da cidadania. Divulgando os resultados de uma experiência de aplicação da análise de discurso no contexto da prática de texto como ferramenta de ação crítico-reflexiva, durante o trabalho remoto, no auge da pandemia COVID-19 no Brasil, a partir da perspectiva das Redes Pragmáticas, os autores apresentam a proposta da Prática de Textos Discursivamente Orientada: uma metodologia de orientação cidadã-transformacional, aplicada ao contexto de sala de aula.

A equipe da RALÉD agradece a todas e todos que submeteram seus textos de forma a mantermos a potencialidade da qualidade acadêmico-científica da revista; assim como aos avaliadores e avaliadoras que nos apoiaram e cooperaram conosco, nesta atividade tão importante para manter a periodicidade, critério exigido pelas agências avaliadoras.

Maria Carmen Aires Gomes e Maria Cristina Arancibia
Editoras Editoras Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso

AGRADECIMIENTOS A ALED

Érase una vez, en el año 1977, que, a la salida de una defensa de tesis, en la Sorbona de París, un individuo se acercó al impetrante, y le dijo : aquí tiene usted las llaves de mi casa en México. Está usted invitado por la Asociación mexicana de profesores de francés apoyada por la embajada de Francia.

Así fue como aquel recién nombrado doctor de Estado pisó tierra latinoamericana por primera vez.

Fue una primera época de actividad docente para la enseñanza del francés lengua extranjera à través de las asociaciones de enseñanza del francés en los distintos países de América latina. Y recuerdo que uno de los primeros congresos de este organismo internacional de la "francofonía", llamado Aupelf, yendo de México a Argentina, celebró uno de sus primeros congresos Sedifrale, aquí, en la Universidad nacional de Bogotá, en el año 1981, justo cuando en Francia la izquierda llegó al poder.

Después la colaboración se hizo entre distintas universidades de este continente y las de Francia, a través de programas de cooperación. Y yo tuve el honor de dirigir los programas Ecos con México, Chile y Argentina, y el programa Cofecub con Brasil. Así empezó una gran colaboración para el desarrollo de los estudios lingüísticos y del análisis del discurso.

El análisis del discurso. Si bien, en su origen, fue francés, después se entrecruzó con la pragmática de origen anglosajona, la sociolingüística americana, el retorno de la retórica argumentativa, lo que dio lugar a varias corrientes en el campo de los estudios discursivos, todas complementarias unas de otras, cada una aportando una luz propia a las cuestiones que se estudian.

De eso, hice una síntesis en mi último libro, "El sujeto hablante", poniendo en evidencia una interdisciplinaria, ahora indispensable, porque no hay ninguna disciplina, ningún estudio, ningún análisis que pueda, en sí, dar cuenta de la complejidad de los fenómenos sociales. Y yo diría, después de tantos años de haber colaborado con ustedes, que todo el trabajo que se va desarrollando en América latina testimonia de esta riqueza interdisciplinaria.

Ahora, volvamos a la experiencia que hace uno cuando sale de sus propio país.

Al tener la oportunidad de trabajar, hablar y festejar (que en estos países, siempre se festeja trabajando y se trabaja festejando) con los colegas y las colegas (es de reconocer que hay más colegas femeninas que "colegos") de los varios países de este continente, fui descubriendo las distintas facetas de una América latina que desde Europa la gente imagina como una sola entidad homogénea. Así, aprendí las diferencias en las maneras de relacionarse con el otro, a través del hablar, del reír y del comportarse. Muchas anécdotas les podría contar. Solamente, de manera simplificada, les diré algunas.

En México, fue el comprender que la expresión « sí como no », no necesariamente significa « sí », ni tampoco « no », y muchas veces « sí y no ». Todo es cuestión de estrategias y es así como uno aprende a analizar las estrategias discursivas. También, me impactó esa relación que tienen los mexicanos con la muerte, relación tan extraña para nosotros europeos, que me parece ser como una manera de conjurar el destino, tal como bien la pintó Frida Kalo. También pasaron otras aventuras llenas de miedo y de amores que no les contaré.

En Brasil, el segundo país que me fue dado de conocer, tierra de samba y de bosa nova, descubrí que : « o abraço não é somente abraço, senão dança. Porque cuando agente se abraçam, parece que estão dançando a samba. » También pude observar el carácter sumamente existencial de la gente brasileña, porque, « a pesar dos pesares », todo es : « tudo bom, tudo bem ». Y cuando se le hace una pregunta a un Brasileño o Brasileña, la respuesta es « eu acho que sim, eu acho que não, ou seja : tudo na vida é possível ».

En Colombia, me llamó la atención que en el momento de la pausa en el primer seminario que animé, se me ofreciera un « tinto » a las diez de la mañana. Yo dije que "vino" a esta horas, por más bueno que fuera, no convenía. Ahora, es verdad que le café no se parece a un vino blanco. También aprendí que la « cumbia » no es lo mismo que el « merengue », que le « vallenato tiene una letra pícaro », y sobre todo que en Colombia « no se compra ni se vende » nada, solamente « se regala » todo.

En Argentina, me di cuenta de que los taxistas son verdaderos filósofos, y los filósofos, taxistas. Y que « che ! », « la vida es dramática », como la cantan los tangos, pero también « fraternidad » como la cantan el gran Atahualpa Yupanqui y la gran Mercedes Sosa.

En Chile, fue que sin la cordillera uno está perdido. Que se discute si el pisco es chileno o peruano. Y también fue que, yo, el anti-franquista de aquella época, compartí con los Chilenos y la Chilenas refugiados en París lo del « Pueblo unido jamás será vencido ».

En Venezuela, me alegraba saber que « todo es chévere » con « la vaina » — bueno, eso para algunos. En Venezuela supe lo que eran los mosquitos. Un día me adentré en la selva con la intención — perdonen el detalle — de orinar. Y de pronto vi que se me venía encima una enorme nube negra. Era un batallón de mosquitos de un tamaño impresionante, y no les digo que yo me fui corriendo sin abrocharme el pantalón. Pero, sobre todo, Venezuela fue donde, en el año 1995, surgió de un manantial de agua clara, Aled, con su primera presidenta, Adriana Bolívar, aquí presente. Y huelga decir que fue donde me hice muy buenas amigas.

Todo eso aprendí en mis andanzas por América latina, y aún más. Diferencias, diversidades, y sin embargo todos estos países tienen, a pesar de todos los conflictos, de todas las violencias, algo en común : esa "entrañable transparencia" del afecto, del calor humano, y del saber dar a entender lo que está por debajo de lo que se dice. Maravilloso discurso de lo implícito, maravilloso corpus para quién analiza el discurso.

Amigas y amigos, no sé si les volveré a ver, pero guardo en mi memoria esa tan cariñosa familia latinoamericana, y en mi corazón, los amigos, y particularmente las amigas de toda mi vida.

Ahora sí, puedo decir como esa milonga, "Los hermanos", que debería ser el himno de América latina :

« Yo tengo tantos hermanos,
 Que no los puedo contar
 En el valle, la montaña,
 En la pampa y en el mar.
 Cada cual con sus trabajos,
 Con sus sueños cada cual
 Con la esperanza adelante,
 Con los recuerdos detrás
 Yo tengo tantos hermanos
 Que no los puedo contar
 Y una hermana muy hermosa
 Que se llama "libertad" »

Patrick Charaudeau
 26 de octubre de 2023

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Desfiguración y restauración del ethos de las fuerzas militares de Colombia en el marco de las desapariciones del palacio de justicia en 1985

Disfiguration and restoration of the ethos of the military forces of Colombia in the framework of the disappearances from the court palace in 1985

MÓNICA PATRICIA NEGRETE URANGO

Universidad de Córdoba
Colombia

Recibido: 19 de abril de 2023 | Aceptado: 23 de junio de 2023

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.8-28

RESUMEN

Esta investigación trata de dos procesos discursivos que se han denominado desfiguración y restauración del ethos. Desde la perspectiva histórico discursiva, la desfiguración y la restauración se han considerado dos fenómenos de carácter polifónico que se aprecian paulatinamente al interior del enunciado. Siguiendo este enfoque, se analizan los discursos de refutación a fallos judiciales en contra de algunos miembros de las Fuerzas Militares de Colombia, en especial el Ejército Nacional. Se inicia con el reconocimiento del género discursivo donde se ancla la legitimidad del locutor respecto al interlocutor y al tema, en una situación de comunicación dada. Los resultados muestran una actividad de restauración constante y continua del ethos previo, ya sea desde el discurso autoral o ajeno. Se observa el empleo de la cita como argumento de autoridad puesto que cumple una función predominante en la configuración de los dos procesos relevados.

PALABRAS CLAVE: *Ethos. Desfiguración. Restauración. Polifonía. Palacio de justicia.*

RESUMO

Esta pesquisa trata de dois processos discursivos que têm sido chamados de desfiguração e restauração do ethos. Do ponto de vista histórico-discursivo, a desfiguração e a restauração têm sido consideradas dois fenômenos de natureza polifônica que são gradativamente apreciados no interior do enunciado. Seguindo esta abordagem, são analisados os discursos que refutam decisões judiciais contra alguns membros das Forças Militares Colombianas, especialmente do Exército Nacional. Inicia-se pelo reconhecimento do gênero discursivo onde se ancora a legitimidade do locutor em relação ao interlocutor e ao tema, em determinada situação comunicacional. Os resultados mostram uma atividade constante e contínua de restauração do ethos anterior, seja a partir do discurso do autor ou de outrem. Observa-se a utilização da citação como argumento de autoridade, uma vez que ela desempenha função predominante na configuração dos dois processos pesquisados.

PALAVRAS CHAVE: *Ethos. Desfiguração. Restauração. Polifonia. Palácio da Justiça.*

ABSTRACT

This research study highlights two discursive processes that have been called disfigurement and restoration of the ethos. These processes are considered, from the discursive historical perspective as two polyphonic phenomena that are gradually appreciated in each utterance. Following this approach, rebuttal speeches towards judicial decisions against some members of the Colombian Armed Forces, especially the National Army, are studied. The analysis starts from the recognition of discursive genre in which the legitimacy of the locutor regarding the interlocutor and the theme, is established in a given situation of communication; to the credibility of the interacting subjects in a situation of enunciation. The results show a constant and continuous restoration

activity of the previous ethos coming from the authorial voice or someone else's voice. In this case, the use of quotation as an authority argument is relevant in shaping the processes referred in this research study.

KEYWORDS: *Ethos. Disfigurement. Restoration. Polyphony. Courthouse.*

Introducción

La relación entre la desfiguración y restauración del *ethos* puede ser estudiada metodológicamente como el resultado de la convergencia entre el plano de la legitimidad y de la credibilidad, a partir de las relaciones de fuerza social (Martínez, 2013) que se establecen entre diferentes voces en el enunciado. Se logra así una renegociación (Amossy, 2010) del ethos que es actualizado en cada toma de palabra, lo cual no sólo repercute en el hablante, sino también en las voces referidas a quienes son atribuidos y des atribuidos caracteres, proyectando una elaboración y reelaboración anterior, anticipada y posterior de la imagen ajena, desde el discurso autorial.

El objetivo principal de este trabajo es identificar las estrategias de restauración y desfiguración del ethos, empleadas en los fallos condenatorios contra el Coronel Alfonso Plazas Vega, por la desaparición forzada de once personas en un hecho violento de la historia en Colombia, conocido como la “Retoma del Palacio de Justicia” en 1985 y los discursos de defensa, emitidos en los gobiernos del ex presidente Álvaro Uribe Vélez y el actual mandato del presidente Juan Manuel Santos. También se considera el discurso de lanzamiento de la campaña institucional “Fe en la causa”, que no actúa dentro de la secuencia acusación-defensa, pero que nos muestra ecos de la presencia de estrategias similares.

Resulta llamativo analizar estas correlaciones entre el *ethos* previo y el *ethos* actual, ya que nos brinda información sobre la construcción de la persona, especialmente dentro de dinámicas de grupo como las de las Fuerzas Militares de Colombia, en el marco del Conflicto, el proceso de paz y el post conflicto que atraviesa este país. Con mayor énfasis, en lo que respecta a los cambios jurídicos que se dan en la coyuntura de la justicia transicional¹.

1. La problemática del ethos previo y su reparación

La alusión al *ethos* previo surge con una postura defendida por Isócrates sobre la reputación, fundada en la cultura romana, para quien el bagaje personal del orador hace parte de su credibilidad. Cabe aclarar que esta reputación no es un hecho pre-discursivo, sino el resultado de otros enunciados que circulan y que se introducen polifónicamente (Ducrot, 1984) en uno nuevo, modificando la atribución a la persona, pues están cargados de valores y creencias que pueden fortalecer o debilitar la credibilidad y el estatus de los actores del discurso.

1 "La justicia transicional se refiere al conjunto de medidas judiciales y no judiciales que han sido implementados por diferentes países con el fin de corregir los legados de abusos masivos contra los derechos humanos. Estas medidas incluyen procesos penales, comisiones de la verdad, los programas de reparaciones, y diversos tipos de reformas institucionales.

La justicia transicional no es un tipo "especial" de la justicia, sino una estrategia para lograr la justicia en tiempos de transición del conflicto y / o de la represión estatal. Al tratar de lograr la rendición de cuentas y la reparación de las víctimas, la justicia de transición proporciona el reconocimiento de los derechos de las víctimas, promueve la confianza cívica y fortalece el estado de derecho democrático" Centro Internacional para la Justicia Transicional. ¿Qué es la justicia transicional? Disponible en: <https://www.ictj.org/es/que-es-la-justicia-transicional>

Los estereotipos funcionan en este doble dirección: en su orientación negativa, Goffman (2006) expresa que "la desfiguración física o moral de un sujeto corresponde a la atribución de estereotipos que traen consigo una carga de atributos negativos" (14); en su orientación positiva, Amossy (2001:50) los concibe como aquellos que permiten reafirmar la identidad tanto colectiva como personal de individuos a través de la minimización de las diferencias al interior del grupo y la ampliación de las semejanzas, de manera que esto permita el fortalecimiento de la autoestima e identidad grupal.

Cuando predomina una orientación negativa del estereotipo, intentar reparar el *ethos* no es tarea fácil; requiere conocer la gravedad que éste proyecta y el origen de su atribución: auto descredificación o descredificación externa. Cabe aclarar que, aunque ambas representaciones son discursivas, surge una diferencia cuando se corrobora la responsabilidad autorial de la ofensa, que en un principio fue una sospecha. En caso de comprobar la culpa, el individuo o los individuos son valorados, evaluados y juzgados bajo la legitimidad y el estatus que portaba mientras se cometía la ofensa. Este rol previo (ritualizado) les concede unos derechos y unos deberes que configuran un contrato y tipo específico de conducta con los demás, una violación a ese contrato es motivo de reproche moral. Al respecto Ricoeur (1986: 3) manifiesta lo siguiente:

"el mal moral -el pecado en lenguaje religioso- designa aquello que hace de la acción humana un objeto de imputación, de acusación y de reproche. La imputación consiste en asignar a un sujeto responsable una acción susceptible de apreciación moral. La acusación caracteriza la acción misma como violación de un código ético dominante en la comunidad considerada. El reproche designa el juicio de condenación en virtud del cual el autor de la acción es declarado culpable y merece ser castigado".

Es decir, que la desfiguración de la imagen individual o colectiva de los individuos obedece a las acciones que estos cometen, trasgrediendo el código ético que implica su rol social. Estas imágenes se traducen en discursos, por lo cual, estar atentos a la evolución del ethos de los sujetos es clave para comprender lamentables acciones como las ocurridas en el Palacio de Justicia y la forma cómo opera el proceso judicial ante estos delitos.

Ahora, como se mencionó arriba, la imagen discursiva es el resultado de un cruce de miradas (Charaudeau 2009), por tanto, se ve enfrentada a una renegociación constante en la que se pueden presentar estrategias que desdibujen, maticen o desatribuyan las acciones cometidas, se podría hablar en este caso de una reparación. Al respecto, " (Amossy 2010:72) manifiesta lo siguiente: que el locutor intenta" transformar las representaciones que no convienen a los objetivos perseguidos, o que no responden a sus necesidades identitarias". Este intentará corregir, rectificar, desviar o modificar la apreciación, en el sentido deseado.

"Recuérdese que cualesquiera que sean los datos preexistentes que posea el interlocutor sobre el sujeto hablante, el ejercicio de la lengua los retoma, los reinterpreta y los arrastra al dinamismo del intercambio en el que el "quién soy yo para mí" con el "quién soy yo para ti" y el "quién quiero ser para ti", son renegociados." (Amossy, 2010: 105).

Existe, entonces, una constante renegociación de la imagen de los actores que participan en el acto discursivo, esto puede ser rastreado a través de los enunciadores presentes en el discurso y de los

actos de habla que se van tejiendo, los cuales proyectan un juego de espejos en el que la mirada de NOSOSTROS vs ELLOS va a ser constante, el punto clave es evaluar estos discursos desde el reconocimiento de las estrategias argumentativas que emplean y la validez de las mismas, a lo que aporta significativamente la lectura crítica desde las falacias argumentativas.

Ahora, hay que prestar atención a algo de mucha importancia en este proceso, siguiendo a Amossy: el análisis detallado de los estereotipos que están en el telaje de los discursos o debajo de éste, pues desde aquí se trabajan las creencias y las representaciones de los actores que se construyen discursivamente.

2. Modelo teórico metodológico

Martínez (2005) propone dos niveles de análisis que, metodológicamente, permiten precisar la tipificación de estas imágenes: la Situación de Comunicación (SC) y la Situación de Enunciación (SE). En este modelo, el concepto de *ethos* responde a las fuerzas dialógicas entre las voces presentes en el enunciado, punto pertinente en el siguiente análisis.

La SC y la SE funcionan de forma interdependiente. El primer nivel (SC) se encuentra definido por los participantes y el contrato social de habla. Este contrato restringe la conducta discursiva en cuanto al tema, la imagen social de los actores y finalidad (sus derechos, deberes y saberes). La activación de cualquiera de estos elementos, en la producción discursiva, permite identificar en qué tipo de relación se encuentran los participantes: académica, política, publicitaria, etc.

El contrato fija las coordenadas de la conducta de los sujetos, es una base de información compartida que define tanto las acciones del actor responsable, como la valoración de los demás; una violación a estas restricciones puede fortalecer o debilitar la legitimidad de la cual se goza.

En el segundo nivel (SE), se configura la credibilidad de lo que esa voz responsable dice de sí y de los otros (enunciador, enunciatario y referido), con quienes establece relaciones de fuerza de todo nivel. El rastreo de estas fuerzas se reconoce a través de los actos de habla, que proyectan actitudes y perspectivas argumentativas emotivas, racionales y éticas de uno sobre otro.

3. Proceso metodológico y corpus

El análisis consta de un ejercicio de comparación y contraste entre los discursos de acusación y los discursos de defensa, teniendo en cuenta la intertextualidad enunciativa presente entre ellos y las estrategias restaurativas-argumentativas empleadas, especialmente en los de defensa.

Los enunciados seleccionados son descritos históricamente en la siguiente línea de tiempo de mi autoría (Figura 1).

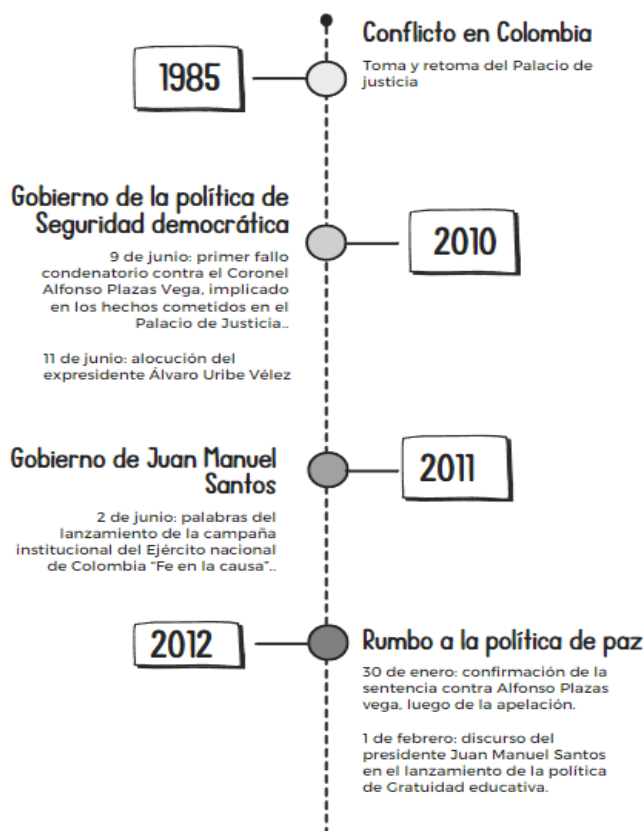
4. Análisis

4.1. Proceso desfigurativo: el quiebre del ethos previo

Entre el 6 y 7 de noviembre de 1985, se llevó a cabo la Toma al Palacio de justicia, con el operativo "Antonio Nariño por el derecho del hombre", al mando del comandante Iván Marino Ospina

FIGURA 1

Infografía de línea de tiempo



del movimiento guerrillero M-19. La operación fue ejecutada en las instalaciones del Palacio de Justicia, con el fin de someter a juicio político al presidente de la república de ese momento, el expresidente Belisario Betancur, por presunto incumplimiento del gobierno respecto al acuerdo de paz suscrito con el grupo rebelde. Se hallaban en este lugar diferentes personas que desempeñaban sus labores en ese momento, once de ellos, desaparecidos² hasta nuestros días. Esta operación inició a las 11:00 am, frente a la ausencia de la policía de guardia del Palacio.

Ante esta situación, surgió un plan nacional de defensa, entre el Ejército, la policía y el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS)³. El plan era táctico y de inteligencia, conocido

2 Las once personas desaparecidas son: Carlos Augusto Rodríguez Vera, Cristina del Pilar Guarín Cortés, Bernardo Beltrán Hernández, Héctor Jaime Beltrán Fuentes, Luz Mary Portela León, David Suspez Celis, Gloria Estela Lizarazo, Norma Constanza Esguerra, Gloria Isabel Anzola de Lanao, Lucy Amparo Oviedo Bonilla e Irma Franco.

3 La acción militar del Ejército fue dirigida por Jesús Armando Arias Cabrales (hoy condenado por implicaciones en los delitos ocurridos en ese entonces); el jefe del estado mayor, coronel Carlos Sadovnik Sánchez; las divisiones B1 y B2, a cargo de Edilberto Sánchez Rubiano; la escuela de artillería, infantería, logística, comunicaciones, ingenieros, suboficiales; el grupo de caballería al comando del teniente

como la “Retoma del Palacio de Justicia”. En 2010, se le atribuyó culpabilidad al ex coronel Alfonso Plazas Vega, con los cargos: delito de secuestro agravado y desaparición forzada agravada; acciones punitivas que quedan a cargo de la ley ordinaria, la cual tiene el deber de castigar sobre violaciones a derechos humanos y delitos de lesa humanidad. El acto de sentencia declara:

Declarar penalmente responsable al señor Coronel Luis Alfonso Plazas Vega como coautor mediato de la conducta de desaparición forzada agravada, prevista en el artículo 165 y 166.1 de la ley 599 de 2000 - texto original- conforme las consideraciones expuestas en la parte motiva de la presente sentencia.⁴

En el acto declarativo se puede apreciar una orientación negativa hacia el referido, el acusado, quien es configurado como victimario, redefiniendo su estatuto previo:

Condenar al señor coronel LUIS ALFONSO PLAZAS VEGA a la pena de 30 AÑOS DE PRISIÓN, y a la accesoria de interdicción de derechos y funciones públicas hasta el término de (10) años⁵

Vemos como este acto de habla declarativo condena al implicado y actúa como desfidurador del ethos "héroe de la patria", recayendo sobre la identidad de grupo. Con la declaración de la sentencia, esta imagen se desdibuja y se puede apreciar el *ethos* de un héroe transformado en villano, atributo que desacredita la conducta legítima que portaba el acusado:

Las conductas constitutivas de los delitos de lesa humanidad son manifestaciones contrarias a la dignidad humana y a los derechos de las personas, por lo cual no guardan ninguna conectividad con la función constitucional de la Fuerza Pública, hasta el punto de que una orden de cometer un hecho de esa naturaleza no merece ninguna obediencia. Un delito de lesa humanidad es tan extraño a la función constitucional de la Fuerza Pública que no puede tener jamás relación con los actos propios del servicio, ya que la sola comisión de esos hechos delictivos disuelve cualquier vínculo entre la conducta del agente y la disciplina y la función propiamente militar o policial, por lo cual su conocimiento correspondiente a la justicia ordinaria. Existen conductas punibles que son tan abiertamente contrarias a la función constitucional de la Fuerza Pública que su sola comisión rompe todo nexo funcional del agente con el servicio (Sentencia 09 de junio de 2010: 69)

coronel Alfonso Plazas Vega; los batallones de policía militar N°1; la guardia presidencial; el batallón de servicios de la Séptima brigada; Vigésima brigada; Escuela de inteligencia y contrainteligencia; el DAS y la policía nacional.

4 Sentencia de primera instancia al Coronel Alfonso Plazas Vega (9 de junio de 2010). En: <http://justiciapazcolombia.com/Sentencia-de-primera-instancia-al>

5 Ibíd.

La conducta imputada a Alfonso Plazas Vega demuestra una incoherencia y una ruptura (Perelman 1997: 124) del nexo de coexistencia con sus funciones legítimas.

Esto repercute en el *ethos* del grupo, igualmente sometido a investigaciones, por sospecharse de una estructura criminal dentro de las Fuerzas Militares de Colombia (Sentencia, 9 de noviembre de 2010).

4.2. Primera defensa

El discurso emitido por Álvaro Uribe Vélez el 11 de junio de 2010, ante la audiencia pública, a través de la televisión colombiana y como respuesta al fallo anterior (proferido por la Jueza María Estela Jara Gutiérrez), es una declaración pública, enmarcada dentro del discurso político.

El comunicado fue emitido desde dos legitimidades: la de jefe de Estado y la de comandante supremo de las Fuerzas Militares de Colombia; la segunda puede verse físicamente en la presencia de altos mandos militares en la alocución, quienes se ubican a los lados y detrás del presidente. Se trata de dos legitimidades fundamentales en el análisis del discurso proferido por el ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, ya que le permite configurar dos tipos exclusivos de auditorios: la ciudadanía y la Fuerza Pública, que implican *ethoi* diferentes frente a cada una de las partes a quienes se dirige y a la vez proyecta una imagen tanto de la ciudadanía como de la Fuerza Pública.

En la situación de enunciación se reconocen dos enunciadores (E), la postura de un E1 que defiende la inocencia del coronel Alfonso Plazas Vega y el gremio militar, que explícitamente es asumida por el locutor responsable, y la postura de un E2 que los condena, el cual es retomado de la sentencia, para refutarlo y negar el *ethos* configurado de las FF MM en él. Esta es la primera estrategia de restauración empleada en el discurso de Álvaro Uribe Vélez: la negación, cuya presencia se hace de manera presupuesta, como lo apunta Reyes (1994:47): "presuponer un pensamiento o enunciado es evocarlo, traerlo a la atención del interlocutor. Para conectarlo con la afirmación propia; la proposición presupuesta procede de otros discursos o se origina en otro locutor".

Compatriotas, el ministro de la defensa, los altos mandos de las fuerzas armadas y mi persona, hemos estado reunidos, analizando la decisión de justicia contra el señor coronel en uso de retiro Alfonso Plazas Vega. Sobre el tema quiero expresar lo siguiente. *El gobierno y las fuerzas armadas recuerdan que el holocausto de la justicia, ocurrido hace 25 años fue un delito de lesa humanidad cometido por la alianza perversa entre el narcotráfico y una de las guerrillas de la época*⁶

La primera estrategia pone en evidencia una relación de alianza entre el locutor y su interlocutor militar, ya que, al victimizarlos, este se muestra como su protector:

La sentencia condenatoria al coronel Alfonso Plaza Vega genera profundo dolor y desestímulo en los integrantes de las Fuerzas Armadas

6 Alocución del ex presidente Álvaro Uribe Vélez el 10 de Junio de 2012. En: <https://www.youtube.com/watch?v=VzX54Lozmj0>

La manera de apoyar a las víctimas del palacio de justicia no es creando víctimas en miembros de las Fuerzas Armadas.

... los abnegados integrantes de las Fuerzas Armadas que no pueden ser objeto de maltrato⁷

La apelación al argumento *ad misericordiam* está presente en cada uno de los anteriores actos de habla expresivos. El locutor emplea cadenas semánticas como: *profundo dolor, desestímulo, víctimas, abnegados, objeto de maltrato*, para generar un sentimiento de indignación en "los compatriotas" y adherirlos a su punto de vista a través de una relación sacro santa fundada en el estereotipo del mártir. Indirectamente, no solo se habla a la ciudadanía sino también a los jueces, a los militares y a las víctimas efectivas de estos hechos; por ejemplo, en el siguiente fragmento:

Mantenemos vivo el dolor por todas las personas asesinadas en el palacio de justicia entre quienes se encontraban magistrados y civiles, soldados y policías, profesores, amigos y familiares de tantos colombianos.

El locutor pretende una identificación de los victimarios con las víctimas a través de un argumento de justicia y reciprocidad. El empleo del adverbio *también* indica un tratamiento igual para las víctimas como para los militares acusados por delitos de lesa humanidad. Este juicio es una contradicción presente en el discurso del presidente Álvaro Uribe Vélez, puesto que son instancias esencialmente diferentes, con lo cual se le resta relevancia al mal sufrido por las víctimas.

A través de todo el discurso se va construyendo un *ethos* victimizado de las Fuerzas Armadas y Militares de Colombia, como referido. Otra estrategia que permite reafirmar esta construcción martirizada, es mostrarlos como un sujeto solidario:

Nuestra lucha por la seguridad surge también por el dolor y la solidaridad con las víctimas de la violencia de todos los tiempos.

La heroicidad está disfrazada con un *ethos* bondadoso con las víctimas y la ciudadanía a través de la Seguridad democrática, cuya política de Estado genera en este discurso un nexo de coexistencia entre individuo y grupo:

La política de seguridad democrática de este gobierno ha permitido que más de 300 mil víctimas registren sus reclamos. Antes no lo hacían por temor o porque lo consideraban inútil. Se avanza en el proceso de reparación administrativa, introducido por este gobierno y las Fuerzas Armadas que, con la política de seguridad democrática, han recuperado el monopolio de las armas para el estado y la presencia de la justicia en todo el territorio nacional, incluso en las regiones donde había sido desplazada por el terrorismo, estarán atentos al desarrollo de las instancias que todavía deben agotarse en el proceso contra el coronel Plazas Vega⁸

7 Ibid.

8 Ibid.

La segunda estrategia empleada por el locutor en el proceso restaurativo de las Fuerzas Armadas y el acusado, es la desfiguración de su adversario, por medio de dos variantes: la descalificación de su saber y deber y, por medio de su criminalización. En este fragmento se encuentran condensadas:

lo único que demandamos de la justicia, es justicia imparcial y oportuna, frente a los abnegados integrantes de las Fuerzas Armadas que no pueden ser objeto de maltrato para desviar los crímenes del terrorismo a lo largo de nuestra historia⁹

Al respecto de la primera variante de descalificación del adversario, cuando el locutor afirma que lo que se demanda es justicia imparcial y oportuna, se presupone que "no hay justicia imparcial y oportuna", el locutor pone en duda la credibilidad del fallo; ataca dos de los soportes de su legitimidad: "el saber" y "el saber hacer"¹⁰; hay un ataque al *ethos* de los jueces en su dimensión de expertos (PLANTIN 2011: 70). La postura defensora rompe los nexos entre la credibilidad y la legitimidad del juez, evidenciando una contradicción entre lo proferido en el fallo y el estatus; la técnica del ataque ad hominem se presenta como "si el juez acusara a alguien, sin razón, con ligereza o parcialidad" (PERELMAN 1997:126).

Cabe resaltar que uno de los argumentos que presentó el gobierno en la propuesta de reforma al Fuero Militar es la llamada "inseguridad jurídica", cuya posición defiende que las investigaciones corresponden a bajas legítimas y se "mal interpretan" como bajas ilegítimas. También, se planteó la ineficacia de la actividad jurídica ordinaria, como lo cita Vivanco (2012)¹¹ en una carta donde crítica esta decisión al presidente Juan Manuel Santos: "la justicia ordinaria avanza más lentamente en la investigación de supuestos abusos militares de lo que podría hacerlo la justicia penal militar"¹², es decir, que estas estrategias de descalificación del hacer de la justicia penal ordinaria, forman parte de los argumentos de reforma al Fuero Penal Militar.

La des atribución de la legitimidad jurídica se presenta en el siguiente fragmento donde la acción de sancionar (deber del juez) es atribuida a las Fuerzas Armadas:

las Fuerzas Armadas que hacen un enorme sacrificio en la lucha contra el crimen y han tenido todo el valor para sancionar violaciones de derechos humanos.¹³ Al respecto de la segunda variante de la estrategia, ella se sustenta en la filiación de las decisiones judiciales y el terrorismo:

9 Ibid.

10 "La legitimidad es el reconocimiento de los otros de lo que da poder de hacer o de decir a alguien en nombre de un estatuto (se reconoce a través de un cargo institucional), en el nombre de un saber (que se reconoce como erudito), en el nombre de un saber hacer (que se conoce como experticia)" (Charau-deau, 2005:52).

11 Justicia y Paz (2012). *Carta dirigida por José Vivanco al presidente de la república Juan Manuel Santos*. Disponible en <http://justiciaypazcolombia.com/Carta-al-Presidente-Santos>

12 José Miguel Vivanco, en una carta dirigida a Juan Manuel Santos el 25 de octubre de 2012

13 Alocución del ex presidente Álvaro Uribe Vélez el 10 de Junio de 2012. En: <https://www.youtube.com/watch?v=VzX54Lozmjo>

lo único que demandamos de la justicia, es justicia imparcial y oportuna, frente a los abnegados integrantes de las Fuerzas Armadas que no pueden ser objeto de maltrato para desviar los crímenes del terrorismo a lo largo de nuestra historia¹⁴

Acusación que funcionan no solo para proyectar a los jueces como sospechosos ante la audiencia ciudadana y militar, sino como efecto intimidatorio y estrategia psicológica (Plantin, 2011:70) sobre los mismos jueces, como lo plantea Gordon (1971: 268 en Plantin y Gutiérrez 2010: 15): “los hombres son motivados por el miedo y activados por la ansiedad”. También se suma la frase adverbial “a lo largo de nuestra historia”, la cual extiende el manto de sospecha sobre toda una generación de jueces en Colombia; esto puede ser interpretado como un ataque *ad populum*, aplicado tanto al individuo como al grupo. El estereotipo del terrorismo actúa como un elemento divisorio entre “nosotros” y “ellos”, construye a los jueces como enemigos del gobierno, la ciudadanía y las Fuerzas Armadas, que anteriormente fueron agrupados bajo la política de Seguridad Democrática. Es importante detenerse en la relación creada entre militares y jueces, especialmente por la atribución de este estereotipo.

A raíz de los hechos históricos del Palacio de Justicia, en 1985, la relación entre las Fuerzas Armadas y la rama judicial ha llegado al punto de la persecución, por ejemplo, a magistrados que han llevado a cabo procesos penales contra altos mandos militares; entre ellos, la juez María Estela Jara Gutiérrez, la mujer que declaró condena, después de 24 años, contra el coronel Alfonso Plazas Vega, primer militar condenado por este caso.

En el año 2009 se publicó en la revista Semana (28 de febrero)¹⁵ un informe noticioso sobre las diferentes persecuciones (acoso y hostigamiento) que han vivido diferentes magistrados de la corte, por el espionaje realizado por el DAS a sus vidas, tanto privadas como públicas, con el objetivo de conseguir información para emprender una campaña de desacreditación en contra de la Corte suprema de justicia.

“Uno de los magistrados que expuso su caso fue Yesid Ramírez. Comentó que durante el primer semestre del año pasado recibió llamadas de alerta de conocidos suyos del Huila, su tierra natal. Le advertían que personas extrañas estaban averiguando por él, querían saber todo sobre su vida, quiénes eran sus amigos, dónde había vivido, cuál era su historia” (Semana, 28 de febrero, 2009)

Segunda defensa

El 30 de enero de 2012 se confirmó la primera sentencia condenatoria a Alfonso Plazas Vega, luego de la apelación presentada:

14 Ibid.

15 Asedio a la Corte suprema de justicia. Semana 28 de febrero de 2009. Disponible en: <http://www.semana.com/nacion/articulo/asedio-corte-suprema/100578-3>

CONFIRMAR PARCIALMENTE la sentencia apelada y, como consecuencia de ello, CONDENAR al CO (r) LUIS ALFONSO PLAZAS VEGA como autor mediato de un concurso homogéneo de delitos de desaparición forzada del que fueron víctimas IRMA FRANCO PINEDA y CARLOS AUGUSTO RODRÍGUEZ VERA (Comunicado de la sentencia 001/2012)¹⁶

Se observa una variación respecto a la seguridad del acto declarativo de la primera sentencia, la cual es confirmada parcialmente y el número de víctimas. Llama la atención en esta versión, la construcción nuevamente de una relación sacro santa con la ciudadanía, basada en el sistema de perdón. Se tomó como referencia el párrafo donde se exhorta a la Fuerza Pública a pedir perdón al país por los delitos ocurridos en el Palacio de Justicia. También, se ordena una investigación al mandatario de ese entonces, Belisario Betancur:

Ordenar que el MINISTRO DE DEFENSA NACIONAL, EL COMANDANTE DE LAS FUERZAS MILITARES, EL COMANDANTE DEL EJÉRCITO NACIONAL, EL COMANDANTE DE LA BRIGADA XIII y EL COMANDANTE DE LA ESCUELA DE CABALLERÍA, dentro de los 3 meses siguientes a la ejecutoria de la presente sentencia, celebren un acto público en la Plaza de Bolívar de Bogotá pidiendo perdón a la comunidad por los delitos ejecutados los días 6 y 7 de noviembre de 1985 que llevaron a la desaparición de estas dos personas¹⁷

Este locutor que proyecta a un enunciatario que debe perdonar, no es admitido por el presidente Juan Manuel Santos en otro discurso, el primero de febrero de 2012, en el lanzamiento de su política de gratuidad educativa.

El comunicado se puede clasificar como un discurso político de tipo campaña, en donde el presidente anuncia un nuevo modelo educativo, lo exalta a través de un discurso epidíctico y busca que la comunidad lo acoja positivamente. Se encuentran presentes los estudiantes de la Escuela Inem "Jorge Isaacs", las entidades gubernamentales de la ciudad de Cali y la ciudadanía, quienes tiene acceso a estas audiencias a través de medios de comunicación, como la televisión y la prensa. A través de una ruptura sobre la secuencia temática de su discurso, introduce el tema del fallo anterior contra Alfonso Plazas Vega, las Fuerzas Militares y Belisario Betancur, cambiando bruscamente el contrato comunicativo previo. El objetivo es defender a los acusados por los casos de desaparición, tortura y muerte en la retoma al Palacio de Justicia en 1985:

Y pensando también en ese momento de la vida donde comienza uno a ser estimulado por los padres, por las madres, en la lectura. *Yo me acuerdo cuando mi mamá se sentaba a contarme cuentos y a estimularme la lectura a través de los cuentos*, también en esa época me sentaba a en-

16 Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo (2012). Fallo confirmatorio de la Condena del Coronel Alfonso Plazas Vega. Disponible en http://www.colectivodeabogados.org/IMG/pdf/Radica-do_11_001_07_04_003_2008_00025_09-_Sentencia_segunda_instancia.pdf

17 *Ibíd.*

señarme *el Padrenuestro* —el Padrenuestro que todos aprendimos muy pequeños y me acuerdo de esa frase: *‘perdónanos nuestras ofensas, como nosotros perdonamos a los que nos ofenden’*.

Y siempre debemos estar dispuestos a perdonar a los que nos ofenden. Porque, pensando en el presidente Betancur en ese sábado pasado y trayendo a colación un fallo de un tribunal en Bogotá, *yo, como siempre, soy respetuoso y acato los fallos de la justicia, de los jueces*.¹⁸

La introducción del tema del fallo crea a unos interlocutores indirectos, que son escenificados como referidos. Al respecto, Amossy (2000:42) sustenta que "El uso de la tercera persona para designar al auditorio constituye un efecto de indirección, que puede revelar eso que Catherine Kerbrat Orecchioni (1984: 46-61) llama "*trope communicationnel*" que consiste en fingir direccionar un mensaje a un destinatario explícito y directo, que es de hecho, secundario porque el mensaje es verdaderamente destinado a un receptor indirecto más principal".

La ruptura sobre la secuencia temática parece ser una estrategia común en estos discursos emitidos por el mandatario Juan Manuel Santos. En el lanzamiento de otra campaña, denominada "Fe en la Causa", se observa la misma estructura que en la anterior. El contrato inicial surge para exaltar a los militares (que están presentes) en un discurso epidíctico, pero este discurso gira inesperadamente y se convierte en un discurso de defensa frente a dos sentencias (referidos); en una, se desapueba la validez de los computadores de Raúl Reyes, hallados en la Operación Fénix (desarrollada en territorio ecuatoriano) y en la otra, se condena al Estado por la "Toma a la base militar las Delicias", en 1996. El locutor asume dos legitimidades: la de Jefe de las Fuerzas Armadas y la de Jefe de Estado, a partir de las cuales construye relaciones de alianza, entre él y los militares, y de oposición, entre él y los jueces y entre los jueces y los militares.

Vengo en mi condición de Comandante Supremo de las Fuerzas Armadas de la República a acompañar a nuestro Ejército en esta convocatoria a la nación entera para que miremos todos en una misma dirección y avancemos juntos, con fe en la causa...

Esta noche también quiero hablarles en una condición que excede la de comandante supremo de las Fuerzas Armadas e incluso la de cabeza de la rama ejecutiva del poder público (...) En esa condición que —como lo dice nuestra Carta Política— ‘simboliza la unidad nacional’, me dirijo a ustedes [DISTANCIAMIENTO] y al país porque creo que es indispensable y saludable sentar una posición y aclarar unos conceptos frente a recientes decisiones judiciales que afectan al Estado [TEMA], a las Fuerzas Armadas, a las víctimas y a la sociedad en su conjunto (Juan Manuel Santos en el lanzamientos de la "Campaña Fe en la Causa" el 2 de Junio de 2011)

Sobre este discurso seguiremos reflexionando más adelante para complementar el análisis, continuemos con el correspondiente al fallo confirmatorio de la sentencia contra Alfonso Plazas Vega.

La estructura argumentativa de la refutación del fallo y defensa de las FFMM se introduce con una voz ajena, citada directamente, la cual a la vez funciona como garante y como plataforma para mostrar a los enunciadores, referidos, enunciatarios y sus las relaciones.

18 Lanzamiento de la política de gratuidad educativa. En: <https://www.youtube.com/watch?v=g97PPzisKCY>

Con la introducción del Padre nuestro, el locutor proyecta un *ethos* ético, cortés en E1, sustentado en valores católicos, los cuales encarna en su narración anecdótica. Este *ethos* modela su postura de rechazo al enunciatario construido de las Fuerzas Militares como ofensores (en el fallo previo), atribuyéndoles un *ethos* invertido de ofendidos, soportado en la misma estructura relacional del padre nuestro, que actúa a la vez como garante.

Los valores de la cita religiosa pertenecen al mundo de lo preferible: el bien, lo verdadero, lo bello y lo justo; le ofrece al locutor un nexo simbólico, sin que este uso afecte o modifique el símbolo mismo:

Los valores universales no son sino *instrumentos de persuasión*, una especie de útiles espirituales totalmente separables de la materia que permiten moldear, anteriores al momento de servirse de ellos y que permanecen intactos después de que han sido utilizados, disponibles como antes para otras ocasiones (Dupréel 1984: 181-182, en Perelman 1997:50).

La cita viene cargada de tres figuras estereotípicas: ofendidos, ofensores y redentores, sobre las que se calca la imagen de los actores del presente discurso, provocando una inversión (Chávez, 2013): los jueces son los ofensores, los victimarios, los ofendidos y, los ciudadanos, los redentores, ocurre un calco discursivo de imágenes a través de la cita.

Los valores preferibles de la cita como argumento de autoridad (el padre nuestro), elevan a los actores defendidos a un estado divino, a pesar del comportamiento incoherente con el código moral que los evalúa en la sentencia. Se les resguarda en la imagen de Dios, cuya perfección actúa como un atributo que los blindará ante las acusaciones, las cuales dejan de ser consideradas como tales y pueden ser transferidas a otro ente, ya que la culpabilidad humana no cabe en el orden de lo divino: "lo que pertenece a Dios es preferible a lo que pertenece al hombre (...), las leyes divinas son superiores a las leyes de los hombres" (Perelman 1997: 138).

El ex presidente Belisario Betancur es elevado a esta categoría, por medio del argumento *ad misericordiam* que remite a la vejez:

Pero a veces no podemos quedarnos callados y manifestar nuestro desacuerdo, respetándolos por supuesto y acatándolos. Pero no podemos permanecer silenciosos frente a un fallo que pide que al Presidente Betancur, que ya va a cumplir *90 años* —*90 años* de servirle al país, *90 años* de defender la cultura, *90 años* de promover las letras, *90 años* de una vida de servicio público—, que a estas alturas pidan que una corte internacional lo juzgue por el Palacio de Justicia. Eso no tiene ningún sentido ni jurídico ni de ninguna naturaleza¹⁹

Al ex presidente se le presenta como un sujeto frágil, hacia quien el locutor busca proyectar el sentimiento de la compasión y respeto, y asegurarlo en la audiencia, empleando el cuantificador "90 años".

Es notorio el empleo estratégico del pronombre personal 'nosotros', para hacer un llamado a la audiencia colombiana y direccionar el perdón hacia los victimizados (Fuerzas Armadas y Belisario Betancur) en nombre de los colombianos, que actúan como redentores:

19 Ibid.

Por eso, desde aquí le digo al ex presidente Betancur ‘perdone nuestras ofensas por haberlo puesto nuevamente en esta situación’

Por eso más bien le pido al presidente Betancur *a nombre de los colombianos*, que lo hayan puesto en esta situación nuevamente.²⁰

Esta inversión de valores en la relación asimétrica entre víctimas y victimarios puede considerarse como una contradicción fuerte en el discurso del mandatario Juan Manuel Santos, quien incurre en la falacia *Ad misericordiam* para desviar las verdaderas causas sobre las cuales es acusado Belisario Betancur, configurando en este una imagen de santidad, con la que se intenta proteger su prestigio y fuero; nuevamente se recurre a los estereotipos sacrosantos.

Los otros actores ubicados en el plano de los ofendidos son el Ejército Nacional y el Coronel Alfonso Plazas Vega. Se les proyecta como sujetos martirizados:

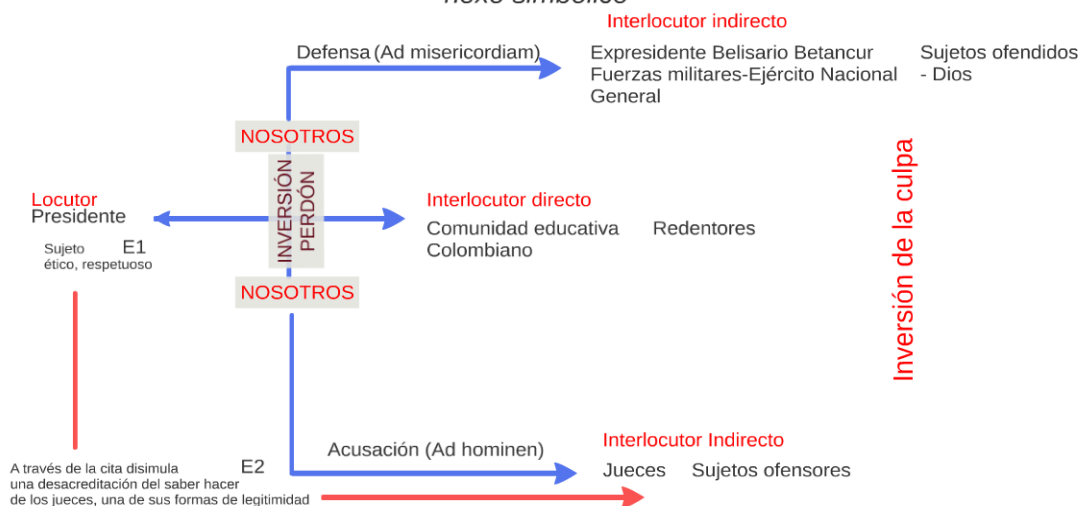
Y lo mismo diría a Nuestro Ejército Nacional, el Ejército de Colombia que tanto *se ha sacrificado para que nosotros* tengamos libertad, podamos mirar el futuro con más esperanza, para que *nosotros* podamos tener tranquilidad.²¹

Veamos las atribuciones, des atribuciones y relaciones, en la siguiente figura (Figura 2):

FIGURA 2

El argumento de autoridad en las estrategias de restauración empleadas por Juan Manuel Santos

"Perdona nuestras ofensas como también nosotros perdonamos a los que nos ofenden"
nexo simbólico



20 Ibíd.

21 Ibíd.

Retomando el discurso de lanzamiento de la Campaña "Fe en el Causa", el presidente Juan Manuel Santos también emplea la cita como estrategia, no solo para mostrarse como un sujeto ético, ilustrado y cortés, sino además como ataque a su adversario. El discurso inicia con una cita de León Tolstoi, autoridad literaria, que le permite proyectarse como un hombre ilustrado y de letras:

'No se vive sin la fe. La fe es el conocimiento del significado de la vida humana. La fe es la fuerza de la vida. Si el hombre vive es porque cree en algo.'

¡Qué ciertas son estas palabras del gran León Tolstoi!

'Si el hombre vive es porque cree en algo...' (Juan Manuel Santos en el lanzamiento de la "Campaña Fe en la Causa" el 2 de junio de 2011)

El presidente declara una apreciación positiva sobre la fe, figura desde la cual atribuye a su grupo aliado "que creen", en oposición a "los que no creen", atribución indirecta a los jueces que profirieron los fallos y a quienes se les configura como adversarios. Esta maniobra permite, así como en la cita del Padre Nuestro, filiar al grupo militar valores de orden superior, en este caso la Fe. Esta se reafirma al finalizar su discurso, pero no sólo a valores religiosos, sino de otra naturaleza como se aprecia en la cita:

Permítanme terminar estas palabras con *un inspirador texto de un poeta norteamericano*, que resume lo que la sociedad debe a sus Fuerzas Armadas:

'Es el soldado, no el sacerdote, quien nos ha dado la libertad de religión.

Es el soldado, no el periodista, quien nos ha dado la libertad de prensa.

Es el soldado, no el poeta, quien nos ha dado la libertad de expresión.

Es el soldado, no el agitador, el que nos ha dado la libertad para protestar.

Es el soldado, no el abogado, el que nos ha dado el derecho a un juicio justo.

Es el soldado, no el político, el que nos ha dado el derecho a votar'.²²

Esta construcción del soldado implica una elaboración del contrario, los jueces. Ellos son proyectados con una imagen descalificada: *"Es el soldado, no el abogado, el que nos ha dado el derecho a un juicio justo"*. Se observa que la negación actúa como un elemento que des atribuye las acciones legítimas del abogado bajo el dominio de su saber y deber, y se las atribuye al actor contenido en la afirmación (el soldado), similar a la estrategia empleada por Álvaro Uribe Vélez en el primer análisis.

Este *ethos* de heroicidad, muy cercano al héroe romántico, exaltado a través del discurso lírico-literario, está ligado a un *ethos* de victimización que, estratégicamente, configura la imagen del mártir. El argumento de autoridad, a través de la cita, nuevamente cumple su función caleidoscópica de proyectar una imagen del que habla, de quien se habla y a quien se habla, como se observa en esta referencia a la voz de Lleras:

22 El presidente Juan Manuel Santos en el lanzamientos de la "Campaña Fe en la Causa" el 2 de Junio del 2011. En: <http://wsp.presidencia.gov.co/Videos/2011/junio/Paginas/Index.aspx>

Bien decía Alberto Lleras en su recordado discurso del Teatro Patria sobre el papel de las Fuerzas Armadas en el país: la carrera militar *'es el oficio más abnegado, porque no espera compensaciones inmediatas ni reconocimiento ininterrumpido'*²³

Se continúa descalificando a los jueces en su dimensión ética, se les proyecta como sospechosos:

Las providencias (los jueces) a que me he referido —que serán respetadas y acatadas— me generan, y *le generan a muchos en el país, una profunda inquietud por algunos de los conceptos y consideraciones que subyacen **detrás de ellas***, y —sobre todo— por sus implicaciones para el buen funcionamiento de las instituciones.²⁴

Igualmente, el ataque se realiza sobre el saber de los jueces, presentándoseles como anticuados, con bajo nivel de comprensión y entendimiento. El locutor recurre a la voz de autoridad del Diccionario de la Real Academia, mostrándose, además, como un pedagogo y 'hombre de letras':

¿Y qué quiero decir con ponderación?

Considerar cuidadosamente —*como dice el Diccionario de la Real Academia*— un asunto; en este caso, la conducta, actividad y operaciones de los miembros de la fuerza pública, para analizarlas en su apropiado contexto.²⁵

Conclusiones

Algo que caracteriza los discursos de restauración analizados es el empleo de dos estrategias comunes: el ataque al ente acusador y la victimización del victimario. Ambas están fundadas sobre argumentos diferentes; mientras que en Álvaro Uribe Vélez se manifiesta una dimensión emotiva de dolor y sufrimiento que se identifica con los acusados y las Fuerzas Armadas, evidenciando a un sujeto protector (Álvaro Uribe Vélez) y a un sujeto protegido, martirizado (Las FFMM); Juan Manuel Santos manifiesta a un sujeto que defiende, exalta y admira a las Fuerzas Armadas y al Ejército Nacional, a través del empleo estratégico de un *ethos* ilustrado y cortés, pero en sintonía con el anterior, por estar soportado en los mismos valores y representaciones sacras.

En ambos actores aparecen las mismas voces discursivas: un enunciador que admira y exalta a las Fuerzas Militares de Colombia, especialmente al Ejército Nacional, y otro que ataca las decisiones judiciales, descalificándolas, restándoles credibilidad y legitimidad. Sin embargo, en el caso del presidente Juan Manuel Santos, la posición de ataque a la imagen de los jueces no es evidente; se camufla a través del discurso ajeno, en forma de cita directa o indirecta y como argumento de

23 Ibíd.

24 Ibíd.

25 Ibíd.

autoridad, modalizándose a través de un *ethos* cortés que reafirma el *ethos* respetuoso que parece mostrar el presidente hacia los jueces. En algunos momentos lo manifiesta explícitamente, lo cual es clave para reconocer la carga irónica hacia ellos.

El presidente Juan Manuel Santos "se libra de una evaluación negativa de la persona que se refuta (ataque personal, llamado *ad personam*)" (Plantin 2011), a través de la cita, la cual le permite camuflar el ataque directo. Álvaro Uribe Vélez, en cambio, si lo emplea, elaborando un manto de sospechas sobre una filiación al terrorismo de las decisiones judiciales, que funciona como efecto intimidatorio. Por otro lado, los fallos están soportados sobre argumentos que permiten establecer nexos entre hechos y personas, dados por los testimonios y las leyes normativas que describen las conductas atribuidas al acusado.

Ahora bien, en cada uno de los discursos restaurativos (Álvaro Uribe Vélez y Juan Manuel Santos) este nexo entre los hechos y las personas es roto, empleando el ataque *Ad hominem* contra los jueces; lanzamiento de sospechas sobre sus decisiones, intimidándolos, descalificando su saber, y rebajando la autoridad y poder de la Corte Suprema de Justicia en las decisiones penales que enjuician a integrantes de las Fuerzas Militares de Colombia. Es decir que, al atacar no solo el saber, sino además el deber y el estatus de los jueces, se desequilibra la razón de ellos en la evaluación de los hechos sobre los casos resueltos y se pone en duda la eficacia de la justicia en Colombia. Estos argumentos llevan a establecer, como propuesta, la transformación de las leyes judiciales, en especial el Fuero Penal Militar.

La estructura argumentativa apoyada en el Padre nuestro, evidencia una ausencia de pruebas en la defensa de los acusados; de acuerdo con Perelman (1997: 129):

El argumento de autoridad no tiene interés sino en la ausencia de pruebas demostrativas. Él vendrá en apoyo de otros argumentos, y quien lo utiliza no dejará de valorar la autoridad que concuerda con su tesis, mientras que se devalúa la autoridad que sostiene la tesis del adversario.

Respecto al uso del argumento *ad misericordiam*, se busca instaurar un nuevo *ethos* basado en la imagen del mártir, cuyos valores ya no se encuentran en el plano de lo terrenal, sino de lo sagrado. Esta estrategia la he denominado "estrategia de impunidad", en el sentido de que la imagen del victimario se filia a una divinidad, blindándola ante cualquier crítica o sentencia.

Referencias bibliográficas

- AMOSSY, R. 2010. *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France, París.
- AMOSSY, R (ed). 2001. *Estereotipos y clichés*. Editorial Universitaria de Buenos Aires. Ciudad de Buenos Aires, Argentina.
- AMOSSY, R. 2000. *L'argumentation dans le discours. Discours politique, littérature d'idées, fiction*. París: Nathan.
- BENOIT, W. 2015. *Accounts, Excuses, and Apologies. Image Repair Theory*. Albany: State University of New York Press.
- CHARAUDEAU, P. 2005. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. París :Vuibert.

CHARAUDEAU, P. 2004. [Disponible en línea : <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-contrat-de-communication-dans,89.html>] *Le contrat de communication dans une perspective langagière : contraintes psychosociales et contraintes discursives*.

CHAVES, C. 2013. Disculpas públicas del presidente Santos en el Marco de la Justicia Transicional en Colombia. En: N. Pardo, D. García, T. Oteiza y M. C. Asqueta (comps.), *Estudios del Discurso en América Latina. Homenaje a Ana María Harvey* (pp.193-210). Bogotá: ALED.

COLECTIVO DE ABOGADOS JOSÉ ALVEAR RESTREPO. 2012. [Disponible en http://www.colectivo-deabogados.org/IMG/pdf/Radicado_11_001_07_04_003_2008_00025_09-_Sentencia_segunda_instancia.pdf] *Fallo confirmatorio de la Condena del Coronel Alfonso Plazas Vega*.

DUCROT, O. 1988. *Polifonía y Argumentación. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle.

GOFFMAN, E. 2006. *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires: Talleres gráficos.

JUSTICIA Y PAZ. 2012. *Carta dirigida por José Vivanco al presidente de la república Juan Manuel Santos*. Disponible en <http://justiciaypazcolombia.com/Carta-al-Presidente-Santos>

JUSTICIA Y PAZ. 2010. *Sentencia uno, donde se declara culpable al Coronel Alfonso Plazas Vega*. Disponible en <http://justiciaypazcolombia.com/Sentencia-de-primera-instancia-al>

MARTÍNEZ, M. C. 2013. Los géneros desde una perspectiva socio-enunciativa. La noción de contexto integrado. *ALED*, 13(2), 22-42.

MARTÍNEZ, M. C. 2005. *La construcción del proceso argumentativo en el discurso*. Cali: Universidad del Valle.

PERELMAN, CH. 1997. *El imperio retórico. Retórica y Argumentación*. Bogotá: Norma, Bogotá.

PLANTIN, C. 2011. *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Suisse : Peter Lang.

REYES, G. 1994. *Los procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*. Madrid: Grafur.

SANTOS, J. 2011. [Disponible en línea en <https://www.youtube.com/watch?v=g97PPzisKCY>] Discurso de lanzamiento de la campaña institucional "Fe en la causa".

SANTOS, J. 2012. [Disponible en línea en <http://wsp.presidencia.gov.co/Videos/2011/junio/Paginas/Index.aspx>] Discurso de lanzamiento de la campana de Gratuidad educativa.

URIBE, Á. 2010, junio 11. [Disponible en línea en: https://www.youtube.com/watch?v=IYg-G4KM_5Zk] *Alocución televisada*.

MÓNICA PATRICIA NEGRETE URANGO. Docente investigadora y magíster en el área de lenguaje, egresada de la maestría en Lingüística y Español de la Universidad del Valle, se desempeña actualmente como docente en la Universidad de Córdoba (Colombia). La perspectiva desde la cual ha desarrollado su trabajo se enfoca en el estudio de las dinámicas sociales enunciativas y la argumentación, basadas en los postulados de María Cristina Martínez. Actualmente, está adscrita al grupo GITECLE y trabaja con la cátedra Unesco para la lectura y la escritura, también cursa la maestría en Retórica y argumentación con la Universidad de Tucumán (Argentina).

Correo electrónico: monikpnu0915@gmail.com

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Psicofármacos y neoliberalismo: análisis del discurso multimodal de afiches publicitarios en congresos de psiquiatría en Chile

Psychopharmaceuticals and neoliberalism: analysis of the multimodal discourse of advertising posters in psychiatry congresses in Chile

JUAN CARLOS CEA MADRID

Universidad de Chile
Chile

ROBERTO FERNÁNDEZ DROGUETT

Universidad de Chile
Chile

Recibido: 18 de mayo de 2022 | Aceptado: 23 de agosto de 2023

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.29-45

RESUMEN

El presente artículo aborda la expansión del mercado farmacéutico y las tecnologías asociadas a la producción de la salud en la sociedad contemporánea. Desde un enfoque cualitativo y a partir del análisis de discurso multimodal, se examinan afiches publicitarios de psicofármacos en congresos de psiquiatría en Chile (2010-2014). Los resultados dan cuenta que los productos farmacéuticos se configuran en torno a relaciones de poder que se distancian del discurso de la enfermedad y establecen ideales normativos de optimización y funcionalidad. De acuerdo con esta concepción productiva del poder y la configuración de tecnologías de gobierno bajo el neoliberalismo, se plantea la emergencia del psicofármaco como dispositivo. Esta noción se sustenta en una articulación del yo bajo la forma empresa con base en la esfera del consumo. Se concluye que en el plano discursivo los psicofármacos implican una intensificación de la lógica neoliberal en la esfera de la subjetividad.

PALABRAS CLAVE: *Psicofármacos. Análisis de discurso multimodal. Publicidad farmacéutica. Neoliberalismo. Chile.*

RESUMO

Este artigo aborda a expansão do mercado farmacêutico e as tecnologias associadas à produção de saúde na sociedade contemporânea, utilizando uma abordagem qualitativa e com base na análise multimodal do discurso, foram examinadas as propagandas de drogas psicoativas em congressos de psiquiatria no Chile (2010-2014). Os resultados mostram que os produtos farmacêuticos se configuram em torno de relações de poder que se distanciam do discurso da doença e estabelecem ideais normativos de otimização e funcionalidade. De acordo com essa concepção produtiva de poder e a configuração das tecnologias de governo sob o neoliberalismo, a emergência dos psicofármacos é considerada um dispositivo. Essa noção parte de uma articulação abaixo da forma societária dependendo da área de consumo. Conclui-se que, no nível discursivo, as drogas psicotrópicas implicam uma intensificação da lógica neoliberal no campo da subjetividade.

PALAVRAS CHAVE: *Drogas psicoativas. Análise multimodal da fala. Publicidade farmacêutica. Neoliberalismo. Chile.*

ABSTRACT

This article addresses the expansion of the pharmaceutical market and the technologies associated with the production of health in contemporary society. From a qualitative approach and based on multimodal discourse analysis, advertising posters for psychoactive drugs at psychiatry congresses in Chile (2010-2014) are examined. The results show that pharmaceutical products are configured around a power relationship that moves away from the disease discourse and from the regulatory ideals of optimization and functionality. In accordance with this productive conception of power and the configuration of government technologies under neoliberalism, the emergence of psycho-

pharmaceuticals as a device is proposed. This notion is based on an articulation of the self in the form of a company based on the sphere of consumption. It is concluded that in the discursive level psychopharmaceuticals imply an intensification of neoliberal logic in the field of subjectivity.

KEYWORDS: *Psychoactive drugs. Multimodal discourse analysis. Pharmaceutical advertising. Neoliberalism. Chile.*

Introducción

En torno a la exaltación de la subjetividad y al auge contemporáneo del yo (Álvarez-Uría 2006), la influencia del neoliberalismo como proyecto político y económico ha modificado las relaciones sociales, las formas de vida y los procesos de construcción de la subjetividad en la actualidad. El neoliberalismo, como forma de discurso y modo de pensamiento, que ha llegado a incorporarse a la forma natural en que las personas interpretan y viven el mundo (Harvey 2007), se ha asociado a la creciente individualización de la sociedad y la privatización de los malestares subjetivos (Davies 2022). Bajo estas coordenadas, se ha situado a la salud mental como un ámbito relevante de discusión pública.

Las transformaciones recientes en este campo se han asociado a la implementación de un modelo denominado “comunitario”, caracterizado por la pérdida de centralidad del hospital psiquiátrico como lugar de reclusión y la limitación de los mecanismos de encierro por medio de estrategias que incitan a la libertad en los procesos de atención, de acuerdo con valores y prácticas no necesariamente coercitivas (Cea-Madrid y Castillo-Parada 2018). Al respecto, la inserción del discurso psiquiátrico en la vida cotidiana ha promovido un modelo explicativo biológico y una estrategia farmacológica como respuesta a los problemas subjetivos, con una creciente aceptación social y una relativa legitimidad científica (Whitaker 2015; Davies 2022). Este recorrido se manifiesta en una forma material: la expansión del mercado farmacéutico y el aumento del consumo de psicofármacos como pilares del modelo comunitario en salud mental (Castillo-Parada 2018; Cea-Madrid 2018).

Como actor institucional, los agentes prescriptores de psicofármacos se han constituido en el público objetivo de la industria farmacéutica, sector económico que se encuentra en una fase de rápida expansión y consolidación a gran escala en los territorios del sur global (Mills 2018). Del mismo modo, la influencia de las compañías farmacéuticas se ha orientado a constituir consumidores activos de servicios médicos (Bianchi 2018; Davies 2022). De esta manera, los afiches publicitarios sobre psicofármacos constituyen un objeto privilegiado de análisis para dar cuenta de las transformaciones recientes en el campo de la salud mental bajo el neoliberalismo.

En Chile, el neoliberalismo se ha asociado a la expansión de la cultura del consumo, la precariedad del trabajo y la despolitización de la vida pública. En específico, la centralidad del mercado en la organización social ha tenido como consecuencia un predominio de los discursos individualizantes y un repliegue al mundo privado (Araujo 2019). En ese contexto, la presente investigación tiene por objetivo examinar la relación entre las prácticas discursivas y los entramados institucionales en el campo de la salud mental en función de los afiches publicitarios de psicofármacos en congresos de psiquiatría en Chile entre los años 2010 y 2014. Los afiches publicitarios en tanto artefactos comunicativos que articulan distintos recursos semióticos, como el uso de palabras, colores e imágenes, implican una composición adecuada para una aproximación metodológica centrada en el análisis del discurso multimodal. A su vez, estos discursos cobran relevancia en la medida que los destinatarios de esta publicidad son los médicos psiquiatras, quienes constituyen una comunidad interpretativa (Kress y Van Leeuwen 2001) que no solamente es receptora de este mecanismo de comunicación sino que eventualmente se informa y toma decisiones en función de las interpretaciones que hacen de estos discursos, por lo tanto, se constituyen como actores relevantes en el ámbito de la salud mental contemporánea.

2. Formas de gobierno y producción de subjetividad bajo el neoliberalismo

En el campo de la salud mental, el desarrollo del modelo comunitario se ha asociado a una serie de cambios sociopolíticos que han hecho que la coerción no se constituya como una de las principales estrategias de gestión sanitaria, dejando paso a mecanismos de atención que engarzan al sujeto en una “libre” búsqueda de un estado de bienestar (Cea-Madrid y Castillo-Parada 2018). Esta transformación, es lo que Robert Castel (1984) denomina orden post-disciplinario. Este orden se caracteriza por el retorno al positivismo médico y el enfoque biológico, el consecuente auge de los medicamentos psiquiátricos y el mercado farmacéutico, la promoción de nuevas tecnologías de administración de los problemas sociales a partir de la gestión de las particularidades del individuo, así como el desarrollo de dispositivos de intensificación psicológica donde las fronteras de separación entre lo normal y lo patológico desaparecen y la totalidad de la existencia se vuelve materia de tratamiento (Castel 1984).

Este cambio de época se asemeja a la emergencia de “sociedades de control”, donde la capilaridad del poder ya no estaría regida por mecanismos de encierro y captura, sino por instancias más sutiles como la seducción, el hedonismo y el consumo (Deleuze 2007). Sin duda, este nuevo régimen político incentiva la búsqueda de soluciones en el consumo de psicofármacos (Davies 2022). Esta organización del poder se ha descrito bajo la noción de gubernamentalidad entendido como un método de racionalización del ejercicio de gobierno, destinado a actuar sobre las posibilidades de acción de los individuos y regular sus conductas según unos fines determinados (Foucault 2001; 2006). En específico, la gubernamentalidad se engarza con la emergencia del neoliberalismo que implica técnicas y estrategias de gobierno destinados a dirigir la conducta de los individuos basadas en la racionalidad de los agentes económicos y la “autoactivación” de los sujetos (Foucault 2007; Laval y Dardot 2013). En este contexto, todas las esferas de la existencia se enmarcan y miden a partir de criterios económicos, se traslada a cada sujeto la gestión sobre su vida y se configura al “empresario de sí” como el blanco de sistemas normativos y de saberes (Castro-Gómez 2010; Brown 2016). Al promover esta capacidad emprendedora, el sujeto es impulsado a asumir la responsabilidad y culpa por sus logros y fracasos; implicando nuevas formas de individualización de los riesgos y promoción de la competencia (Lazzarato 2013).

Bajo el neoliberalismo, el papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo del mercado (Harvey 2007). De esta manera, en todas las esferas de la vida imperan las técnicas de racionalización y de mejora bajo el dictado del rendimiento, la comparación y la evaluación continua para sacar el máximo provecho de las capacidades del sujeto (Friedrich 2018). Junto con ello, se favorece un ambiente propicio para configurar individualidades acordes a las pautas del máximo beneficio personal (Calveiro 2021). En palabras de Laval y Dardot (2013), “considerado como racionalidad gubernamental, y no como doctrina más o menos heteróclita, el neoliberalismo es precisamente el despliegue de la lógica del mercado como lógica normativa generalizada, desde el Estado hasta lo más íntimo de la subjetividad” (p. 25). De esta forma, el neoliberalismo busca regular las relaciones sociales por medio del gobierno de la conducta sin que el Estado intervenga sobre la naturalidad de los procesos en los cuales el individuo es responsable (Castro-Gómez 2010).

Junto a la idea de *gubernamentalidad*, Foucault (1985, p.47) propone la noción de dispositivo para comprender un modelo productivo y no represivo de funcionamiento del poder. Los dispo-

sitivos son ensamblajes de prácticas, discursos e instituciones heterogéneas (Vázquez 2021). Esto refiere que articula campos de visibilidad, campos de enunciación, relaciones de fuerza y procesos de subjetivación en una mutua implicación entre poder y saber (Deleuze 2007). Agamben (2011) sostiene que dispositivo es “todo aquello que tiene, de una manera u otra, la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivos” (p.256). De esta manera, el dispositivo está constituido por una intersección de elementos mutuamente independientes que, de forma imprevista y contingente, convergen y se conectan entre sí funcionalmente (Vázquez 2021).

La noción de gubernamentalidad como ejercicio del poder a distancia que posibilita la conducción de los individuos más allá de las instituciones o estructuras económicas, políticas y estatales (Calveiro 2021) y la idea de dispositivo como red de relaciones que ordena prácticas, mecanismos y racionalidades para el ejercicio del poder, la conformación de un saber y la producción de formas de subjetividad (Vázquez 2021) refuerzan la idea que el poder produce, no solo oprime. Por lo tanto, las relaciones de poder sostienen determinados modos de relación social, inducen comportamientos, dirigen acciones y fomentan actitudes (Jordana 2021). En síntesis, Bacarlett (2016) enfatiza que el poder responde a un ejercicio positivo y regulativo cuyo rasgo central no es la represión ni la exclusión, sino la producción (de fuerzas, conductas, sujetos), la integración (a un régimen de control, de gestión, de vigilancia) y la distribución (de diferencias y particularidades).

Bajo estas claves de lectura, cabe analizar el lugar del psicofármaco en la sociedad contemporánea a través de los mecanismos de subjetivación que el neoliberalismo promueve. En este contexto, el campo de la salud mental implica la construcción de sujetos consumidores y básicamente aislados que resuelven sus problemas bajo las coordenadas del mercado de la asistencia sanitaria (Rose 2012). Así, es posible situar el psicofármaco bajo un nuevo arte de gobernar que favorece la expansión del mercado farmacéutico e insta a los individuos a ser consumidores activos de servicios y productos médicos (Cipriano 2017; Davies 2022). Lo anterior, en un escenario social ampliado en que predominan los discursos y prácticas que regulan la despolitización y el debilitamiento de los lazos sociales bajo el neoliberalismo (Laval y Dardot 2013; Brown 2016), a la vez que esos discursos y esas prácticas se producen y promueven a través de distintas estrategias comunicacionales en las que su dimensión ideológica suele invisibilizarse o encubrirse (Íñiguez 2019; Van-Dijk 2016). En este sentido, la posibilidad de develar esta dimensión ideológica a través del análisis del discurso de afiches publicitarios de fármacos psiquiátricos supone una aproximación semiótica y multimodal (O'Halloran 2012) que considere cómo la articulación de recursos semióticos como las imágenes y las palabras promueven sentidos particulares sobre la salud mental en una comunidad interpretativa específica (Kress y Van Leeuwen 2001), como en este caso los médicos psiquiatras.

3. Metodología y corpus

La presente investigación se desarrolla desde una aproximación cualitativa y se inscribe en la tradición de los estudios del discurso (Sisto 2012; Van-Dijk 2016). Por discurso, se comprende un conjunto de prácticas lingüísticas que mantienen y promueven relaciones sociales y que también pueden reproducir o transformar esas mismas relaciones sociales (Íñiguez 2019; López Ferrero, Carranza y Van-Dijk 2022). Este estudio se posiciona desde una perspectiva de análisis del discurso

multimodal (ADM) que constituye un paradigma emergente en el campo de los estudios del discurso que amplía el estudio del lenguaje per se al estudio del lenguaje en combinación con otros recursos (O'Halloran 2012).

El ADM se caracteriza por reunir teorías y métodos de análisis que relacionan distintos sistemas semióticos como pueden ser los modos oral y escrito de comunicación con imágenes o música (Pardo y Forero 2016; López Ferrero, Carranza y Van-Dijk 2022). Desde este enfoque, componentes como la modalidad y estructura visual, así como los marcos lingüístico-discursivos y selección del léxico, orientan el proceso analítico (Silva y Ramalho 2012). Al respecto, los afiches publicitarios constituyen un material relevante de análisis desde esta perspectiva, en la medida que articulan imágenes y textos con fines persuasivos (Cucatto 2002; Burchard y Pons 2005). A su vez, los afiches publicitarios componen representaciones discursivas y mecanismos de construcción de sentido en los espacios sociales (Trindade y Annibal 2006; Ramalho 2008).

Para comprender la importancia del ADM en el estudio, siguiendo a Kress y Van Leeuwen (2001), este enfoque puede entenderse como una perspectiva de análisis que integra y articula los diversos modos semióticos que pueden estar presentes en distintos lenguajes, como en este caso la comunicación publicitaria en el campo de la salud mental. A través de la articulación de las imágenes y las palabras se producen sentidos en base a múltiples articulaciones posibles, sentidos cuya adjudicación se sustenta en cuatro estratos o dominios de la práctica lingüística: el discurso, el diseño, la producción y la distribución. Por discurso los autores entienden los conocimientos socialmente construidos sobre el objeto del discurso, en este caso los psicofármacos, mientras que por diseño entienden el uso de los distintos recursos semióticos, como las imágenes y las palabras. Finalmente, por producción entienden a la producción material concreta del artefacto semiótico, los afiches publicitarios en nuestro caso, y por distribución los soportes a través de los cuales circula el artefacto semiótico producido, en este caso los programas de los congresos.

Es a través de la articulación de estos estratos y su interpretación que se produce la comunicación. En este sentido la comprensión requiere de un posicionamiento de los intérpretes, quienes le otorgan determinados sentidos a los estratos y su articulación. Esto puede suponer en ciertos casos conocimientos específicos para una adecuada comprensión, en este caso, de la publicidad de medicamentos psiquiátricos, por lo que, siguiendo Kress y Van Leeuwen (2001), la comunicación se logra en la medida que existe una comunidad interpretativa, en este caso la comunidad de médicos psiquiatras, quienes son los que están formados y autorizados a prescribir estos medicamentos.

Desde una aproximación crítica, se ha descrito que la industria farmacéutica exagera de forma generalizada los efectos beneficiosos de los medicamentos ante los profesionales médicos en la medida que ha conseguido ser el principal actor de su propia regulación (Gøtzsche 2014). Por otra parte, se ha señalado que estos actores institucionales tienen un fuerte interés en la promoción y en la expansión de una narrativa del yo definida por la patología, y por lo tanto promueven de hecho una narrativa de la enfermedad (Illouz 2010). Estos antecedentes sustentan la relevancia de analizar las campañas publicitarias de las empresas farmacéuticas y examinar sus mecanismos discursivos (Caponi 2022).

Para esta investigación, el corpus del análisis corresponde a afiches publicitarios de psicofármacos que aparecen de forma impresa en los programas de los Congresos Anuales de una sociedad científica que agrupa a tres campos disciplinarios ligados a la psiquiatría realizados entre los años 2010 y 2014. En el estudio, se seleccionaron cuatro afiches publicitarios, dos correspondientes a

antidepresivos y dos a estabilizadores del ánimo. Cabe mencionar que estos afiches tienen un receptor específico y un destinatario ideal que corresponde a agentes prescriptores de psicofármacos que asisten a los congresos en la medida que la publicidad de psicofármacos dirigida a consumidores se encuentra prohibida por ley en nuestro país. A su vez, el año 2015, se establecen restricciones a la publicidad de productos farmacéuticos eliminándose la posibilidad de realizar anuncios a los profesionales de la salud sobre la existencia o introducción de un producto farmacéutico, por lo tanto, el material analizado corresponde a un marco temporal específico que posibilitaba la connivencia del gremio médico y la industria farmacéutica en contextos definidos para su encuentro y difusión.

De modo de evitar posibles conflictos de interés, no se incluirá en el análisis los afiches publicitarios seleccionados ya que todos llevan el nombre de la marca del medicamento y del laboratorio que lo produce, por lo cual solamente se ha dejado el nombre genérico de cada medicamento. Sin embargo, de modo de facilitar el análisis, se realiza para cada caso una descripción exhaustiva de cada afiche.

4. Resultados

En términos generales, los cuatro afiches sitúan de manera muy visible el nombre comercial del medicamento, dejando como subtítulo el producto que lo compone (Bupropion, Lamotrigina, Venlafaxina y Carbonato de Litio). Como veremos en detalle en cada uno de los casos, cada afiche incluye alguna frase que destaca los beneficios del medicamento (por ejemplo, en el caso del Bupropion, “una dosis diaria de bienestar”). Asimismo, en tres de los cuatro casos (la excepción es la Lamotrigina), la imagen presenta las cajas o frascos de los productos. Finalmente, salvo en el caso del Carbonato de Litio, los otros tres afiches presentan rostros o cuerpos humanos.

4.1 Afiche publicitario Bupropion

En el caso específico del Bupropion, en la parte superior del afiche publicitario aparece a la izquierda, la fotografía de un hombre sonriendo y vestido formal, en el centro una mujer vestida de blanco, sonriendo y a la derecha, una pareja hombre-mujer que se encuentran abrazados y sonriendo, lo que desde un comienzo, debido a que esta imagen ocupa un tercio del afiche y es a todo color, destaca los efectos positivos del medicamento en distintos tipos de personas e incluso relaciones. En el centro del afiche, a la izquierda aparece la frase “Eficacia antidepresiva de primera línea” rodeando las letras 24h. La referencia a la “primera línea” del medicamento, así como su acción por 24 horas releva la calidad de la marca del medicamento, lo que se puede considerar como una forma de hacer valer la calidad del producto respecto de otros productos equivalentes.

En torno a estas letras, una pareja aparece tomados de la cintura y dándose un beso, una mujer se encuentra sentada realizando una postura de yoga y un hombre vestido formal monta en bicicleta esbozando una sonrisa. En el centro del afiche, al costado derecho se observa la presentación del producto en dos formatos distintos, de 150 y 300 mg. Finalmente, en la parte inferior del afiche aparece la frase “una dosis diaria de bienestar!” y más abajo, cuatro referencias de artículos científicos publicados en revistas de psicofarmacología en letras de menor tamaño. Si bien las letras tienen una menor visibilidad, su inclusión en el afiche da cuenta del respaldo científico, evidenciado en este caso por referencias bibliográficas del campo de la psiquiatría. Sin embargo, el recurso parece

más orientado a la legitimación científica del producto más que a la información que contiene ya que las letras son mucho más pequeñas que el resto de las letras del afiche.

En términos de los discursos que evoca el afiche publicitario, los rostros sonrientes del hombre vestido formal, la mujer vestida de blanco y la pareja hombre-mujer, dan cuenta de un predominio de la expresión emocional de alegría, así como una actitud de calma y tranquilidad. En torno a las letras 24h que simulan una gigantografía, los sujetos desarrollan actividades asociadas al amor, el trabajo y el deporte que manifiestan su energía y vitalidad. Esta articulación de actitud positiva y corporalidad funcional se condensa en la frase “Eficacia antidepresiva de primera línea” atribuida al medicamento. A su vez, el resultado esperado del fármaco opera de manera prolongada en el tiempo y de forma continua (24 horas), lo que se compendia en la frase que cierra el afiche publicitario: “una dosis diaria de bienestar!”. Al respecto, las imágenes de los envases en formato de 150 y 300 mg dan cuenta de las dosis diferenciadas que pueden necesitar los sujetos para obtener el resultado terapéutico. Finalmente, como señalamos anteriormente, corresponde a un tratamiento de primera línea respaldado por la evidencia científica, lo que se asocia a un mecanismo de validación del discurso, que corresponde a las cuatro referencias de artículos en revistas de psicofarmacología que aparecen en la parte inferior del afiche. En su conjunto, la articulación de imágenes y palabras dan cuenta de la eficacia del medicamento en torno a la capacidad para disfrutar la vida y establecen un ideal de optimización como expresión de bienestar, lo que a diferencia de los otros afiches se destaca por el hecho de que casi la mitad del afiche es utilizado para mostrar a las personas y por lo tanto hacer muy visibles sus rostros y actitudes de bienestar.

4.2 Afiche publicitario Lamotrigina

Respecto de la publicidad de la Lamotrigina, en la parte superior derecha del afiche, se encuentra la frase “Desenmascara el trastorno bipolar” junto a una máscara pequeña en forma de antifaz. Más abajo el nombre del producto y la frase “Ayuda a recuperar a la persona real”. En el resto del afiche, se visualizan los rostros de tres personas que se han quitado máscaras y comparten sus testimonios luego de recibir diagnóstico de trastorno bipolar.

En el afiche publicitario, en torno a la frase “Desenmascara el trastorno bipolar” predomina la metáfora de descubrimiento del diagnóstico que se encuentra en la interioridad del sujeto y emerge al recibir el tratamiento adecuado. Junto con ello, la frase “Ayuda a recuperar a la persona real” da cuenta de la capacidad del medicamento para favorecer que se manifieste la verdad del sujeto y con ello, la posibilidad de poder ayudarlo. Los testimonios que completan el afiche publicitario dan cuenta de los procesos de descubrimiento del diagnóstico y su asociación con el medicamento.

El afiche se caracteriza por incorporar, en primer lugar, junto al rostro de una mujer con rasgos asiáticos que se ha quitado una máscara veneciana, un texto que señala: “Se que la vida está llena de altos y bajos, pero ahora los puedo manejar”. Estas palabras corresponden a Tatiana, de 27 años “Diagnosticada como Bipolar II el 2007 y tratada con mantenimiento de litio y (nombre comercial del medicamento)”. En este testimonio lo que se expresa es la posibilidad del medicamento de otorgar control y seguridad para enfrentar las adversidades.

En segundo lugar, junto a un hombre con rasgos afrodescendientes que se ha quitado una máscara de yeso aparece el texto: “Los antidepresivos parecían solo empeorar las cosas, ahora tengo algo en que confiar”. Este testimonio corresponde a Leo, de 24 años “Recientemente reconocido

como Bipolar I después de años de uso ocasional de antidepresivos para contrarrestar episodios depresivos”. En este testimonio, se refuerza la recuperación de la confianza al modificar el tipo de medicación previa y encontrar el tratamiento adecuado.

Finalmente, en torno a un hombre con rasgos caucásicos que se ha quitado una máscara veneciana, se indica el testimonio “Ahora volví a la universidad y eso lo dice todo”. Esta frase se atribuye a Pedro, de 31 años, “Diagnosticado como Bipolar el 2008”. Este último relato da cuenta de la eficacia del medicamento como la posibilidad de retomar proyectos de vida.

En el conjunto, la metáfora del desenmascaramiento expresa la eficacia del medicamento que se caracteriza por expresar la verdad del sujeto y posibilitar un cambio que marca una clara diferencia entre un antes y un después del tratamiento. Junto con ello, en los relatos que aparecen en el afiche publicitario, la eficacia del medicamento se caracteriza por encontrar una mejor versión del sí mismo. De esta manera, en el afiche publicitario predomina un ideal de funcionalidad que se manifiesta como manejo de las adversidades, confianza en sí mismo y recuperación de capacidades. Como se señaló anteriormente, en este afiche no se presenta el producto sino solamente los rostros de las personas y los textos asociados, lo que podría considerarse como una estrategia destinada a relevar los resultados del medicamento en las personas más que el medicamento mismo.

4.3 Afiche publicitario Venlafaxina

En el caso del afiche de Venlafaxina, en la parte superior del afiche, aparece el nombre del medicamento. Y bajo este título aparece un hombre con vestimenta y mochila de camping, recorriendo un camino de pavimento a un costado de un prado. En el horizonte se observa una casa, al pie de una montaña rodeada con árboles frondosos. Al medio del afiche, aparece la frase “El camino seguro hacia la remisión” y tres cajas de presentación del medicamento 37,5 mg, 75 mg y 150 mg.

En el afiche publicitario, predomina la metáfora del camino que se debe recorrer para llegar a un estado/lugar de encuentro/conexión con la naturaleza que evoca paz y tranquilidad. Lo anterior, se condensa en la imagen descrita y se expresa en el texto “El camino seguro hacia la remisión”. Al respecto, el tratamiento farmacológico se caracteriza por acercar aquel objetivo y favorecer el tránsito hacia ese estado/lugar.

Del mismo modo, en la parte inferior del afiche se enuncia nuevamente el nombre del medicamento en torno a la frase “Las 4R tienen solución” y se encuentran cuatro palabras que comienzan con la letra R: Respuesta, Remisión, Recaída y Recurrencia. En esta línea, la eficacia del medicamento se caracteriza por otorgar respuestas a cuatro situaciones asociadas a los cuadros diagnósticos de depresión y ansiedad: la emergencia, regularidad, intensidad y frecuencia de los síntomas que los configuran.

Finalmente, el carácter del medicamento de bioequivalente que aparece de forma visible en color amarillo en el centro del afiche se asocia a un discurso de legitimación donde se señala que el medicamento ha sido aprobado por la agencia estadounidense de productos farmacéuticos (FDA) y es fabricado bajo estándares de calidad y seguridad de una compañía farmacéutica internacional, lo cual remite, al igual que en el afiche del Bupropion, al recurso de legitimación científica, en este caso otorgada por instituciones de salud.

En el conjunto, la metáfora del camino expresa la eficacia del medicamento que se caracteriza por visualizar un objetivo y favorecer un acercamiento a un estado ideal que puede ser transitado

por el sujeto, cuyo horizonte se caracteriza por la calma y la tranquilidad como representación de la remisión/ausencia de síntomas. Sin embargo, a diferencia de los afiches anteriores, la mitad de la imagen está ocupada por imágenes del producto, específicamente por 3 cajas del fármaco, y el nombre del producto se repite cuatro veces, lo cual da cuenta de una estrategia más centrada en el producto que en sus resultados.

4.4 Afiche publicitario Carbonato de Litio

Finalmente, en el caso del Carbonato de Litio, el afiche publicitario en la parte superior presenta el texto “Cuando el objetivo del tratamiento bipolar es la recuperación funcional”. En el centro del afiche, aparece un registro de ondas en que la noción de pretratamiento da cuenta de oscilaciones pronunciadas de color rojo, que luego, tras la intervención de un plumón sostenido por una mano asociada a la figura de una persona con corbata y bata blanca, las oscilaciones disminuyen y aparecen de color azul. Si bien la imagen es bastante simple y salvo la mano no se vislumbra mayormente el cuerpo de la persona sino más bien su bata, la imagen evoca claramente la figura de un médico especialista.

En el afiche publicitario, la estabilización de las ondas rojas, con oscilaciones importantes, a ondas azules muchos menos marcadas evoca claramente la metáfora de la estabilidad, que se manifiesta en la modificación en figura y color del registro de ondas con el inicio del tratamiento, expresando la eficacia del medicamento en términos de aminorar la intensidad de las oscilaciones del estado de ánimo, lo que es construido en el discurso como el propósito del tratamiento: “recuperación funcional”. Este inicio del tratamiento está dado por el actuar de un sujeto, que, tal como señalamos, evoca un médico que interviene en la situación y emerge como figura de autoridad al posibilitar ese cambio.

A su vez, el tratamiento se encuentra dirigido a una doble posición de sujeto: “tratamiento de primera línea en manía aguda y terapia de mantenimiento en pacientes bipolares I y II”. Este discurso se legitima en una referencia bibliográfica que aparece en la parte inferior del afiche. Junto con ello, la frase “Aprobado desde los 12 años de edad” da cuenta de su recomendación y posible utilización en población infanto-juvenil. En definitiva, la eficacia del medicamento se caracteriza por disminuir la intensidad de las oscilaciones del estado de ánimo luego de implementar el tratamiento adecuado por una figura experta, que se condensa en un ideal de estabilidad como expresión de recuperación.

Como dijimos anteriormente, este es el único afiche en que no se presenta cuerpos ni rostros, y la mayor parte de la imagen refiere al producto, tanto mostrando una caja del medicamento como con referencias textuales a sus características, por ejemplo, señalando que la caja contiene 50 comprimidos de liberación sostenida, y beneficios, como la recuperación funcional del trastorno bipolar. Cabe señalar comparativamente que al no haber cuerpos ni rostros, el afiche resulta más frío e impersonal que los anteriores.

5. Discusión

Los afiches publicitarios de psicofármacos articulan diversos componentes en una unidad de sentido, cuya organización e interrelación se concretan de acuerdo con ciertas reglas de construcción

discursiva. En torno a la figura del psicofármaco, los discursos sobre salud mental en los afiches publicitarios definen un conjunto de prescripciones orientados a regular la vida anímica de los sujetos contemporáneos. Bajo las nociones de optimización (“¡una dosis diaria de bienestar!”), funcionalidad (“Ayuda a recuperar a la persona real”), aplacamiento (“El camino seguro hacia la remisión”) y estabilidad (“Cuando el objetivo del tratamiento bipolar es la recuperación funcional”), los psicofármacos establecen estándares normativos en la conducción de la conducta de los individuos y configuran formas de subjetivación de lo que se considera normal y deseable (Deaville y Lemire 2022). En particular, los psicofármacos engarzan con el tipo de subjetividad que busca constituir la racionalidad de gobierno neoliberal, estableciendo una particular visión del individuo adecuado o adaptado (Alvarenga y Dias 2021).

En específico, los objetos del discurso farmacéutico no son vistos como enfermedades sino como disfunciones que pueden ser abordadas por medio de técnicas específicas que favorecen el desempeño y la integración (Rose 2012). En el marco del modelo neoliberal que valora la libertad individual y la elección del consumidor (Harvey 2007), el discurso farmacéutico se orienta a gestionar el bienestar como responsabilidad de los individuos destinados a la tarea de mejorar su posicionamiento competitivo y aumentar su capital humano a través de la autoinversión (Brown 2016).

Bajo esta clave de lectura, es posible establecer la emergencia del psicofármaco como dispositivo. Al respecto, el discurso farmacéutico articula la conformación de sujetos dóciles y productivos, capaces de encontrar la verdad en su interioridad, a partir de la autogestión de sus recursos personales y la adaptación de su conducta a los lineamientos dictados por un régimen plural de normatividad. En palabras de Laval y Dardot (2013), en el neoliberalismo:

Se trata, de hecho, de producir una relación del sujeto individual consigo mismo que sea homóloga a la relación del capital consigo mismo: una relación, precisamente, del sujeto con él mismo como 'capital humano' que debe aumentar indefinidamente, o sea, un valor que hay que incrementar cada vez más (p. 21).

De esta forma, los psicofármacos representan una modalidad de ajuste personal a las prescripciones del sistema neoliberal, un aliciente que estimula la responsabilidad y el autocontrol en la conducción de sí mismo como una empresa. A su vez, son un instrumento que permite fortalecer el régimen neoliberal bajo las coordenadas de utilidad, productividad, explotación y acumulación. Sin embargo, no como una cualidad intrínseca al medicamento, sino a partir de una función estratégica concreta, en torno a las relaciones de poder que lo configuran. En la medida que los psicofármacos se constituyen como estrategias de autorregulación que favorecen procesos de satisfacción y realización personal, así como la posibilidad de descubrir un yo más auténtico, sustentan la construcción del sujeto neoliberal ideal como consumidor informado e inteligente, responsable de su propio bienestar (Laval y Dardot 2013).

Por otra parte, el psicofármaco como dispositivo implica un proceso de subjetivación (Agamben 2011) que se inscribe en disposiciones de control abierto y continuo, muy diferentes a las disciplinas cerradas (Deleuze 2007). En este contexto, las técnicas farmacéuticas, no prometen meramente ayudar a sobrellevar, o incluso curar, sino corregir y mejorar las clases de personas que somos o queremos ser (Rose 2012). Lo anterior, representa una innovación en el campo de la salud mental. Como plantea Castro-Orellana (2023) “todo dispositivo emerge como una reconfigura-

ción de un dispositivo anterior, es decir, como una estrategia complementaria que viene a suplir la ineficacia de una lógica de poder precedente” (p. 37), por lo tanto, la emergencia del psicofármaco se adiciona al proceso de cierre de los hospitales psiquiátricos y la expansión del modelo comunitario, implicando, más que un proceso de humanización de la atención, formas más finas de sometimiento en un escenario neoliberal de racionalización y maximización de los efectos del poder. Esta aproximación contribuye a ampliar y enriquecer la visión del psicofármaco como estrategia de control social (Caponi 2019).

En síntesis, las estrategias discursivas de la publicidad farmacéutica implican tácticas de saber-poder orientadas a regular y modificar experiencias subjetivas, optimizar recursos personales y maximizar su funcionamiento, gestionar emociones y superar adversidades, favoreciendo la emergencia de sujetos que asumen una posición activa de “realizarse a sí mismos” mediante el mejoramiento de su rendimiento, el control de su intimidad y la expansión de su autonomía (Laval y Dardot 2013). Lo anterior, se enraíza con la racionalidad neoliberal que favorece el desplazamiento del sujeto político hacia la esfera privada (Brown 2016) y condensa mecanismos de normalización más estrictos y rigurosos (Bacarlett 2016). En definitiva, el discurso farmacéutico actúa sobre la libertad de los sujetos y profundiza los procesos de medicalización de la vida (Davies 2022).

Conclusiones

Los afiches publicitarios de psicofármacos permiten analizar el lugar del discurso experto y sus articulaciones con tecnologías de gobierno específicas en la salud mental contemporánea. En esta línea, los discursos sobre salud mental por parte de la industria farmacéutica más que enfatizar los aspectos negativos del diagnóstico psiquiátrico, resaltan las virtudes del tratamiento farmacológico. Lo anterior, da cuenta de normas, valores e imágenes que moldean y producen procesos de subjetivación bajo los principios de autosuficiencia, sensación de control y desarrollo personal, en oposición a los modelos tradicionales de coerción, restricción y aplanamiento. Al respecto, estos nuevos discursos y prácticas resultarían incomprensibles sin advertir la existencia de una psicologización intensiva de la sociedad (Castro-Orellana 2023).

La noción de psicofármaco como dispositivo, permite comprender un proceso sociocultural, un proceso económico y un proceso psicosocial en que las empresas farmacéuticas inducen y promueven la prescripción/consumo de sus productos de acuerdo con estándares ideales de normalidad y salud. Así, se visualiza el carácter histórico de una estrategia general de administración de la subjetividad que inscribe, en el consumo de bienes determinados (psicofármacos, en este caso) la superación de insatisfacciones, fragilidades y frustraciones, así como la gestión de aspiraciones, expectativas y anhelos. De esta manera, bajo el neoliberalismo, se promueve que los pacientes no sean objetos o receptores pasivos del sistema sanitario, sino que se conviertan en consumidores que eligen y usan los servicios de salud mental con el fin de maximizar o potenciar su propia vitalidad como sujetos activos en la producción de dicha salud (Rose 2012; Castro-Orellana 2023).

En este marco, la perspectiva discursiva (Kress y Van Leeuwen 2001; O’Halloran 2012; Iñiguez 2019; Van-Dijk 2022) permite aproximarse a los mecanismos institucionales que configuran los campos semióticos y multimodales que dan sentido a la noción de salud mental, en el caso analizado aquí a través del establecimiento de mensajes e imágenes orientadas a la recuperación

farmacológica de una normalidad psicológica y psicosocial positiva y deseable, recuperación sustentada en estrategias de legitimación de la industria farmacéutica como las aprobaciones sanitarias y las referencias a estudios científicos.

Los alcances de esta investigación remiten a los afiches publicitarios en congresos de psiquiatría, aproximándose a los discursos que legitiman la racionalidad tecnocientífica en espacios circunscritos al gremio médico, es decir a una comunidad interpretativa particular (Kress y Van Leeuwen 2001) respecto de la cual la industria farmacéutica despliega estrategias publicitarias específicas. Si bien se han actualizado las normativas que regulan la interacción entre estos actores institucionales, la expansión y continuidad de la hegemonía psiquiátrica bajo otros medios representa un campo de interés creciente.

Por lo tanto, como proyecciones de este estudio, se plantea examinar la inserción de estos discursos en la vida cotidiana y su vinculación con otras culturas terapéuticas (Illouz 2010). En específico, aproximarse a los planos y esferas de comunicación mediática que establecen un discurso público sobre la salud mental y los tratamientos en este ámbito. Por otra parte, abordar los procesos de subjetivación política que emergen de los interfaces con el consumo de psicofármacos, incluyendo las representaciones discursivas de las formas de resistencia y contra-conductas que acompañan los procesos de abandono/discontinuación de estos medicamentos (Castillo-Parada 2018).

En definitiva, al examinar los afiches publicitarios como artefactos semióticos que tienen como finalidad la prescripción y el consumo de psicofármacos, el discurso farmacéutico se distancia del discurso tradicional de la enfermedad y el psicofármaco como dispositivo se inserta en estrategias de encauzamiento diferenciadas y más tenaces que la mera represión, contribuyendo a moldear a los individuos dirigiéndolos hacia fines útiles en el marco de un régimen de gubernamentalidad neoliberal.

Referencias bibliográficas

- AGAMBEN, G. 2011. ¿Qué es un dispositivo? *Sociológica*, 26(73), 249-264.
- ALVARENGA, R. y DIAS, M. 2021. Epidemia de drogas psiquiátricas: tipologías de uso na sociedade do cansaço. *Psicologia & Sociedade*, 33, e235950.
- ARAUJO, K. 2019. *Hilos tensados. Para leer el octubre chileno*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile.
- ÁLVAREZ-URÍA, F. 2006. Viaje al interior del yo. La psicologización del yo en la sociedad de los individuos. En R. CASTEL, G. RENDUELES, J. DONZELOT y F. ÁLVAREZ-URÍA, F. (2009) (Eds.). *Pensar y resistir. La sociología crítica después de Foucault*, pp. 101–134. Madrid: Círculo de Bellas Artes.
- BACARLETT, M. L. 2016. *Una Historia de la anormalidad. Finitud y ciencias del hombre en la obra de Michael Foucault*. México: Gedisa.
- BIANCHI, E. 2018. Saberes, fármacos y diagnósticos. Un panorama sobre producciones recientes en torno a la farmacologización de la sociedad. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(2), 214-257.
- BROWN, W. 2016. *El pueblo sin atributos: La secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona: Malpasó.

- BURCHARD, A. M. y PONS, H. 2004. El entramado persuasivo del texto publicitario. En A. M. HARVEY (Comp.) *En torno al discurso. Contribuciones desde América Latina*, pp. 66-78. Santiago: Ediciones UC.
- CALVEIRO, P. 2019. *Resistir al neoliberalismo. Comunidades y autonomías*. Buenos Aires/Ciudad de México: CLACSO/Siglo XXI.
- CAPONI, S. 2019. *Uma sala tranquila. Neurolépticos para una biopolítica da indiferença*. São Paulo: LiberArs Editora.
- CAPONI, S. 2022. Gestión psicofarmacológica de la feminidad. Antipsicóticos para mujeres insu- misas. *Resistances. Journal of the Philosophy of History*, 3(6), e21094.
- CASTEL, R. 1984. *La gestión de los riesgos. De la antipsiquiatría al post-análisis*. Barcelona: Anagrama.
- CASTILLO-PARADA, T. 2018. Subjetividad y autonomía: significados y narrativas sobre la disconti- nuación de fármacos psiquiátricos. *Salud colectiva*, 14(3), 513-529.
- CASTRO-GÓMEZ, S. 2010. *Historia de la gubernamentalidad. Razón de estado, liberalismo y neolibe- ralismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- CASTRO-ORELLANA, R. 2023. *Dispositivos neoliberales y resistencias*. Barcelona: Herder.
- CEA-MADRID, J. C. 2018. Estado neoliberal y gasto público en psicofármacos en el Chile contem- poráneo. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(2), 39-52.
- CEA-MADRID, J. C. y CASTILLO-PARADA, T. 2018. Locura y neoliberalismo. El lugar de la antipsi- quiatría en la salud mental contemporánea. *Política y sociedad*, 55(2), 559-574.
- CIPRIANO, P. 2017. *El manicomio químico: Crónicas de un psiquiatra recalcitrante*. Madrid: En- clave de libros.
- CUCATTO, M. 2002. Cómo “hacer hacer” cosas con palabras. La construcción discursiva del este- reotipo femenino en la publicidad de los 90: El caso de Slim Center. *Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso*, 2(1), 21-49.
- DAVIES, J. 2022. *Sedados. Cómo el capitalismo moderno creó la crisis de salud mental*. Madrid: Capitán Swing.
- DEAVILLE, J. y LEMIRE, C. 2022. Beyond the Blues: Music in Antidepressant Medication Commer- cials. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 16(4), 387-404.
- DELEUZE, G. 2007. ¿Qué es un dispositivo? En G. DELEUZE. *Dos regímenes de locos. Textos y entre- vistas (1975-1995)*, pp. 305-312. Valencia: Pre-textos.
- FOUCAULT, M. 1985. El juego de Michel Foucault. En M. FOUCAULT. *Saber y verdad*, pp. 127-162. Madrid: Las ediciones de la Piqueta.
- FOUCAULT, M. 2001. El sujeto y el poder. En H. DREYFUS y P. RABINOW (Eds.). *Michel Foucault. Más allá del estructuralismo y la hermenéutica*, pp. 241-260. Buenos Aires: Nueva Visión.

- FOUCAULT, M. 2006. *Seguridad, territorio, población. Curso en el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, M. 2007. *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collège de France: 1978- 1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- GØTZSCHE, P. 2014. *Medicamentos que matan y crimen organizado: Cómo las grandes farmacéuticas han corrompido el sistema de salud*. Barcelona: Los libros del lince.
- HARVEY, D. 2007. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal.
- KRESS, G. y VAN LEEUWEN T. 2001. Multimodal discourse. The modes and media of contemporary communication. London: Arnold.
- ILLOUZ, E. 2010. *La salvación del alma moderna. Terapia, emociones y cultura de la autoayuda*. Buenos Aires: Katz.
- ÍÑIGUEZ, L. 2019. *Análisis del discurso. Manual para las ciencias sociales*. Barcelona: Editorial UOC.
- JORDANA, E. 2021. *Michel Foucault: Biopolítica y gubernamentalidad*. Barcelona: Gedisa.
- LAVAL, C. y DARDOT, P. 2013. *La nueva razón del mundo: Ensayo sobre la sociedad neoliberal*. Barcelona: Gedisa.
- LAZZARATO, M. 2013. *La fábrica del hombre endeudado. Ensayo sobre la condición neoliberal*. Buenos Aires: Amorrortu.
- LÓPEZ FERRERO, C., CARRANZA, I. y VAN-DIJK, T. (Eds.) 2022. *Estudios del discurso / The Routledge Handbook of Spanish Language Discourse Studies*. London/New York: Routledge.
- MILLS, C. 2018. From 'invisible problem' to global priority: the inclusion of mental health in the Sustainable Development Goals. *Development and Change*, 49(3), 843–866.
- O'HALLORAN, K. L. 2012. Análisis del discurso multimodal. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 12(1), 75-97.
- PARDO, N. y FORERO, N. 2016. *Introducción a los estudios del discurso multimodal*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- RAMALHO, V. 2008. Anúncio publicitário de medicamento: discurso e ideologia. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 8(2), 61–80.
- ROSE, N. 2012. *Políticas de vida. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI*. La plata: UNIPE.
- SILVA, D. y RAMALHO, V. 2012. Discurso, imagem e texto verbal: uma perspectiva crítica da multimodalidade. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 12(1), 7–29.
- SISTO, V. 2012. Análisis del discurso y psicología: a veinte años de la revolución discursiva. *Revista de psicología*, 21(1), 185-208.
- TRINDADE, E. y ANNIBAL, S. 2006. O espaço na enunciação publicitária: do contexto social ao discursivo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 6(1), 63–75.

VAN-DIJK, T. 2016. Análisis crítico del discurso. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, (30), 203-222.

VÁZQUEZ, F. 2021. *Cómo hacer cosas con Foucault. Instrucciones de uso*. Madrid: Dado Ediciones.

WHITAKER, R. 2015. *Anatomía de una epidemia. Medicamentos psiquiátricos y el asombroso aumento de las enfermedades mentales*. Madrid: Capitán Swing.

JUAN CARLOS CEA MADRID. Estudiante del Doctorado en Psicología, en la línea de investigación Psicología social y procesos políticos, Universidad de Chile. Magíster en Psicología, mención Psicología Comunitaria, Universidad de Chile. Psicólogo, diplomado en Psicología Clínica, Universidad de Santiago de Chile. Investigador del Centro de Estudios Locos y activista del colectivo “Locos por nuestros derechos”. Editor del libro “Por el derecho a la locura. La reinención de la salud mental en América Latina”, Editorial Proyección (2018). Sus líneas de investigación son salud mental y movimientos sociales en América Latina, trabajo y subjetividad en el Chile neoliberal.

Correo electrónico: jcarlos.ceamadrid@gmail.com

ROBERTO FERNÁNDEZ DROGUETT. Académico Departamento de Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. Docente de pre y post grado en Psicología Social y Metodologías cualitativas de investigación. Doctor en Arquitectura y Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica de Chile. Magíster en Psicología Social,

Universitat Autònoma de Barcelona. Psicólogo, Universidad ARCIS. Miembro del Programa Psicología Social de la Memoria, Universidad de Chile, e integrante del Grupo Internacional de Trabajo CLACSO “Memorias Colectivas y Prácticas de Resistencia”.

Correo electrónico: robertof@uchile.cl

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Singularidad y estética de la distinción en el discurso de la escuela católica

Singularity and aesthetics of distinction in the discourse of the catholic school

JOSÉ ANTONIO PINEDA-ALFONSO

Universidad de Sevilla
España

DIEGO LUNA

Universidad de Sevilla
España

JARA JUAN CHAPARRO

Universidad de Sevilla
España

Recibido: 6 de agosto de 2023 | Aceptado: 8 de marzo de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.46-65

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es la comprensión del *ethos* característico de las escuelas concertadas y privadas de confesión católica en España. A tal fin, se analizan las observaciones registradas por el profesorado en formación que realizó sus prácticas en ellos, en el marco del Máster Universitario en Formación del Profesorado de la Universidad de Sevilla (España). Se emplea un procedimiento analítico basado en la combinación de técnicas lexicométricas con la configuración de un sistema de categorías emergentes. La categoría La singularidad y la estética de la distinción, en la que se centra este trabajo, refleja la existencia de un conjunto de estrategias y tópicos discursivos (historias, imágenes, modos, valores, creencias, normas, presunciones, rituales de poder, etc.) que definen y articulan el *ethos* de las escuelas católicas. Estos resultados permiten calificar los entornos escolares confesionales como fuertemente identitarios y garantes de una educación separada del resto de la sociedad.

PALABRAS CLAVE: *Escuela católica. Escuela confesional. Escuela privada. Escuela concertada. Formación inicial del profesorado. Análisis crítico del discurso.*

RESUMO

O principal objetivo deste estudo é compreender o *ethos* característico das escolas católicas públicas e privadas na Espanha. Para tal, analisam-se as observações registradas pelos docentes em formação que nelas realizaram os seus estágios, no âmbito do Mestrado Universitário em Formação de Docentes da Universidade de Sevilla (Espanha). É utilizado um procedimento analítico baseado na combinação de técnicas lexicométricas com a configuração de um sistema de categorias emergentes. A categoria A singularidade e a estética da distinção, sobre a qual se debruça este trabalho, traduz a existência de um conjunto de estratégias e temáticas discursivas (histórias, imagens, modos, valores, crenças, normas, pressupostos, rituais de poder, etc.) que definem e articulam o *ethos* das escolas católicas. Esses resultados qualificam os ambientes escolares confessionais como fortemente orientados à identidade e garantidores de uma educação separada do restante da sociedade.

PALAVRAS CHAVE: *Escola católica. Escola confessional. Escola privada. Escola particular. Formação inicial de professores. Análise crítica do discurso.*

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the characteristic *ethos* of Catholic private and charter schools in Spain. To this end, we analyse the observations recorded by the trainee teachers who carried out their internships in them, within the framework of the Master's Degree in Teacher Training at the University of Seville (Spain). An analytical procedure based on the combination of lexicometric techniques with the configuration of a system of emergent categories is used. The category *Singularity and the aesthetics of distinction*, which is the focus of this paper, reflects the

existence of a set of discursive strategies and topics (stories, images, modes, values, beliefs, norms, assumptions, power rituals, etc.) that define and articulate the *ethos* of Catholic schools. These findings qualify confessional school environments as strongly identity-oriented and guarantors of an education separate from the rest of society.

KEYWORDS: *Catholic school. Confessional school. Private school. Charter school. Initial teacher training. Critical discourse analysis.*

Introducción

En el contexto español, la educación concertada, modelo basado en la financiación pública de escuelas de gestión privada, ha estado en el centro de la polémica entre detractores y defensores desde el pacto constitucional de 1978. Los sectores progresistas han denunciado la segregación que practican las escuelas católicas para evitar el aumento del porcentaje de alumnos de la clase trabajadora (Griera 2007). De ello se deriva el hecho de que tal modelo escolar, presentado paradójicamente como *la opción de los pobres*, haya sido acusado de funcionar como un instrumento de reproducción social de las clases acomodadas.

En este sentido, diversos estudios empíricos han puesto de manifiesto cómo, con algunas pocas excepciones, determinadas prácticas segregadoras, como el cobro de cuotas, han hecho posible la concentración de estos centros en barrios ricos, actuando como mecanismo de selección social y económica (González De Molina 2021). De hecho, algunos estudios señalan que el nivel de inclusión de las escuelas españolas es el más bajo de los países miembros de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), y el nivel de segregación uno de los más altos (Bonafant Sarro 2018). Otros concluyen que la supuesta libertad de elección de centros no genera competencia entre las escuelas, sino más bien polarización social (Jacott y Maldonado 2006).

En todo caso, este no es un problema exclusivo de España, pues en Reino Unido o Países Bajos existe una controversia acerca del papel de las escuelas religiosas al considerar que, aunque estas se presentan como defensoras de la libertad y como reducto de la resistencia a los valores seculares y al control estatal (Pike 2010: 181), atentan contra la libertad individual de los niños que se educan en ellas y socavan la cohesión social, promoviendo la segregación y el adoctrinamiento religioso.

Por otra parte, algunos autores señalan la enorme diversidad entre las escuelas religiosas (MacMullen 2018), pues, aunque compartan un *ethos* común, no existe un *habitus* unitario sino distintas maneras de vivirlo. De acuerdo con el *Diccionario de la lengua española*, por *ethos* (del griego ἦθος, “costumbre y conducta”) debemos entender un “conjunto de rasgos y modos de comportamiento que conforman el carácter o la identidad de una persona o una comunidad”. Así lo han hecho en los últimos años autores como Faas et al. (2019) o Francis y Village (2020) para explorar precisamente el impacto de la religiosidad en el ámbito educativo. En las escuelas confesionales, la identidad religiosa es compartida como un conjunto de valores y creencias con los que los alumnos deben comprometerse, poniendo en entredicho otras religiones y cosmovisiones y la misma capacidad de reflexión crítica.

Uno de los aspectos en los que parece coincidir la literatura existente es la consideración de que la esencia de la escuela religiosa es la afirmación de la identidad religiosa de la comunidad (Miller 2006). Así, Pike (2010) ha definido los entornos escolares confesionales como fuertemente identitarios, en la medida en que fomentan una educación separada y pretenden que los niños se adhieran a una identidad ancestral durante toda su vida.

Otra cuestión que se ha evidenciado en los estudios empíricos es la importancia que los padres atribuyen, a la hora de elegir escuelas confesionales, a su carácter familiar, basado en comunidades pequeñas, amistosas y unidas, al pensar que esto favorece las relaciones positivas (Hemming y Roberts 2018). Algunos autores se han referido a este hecho como el intento de trazar límites simbólicos con quienes no pertenecen a la misma clase o comunidad, adquiriendo además una membresía o pertenencia a un determinado círculo como forma simbólica de clase (Pinçon y Pinçon-Charlot

2000: 5). Esta membresía requiere no sólo el pago de cuotas o matrículas sino, sobre todo, la aceptación del grupo. En líneas generales, se considera que la conexión entre la escuela y la familia desempeña un papel importante en las escuelas confesionales, pues estas mantienen la religión, la cultura, la identidad y el lenguaje, y sostienen la continuidad de creencias entre la escuela y el hogar (Alfaro et al. 2022).

El presente estudio, que forma parte de una investigación más amplia, se propuso comprender el *ethos* de la escuela católica a través de la mirada interna y privilegiada del profesorado en formación que realiza sus prácticas docentes en este tipo de centros, abordando para ello los siguientes problemas de investigación:

- a) ¿Cómo se construye discursivamente la identidad de la escuela católica y qué lugar ocupan la segregación y las formas simbólicas de clase en este proceso?
- b) ¿Qué correspondencia existe entre el discurso institucional de las escuelas analizadas y la realidad práctica descrita por los profesores en formación?
- c) ¿Qué utilidad ofrecen las estrategias propias del análisis crítico del discurso para dar respuesta a las anteriores preguntas y comprender el *ethos* de la escuela católica?

Como se explicará a continuación, las fuentes utilizadas para dar respuesta a estos problemas fueron las observaciones registradas por un conjunto de docentes en formación que realizaron sus prácticas en diversas escuelas católicas. Dichas fuentes serían analizadas mediante una combinación de técnicas lexicométricas y de análisis de contenido.

1. Metodología

1.1. Fuentes

La principal fuente de información de esta investigación ha consistido en un corpus documental formado por 22 memorias de prácticas, las cuales sumarían un total de 856 páginas. Tales memorias, recabadas entre los años 2021 y 2023, narran las experiencias formativas de sus 22 autores, todos ellos profesores y profesoras en formación de la especialidad de Geografía e Historia que realizaron sus prácticas en centros educativos concertados de confesionalidad católica de la provincia de Sevilla (España), en el marco del Máster Universitario en Formación del Profesorado (MAES) de la Universidad de Sevilla. En términos epistemológicos, se entendió que estos documentos constituían fuentes válidas y contrastantes de las prácticas y discursos objeto de interés al dar prueba objetiva de determinadas recurrencias definitorias del *ethos* de la escuela católica.

Todos los sujetos participantes dieron su correspondiente consentimiento para formar parte de esta investigación, bajo el compromiso de mantener el anonimato tanto de ellos como de los centros educativos donde realizaron sus respectivas prácticas formativas. Junto a las memorias, otras fuentes de información ayudaron a triangular los datos y contrastar lo que planteaban los profesores y profesoras en formación en sus memorias: los planes de centro (PC), las programaciones de departamento, los reglamentos de organización y funcionamiento (ROF) y la propia guía de prácticas de la Universidad de Sevilla.

1.2. Estrategias de análisis

El método elegido para llevar a cabo esta investigación fue el análisis crítico del discurso (Pardo Abril 2013), concibiendo el lenguaje verbal como el principal medio de interacción y construcción de la realidad de los diferentes agentes educativos y sus particulares intencionalidades (Rogers 2017).

Siguiendo lo expuesto en otra ocasión, se ha optado por un procedimiento articulado en cuatro fases de análisis: 1) preliminar, donde se realizó una primera familiarización con el corpus; 2) lexicométrico, centrado en un análisis cuantitativo de las unidades léxicas que permitió identificar la existencia de determinados campos semánticos; 3) de contenido, con la construcción de un sistema de categorías emergentes a partir de los hallazgos cuantitativos, bajo los parámetros de la Teoría Emergente (Strauss y Corbin 2002) y con el apoyo del software MAXQDA; y 4) lingüístico, tomando como centro de interés las diferentes estrategias y recursos gramaticales empleados en los textos.

2. Resultados del análisis lexicométrico

En primer lugar, se decidió comprobar la relevancia lexicométrica de los tópicos identificados durante el análisis preliminar. Para ello, se optó por calcular el grado de singularidad o propensión que poseían los términos nucleares que representaban de forma explícita tales tópicos. Por *singularidad*, debemos entender el grado de relevancia que implica la presencia de una palabra en un texto o conjunto de textos, según su frecuencia de aparición en estos textos respecto a su frecuencia de aparición en un corpus de referencia. Para calcular este valor, se empleó en esta ocasión la funcionalidad *Keyword List* que ofrece la herramienta *AntConc*, la cual utiliza *Log Likelihood*, como medida estadística, y el Corpus de Referencia del Español Actual (CREA), como referente con el que comparar el corpus de este estudio. Los valores de significación de esta medida, que permiten clasificar las palabras en cuatro percentiles distintos según el grado de singularidad que presenten, son los siguientes:

TABLA 1

Valores de significación de *Log Likelihood*.

PERCENTIL	PORCENTAJE	VALOR P	VALOR CRÍTICO
95	5 %	< 0,05	3,84
99	1 %	< 0,01	6,63
99,9	0,1 %	< 0,001	10,83
99,99	0,01 %	< 0,0001	15,13

Los términos rastreados en el corpus presentan siempre un valor *keyness* superior a 22,6, lo cual confirma la significatividad de todos ellos en tanto que palabras clave. A continuación, se ofrece una selección de estos términos ordenados de forma agrupada, según la suma de frecuencias de aquellos que comparten un mismo lexema:

TABLA 2

Palabras clave de la categoría *La singularidad y la estética de la distinción*.

PERCENTIL	PALABRA	FRECUENCIA	KEYNESS
1	Familias	156	620,08
	Familia	80	313,53
	Familiar	35	121,61
	Familiares	12	41,83
2	Cultura	52	200,97
	Cultural	44	168,89
	Culturales	41	156,88
3	Diferentes	97	382,01
	Diferente	19	69,29
4	Distintos	44	168,89
	Distintas	29	108,96
	Distinto	13	45,73
	Distinta	11	37,95
5	Alta	38	128,62
	Alto	30	112,95
	Altas	7	22,6
	Altos	7	22,6
6	Social	82	321,58

Una vez comprobada la singularidad de los términos clave del corpus, se procedió a la identificación y representación de asociaciones utilizando el software *Sketch Engine* (SE), una técnica especialmente útil para conocer los elementos léxicos que conforman y acompañan a las unidades discursivas más atractivas según los intereses investigadores. Como *asociaciones*, se entendió la siguiente tipología de elementos:

- *Colocaciones*: las estructuras gramaticales en que están incluidas las unidades léxicas clave identificadas durante el propio análisis. La frecuencia y la exclusividad con que aparece cada unidad léxica en ellas se representa mediante el tamaño y la posición de su círculo, respectivamente.
- *Combinaciones*: variantes formadas a partir de los mismos lexemas presentes en las unidades léxicas clave (Tabla 3). Para ello, se buscaron las combinaciones derivadas del término *clase* mediante la funcionalidad *N-Grams* de SE, seleccionando: una amplitud de entre 2 y 4 componentes, así como un grado de 10.000 puntos en la escala de posible rareza de los resultados respecto al corpus de referencia (en este caso, el *Spanish Web 2018* – esTenTen18).

FIGURA 1

Ejemplos de colocaciones con la estructura "... familiar".

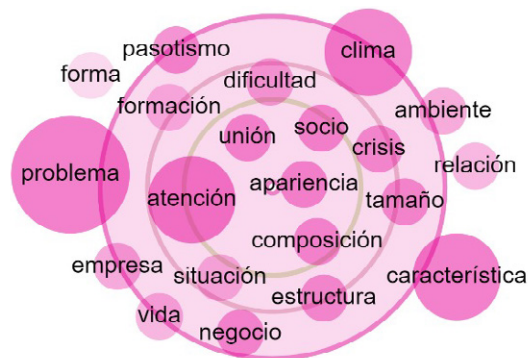


TABLA 3

Principales combinaciones que contienen la palabra *clase*.

RANGO	COMBINACIÓN	FRECUENCIA		PRESENCIA EN TEXTOS		PUNTAJACIÓN
		En el corpus	En el corpus de referencia	Del corpus (%)	Del corpus de referencia (%)	
1	Clase media alta	19	123	55	0,00020	6867,224
2	De clase media alta	15	77	50	0,00013	6335,154

- *Concordancias*: las sumas de los co-textos anterior y posterior que acompañan a cada unidad léxica clave. Para extraer estos fragmentos, se empleó la funcionalidad específica que ofrece SE:

TABLA 4

Selección de concordancias de distintos términos clave

CO-TEXTO ANTERIOR	TÉRMINOS	CO-TEXTO POSTERIOR	UBICACIÓN
Nace a propósito de la Exposición Iberoamericana de 1929. El	edificio	está constituido por un conjunto de casas de estilo andaluz con tupidos jardines, lo que hace que sea un espacio académico totalmente diferente a todos los que puedan encontrarse en la ciudad de Sevilla.	S1MP
Todos los integrantes de la Comunidad Educativa deben respeto al Ideario o	carácter propio	del Centro, al que habrán de adaptar, sin merma de los derechos y libertades que les son propios, sus actuaciones.	S18MP

De hecho, la característica de que el centro sea de línea única hace que todos los alumnos de todos los niveles se conozcan, por lo que se respira un ambiente muy familiar entre ellos. S14MP

- *Co-ocurrencias*: términos presentes en las concordancias, destacados por su alta frecuencia de aparición en ellas (Tabla 5). A este respecto, se seleccionó la opción *Collocations*, dentro de la funcionalidad Concordance de SE, estableciendo un rango de búsqueda de 3 palabras anteriores y 3 posteriores, y empleando como medidas estadísticas *Log Likelihood*, anteriormente utilizada, en combinación con *LogDice*.¹

TABLA 5

Principales co-ocurrencias (adjetivos calificativos) del término *barrio*

RANGO	PALABRA	<i>Log Likelihood</i>	<i>LogDice</i>
1	Colindantes	61,70	10,64
2	Humilde	61,70	10,64
3	Cercanos	32,20	10,08
4	Alta	25,62	9,75
5	Tranquilo	25,26	9,64
6	Media	13,97	8,99
7	Periférico	15,39	8,7
8	Degradado	15,39	8,7
9	Elitistas	15,39	8,7

3. Resultados del análisis de contenido: *La singularidad y la estética de la distinción*

Las diferentes asociaciones y unidades léxicas identificadas en la anterior fase de análisis representan un conjunto de significantes clave cuyas agrupaciones permitirían constatar la existencia de determinados campos semánticos útiles para proceder al análisis de contenido. La Tabla 6 muestra las tres dimensiones temáticas identificadas durante el análisis de contenido

1 *LogDice* indica la tipicidad de las colocaciones formadas a partir de las co-ocurrencias identificadas, relacionando las frecuencias de la unidad buscada (en este caso *barrio*) y de toda la colocación de la que forma parte.

(macrocategoría, categoría y subcategorías), así como los contenidos concretos en los que se centra este artículo.

La categoría *La singularidad y la estética de la distinción* (SINES) reúne un conjunto de tópicos que representan los distintos fenómenos sociodiscursivos intervinientes en la construcción y el mantenimiento de una imagen identitaria característica de las escuelas católicas. Dicha imagen es proyectada tanto hacia el exterior como hacia el interior de sus correspondientes comunidades educativas, por medio de diversas estrategias discursivas que serán analizadas a continuación.

TABLA 6

Sección del sistema de categorías en que se centra el presente trabajo

MACROCATEGORÍA	CATEGORÍA	SUBCATEGORÍAS
La construcción de la identidad a través de la dialéctica <i>cohesión Vs. segregación</i> (CONID)	La singularidad y la estética de la distinción (SINES)	Los fundadores, el edificio, el barrio y la uniformidad (FEBU)
		La clase social (CLAS)
		El ambiente familiar (AMFA)
		La cultura como signo de distinción (CUDI)
		De la singularidad al <i>privum legis</i> : el carácter propio (CAPRO)

3.1. *Los fundadores, el edificio, el barrio y la uniformidad*

Una de las marcas discursivas en las que es posible rastrear la importancia de la dimensión estética en las escuelas católicas es el énfasis que se pone en el valor artístico, histórico o monumental de los edificios en los que se ubican los centros educativos. Suelen tratarse de arquitecturas singulares o edificios religiosos rehabilitados; por ejemplo: “un antiguo Palacio Arzobispal situado junto a la parroquia de la localidad” (FEBU-S1MP).

La historia del Centro, su arquitectura y su confesionalidad, son emblemas que a menudo caminan de la mano en la construcción de la estética de la distinción. También son frecuentes, en los documentos organizativos y curriculares, las alusiones a los fundadores del Colegio o de la Orden religiosa a la que este pertenece. En este sentido, aparecen héroes epónimos, un santo o santa, o un mecenas fundador, del que se narra su vida y milagros.

En general, abundan las descripciones de actividades y celebraciones que giran en torno a las obras y valores que dimanaban de los fundadores: “el centro tiene un carácter cristiano católico, en el que está presente en la vida cotidiana de los estudiantes la fundadora de la orden... a través de cuadros, dibujos, textos, etc.” (sic) (FEBU-S70MP).

Asimismo, otro de los elementos que se utiliza frecuentemente para inferir la posición privilegiada de la comunidad educativa es la ubicación del centro en un determinado barrio “de los más destacados de la ciudad o influyente” (FEBU-S11MP). Se habla, en otro caso, de un “barrio tranquilo, donde habitan personas de clase media-alta, bien posicionadas socialmente” (FEBU-S1MP). La

mayoría de los estudiantes de estos centros educativos proceden del mismo barrio, son amigos y vecinos, “incluso del mismo bloque de viviendas, comparten aficiones y sus relaciones son sanas y no se ha dado el caso de ninguna situación que haya perjudicado a algún niño” (FEBU-S3MP). Para hacer hincapié en esta cuestión, se llega a establecer un contraste entre el barrio propio y el resto de barrios:

hay otras zonas desfavorecidas o entornos socialmente inestables, donde se dan situaciones de absentismo o fracaso escolar, y otros centros por el contrario donde predominan alumnos de familias con mayor nivel adquisitivo, o de zonas territoriales con un entorno tranquilo, donde los alumnos cuentan con innovaciones pedagógicas, cursos bilingües, últimas tecnologías... (FEBU-S15MP)

Otro signo de distinción estética es la utilización del uniforme, que, además, forma parte de una cadena significativa de suposiciones subyacentes junto con el aseo, el seguimiento de las normas y del ideario y las aficiones compartidas:

Los alumnos asisten a clase aseados y uniformados, desde la educación infantil hasta la secundaria. El cumplimiento de las normas del centro, el seguimiento de su ideario, y el hecho de compartir aficiones y actividades comunes, son motivos que integran a los alumnos en su día a día en el aula, siendo infrecuentes las faltas de disciplina graves (FEBU-S14MP).

3.2. *La clase social*

Un elemento clave en la conformación de la identidad de las escuelas católicas estudiadas es la procedencia socio-económica de los estudiantes y sus familias. Según este criterio, y siempre de acuerdo a las percepciones de los docentes en formación, es posible constatar la existencia de tres modelos de comunidades educativas bien diferenciadas: el primero se corresponde con un perfil de alumnado procedente de familias con un estatus socioeconómico medio-alto; el segundo representa ciertos contextos situados entre dos tipos de barrio, donde confluyen estudiantes de familias acomodadas con otros provenientes de familias humildes; y, el tercero, que aparece en tan solo dos de los veintidós casos analizados, el cual representa una escuela con clara vocación social, situada en barrios desfavorecidos.

Las apelaciones al estatus medio-alto de las familias son frecuentes, mediante expresiones tales como, “bien posicionados económica y laboralmente” (CLAS-S13MP). Algunos profesores en prácticas refieren en sus memorias las marcas o huellas que, a su entender, indican esta distinción de clase: “el tipo de centro y su localización, la vestimenta del alumnado, así como las formas empleadas a la hora de expresarse e interactuar socialmente” (CLAS-S10MP), o bien “este perfil religioso y su condición de colegio concertado explican su atractivo para las clases media-altas de la ciudad” (CLAS-S13MP).

Otro de los elementos que contribuye a la cohesión y a la definición de la identidad de este primer tipo de centros privados-concertados es el hecho de que “no hay alumnos de otros países o de otras etnias” (CLAS-S10MP). De esta manera, se afirma que el centro presenta un perfil de alumnado “muy homogéneo en relación a la procedencia territorial y en cuanto a su nacionalidad” (CLAS-S15MP). Para uno de los profesores en prácticas, “son alumnos de un

nivel socioeconómico alto acostumbrados a vivir en una burbuja en la que no se relacionan con extranjeros” (CLAS-S2MP).

En el segundo modelo de comunidad, coexiste un perfil de alumnado proveniente de familia acomodada junto a otro que es presentado como diametralmente opuesto: “Un grupo de clase media baja que reside en la zona más desfavorecida del barrio, zonas humildes que rodean el enclave y otro grupo de clase media alta que reside en el centro del barrio, y cuyos padres son profesionales liberales, médicos, profesores, etc.” (CLAS-S62MP). En algunos textos, la procedencia periférica de parte del alumnado es asociada directamente con la conflictividad: “muchas veces encontramos ambientes conflictivos, que provienen de barrios periféricos limítrofes” (CLAS-S19MP).

En algunos de estos casos, los centros poseen un sistema de becas para dar cabida a alumnado de familias *menos pudientes*: “La financiación de estas becas se lleva a cabo gracias a la tómbola, la venta de productos y las consumiciones que se realizan a lo largo de las fiestas del colegio” (CLAS-S70MP). La evaluación que realiza el profesor en prácticas de la composición heterogénea característica de este segundo tipo de comunidad es que dicha casuística no impide la correcta integración del alumnado en el centro. Más que la situación socioeconómica, lo que el docente en prácticas señala como un factor perjudicial para la convivencia “es el proteccionismo de los padres y madres el que impide la integración de los alumnos, sobre todo en los momentos ajenos al centro, viajes de fin de curso, fiesta de graduación, etc.” (CLAS-S62MP).

Frente al tipo de comunidad descrito hasta el momento, donde, de una forma u otra, sobresale un perfil familiar de clase media-alta, se halla un tercer modelo representado mediante un par de casos excepcionales. Estos pertenecen a fundaciones religiosas con una declarada vocación social, radicados en barrios populares con deficiencias en infraestructuras y con familias con niveles socioeconómicos medio-bajos, o bajos, afectadas por el paro (CLAS-S75MP).

3.3. *El ambiente familiar*

Destacan las alusiones a *la Casa* (con el apelativo de la congregación en cada caso) como metáfora del clima familiar que supuestamente se respira en el centro, “basado en una fuerte relación entre profesores y alumnos, sobre los que se vierte una confianza incondicional con gestos visibles y un seguimiento intenso” (AMFA-S13MP). “De hecho, hablamos de un modelo de centro que podemos llamarlo generacional, ya que han sido numerosos los miembros de familias de distintas generaciones los que han acudido a él...” (AMFA-S3MP). En esta misma línea, las memorias de prácticas suelen aludir al hecho de que “muchos de los alumnos que ingresan en infantil llegan a Bachillerato con los mismos compañeros que han tenido desde los cinco años” (AMFA-S19MP).

Los docentes forman parte de esta familia, pues, generalmente, llevan muchos años ejerciendo en el centro. Son frecuentes las relaciones de parentesco entre ellos o con algún miembro del equipo directivo, o fueron antiguos alumnos; incluso matriculan a sus propios hijos en el colegio. Todo esto contribuye a la idea de la cohesión: “mi tutora fue alumna del Centro y no tuvo problema en incorporarse al mismo una vez terminados sus estudios” (AMFA-S1MP); “mi tutor fue alumno del centro, es sobrino del fundador del colegio” (AMFA-S2MP).

El ambiente familiar, “junto con las no cuantiosas cuotas a abonar”, se esgrime como un activo del centro educativo “que explica su atractivo para las clases medias de la zona y sus proximidades, que encuentran en el centro una alternativa más válida para sus hijos que la ofertada por los centros

públicos cercanos, frecuentados por los alumnos de los barrios circundantes” (AMFA-S14MP). La atractiva familiaridad de estas escuelas está determinada por el tamaño de sus comunidades educativas y por compartir un ideario cristiano que caracteriza a las familias que confían en este tipo de modelos educativos. Son muchas las estrategias desplegadas para el fomento de este ambiente:

Los alumnos viven en un ambiente de cordialidad, pues siguen y cumplimentan los principios que caracterizan el ideario del centro: rezan, asisten a celebraciones y actividades de diversa índole, participan en la cofradía del colegio, pertenecen a hermandades y realizan estación de penitencia en la Semana Santa de la ciudad. Por tanto, las relaciones del alumnado con el equipo docente son muy buenas, destacando en especial la de aquellos alumnos cuyos padres presentan un mayor grado de implicación en su educación. (AMFA-S14MP)

La cohesión que caracteriza el ambiente familiar de estas escuelas también pasa por el fortalecimiento de las relaciones entre los padres y los profesores, que se describen así: “la comunicación con los padres es constante, informándoles de los comportamientos y actitudes de los alumnos y eso refuerza que el clima del centro sea bueno” (AMFA-S3MP). A esto contribuye que los profesores conozcan a los alumnos, y sus peculiaridades, desde pequeños, “si copian, si llegan tarde normalmente, si hablan demasiado... el centro se hace así pequeño y esto permite que todos entre sí se conozcan” (AMFA-S3MP).

Las familias están en sintonía con los planteamientos y formas de actuar típicas del centro: “dejan al colegio hacer lo que es mejor para sus hijos” (AMFA-S2MP). A menudo se subraya el fuerte vínculo con la escuela que mantienen las familias, pues “se puede apreciar cómo los hijos de padres que no se implican suelen dar más problemas de disciplina que aquellos que pertenecen a padres implicados, (...)” (AMFA-S13MP). En el caso de una famosa empresa de colegios privados con centros en diversos lugares de España se enfatiza aún más esta cuestión: “todos sus colegios se caracterizan por una determinante implicación de las familias en el desarrollo de las actividades y en el seguimiento de los alumnos a través de una atención personal y directa” (AMFA-S20MP). Y, por ello, “se insta a las familias a compartir los principios educativos y a actuar de manera coordinada a través de la participación en los consejos de curso y en las actividades de solidaridad y voluntariado” (AMFA-S20MP).

En los centros donde existe la Asociación de Madres y Padres de Alumnos (AMPA), esta se ocupa incluso de realizar las sesiones informativas y las actividades para los alumnos relacionadas con temas controvertidos, como sexualidad, alcohol y drogas, o problemas entre padres e hijos. En definitiva, se trata de construir una comunidad educativa “conforme al clima de confianza, lealtad y participación en todas y cada una de las actividades organizadas por el centro” (AMFA-S20MP). No obstante, la comunicación entre familia y escuela es entendida, a veces, en términos de control y vigilancia de los jóvenes, “nunca antes había visto un control tan profundo, pues no sólo hay una coordinación en horario tutorial con el colectivo de la clase, sino por alumno particular pues los profesores tienen un conocimiento muy exhaustivo de cada uno” (AMFA-S13MP).

3.4. La cultura como signo de distinción

Otra dimensión que contribuye a la construcción de la singularidad en el discurso institucional de las escuelas concertadas católicas es “la preocupación por fomentar la cultura general” (CU-

DI-S11MP), entendida esta como signo de distinción social. En la práctica, esto se traduce en una sumatoria de conocimientos, que en uno de los casos más extremos incluye: la Historia, que se imparte desde Educación Infantil a través de leyendas locales, anécdotas y biografías de grandes personajes; la Geografía, que consiste en la localización de países, regiones, ciudades, pueblos, y formas del relieve en los mapas; y el Arte y la Historia de la Música, entendidas como la capacidad para reconocer los autores de las grandes obras y sus biografías, con el objetivo de la formación estética (CUDI-S11MP).

Más allá de los contenidos trabajados en las materias escolares, el catálogo de actividades culturales suele ser amplio: conferencias, representaciones teatrales, conciertos, etc. En relación a un caso específico, se afirma, además, que: “se trata de potenciar mucho la inculcación de valores y conocimientos culturales, fundamentalmente del entorno sevillano... con realización de conferencias, semanas temáticas e innumerables salidas extraescolares ante las cuales los alumnos suelen mostrar un desinterés evidente” (CUDI-S10MP). En un centro incluso se ha establecido un pasaporte cultural donde se van plasmando las distintas actividades que se van realizando para que los profesores vayan controlándolas, pues son obligatorias. A veces se contempla como un castigo la participación en estas actividades.

Como se expresaba en una de las memorias, todo ello “se ve reforzado por el hecho de tener padres y madres que por su cómoda posición socioeconómica facilita su estudio y la culturización de los alumnos, algo que está muy vinculado con los valores de este centro” (CUDI-S10MP). En este sentido, la apariencia y el comportamiento de los alumnos y de sus padres parece ser, para algunos profesores y profesoras en formación, un indicativo de la clase de colegio que describen: “observo que los padres, cuando van a recoger a sus hijos, muestran un nivel cultural aceptable y se ve que son personas de buena posición económica” (CUDI-S15MP). Este tipo de percepciones se corresponde sobre todo con los dos primeros modelos de comunidades educativas identificadas previamente en relación al tópico de la clase social. De esta forma, conectando con las anteriores subcategorías, de un barrio tranquilo y de padres bien situados económicamente se infiere, como corolario:

El tipo de alumnado que encontramos en este centro, pues son niños que están acostumbrados y tienen a su alrededor personas interesadas en determinadas actividades culturales como el cine, el arte, la música, la lectura y esto influye mucho en el interés que estos alumnos pueden llegar a tener en sus asignaturas escolares. (CUDI-S11MP)

O, en esta misma línea: “los padres se preocupan por el estudio y el futuro académico de sus hijos, o ayudan a sus hijos” (CUDI-S11MP); “los conocimientos del alumnado podría calificarlos a priori como altos... manejan una buena comprensión de conceptos y mecanismos de estudios, algo que se traduce en un porcentaje alto de buenas calificaciones académicas” (CUDI-S10MP). En este caso, el profesorado en formación asume todos los tópicos y creencias que le llevan a identificar la buena posición social de personas interesadas en la cultura con la responsabilidad y el cuidado de los hijos, como si esto fuese privativo de esta clase social.

El elitismo no solo se plasma en la procedencia social y en la capacidad económica. En algunos de estos centros, se encuentran estudiantes que son hijos de familias humildes que quieren para sus hijos “una educación diferente” (CUDI-S2MP). Sus padres son atraídos por la promesa del centro que se lee en sus folletos: 100 % aprobados en Selectividad” (CUDI-S2MP).

3.5. De la singularidad al *privum legis*: el carácter propio

En esta última subcategoría se reúne una serie de mecanismos discursivos dirigidos a la construcción de la identidad del centro educativo a través de las interpelaciones a la singularidad, la distinción y el funcionamiento independiente. Así, por ejemplo, algunos profesores en formación consideran que su centro, “así como el método de enseñanza aplicado por ellos, es bastante excepcional” (CAPRO-S10MP), o bien afirman que “este colegio es diferente de todos los que puedan encontrarse en la ciudad de Sevilla” (CAPRO-S2MP).

Las huellas de la singularidad también son rastreables en las formas de organización: “los documentos organizativos y curriculares, que son obligatorios, no tienen ninguna trascendencia en este centro” (CAPRO-S2MP). En efecto, se encuentra, por ejemplo, la eliminación de algunas asignaturas de los horarios para reforzar las que son importantes en el examen de Selectividad (CAPRO-S1MP).

En otro caso, el profesorado en formación describe cómo se ignoran las modalidades del Bachillerato que contempla el currículum, pues se establece la división tradicional en ciencias y letras (CAPRO-S10MP). En algún caso, el profesor en formación afirma que “existe una estrategia para aprobar que utilizan porque son un centro privado, pues un público no podría hacerlo” (CAPRO-S2MP). Se refiere a la división de las materias en más importantes y menos importantes, primando a las primeras y relegando a las segundas. Dentro de este mismo orden de cosas, se halla la repetición de los exámenes hasta que se aprueban.

Las interpretaciones particulares de las prescripciones curriculares son frecuentes. Un centro establece la enseñanza de la Historia del Arte en todos los cursos una hora a la semana: “esta es una singularidad del centro no contemplada en el currículum prescrito ya que quieren inculcar los conocimientos artísticos en el alumnado” (CAPRO-S11MP). O bien la enseñanza del Derecho en 2º de Bachillerato, y la Geografía y la Historia en 3º y 4º de ESO de forma distinta a lo que establece el currículum prescrito.

En algunos centros, las prescripciones curriculares no parecen estar muy claras. Los profesores en formación, frecuentemente, copian fragmentos de las programaciones del Departamento y confunden la legislación, refiriéndose a decretos que ya no están en vigor, o, en un caso particular, hablando de un documento que no existe, y al que se denomina *Proyecto de Orden* (CAPRO-S1MP). También se confunde el currículum prescrito con la normativa sobre la Selectividad.

Según relatan algunos profesores y profesoras en formación, “aunque existen programaciones didácticas, digamos que, a efectos prácticos, no se tiene en cuenta” (CAPRO-S1MP). En realidad, prima el libro de texto y los temas a los que el profesor tiene que llegar antes de que finalice el curso, o bien los contenidos que se imparten “son los que los alumnos se supone deben saber según la tradición” (CAPRO-S3MP). Finalmente, un profesor en formación expresa esto de manera muy contundente: “a pesar de ser un centro sostenido con fondos públicos se toma la enseñanza como si de un coto privado se tratase” (CAPRO-S10MP).

También se observa cómo los departamentos didácticos de las distintas asignaturas a veces se agrupan de manera *sui generis* en Ciencias, Letras, Idiomas y Pastoral. Esta singularidad, de la que se hace gala frecuentemente, se plasma en lo que se denomina *carácter propio*, que establece el ideario a través del cual la Entidad Titular, “que suele ser una Congregación religiosa que establece un modelo antropológico, ético y religioso va a ser la base de los planteamientos educativos” (CAPRO-13MP).

El Proyecto Educativo, que recibe la denominación de la congregación a la que pertenece el colegio, condiciona todo lo demás, pues, “dentro de una concepción cristiana del hombre y del mundo, y de la misión de la Iglesia, inspira el proyecto educativo” (CAPRO-S14MP). Por tanto, el Proyecto Educativo es una concreción del carácter propio, que lo incorpora y desarrolla, y este a su vez, forma parte del Proyecto Educativo Pastoral local de la congregación religiosa en cuestión.

Discusión y conclusiones

Coincidiendo con autores como Miller (2006) o Faas et al. (2019), cabe calificar los entornos escolares confesionales estudiados como fuertemente identitarios, pues son concebidos como un refugio a salvo de intromisiones externas, fomentando una educación separada del resto de la sociedad, pretendiendo que los niños y niñas se adhieran a un *habitus* y a una moral que condiciona los modos de sentir, pensar y actuar, más allá de los límites físicos y temporales de la escuela.

En este sentido, la identidad religiosa constituye una parte sustancial del *ethos* escolar de los centros educativos confesionales, siendo compartida como un conjunto de valores y creencias con el que los estudiantes deben comprometerse. Otros estudios indican, además, que la influencia de dicha identidad termina poniendo en entredicho otras religiones y cosmovisiones, y la misma capacidad de reflexión crítica (MacMullen 2018; González de Molina 2021; Alfaro et al. 2022). El *ethos* de la escuela católica se plasma en una cultura institucional que parece obedecer a objetivos persuasivos y propagandísticos, y que, apoyándose en la propia dinámica de socialización que promueve, utiliza una ingeniería cultural para construir una imagen de comunidad cohesionada. Bajo esta primera capa, encontramos un conjunto de significados latentes que se expresan a través de historias, modos, valores, creencias, normas y presunciones, así como de una serie de rituales de poder, de imagen, de iniciación y de relación (Díez Gutiérrez 2006).

Bajo la categoría *La singularidad y la estética de la distinción*, se ha agrupado un campo semántico que se expresa a través de numerosas estrategias persuasivas: la propia localización espacio-temporal de los centros, con especial hincapié en la mitificación o idealización de las virtudes de su fundador o fundadora, así como en la singularidad patrimonial de los edificios donde se ubican; la contextualización en barrios tranquilos por oposición a barrios periféricos, de donde, según se afirma, proceden determinados estudiantes problemáticos; el predominio de un alumnado procedente de familias autóctonas y de clase media-alta; la existencia de un ambiente familiar propiciado por el reducido tamaño de las comunidades educativas correspondientes a este tipo de escuelas; la preocupación por fomentar la cultura general del alumnado, contemplando a este respecto numerosas actividades tanto escolares como extraescolares; o la defensa de un carácter propio, reflejo de la singularidad pedagógica que representa una escuela respecto al resto de opciones existentes en el mercado de centros educativos.

De una u otra forma, el objetivo común de todas estas estrategias es la consolidación y afianzamiento de la identidad de grupo, para lo cual resulta fundamental el ambiente familiar citado. Este aspecto se corresponde con la estrecha asociación señalada por Hemming y Roberts (2018) entre el carácter familiar de las comunidades pequeñas, amistosas y unidas que suelen constituir los centros educativos religiosos y una supuesta oportunidad de desarrollar relaciones sociales positivas. Al matricular a sus hijos en estos centros, las familias buscan una membresía o pertenencia a un de-

terminado círculo como forma simbólica de clase, ya sea para socializar *entre pares* o para ascender socialmente (Francis y Village 2020; Alfaro et al. 2022).

En esta línea, quizá aún más relevante que la existencia de todas las estrategias discursivas identificadas en este estudio sean las controversias y paradojas que estas traen consigo en las prácticas escolares:

- la gran implicación de las familias en las rutinas de este tipo de centros desemboca, en ocasiones, en un exceso de control sobre los mensajes que recibe el alumnado;
- aunque las familias apuestan por los valores cristianos, algunas actitudes familiares son precisamente las causantes de ciertos problemas de integración que afectan a parte del alumnado;
- no obstante, los estudiantes que sufren una mayor exclusión parecen ser los de nueva incorporación, al no haber formado parte del ambiente familiar desde la etapa de infantil;
- si bien, por un lado, el uniforme disuelve la desigualdad entre los estudiantes al interior de la institución, otorgando cohesión e identidad, por otro, este establece una suerte de autosegregación hacia el exterior, frente al alumnado de otros centros educativos o de otros barrios;
- en situaciones como la contratación de nuevos docentes, la cohesión y la fortaleza de los vínculos relacionales en este tipo de comunidades se torna en nepotismo, optando por antiguos alumnos *fieles* a la comunidad;
- se fomenta la cultura general, aunque desde una perspectiva obsoleta, competitiva y, en general, contradictoria y probablemente desconcertante para el alumnado, al convertir la participación en determinadas actividades culturales en castigos;
- se afirma la existencia de un carácter propio que funciona como argumento legitimador para operar de manera ajena a la normativa educativa oficial, mediante, por ejemplo, el uso de documentos desconocidos u obsoletos, o la organización completamente libre de las materias curriculares.

Todo ello demuestra que las memorias de prácticas del profesorado en formación, en tanto que fuentes de información, constituyen un complemento idóneo a lo ya expresado en otros estudios sobre la escuela católica en España (Jacott y Maldonado 2006; Griera 2007; Bonal Sarro 2018; González de Molina 2021). Por otra parte, cabe advertir que, a menudo, estas memorias reproducen el discurso dominante en el centro educativo, tanto el que aparece en los documentos escritos como el que parte de los distintos enunciadores identificados con él (profesorado, dirección, alumnado, etc.). En este discurso, la clase social a la que pertenecen los alumnos, y su entorno, se pone en conexión con el capital cultural que poseen las familias, con el interés de los alumnos por los estudios, con la consecución de los objetivos marcados por el centro y con los resultados académicos.

Uno de los hallazgos más llamativos a este respecto ha sido la manera en que algunos profesores en prácticas parecen tener perfectamente asimilada determinadas correspondencias que podríamos calificar de *tópicos*: entre catolicismo y familia de clase media-alta, presentando lo primero como un atractivo para seducir a este tipo de *clientela*; o entre compromiso educativo y nivel socioeconómico, asumiendo que las familias acomodadas, por disponer de los recursos necesarios, se implican más en la crianza y el desarrollo de sus hijos que otros tipos de familias.

Por último, cabe señalar que una de las vías para ampliar y revisar la aportación que representa este estudio debería pasar necesariamente por integrar en él los testimonios de algunos de los individuos responsables o protagonistas (directivos, fundadores, titulares, docentes, etc.) de los modelos educativos que constituyen las escuelas católicas.

Referencias bibliográficas

ALFARO, J., ATRIA, J. y ORTÚZAR, S. 2022. Construcción de privilegios y actitudes hacia la riqueza: percepciones y creencias de madres y padres de colegios de élite en Chile. *Perfiles Latinoamericanos* 30, 60. <https://doi.org/10.18504/pl3060-002-2022>

BONAL SARRO, X. 2018. *La política educativa ante el reto de la segregación escolar en Cataluña*. París: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, UNESCO.

DÍEZ GUTIÉRREZ, E. J. 2006. *Evaluación de la cultura institucional en educación. Un enfoque cualitativo teórico-práctico*. Santiago de Chile: Arrayán Editores.

FAAS, D., SMITH, A. y MERIKE, D. 2019. Between *ethos* and practice: are Ireland's new multi-denominational primary schools equal and inclusive? *Compare: a Journal of Comparative and International Education* 49, 4: 602-618. <https://doi.org/10.1080/03057925.2018.1441704>

FRANCIS, L. J. y VILLAGE, A. 2020. Christian ethos secondary schools, parental church attendance and student attitude towards Christianity: exploring connections in England and Wales. *British Journal of Religious Education* 42, 3: 298-312. <https://doi.org/10.1080/01416200.2019.1580562>

GONZÁLEZ DE MOLINA, P. 2021. La segregación escolar, las desigualdades educativas y el modelo educativo de la derecha en España. *Informes* 157.

GRIERA, M. M. 2007. The education battle: the role of the catholic church in the Spanish education system. En G. GERALD y J. O'KEEFE (eds.). *International Handbook of Catholic Education. Challenges for School Systems in the 21st Century*, pp. 291-310. Dordrecht: Springer.

HEMMING, P. J. y ROBERTS, C. 2018. Church schools, educational markets and the rural idyll. *British Journal of Sociology of Education* 39, 4: 501-517. <https://doi.org/10.1080/01425692.2017.1351868>

JACOTT, L. y MALDONADO, A. 2006. The *Centros Concertados* in Spain, Parental Demand and Implications for Equity. *European Journal of Education* 41, 1: 97-111. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1465-3435.2006.00249.x>

MACMULLEN, I. 2018. Religious schools, civic education, and public policy: A framework for evaluation and decision. *Theory and Research in Education* 16, 2: 141-161. <https://doi.org/10.1177/1477878518769397>

MILLER, J. M. 2006. Challenges Facing Catholic Schools: A View from Rome. En G. GERALD y J. O'KEEFE (eds.). *International Handbook of Catholic Education. Challenges for School Systems in the 21st Century*, pp. 449-480. Dordrecht: Springer.

PARDO ABRIL, N. G. 2013. *Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

PIKE, M. 2010. A Tale of Two Schools: Comparing and Contrasting Jacobus Fruytier Scholengemeenschap in the Netherlands and Bradford Christian School in England. *Journal of Beliefs y Values* 31, 2: 181-190. <https://doi.org/10.1080/13617672.2010.503631>

PINÇON, M. y PINÇON-CHARLOT, M. (eds.) 2000. *Sociologie de la bourgeoisie*. París: La Découverte.

ROGERS, R. 2017. Critical discourse analysis and educational discourses. En J. FLOWERDEW y J. E. RICHARDSON (eds.). *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*, pp. 465-479. Oxon y Nueva York: Routledge.

STRAUSS, A. y CORBIN, J. 2002. *Bases de la investigación cualitativa: Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquía.

VAN DIJK, T. 2008. Semántica del discurso e ideología. *Discurso y Sociedad* 2, 1: 201-261.

JOSÉ ANTONIO PINEDA-ALFONSO. Doctor en Historia y Doctor en Ciencias de la Educación, y pertenece al Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales de la Universidad de Sevilla. Ha participado en distintos proyectos nacionales (I+D+i) e internacionales (Erasmus +) y publicado distintos artículos, libros y capítulos de libros relacionados con la convivencia escolar, la formación del profesorado y la educación para la ciudadanía. Actualmente, en el marco del grupo de investigación Didáctica e Investigación Escolar (HUM-319), desarrolla un programa de investigación basado en el análisis crítico del discurso aplicado al campo de la educación.

Correo electrónico: apineda@us.es

DIEGO LUNA. Doctor en Filosofía y Doctor en Educación por la Universidad de Sevilla, y pertenece al Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales de la Universidad de Sevilla. Los problemas de investigación que aborda en sus trabajos se inscriben en un punto intermedio entre las esferas educativa, política y estética. Sus investigaciones más recientes, en el marco del Grupo de Investigación en Educación: Salud, Medioambiente y Ciudadanía (HUM-1027) y de varios proyectos competitivos internacionales, se centran especialmente en el análisis crítico de los discursos educativos.

Correo electrónico: dluna@us.es

JARA JUAN CHAPARRO. Alumna interna del Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales de la Universidad de Sevilla, donde participa en diversos proyectos y tareas de investigación. Su interés por la docencia y la investigación se orienta específicamente hacia el desarrollo social, con especial atención a las tensiones existentes entre discursos y prácticas en los diferentes contextos educativos.

Correo electrónico: jarjuacha@alum.us.es

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Representaciones mediáticas de la prensa chilena en Facebook para el proceso constituyente

Media representations of the Chilean press on Facebook for the constituent process

CAROLINA PEREZ-ARREDONDO

Universidad de O'Higgins
Chile

LUIS CÁRCAMO-ULLOA

Universidad Austral de Chile
Chile

Recibido: 4 de septiembre de 2023 | Aceptado: 31 de marzo de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.66-85

RESUMEN

Este estudio analiza las representaciones mediáticas del proceso constituyente chileno en Facebook. En primer lugar, rastreamos un corpus de 56.410 noticias de 145 medios de comunicación chilenos publicadas en Facebook entre el 18 de octubre de 2019 y el 5 de enero de 2022, que luego se dividieron en cuatro subcorpus en función de los hitos clave del proceso constituyente, analizados utilizando SpaCy y Latent Dirichlet Allocation para identificar clústeres, personas y entidades relevantes. Posteriormente, se analizaron las entradas con las que más interactuaron los usuarios con el enfoque histórico-discursivo. Los resultados muestran diferentes estrategias de encuadre que evidencian la fuerte monopolización de los medios de comunicación chilenos, y su tendencia a criminalizar las protestas sociales y las nuevas formas de entender las prácticas políticas y democráticas a través de encuadres de espectáculo y de pánico moral.

PALABRAS CLAVE: *Proceso constituyente chileno. Desinformación. Facebook. Estudios críticos del discurso. Asignación de Dirichlet Latente.*

RESUMO

Este estudo analisa as representações midiáticas do processo constituinte chileno no Facebook. Em primeiro lugar, rastreamos um corpus de 56.410 notícias de 145 mídias de comunicação chilenas publicadas no Facebook entre 18 de outubro de 2019 e 5 de janeiro de 2022, que logo se dividiram em quatro subcorpus em função dos marcos-chave do processo constituinte, analisados utilizando SpaCy e Latent Dirichlet Allocation para identificar aglomerados, pessoas e entidades relevantes. Posteriormente, se analisaram as entradas com as quais os usuários mais interagiram, com foco na abordagem histórica-discursiva. Os resultados mostram diferentes estratégias de enquadramento que evidenciam a forte monopolização dos meios de comunicação chilenos e sua tendência a criminalizar os protestos sociais, e as novas formas de entender as práticas políticas e democráticas através do enquadramento de espetáculos e de pânico moral.

PALAVRAS CHAVE: *Proceso constituinte chileno. Desinformação. Facebook, Estudos críticos do discurso. Alocação Latente de Dirichlet.*

ABSTRACT

The study analyses media representations of the Chilean Constitutional process on Facebook. We crawled a corpus of 56,410 news reports from 145 Chilean media outlets published on Facebook from 18 October 2019 to 05 January 2022, which were then divided into four sub-corpora based on key milestones of the Constitutional process. First, each sub-corpus was analysed using SpaCy and Latent Dirichlet Allocation to identify relevant clusters, people, and entities. Then, we analysed the posts with which users interacted the most (25 posts per sub-corpus) following the Discourse-Historical Approach. Results show that each sub-corpus resorts to different framing

strategies which evidence the strong monopolisation of the Chilean media and its tendency to criminalise social protests and new understandings of political and democratic practises through spectacle and moral panic frames.

KEYWORDS: *Chilean constitutional process. Disinformation. Facebook. Critical Discourse Studies. Latent Dirichlet allocation.*

Introducción

El 18 de octubre de 2019, el núcleo del sistema neoliberal impuesto por la dictadura de Augusto Pinochet (1973-1990) en Chile fue cuestionado a través de una revuelta social sin precedentes. El estallido se caracterizó por concentraciones espontáneas en las que los manifestantes resistieron, desafiaron y resignificaron la ciudad y expusieron sus demandas a través de sus intervenciones y ocupaciones del espacio público (Pérez-Arredondo 2021; Cárcamo-Ulloa 2021). En plena crisis sociopolítica, el Congreso emitió la declaración denominada Acuerdo por la Paz, convocando al mismo tiempo a un plebiscito para redactar una nueva Constitución. Este hito influyó en la participación social y proporcionó un nuevo objetivo: involucrar a la ciudadanía en la conceptualización y redacción de un nuevo texto constitucional.

En este contexto, los grandes medios de comunicación jugaron un papel fundamental en la información sobre la revuelta social y el Proceso Constituyente. De hecho, a los medios tradicionales se les acusó de proteger el statu quo, mientras que los medios digitales alternativos, con un margen de alcance de lectores mucho menor, intentaron incluir las percepciones de la gente sobre las clases políticas (Riffo-Pavón et al. 2021). Como resultado, aumentó la desconfianza de la gente hacia los medios de comunicación (Pérez-Arredondo 2021a), y en el último año el uso de las plataformas de medios sociales experimentó un aumento del 11,6% (We Are Social 2022). Asimismo, las cuatro aplicaciones más instaladas en los teléfonos móviles de los chilenos son: Whatsapp, Facebook, Instagram y Messenger, mientras que los cuatro sitios web más visitados el año pasado fueron: Google.com, Youtube.com, Facebook.com e Instagram.com (We Are Social 2022). La gente recurrió a las redes sociales para incitar y organizar protestas, para reconstruir sus identidades sociales y colectivas en oposición al statu quo (De La Garza, et. al. 2019; Alarcón Silva Y Cárdenas-Neira 2021) y para proteger el Proceso Constituyente de una supuesta campaña de desprestigio dirigida por los medios de comunicación y el gobierno de centroderecha (Santander 2021).

La polarización de la crisis política y la concentración de la propiedad de los medios de comunicación podrían influir fuertemente en la forma de comunicar el Proceso Constituyente al público. Coincidimos con Wodak (2009) en que las experiencias de las crisis suelen estar determinadas y mediadas a través de constantes interpelaciones a las concepciones hegemónicas de lo que está bien y lo que está mal; en este caso, lo que cuenta como prácticas políticas válidas o no. En este contexto, los medios de comunicación no consiguen hacer el proceso político "visible, legible y comprensible" (Oberhuber et al. 2005: 262). De ahí que este estudio propone identificar cómo los medios de comunicación en Chile construyeron discursivamente el Proceso Constituyente en sus plataformas de Facebook durante un período de 28 meses, es decir, desde su origen hasta el final de los primeros seis meses de su implementación (2019-2022). Para este propósito, se analizan 145 medios de comunicación con presencia en Facebook desde el Enfoque Histórico Discursivo (en adelante DHA) propuesto por Ruth Wodak y Martin Reisigl (2001) asistido por estrategias de corpus a través del software SpaCy. Particularmente, nos enfocamos en el modelo de análisis tridimensional del DHA, a saber: la identificación de tópicos (o contenidos) del discurso mediático, el análisis de estrategias discursivas, y la examinación de los recursos lingüísticos utilizados de acuerdo a su contexto (Reisigl y Wodak, 2016).

1. Discurso, Medios de comunicación y Procesos Constituyentes

Los medios de comunicación suelen comunicar breves focos de prácticas políticas más elaboradas y prolongadas, a las cuales el público no tiene acceso, lo que conduce a distintas suposiciones sobre el quehacer político en la ciudadanía –i.e., ficcionalización de la política (Wodak 2009) –, que funcionan como realidades alternativas o mitos sobre lo que hacen los políticos. En esta dinámica, los procesos constituyentes presentan una oportunidad excepcional para explorar cómo se articulan, negocian, desafían y/o recontextualizan nuestras concepciones de la sociedad (y por ende de la política) y de los valores sociales fundamentales porque son "inherentemente comunicativos" (Krzyżanowski y Oberhuber 2007; Just 2009: 244). Estos procesos siempre están determinados por los significados que se comunican realmente al público para promover el compromiso político entre la población y, por tanto, los medios de comunicación no desempeñan un papel neutral en la representación de dichos procesos políticos (Krzyżanowski y Oberhuber 2007).

La recontextualización de los procesos políticos en los medios de comunicación es, intrínsecamente, una cuestión de discurso. Así, las prácticas sociales pueden ser (des)legitimadas y evaluadas para servir a propósitos específicos en este proceso, lo que facilita la prominencia de ciertos valores e ideologías sobre otros a través de cómo se representan los actores y sus acciones (van Leeuwen 2008). En la reescritura de los textos constitucionales, los valores e ideologías nacionales fundamentales pueden ser cuestionados, y posteriormente rearticulados y renegociados para formular una identidad (nacional) renovada que resuene con la nueva cosmovisión propuesta; (Krzyżanowski y Oberhuber 2007; Just 2009; Wodak 2009). En consecuencia, la forma en que los medios de comunicación deciden retratar estos procesos en términos de quiénes participan y qué se discute es relevante en la legitimación del propio proceso político.

Al respecto, Tully (2002) explica que existen dos principios vitales que condicionan la legitimidad de los procesos constituyentes: (1) el principio del constitucionalismo y (2) el principio de democracia. Por un lado, el primer principio –el "estado de derecho" (p. 205) – exige la existencia de un sistema riguroso de normas y principios para el ejercicio del poder sobre los ciudadanos, pero que también debe permitir cierta flexibilidad y las posteriores modificaciones que puedan realizarse a lo largo de la evolución orgánica de las sociedades. Por otra parte, el principio de democracia –o "soberanía popular" (p. 205) – permite la posibilidad de una política participativa a pesar de que el pueblo –o sus representantes políticos– estén sometidos a un sistema constitucional concreto. Por lo tanto, explica Tully, los procesos constitucionales son "legítimos si y sólo si [son] igualmente constitucionales y democráticos: es decir, la combinación de democracia constitucional y constitucionalismo democrático" (2002: 206). Esta forma de entender la asociación política y los procesos constitucionales podría explicar la actual crisis política en Chile: no sólo la actual Constitución fue redactada durante una dictadura militar –una violación del principio de democracia–, sino que tampoco permite cambios sustanciales para abordar la participación popular y la evolución natural de las sociedades –una violación del principio de constitucionalismo.

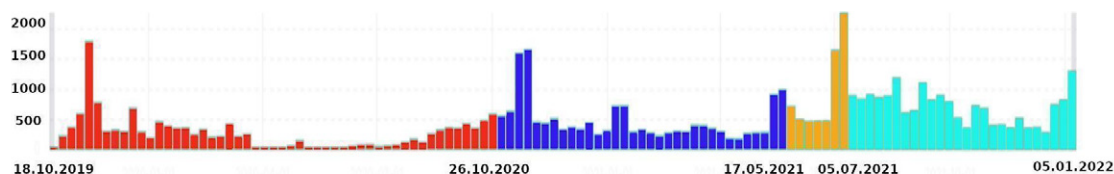
2. Datos y metodología

Los datos consisten en artículos de noticias publicados en Facebook que cubrieron el Proceso Constituyente chileno y que incluyeran las siguientes palabras clave: convención O constitución O

constitucional O constituyente O “Acuerdo por la paz”, refinando el conjunto de datos excluyendo colocaciones engañosas que se refieren a otras entidades y procesos (ej. Tribunal Constitucional). Los datos se dividieron en cuatro corpus diferentes, que representan períodos específicos durante la constitución y el desarrollo de este proceso político (2019-2022) (ver Figura 1). Dado que se trata de la cobertura mediática, se añadió un día más para incluir la cobertura de prensa del hito que tuvo lugar el día anterior (véase la Tabla 1).

FIGURA 1

Representación visual de los ciclos políticos



Los datos se extrajeron utilizando la suite ELK de Elastic (Elasticsearch, Logstash y Kibana). Cada 24 horas, un script o crawler informático automático que denominamos Queltehue¹ consultó la API de Crowdtangle que es la herramienta de Meta que sigue, analiza e informa lo que ocurre en las redes sociales. Queltehue almacenó todos los posts producidos por 145 medios de comunicación chilenos en Facebook y posteriormente permitió aplicar consultas con las palabras claves. El resultado de esas consultas se organiza y descarga en archivos .CSV (hojas de cálculo) que totalizan un corpus analizable de 56,410 publicaciones. Esta estrategia de extracción y conformación de corpus resulta similar a la propuesta por otras investigaciones que trabajan con noticias publicadas en redes sociales

Luego, ejecutamos el software Jupyter para realizar dos tipos de análisis. Por un lado, ejecutamos un análisis computacional asistido por SpaCy -un pipeline ad hoc para la comunicación entre procesos que utiliza el paso de mensajes para trabajar con el género de noticias en español- para identificar entidades o personas. Por otro lado, realizamos un análisis de Asignación de Dirichlet Latente para identificar temas latentes. Este proceso dio como resultado 56.410 posts de medios de comunicación (véase la Tabla 1), que luego se analizaron en dos etapas diferentes siguiendo dos enfoques metodológicos distintos. Finalmente para robustecer el estudio, se ejecutó un análisis discursivo bajo el enfoque Histórico-Discursivo (Wodak 2009).

2.1. Análisis SpaCy

SpaCy es una biblioteca gratuita y de código abierto para PNL en Python escrita en Cython, diseñada para construir sistemas de extracción de información o de comprensión del lenguaje natural.

1 <https://queltehue.pluralismodemedios.cl/> se desarrolló con el soporte del proyecto PLU210013 que fue patrocinado por la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo Científico de Chile

TABLA 1

Descripción de los Corpus

CORPUS	DESCRIPCIÓN	PERÍODO	ARTÍCULOS
C1_Ref.	Incluye el inicio de la revuelta social chilena, la decisión política de celebrar un plebiscito y sus resultados (25/10/2020)	18-10-2019 / 26-10-2020	17,928
C2_El.	Incluye el proceso electoral para elegir a los representantes que redactarán la nueva Constitución y sus resultados (16-05-2021).	27-10-2020 / 17-05-2021	12,434
C3_Set.	Incluye el proceso para establecer los detalles de la Convención Constitucional entre los representantes y su inicio oficial (4/07/2021).	18-05-2021 / 05-07-2021	5,537
C4_Lon.	Incluye la cobertura de los primeros seis meses del Proceso Constituyente presidido por la Dra. Elisa Loncón y el Dr. Jaime Bassa (4-01-2022).	06-07-2021 / 05-01-2022	20,511
TOTAL			56,410

Fue construida para su uso en producción y, debido a que proporciona una API concisa y fácil de usar, es ampliamente utilizada en el análisis de PNL de noticias o medios de comunicación (Morales et al. 2019; Berendt et al. 2021). En concreto, utilizamos el `spacy.load("es_core_news_md")`, es decir, un pipeline para ejecutar un conjunto de procesos encadenados, de forma que el texto de salida de cada proceso (stdout) se pasa directamente como entrada (stdin) al siguiente. El "es_core_news_md" permite la exploración del género de noticias en español. SpaCy resultó particularmente útil para identificar entidades y sus frecuencias de aparición y definir cuáles fueron los actores más frecuentemente nombrados en cada ciclo (ver Tabla 2). La identificación de entidades es una acción que contribuye en una fase inicial para facilitar el análisis de representaciones mediáticas del proceso constituyente chileno en Facebook.

2.2. Asignación de Dirichlet Latente

El Latent Dirichlet Allocation (en adelante LDA) es un modelo probabilístico generativo que recoge datos discretos como los corpus de texto (Blei et al. 2003). Este algoritmo suele asociar las 25 palabras con mayor probabilidad en esa distribución para establecer un clúster. Su procesamiento computacional permite obtener clústeres de palabras con un peso específico dentro del clúster, facilitando el descubrimiento de temas latentes. En el contexto del modelado de textos, las probabilidades de tema proporcionan una representación explícita de un documento, por tanto, permite a los investigadores acotar los temas más comunes discutidos en el texto.

En este estudio, se utilizó el LDA para realizar un análisis de contenido exploratorio de los temas más discutidos en la cobertura del Proceso Constituyente para facilitar la identificación de marcos. Según Goffman (1984), los marcos son principios o mecanismos que los actores sociales

utilizan para definir, interpretar y organizar la experiencia y la interacción social. Las estrategias de encuadre son especialmente importantes en la articulación de los significados dominantes en los medios de comunicación en tanto pueden influir en gran medida en las interpretaciones de los acontecimientos por parte de las personas, quienes, a su vez, pueden confirmar sus propias predisposiciones (ej., Douglas et al. 2019).

2.3. El enfoque histórico-discursivo

El Enfoque Histórico-Discursivo (en adelante DHA) es un marco metodológico orientado a la resolución de problemas que presta especial atención al papel de cualquier tipo de contexto en la construcción de los discursos a través de la investigación interdisciplinar. El DHA propone un modelo de análisis tridimensional para la examinación de textos, en donde el contexto en sí mismo se convierte en una estrategia más. En primera instancia, se analizan los tópicos de discursos específicos en el texto, para luego examinar las estrategias discursivas con las cuales se construyen dichos tópicos. En este sentido, el DHA explora la autorrepresentación positiva y la representación negativa de los demás, determinando cómo se identifican los actores (estrategias de nominación) y se describen (estrategias de predicación), qué argumentos utilizan (estrategias de argumentación), cómo se posicionan en la representación (estrategias de perspectivación) y cómo se modulan y/o evalúan estas representaciones (estrategias de mitigación/intensificación). Finalmente, se examinan los recursos lingüísticos utilizados en la construcción discursiva de dichos tópicos, lo que permite una examinación profunda de los distintos componentes del texto. En este proceso, el contexto en sí mismo se convierte en una estrategia más, que está compuesto por: 1) el co-texto y co-discurso del texto; 2) las relaciones interdiscursivas e intertextuales entre el texto, géneros y otros discursos; 3) los marcos institucionales y variables sociales extralingüísticas que afectan el texto; y 4) contexto social, político e histórico más amplio.

En este estudio nos centramos en las estrategias discursivas de nominación, predicación y perspectivación con el fin de explorar la representación mediática del Proceso Constituyente chileno desde su origen en medio de la revuelta social de 2019, hasta su institucionalización. Si bien la primera etapa analítica de este estudio también exploró las estrategias de encuadre, tal y como se evidenció en el análisis LDA, este enfoque cualitativo contribuyó a la identificación de las realizaciones discursivas de los tópicos y encuadres más sobresalientes y de las características más destacadas de todo el corpus. Para ello, seleccionamos los posts que concentraban el mayor número de interacciones (25 por subcorpus, 100 noticias de medios de comunicación en total) para analizarlos en profundidad. Estos posts surgieron en su mayoría de 14 medios (de 145) y la mayoría de ellos pertenecen a medios de comunicación convencionales, a excepción de El Desconcierto, La Izquierda Diario, Página 7 y El Dínamo (ver Tabla i proporcionada como material complementario).

Finalmente, es importante destacar que los resultados son presentados en torno a los tópicos más salientes del corpus para optimizar el espacio disponible. Esta decisión es consistente con los niveles de análisis propuestos por el DHA (Reisigl y Wodak, 2016), siempre que el reporte de éstos visibilice las estrategias discursivas, las realizaciones lingüísticas, y la recursividad del análisis que resulta en dichos tópicos (Wodak y Meyer, 2016).

3. Resultados y discusión

3.1. Resultados del análisis computacional

El análisis con SpaCy facilitó la identificación ordenada de las entidades mencionadas en los informes y sus frecuencias en cada ciclo (ver Tabla 2). Los resultados permiten visualizar cómo los convencionales (en azul) ocupan el centro de la cobertura: mientras que hay tres de los actuales convencionales entre los 25 más nombrados en la cobertura en C1, hay diez en C2, doce en C3 y catorce en C4.

TABLA 2

Los 25 actores más nombrados por ciclo

CICLO 1		CICLO 2		CICLO 3		CICLO 4	
Persona	Frec	Persona	Frec	Persona	Frec	Persona	Frec
Sebastian Piñera	1282	Sebastian Piñera	418	Elisa Loncón	355	Elisa Loncon	1752
Claudio Fuentes	256	Beatriz Sánchez	102	Sebastian Piñera	275	Rojas Vade	1050
Gabriel Boric	192	Camila Vallejo	90	Daniel Stingo	147	Jaime Bassa	910
Augusto Pinochet	165	Adri Barrientos	89	Jaime Bassa	127	Gabriel Boric	756
Mario Desbordes	142	Yuyuniz Navas	82	Daniel Jadue	78	Sebastian Piñera	563
V. Rysselberghe	137	Hugo Gutiérrez	80	C. G. Valladares	68	Yasna Provoste	443
Andrés Allamand	132	Daniel Vargas	80	Juan José Ossa	60	Teresa Marinovic	413
Gonzalo Blumel	131	Clemente Pérez	65	Cristina Dorador	48	Paula Narváez	266
Pablo Longueira	109	Marcela Cubillos	61	Augusto Pinochet	47	José A. Kast	265
Jorge Sharp	106	José A. Kast	60	Rojas Vade	47	María E. Quinteros	238
José A. Kast	104	Felipe Harboe	59	Yasna Provoste	45	Marcela Cubillos	227
Joaquín Lavín	90	Daniel Stingo	58	Marcela Cubillos	41	Catalina Parot	222
Karla Rubilar	76	Augusto Pinochet	56	Jorge Baradit	39	Carlos Maldonado	202
Fernando Atria	72	Agustín Squella	50	Isabel Godoy	34	Cristina Dorador	194

P. Santamaría	71	Benito Baranda	48	Paula Narvárez	32	Michelle Bachelet	164
Beatriz Sánchez	67	Gonzalo Blumel	47	Rosa Catrileo	30	Jorge Arancibia	140
Víctor Pérez	52	Francisco Reyes	45	Alfredo Castro	30	Beatriz Sánchez	132
Daniel Jadue	51	Fdo. Pairican	44	Gio. Grandón	29	Fernando Atria	122
Ricardo Lagos	50	René Cortázar	42	Teresa Marinovic	29	Tiare Aguilera	122
Jaime Guzmán	48	Arturo Zúñiga	41	Claudio Orrego	29	Patricia Politzer	114
Matías Walker	47	Teresa Marinovic	40	Francisco Encina	28	Augusto Pinochet	108
Jorge Baradit	46	C. Monckeberg	40	Jaime Bellolio	27	Francisco Encina	106
Patricio Guzmán	44	Juan Sutil	40	Constanza Hube	27	G. Domínguez	105
J.J. Ossandón	42	Claudia Heiss	39	Gabriel Boric	27	Sebastián Sichel	96
Gabriel Salazar	41	Mario Desbordes	38	J.C. Rodríguez	27	B. Sepúlveda	95

La presencia del dictador Augusto Pinochet en todos los ciclos y del profesor Jaime Guzmán² (en amarillo) en el C1 son relevantes porque ponen en evidencia el origen espurio de la actual Constitución y el escaso margen de reforma que permite. La presencia del entonces presidente Sebastián Piñera y del entonces presidente electo Gabriel Boric (en rosa) emergen en la discusión de una nueva Constitución como actores políticos relevantes, representando ambos una perspectiva política diferente del proceso (ver tabla 2).

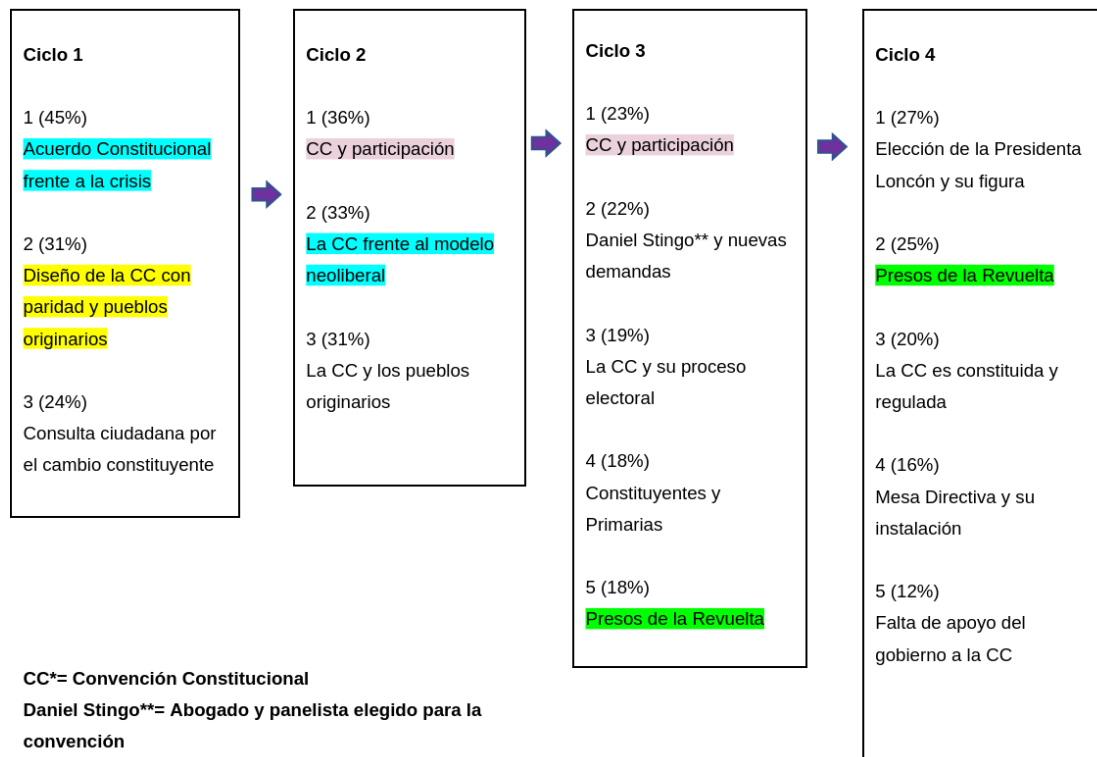
Por otro lado, el análisis computacional aplicando LDA mostró los tópicos generales asociados a cada ciclo político, de acuerdo a su prosodia semántica (Partington et al. 2013), como se evidencia en la Figura 2 a continuación:

La figura 2 resume la identificación de los temas y el porcentaje de representación del grupo de palabras en cada ciclo. El resumen ilustra una descripción general del proceso, desde su definición y propósitos en C1 y C2, hasta la elección, instalación y regulación de la Convención Constitucional en C3 y C4. Los temas se han codificado por colores para identificar estos pa-

2 Jaime Guzmán fue un abogado y senador chileno que se encargó del diseño y la elaboración de la Constitución de 1980. Fue asesinado en abril de 1991 por un grupo paramilitar de izquierda (Frente Patriótico Manuel Rodríguez) por su papel durante la dictadura.

FIGURA 2

Modelo de temas con análisis LDA



tronos. En azul, encontramos que se aborda el Acuerdo por la Paz como solución institucional a la revuelta social de 2019 y a la crisis política desatada por el sistema neoliberal. En amarillo, el propio diseño de la Convención Constitucional es destacado como un tema sobresaliente, particularmente en términos de participación democrática (Tully 2002). En estos clústeres, es posible identificar la necesidad de la paridad de género y la inclusión de los pueblos indígenas en la Convención Constitucional, lo que se ve acentuado por el énfasis en la participación democrática que se encuentra en el color rosa. Finalmente, los temas y clústeres resaltados en verde se refieren a los supuestos presos políticos de la revuelta social de 2019, una demanda social transversal de los representantes progresistas de la Convención.

3.2. Un examen en profundidad de la cobertura mediática del Proceso Constituyente.

El análisis detallado de estos posts sugiere dos temas novedosos y relevantes en la información sobre el Proceso Constituyente: la aparición y (des)legitimación de una tercera fuerza política, y el uso de marcos de espectáculo y crisis moral, lo que permite comprender mejor el contexto político sobre la representación mediática del Proceso Constituyente. Asimismo, refleja que los posts con los que más interactúan los usuarios corresponden a 14 medios de comunicación, de los cuales sólo 3 medios mainstream concentran el 41,4% de todas las interacciones (ver Tabla i en materiales complementarios).

3.2.1. La aparición de una tercera fuerza política

El análisis muestra tres fuerzas políticas principales en juego que no sólo coinciden con los resultados del análisis SpaCy y LDA, sino también con la evolución cronológica del Proceso Constituyente: dos fuerzas políticas tradicionales (es decir, las coaliciones de centroderecha y centroizquierda) y una fuerza social emergente liderada por organizaciones civiles o colectivos sociales. Aunque la relevancia de cada coalición varía, hay una tendencia clara que podemos observar a lo largo de los ciclos: (1) la coalición de centroizquierda (es decir ex-Concertación) se desvanece a medida que avanza el Proceso Constituyente, perdiendo legitimidad y poder entre la población; (2) la coalición de centroderecha gana saliencia como principal oposición al Proceso Constituyente; y (3) esta tercera fuerza política (representada por ciudadanos regulares elegidos por su falta de vínculos con la política tradicional) se fortalece, particularmente representada en la figura de la académica y activista mapuche Elisa Loncón, y el abogado Daniel Stingo.

En el C1, algunos de los posts con los que los usuarios interactuaron más retratan la tradicional oposición de centroizquierda al gobierno de Sebastián Piñera. En estos posts, hay un uso recurrente de la dicotomía nosotros vs ellos, en la que se posicionan a favor de las demandas surgidas de la revuelta social. Hay una legitimación de las demandas que se construyen como una representación de las creencias ideológicas de la oposición (evaluación moral, van Leeuwen 2008). Ricardo Lagos (expresidente socialista entre 2000 y 2006), por ejemplo, afirma lo siguiente:

«¿Cuántos años se necesitaron para cambiar radicalmente [la Constitución]? Para lograr las transformaciones enunciadas y alcanzar un país más justo, la nueva constitución debe ser tan simbólica como real para dirigir nuestro país hacia una democracia capaz de combinar la libertad con la igualdad y una prosperidad extendida. Los hijos e hijas de esta tierra necesitan saber que son dignos por lo que son, y no por lo que tienen (...) por ello, la constitución debe establecerse desde abajo hacia arriba, debe nutrirse de la experiencia institucional y del conocimiento acumulado» (24 horas 2019).

Lagos se presenta como una voz experta a través de referencias exofóricas, no sólo por su trayectoria política (legitimación por autoridad, van Leeuwen 2008) sino también porque durante su presidencia realizó algunas reformas en la Constitución. Destaca los cambios simbólicos y el tipo de participación social que se necesita para reformar la Constitución a través del uso de modales deónticos (perspectivación), en la que se valora a las personas por lo que son, y, si bien estas características se suprimen de su intervención, podemos inferir que critica el impulso económico impreso en la actual Constitución por la cláusula dependiente contrastante «no por lo que tienen». Se destaca claramente la participación social y un enfoque más humano para entender el país, lo que hace eco con una de las consignas de la revuelta social: la dignidad (evaluación moral, van Leeuwen 2008). Sin embargo, su intervención se nutre inter-discursivamente de los valores neoliberales a través de la predicación en frases como «libertad con igualdad» y «prosperidad extendida», perpetuando inevitablemente la institucionalización de la protesta social («[debe] nutrirse de la experiencia institucional y del conocimiento acumulado») y las prácticas neoliberales que entienden a las personas como "sujetos económicos" (Lazzarato 2009: 115). Si bien se suprime la fuente de este conocimiento acumulado, podemos inferir que Lagos se refiere a las

coaliciones surgidas tras el fin de la dictadura de Augusto Pinochet y, por tanto, a una perpetuación de las mismas prácticas políticas contra las que se rebelaron las protestas sociales (modalidad deontica). En consecuencia, como la centroizquierda tradicional seguía alineándose con el sistema que provocaba la crisis política, parecía haber perdido su poder e influencia. Dejaron de ser noticia y/o no provocaron una interacción con los usuarios de estos medios de comunicación en ninguno de los ciclos siguientes (véase el cuadro 2).

En segundo lugar, los reportajes incluyen a políticos de la coalición gubernamental que reaccionan negativamente ante la posibilidad de contar con un nuevo texto constitucional. Su defensa depende en gran medida del progreso económico del país y de la amenaza económica y sociopolítica que podría suponer un cambio en la Constitución. Por un lado, se equipara el proceso con la crisis sociopolítica y económica de Venezuela (perspectivización a través de comparativos), lo cual se basa ideológicamente en la idea de que el comunismo es insostenible y el primer paso hacia un colapso social a través de la composición morfológica Chilezuela (es decir, la falacia de la pendiente resbaladiza) (deslegitimación por evaluación moral, van Leeuwen 2008). Por otro lado, se desestima el proceso porque la pandemia plantea mayores y más graves desigualdades y, por tanto, los esfuerzos políticos y económicos deben centrarse en resolver los problemas reales de la gente, y no un texto que sólo ha beneficiado al país –es decir, falacia ignoratio elenchi (Reisigl y Wodak 2001: 73). El uso de estas estrategias para describir el proceso respalda además un encuadre neoliberal de la crisis política (Lazzarato 2009), aunque de forma mucho más explícita (perspectivación a través de comparativos, falacias, y deslegitimación) que la coalición política opositora:

«una nueva constitución, creada sobre la base del abuso y la violencia callejera por los mismos políticos que fueron incapaces de defender al pueblo chileno durante los últimos 20 años será nada menos que una falsa promesa, y cuando pierda su encanto, desencadenará problemas más grandes que las que hemos visto en el último mes» dijo [José Antonio Kast] (24 horas 2019).

Curiosamente, este político (que compitió con el ahora Presidente Gabriel Boric en la segunda vuelta presidencial de 2021) también se desprende de la política tradicional, aunque de manera más explícita que la oposición política (ver también C4 en la Tabla 2). Por lo tanto, la dicotomía nosotros vs ellos se basa en un encuadre bélico, en el que los chilenos deben ser protegidos y defendidos contra un enemigo que ha gobernado el país durante los últimos diez años, es decir, la oposición política y el primer mandato presidencial de Sebastián Piñera. Esto se logra a través de estrategias de predicación, en donde la nueva propuesta es asociada a características negativas y violentas, por tanto deslegitimando el proceso a través de una evaluación moral («creada sobre la base del abuso y la violencia callejera»; «falsa promesa», y una deslegitimación a través de una historia admonitoria («problemas más grandes que las que hemos visto en el último mes» (van Leeuwen 2008).

Por último, hay una nueva fuerza política emergente que se hace visible durante la campaña del plebiscito. En un principio no se les presenta como un bloque político unificado, aunque se les representa como pertenecientes a colectivos sociales específicos (por ejemplo, grupos feministas, indígenas, animalistas). Se les identifica en función de la peculiaridad y visibilidad de sus reivindicaciones o de las personalidades que las apoyan. Por ejemplo, la inclusión de Jorge González en la campaña política a favor de una nueva Constitución fue ampliamente difundida. No sólo porque una de sus canciones se convirtió en un himno de la revuelta social («El baile de los que sobran»),

sino porque el cantante y compositor antisistema sufrió un accidente cerebrovascular en 2015 que le impidió hacer apariciones públicas. En ella se replicó íntegramente su breve intervención, en la que pedía una nueva comprensión de la humanidad:

El músico indicó que este cambio es necesario “por las pensiones que son una vergüenza en Chile, por la salud, por la educación, por casi todo, por la definición de persona, yo creo (Mega 2020)

Esto resuena con la intervención de la oposición tradicional explicada anteriormente, en la que se auto-representan a favor de las demandas y la necesidad de resignificar el concepto de humanidad dentro del sistema político chileno. Sin embargo, la inclusión de posibles candidatos ajenos al espacio político tradicional se enmarcó como rarezas debido a la falta de experiencia política (ver apartado de encuadre); no obstante, una vez elegida la lista definitiva de representantes, la mayor parte de su representación se condensó en la figura de Elisa Loncón.

Elisa Loncón fue elegida como Presidenta de la Convención Constitucional durante el primer semestre y se convirtió en la figura más destacada tanto en el análisis cuantitativo como en el cualitativo, especialmente durante el C3 y el C4. La representación de Loncón combina dos narrativas contrapuestas que sirven a diferentes propósitos. En el C3 hay una notoria tendencia a definirla en términos de su trayectoria académica y profesional (funcionalización a través de profesionalismos («académica»; «profesora de inglés»; «Doctora en Lingüística») y de su ascendencia (etnicismos «Mapuche»), tanto para legitimar su elección como presidenta como para destacar lo simbólico de su elección (legitimación por mitopoeia: sobredeterminación de roles sociales, van Leeuwen 2008; ver también Autor 1 y Autor 2 2023): una mujer perteneciente a uno de los pueblos indígenas más reprimidos del país. La razón por la que esto puede ser relevante es porque hubo algunas reacciones controvertidas a su elección como Presidenta de la Convención Constitucional en los medios sociales (Ilustrado 2021), recurriendo principalmente a prejuicios y estereotipos de larga data contra el pueblo mapuche. Por lo tanto, los reportajes representan a Loncón como una persona muy orientada a objetivos (van Leeuwen 2008) en relación con los objetivos específicos que trata de poner en primer plano en la discusión del nuevo texto constitucional; a saber, la creación de un Estado plurinacional e intercultural, la protección de las minorías y la coexistencia pacífica de los muchos pueblos que viven en Chile. Su discurso es reproducido en los reportajes casi al pie de la letra, con pocas intervenciones de los periodistas.

Si bien esta representación positiva del otro parece mantenerse en el C4, también se observa un creciente uso metonímico de Elisa Loncón como representante de toda la Convención Constitucional para deslegitimar el Proceso Constituyente. Su activismo en cuanto a los derechos lingüísticos es especialmente destacado, ya que los representantes de centroderecha critican el uso del mapudungun en el proceso constitucional chileno. Se vuelve a recurrir a la polarización mencionada anteriormente, pero en este caso contra las Primeras Naciones del país (es decir, que no respetan los valores chilenos ni la lengua oficial -marco de pánico moral, véase la sección siguiente). La mayoría de los posts de este ciclo se refieren a estas instancias en las que hablar mapudungun provocó tensiones y desacuerdos en los debates constitucionales, teniendo un representante de centroderecha que mencionó que la dirección del Proceso Constituyente era «autoritaria» (Tele13 2021).

3.2.2. "Quieren un circo": Marcos de espectáculo y crisis moral

Las estrategias de encuadre son bastante destacadas en la información del Proceso Constituyente, lo que está sujeto a una visible evolución según los diferentes hitos identificados en este estudio. Particularmente, la posibilidad de tener una nueva Constitución se enmarca como un pánico moral (Cohen 2011) que amenaza los valores centrales o las tradiciones (nacionales o sociales) que desencadenan indignación. Para lograr este efecto, se necesitan demonios populares, es decir, personas que encarnan el problema y, por tanto, son responsables de estas amenazas morales (ej., Chilezuela y la falacia de la pendiente resbaladiza mencionada en la sección anterior).

En el C1, por ejemplo, esto se lleva a cabo mediante la interpretación de actores altamente implicados a la luz del marco de participación de Goffman (1984), principalmente a través del uso de hipérbolos, sobregeneralizaciones y recurriendo a vínculos intertextuales e interdiscursivos con el comunismo y Venezuela. Estos actores son representados como autoridades que utilizan falacias argumentativas para deslegitimar el Proceso Constituyente como la réplica del editorial publicado en el Wall Street Journal días antes del plebiscito: «Sin duda, fuertes dosis de adoctrinamiento marxista en las universidades chilenas y la 'igualdad' de ingresos de los intelectuales y los medios de comunicación han inclinado al país hacia la izquierda» (Tele132020). La frase circunstancial «en las universidades chilenas» es una estrategia común en la deslegitimación del movimiento estudiantil en la prensa nacional, en donde manifestantes encapuchados son asociados a estudiantes secundarios y universitarios (Autor 1 2019). En este caso, el estallido se gesta en torno a las protestas de estudiantes secundarios apoyadas por estudiantes universitarios. Por tanto, hay una relación intertextual clara al vincular este nuevo proceso político con estudiantes, ya que han sido sistemáticamente deslegitimados como actores políticos y sociales en discursos hegemónicos (Autor 1 2019).

Si bien el encuadre de pánico moral está presente a lo largo de la información del Proceso Constituyente, éste queda ligeramente relegado a un segundo plano para dar paso al encuadre de espectáculo (Hertog y McLeod 1995; Kilgo et al. 2018) en el C2. Los encuadres de espectáculo se utilizan habitualmente en la información de comportamientos desviados y/o desafíos colectivos al statu quo en el contexto de las protestas sociales para deslegitimar la acción política. De ahí que en C2 veamos una repetición de las estrategias discursivas que potencian la polarización a través de la dicotomía nosotros vs ellos (ver apartado anterior) y una ficcionalización de la política (Wodak 2009), a través de la banalización de las personas que se presentan como candidatos (deslegitimación de autoridad, van Leeuwen 2008). Las metáforas y metonimias se utilizan constantemente para consolidar el marco y deslegitimar el proceso, en el que se representa a los candidatos como portadores de los mismos valores y conocimientos que tendrá la nueva constitución. Por ejemplo, el uso de metáforas conceptuales (Lakoff y Johnson 1980) como EL PROCESO CONSTITUYENTE ES UN DESFILE es habitual en los reportajes que presentan a los candidatos, por ejemplo:

1. «Continúa el desfile de nombres para postular a la Convención Constitucional» (Mega 2020).
2. «Adriana Barrientos. La modelo y ex chica reality afirmó a T13.cl -el 6 de octubre- que le encantaría ser constituyente» (Tele13 2020).
3. «El mundo de las artes y el espectáculo no ha querido quedar ausente al desafío que implica la Nueva Constitución de Chile» (Cooperativa 2020)

La inclusión de estas celebridades se utiliza claramente para deslegitimar el proceso en términos de su percepción de falta de autoridad, es decir, modelos de conducta (van Leeuwen 2008). La mayoría de estos famosos se han hecho conocidos por su participación en programas matinales, de entrevistas o de farándula, o fueron modelos y presentadores de televisión (véase también el cuadro 2). Estos reportajes dependen en gran medida de la información contextual sobre quiénes son, y de la precisión de sus autorrepresentaciones, ya que representan los valores y el capital humano encargado de redactar un texto constitucional (deslegitimación de la autoridad). Esto se ve reforzado por el hecho de que los representantes de la política tradicional aparecen en segundo plano en los informes, lo que no sólo refleja la crisis política en curso, sino también porque son autoridades reales y, siendo «El proceso constituyente es un desfile», no se les representa como un apoyo activo al proceso en los posts de Facebook más interactuados analizados.

El C3 y el C4 perpetúan el intercambio entre estos dos marcos, aunque hay una tendencia hacia el del espectáculo. Por ejemplo, aunque la Inauguración del Proceso Constituyente se representa como un acontecimiento histórico, en la mayoría de los casos se presenta como un inicio enrevesado y como una instancia para faltar al respeto a los símbolos nacionales —por ejemplo, «Teresa Marinovic [representante de la derecha en la CC] afirmó que la gente que está protestando «quiere un circo, porque no sabe hacer otra cosa» (24 horas 2021). Por el contrario, en el C4, el marco del pánico moral vuelve a ser más destacado. Se recurre a las mismas metáforas y a la dicotomía nosotros vs ellos, recurriendo a los vínculos inter discursivos con la Guerra Fría —es decir, la amenaza global del comunismo encarnada en la figura de Elisa Loncón [ver apartado anterior]— para explicar el estallido social de 2019 que condujo a la Convención Constitucional. Es importante destacar que hay un cambio en quiénes son los demonios porque ahora el tercer conglomerado político se representa asumiendo las mismas malas prácticas políticas de la política tradicional a través de un topos de finanzas (Bartley e Hidalgo-Tenorio 2016). Una de las primeras discusiones en el Proceso Constituyente fue la de aumentar el presupuesto debido a la falta de recursos técnicos y estructurales con los que contaban para comenzar a trabajar, lo que fue utilizado para deslegitimar sus verdaderos motivos (sugiriendo que en realidad buscaban un beneficio económico y personal). Por ejemplo, uno de los posts más interactuados es un informe sobre la opinión de un actor de la derecha que condena la petición de un aumento del presupuesto: «Además, quieren más dinero para comida, porque ¿no ves que tienen hambre y no tienen nada qué comer? porque la presidenta [Elisa Loncón] dijo que habían perdido peso, increíble» (La Cuarta 2021).

Conclusiones

Este estudio se propuso examinar cómo se construyó discursivamente el Proceso Constituyente chileno en la Fan page de Facebook de 145 medios de comunicación nacionales. Los resultados confirmaron el reforzamiento de la dicotomía nosotros vs ellos a través de la autorrepresentación positiva y la representación negativa de un otro es una constante en la comunicación del Proceso Constituyente. A su vez, estas estrategias también demuestran que los medios de comunicación suelen presentar el Proceso Constituyente como carente de legitimidad al poner en primer plano las consecuencias perjudiciales que un cambio institucional puede causar a la sociedad tal y como la conocemos. Las dos principales estrategias de encuadre identificadas (los encuadres de espectáculo

y de pánico moral) recurren a fuentes oficiales como los conglomerados políticos tradicionales para identificar negativamente a una tercera fuerza política surgida tras la revuelta social de 2019. A pesar de ser sector numeroso en la Convención Constitucional, son constantemente menoscabados por su falta de experiencia política y su cuestionable pasado (algunos panelistas de la televisión). Del mismo modo, las constantes comparaciones con Venezuela también provocan asociaciones con el comunismo enmarcadas en términos de colapso social.

Metodológicamente, los análisis SpaCy y LDA facilitaron la identificación de figuras y tópicos clave que ilustran nudos críticos de legitimación en la política chilena. En particular, los papeles de Augusto Pinochet y Jaime Guzmán aparecen en primer plano a lo largo de los ciclos, sugiriendo que tanto el principio del constitucionalismo como el principio de la democracia estaban amenazados bajo el actual texto constitucional. La identificación de clústeres también ayudó a visualizar la evolución política del Proceso Constituyente en función de estas figuras clave y de las principales demandas que se desencadenaron en cada ciclo político. Sin embargo, fue necesario un análisis discursivo más profundo para explorar realmente las principales estrategias utilizadas para representar discursivamente el proceso en los medios de comunicación. En definitiva, ambos enfoques metodológicos resultaron complementarios en el análisis de los corpus.

En general, los medios tradicionales son los que concentran la mayor cantidad de reacciones a sus posts en Facebook y se mantienen permanentemente entre los 25 primeros de los contenidos más virales (por ejemplo, 24 horas, La Tercera, Canal 13, entre otros) mientras que los medios digitales alternativos (por ejemplo, La Izquierda Diario, The Clinic Online) no logran viralizar sus contenidos ni aumentar la interacción de los usuarios a pesar de su amplia cobertura (ver Tabla i en materiales complementarios). Además, el análisis cualitativo evidenció el impacto de estrategias discursivas específicas que no pudimos explorar debido a las limitaciones de espacio, como las estrategias argumentativas, las estrategias de mitigación y la evaluación. Por lo tanto, una progresión natural de este trabajo es analizar los comentarios a estos mensajes para arrojar luz sobre las reacciones de los usuarios a estas estrategias de deslegitimación para identificar si están de acuerdo o no con la representación del Proceso Constituyente. Y lo que es más importante, una investigación posterior debería examinar cómo progresó la cobertura del Proceso Constituyente y su siguiente versión, en donde se realizó como Comisión Mixta. Esto también permitiría explorar las percepciones de la gente sobre el impacto real de tener un nuevo texto constitucional y por qué fue rechazada en ambas instancias.

Financiamiento

Este artículo fue financiado por *The Coimbra Group Scholarship Programme for Young Professors and Researchers from Latin American Universities 2021*; y la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID, Chile) [ANID-PLU 210013] Fake news en Chile: ¿Cómo los medios hablan de noticias falsas y desinformación en las redes sociales de Chile?.

Referencias bibliográficas

ALARCÓN SILVA, M. y CÁRDENAS-NEIRA, C. 2021. Convocatoria de protesta a través de Instagram, un análisis socio cognitivo de estrategias discursivas en el contexto del movimiento social

en Chile (2019-2020). *Revista Latina de Comunicación*, 79: 127–149. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2021-1524>

BARTLEY, L. e HIDALGO-TENORIO, E. 2016. “To be Irish, gay, and on the outside”: A critical discourse analysis of the other after the Celtic Tiger period. *Journal of Language and Sexuality*, 5(1): 1–36. <https://doi.org/https://doi.org/10.1075/jls.5.1.01bar>

BERENDT, B., KARADENIZ, Ö., MERTENS, S. y D’HAENENS, L. 2021. Fairness beyond “equal”: The diversity searcher as a tool to detect and enhance the representation of socio-political actors in news media. *Web Conf. 2021 - Companion world wide web conference*. <https://doi.org/10.1145/3442442.3452303>

BLEI, D., NG, A., JORDAN, M. 2003. Latent Dirichlet Allocation. *Journal of machine Learning research*, 3: 993–1022.

CÁRDENAS-NEIRA, C. y PÉREZ-ARREDONDO, C. 2021. Prácticas discursivas insurgentes y ocupación de espacios urbanos: Análisis de los paisajes semióticos creados en dos ciudades de Chile durante la revuelta social (2019–2020). *Bulletin of Spanish Studies*, 98, 7: 1165-1190.

COHEN, S. 2011. Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers (1972-2002). En C. GREER (Ed) *Crime and media*. Pp. 80-100. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780367809195>

DE LA GARZA-MONTEMAYOR, D., PEÑA-RAMOS, J. y RECUERO-LÓPEZ, F. 2019. Online political participation of young people in Mexico, Spain and Chile. [La participación política online de los jóvenes en México, España y Chile]. *Comunicar*, 61: 83-92. <https://doi.org/10.3916/C61-2019-07>

DOUGLAS, K.M., USCINSKI, J.E., SUTTON, R.M., CICHOCKA, A., NEFES, T., ANG, C.S. y DERAVI, F. 2019. Understanding conspiracy theories. *Political psychology*, 4: 3–35. <https://doi.org/10.1111/POPS.12568>

GOFFMAN, E. 1984. *Frame analysis: An essay on the organisation of experience*. Northeastern University Press. <https://psycnet.apa.org/record/1975-09476-000>

HERTOG, J. K. y MCLEOD, D. M. 1995. Anarchists wreak havoc in downtown Minneapolis: A multilevel study of media coverage of radical protest. *Journalism and Mass Communication Monographs*, 151: 1–48. <https://bit.ly/3A5bxq6>

ILUSTRADO. 2021. [Disponible en línea en <https://bit.ly/3zGSktm>] Canal 13 responde a tuitero que ninguneo a Elisa Loncón por decir que «no sabe leer ni escribir». *Ilustrado.cl*

JUST, S. N. 2009. No place like home? The role of the media in the framing of Europe. *Journal of Language and Politics*, 8, 2: 244–268. <https://doi.org/https://doi.org/10.1075/jlp.8.2.04jus>

KILGO, D.K., HARLOW, S., GARCÍA-PERDOMO, V. y SALAVERRÍA, R. 2018. From #Ferguson to #Ayotzinapa: Analyzing Differences in Domestic and Foreign Protest News Shared on Social Media. *Mass Communication and Society*, 21, 5: 606-630, <https://doi.org/10.1080/15205436.2018.1469773>

KRZYŻANOWSKI, M. y OBERHUBER, F. 2007. *(Un)Doing Europe: Discourses and practices of negotiating the EU Constitution*. P.I.E. Peter Lang, Brussels. <https://bit.ly/3P9q0po>

- LAKOFF, G. y JOHNSON, M. 1980. *Metaphors we live by*. The University of Chicago Press. <https://bit.ly/3p3kM3R>
- LAZZARATO, M. 2009. Neoliberalism in Action: Inequality, Insecurity and the Reconstitution of the Social. *Theory, Culture & Society*, 26, 6: 109–133. <https://doi.org/10.1177/0263276409350283>
- MELLADO, C., CÁRCAMO-ULLOA, L., ALFARO, A., INAI, D., y ISBEJ, J. 2021. Fuentes informativas en tiempos de Covid-19: Cómo los medios en Chile narraron la pandemia a través de sus redes sociales. *Profesional De La Información*, 30, 4. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.21>
- MORAES, M.P., DE OLIVEIRA SAMPAIO, J. y CHARLES, A.C. 2019. Data mining applied in fake news classification through textual patterns. *Proceeding 25th brazilian symposium multimedia web, WebMedia 2019*. <https://doi.org/10.1145/3323503.3360648>
- OBERHUBER, F., BÄRENREUTER, C., KRZYŻANOWSKI, M., SCHÖNBAUER, H. y WODAK, R. 2005. Debating the European constitution: On representations of Europe/the EU IN THE PRESS. s.f. *Journal of Language and Politics*, 4, 2: 227-271. <https://doi.org/https://doi.org/10.1075/jlp.4.2.05obe>
- REISIGL, M. y WODAK, R. 2001. *Discourse and discrimination: Rhetorics of racism and antisemitism*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203993712>
- RIFFO-PAVÓN, I., BASULTO, Ó. y SEGOVIA, P. 2021. El Estallido Social chileno de 2019: un estudio a partir de las representaciones e imaginarios sociales en la prensa. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 66, 243 <https://doi.org/10.22201/FCPYS.2448492XE.2021.243.78095>
- SANTANDER, P. 2021. [Disponible en línea en <https://bit.ly/3P5aXwV>]. "La Convención Constitucional está bajo ataque", ¿verdad o fake news? Ciper Chile.
- TULLY, J. 2002. The unfreedom of the moderns in comparison to their ideals of constitutional democracy. *Modern Law Review*, 65, 2: 204–228. <https://doi.org/10.1111/1468-2230.00375>
- VAN LEEUWEN, T. 2008. *Discourse and Practice*. Oxford University Press. <https://bit.ly/3QxSJoC>
- WE ARE SOCIAL. 2022. *Digital 2022: Another year of bumper growth*. <https://bit.ly/3vRq7Pl>
- WODAK, R. 2009. *The discourse of politics in action: Politics as usual*. Palgrave Macmillan. <https://bit.ly/3p3ikdw>
- WODAK, R. y MEYER, M. (eds.) 2016. *Methods of Critical Discourse Studies*. Londres: Sage.

CAROLINA PÉREZ-ARREDONDO. Profesora Asistente e Investigadora del Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidad de O'Higgins (Chile). Sus intereses de investigación se centran en los estudios críticos del discurso (multimodales), en particular las representaciones mediáticas de los movimientos sociales, las construcciones discursivas de identidad y motivos, y los enfoques discursivos del lenguaje, interculturalidad e inmigración.

Correo electrónico: carolina.pereza@uoh.cl

LUIS CÁRCAMO-ULLOA. Profesor Asociado e Investigador del Instituto de Comunicación Social de la Universidad Austral de Chile. Sus intereses de investigación se centran en la Comunicación y la Tecnología, particularmente en la Ciencia de Datos aplicada a las Noticias y las Redes Sociales.

Correo electrónico: lcarcamo@uach.cl

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

“Cada like es un migrante menos en nuestro país”. Estudio del discurso xenofóbico en México en un corpus de YouTube

*“Each ‘like’ is one less migrant in our country”.
A study of xenophobic discourse in Mexico as
shown in a corpus of YouTube comments*

ANA RUTH SÁNCHEZ

Universidad de Guadalajara
México

IGNACIO RODRÍGUEZ SÁNCHEZ

Universidad Autónoma de Querétaro
México

Recibido: 3 de septiembre de 2023 | Aceptado: 31 de marzo de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.86-105

RESUMEN

Este estudio descriptivo de los discursos de migración centroamericana se sirve de la Teoría de Activación Léxica (Hoey 2005) para encontrar los usos ideológicos que se hallan tras el patrón lingüístico <posesivo + lugar (*casa, país, nación*)>. Esta exploración se lleva a cabo con materiales de un corpus compuesto por los comentarios a videos aparecidos en la plataforma YouTube sobre las caravanas migrantes que cruzan México en su trayecto hacia EEUU. Los resultados señalan usos concretos y metafóricos que, en su mayoría, apoyan discursos nacionalistas mexicanos en contra de migrantes centroamericanos. La agrupación semántica de los verbos que acompañan ese patrón señala los temores (fobias, prejuicios) que los usuarios de plataformas manifiestan hacia los migrantes.

PALABRAS CLAVE: *Migración. Centroamérica. México. Xenofobia. Activación léxica. YouTube.*

RESUMO

Este estudo descritivo dos discursos migratórios da América Central utiliza a Teoria da Ativação Lexical (Hoey 2005) para encontrar os usos ideológicos por trás do padrão linguístico <possessivo + lugar (*casa, país, nação*)>. Esta exploração é realizada com materiais de um corpus composto por comentários a vídeos publicados na plataforma YouTube sobre as caravanas de migrantes que atravessam o México a caminho dos Estados Unidos. Os resultados indicam usos concretos e metafóricos que, em sua maior parte, apoiam os discursos nacionalistas mexicanos contra os migrantes centro-americanos. O agrupamento semântico dos verbos que acompanham este padrão indica os medos (fobias, preconceitos) que os utilizadores da plataforma expressam em relação aos migrantes.

PALAVRAS CHAVE: *Migração. América Central. México. Xenofobia. Ativação lexical. YouTube.*

ABSTRACT

This is a descriptive study about xenophobic discourses against Central American migration. Considering Lexical Priming Theory (Hoey 2005), we attempt to unravel the ideological uses of the linguistic pattern <possessive + place (*casa, país, nación*)>. The materials analyzed are comments made in videos published in YouTube dealing with the migrant caravans heading towards the Mexican border with the USA. Our results show specific and metaphorical uses that mostly support Mexican nationalists' discourses against Central American Migrants. Semantic clustering of the verbs nested in that pattern points towards fears (phobias and prejudices) that the users of those platforms show against migrants.

KEYWORDS: *Migrants. Central America. México. Xenophobia. Lexical priming. YouTube*

Introducción

Las caravanas migrantes son una forma de migración organizada que se ha utilizado para ingresar a México, por la frontera sur, aproximadamente desde los años noventa para llegar a la frontera con EEUU (Reyes Vázquez y Barrios de la O 2019). Hablamos de las caravanas como formas organizadas porque se han dado por la convocatoria de asociaciones, o el trabajo en conjunto de grupos de personas independientes; el objetivo de organizarse es procurar protección para los miembros que conformen la caravana. Estas caravanas han recibido atención especial de la sociedad mexicana a partir del último tercio del 2018 debido a las dimensiones que tomaron desde esa fecha.

Dicha atención ha sido patente tanto en los medios de comunicación tradicionales como en las redes sociales. Entre estas, YouTube es una red cuyo formato permite comunicación entre un creador de contenido y sus consumidores. Se trata de una plataforma que requiere que el usuario cree una cuenta –gratuita para la mayoría de sus funciones– desde la que puede subir contenidos o comentar los de otros. Estas características hacen de este un medio relativamente accesible que lo sitúa como el tercer sitio web más visitado en México así como la segunda red social más utilizada solo detrás de Facebook: para el 2022 la cantidad de usuarios de YouTube superaba los 80 millones, mientras se estimaba que el total de usuarios de Internet ascendía a 96.87 million (*Digital 2022: Mexico — DataReportal – Global Digital Insights 2022*).

Tal popularidad, por otro lado, se traduce en que aquellos interesados en usar esta red social, ya sea como creadores o como consumidores, sean un conjunto plural en el que sucedan conversaciones igualmente diversas. Asimismo, la cantidad de comentarios espontáneos, permite una aproximación cuantitativa y cualitativa al estudio del discurso xenofóbico. Si bien los videos seleccionados para esta investigación, como se verá más adelante (Tabla 1), tienen particularidades temáticas, tienen en común tres puntos: 1) tratan, de manera general, sobre el ingreso o estadía en México de personas provenientes de las zonas de Centroamérica y el Caribe; 2) por sus fechas sabemos que son posteriores a las polémicas caravanas de finales del 2018 y 3) fueron publicados en los canales de grandes empresas de comunicación. Estas tres características hacen que las participaciones de usuarios surgidas en los comentarios a cada uno de tales videos puedan ser vistas como conversaciones que conforman en sí mismas un intercambio de interés para nuestro estudio en tanto permiten establecer comunicación entre un actor de élite como lo es la prensa, con personas no pertenecientes a tal élite. Ya no se trata únicamente del análisis del discurso de las élites que son las que suelen ser estudiadas cuando se trata de indagar la reproducción de discursos ideológicos (van Dijk 2016).

El análisis que planteamos es un estudio basado en corpus que tiene como objetivo principal describir el discurso sucedido en los comentarios de YouTube sobre el migrante a través de la revisión de las colocaciones a los posesivos. Este punto de partida obedece al hecho de que, desde los Estudios Críticos del Discurso (ECD en adelante), la oposición entre *Nosotros* y *los Otros* es la forma de explicar las relaciones sociales jerárquicas representadas en discursos, para nuestro caso, producidos lingüísticamente (van Dijk 2016). De modo que planteamos un acercamiento a la construcción de *lo propio* frente a *lo ajeno* mediante la revisión de los adjetivos posesivos. Esta categoría gramatical contiene dos tipos de significado que ayudan a codificar este tipo de discurso: a) el personal, o bien el poseedor, que sirve de base para la estructuración del paradigma y b) relacional, en el que objeto actúa como referente y vinculado con una de las personas gramaticales, esto es, lo poseído (Porto Dapena 1982).

Como se verá más adelante, de las colocaciones encontradas presentamos un análisis de concordancias de los posesivos con tres sustantivos y sus plurales: *casa*, *país* y *nación*. Estos sustantivos se escogieron por ser términos frecuentes pertenecientes a la noción general de lugar, entendida a grandes rasgos como toda proporción de espacio (RAE, 2023). En medio de un discurso de migración, referir lugares es lo esperado dado que migrar es trasladarse desde el lugar en que se habita a otro diferente (RAE, 2023). A partir de los planteamientos teóricos de Hoey (2005) que exponemos en la siguiente sección, se desprende una primera hipótesis: que el significado léxico de dichos sustantivos permite usos compartidos que cohesionan un discurso xenofóbico. Específicamente, el patrón *posesivo + territorio* hará posible diversas asociaciones semánticas que el hablante utiliza para marcar una posición ideológica, particularmente, el rechazo al migrante y con ello la conocida oposición entre *Nosotros* y *los Otros (ellos)* de la que se ha hablado desde los estudios críticos del discurso.

Entre tanto, los objetivos específicos que nos proponemos son 1) describir los patrones léxicos, gramaticales y semánticos en que dichos colocados suceden, y 2) describir cómo dichos patrones forman un discurso cohesionado sobre rechazo a migrantes. El primero de estos objetivos coincide con los análisis del discurso sobre migración desde la Lingüística de Corpus (L.C., en adelante); no obstante, no tenemos noticia de que el análisis sobre discurso cohesionado (que propone Hoey como una propiedad de la activación léxica) se haya utilizado hasta el momento para el tópico migratorio.

En el primer apartado describimos la perspectiva teórica y metodológica que ofrece la L.C. para realizar análisis crítico del discurso. El segundo apartado contiene una descripción de trabajos previos que han utilizado la L.C. para estudiar críticamente discursos sobre migración. En el tercer apartado revisaremos la extracción de datos y su procesamiento. En el cuarto, exponemos el análisis de los resultados. Finalmente, las conclusiones pueden revisarse en el quinto apartado.

1. Consideraciones teóricas

La L.C. es un enfoque teórico y metodológico que busca explicar el uso de la lengua mediante la identificación de patrones en conjuntos de datos representativos a los que llamamos corpus. Se pretende aportar una mirada cuantitativa a fenómenos lingüísticos generalmente abordados desde una óptica cualitativa. Entre este tipo de fenómenos, el uso ideológico de la lengua ha llamado la atención desde hace casi tres décadas (Hardt-Mautner 1995; Stubbs 1995, 1996, 1997). La introducción de este enfoque a los ECD, no obstante, tuvo entre sus argumentos en contra el llamado positivismo interpretativo, que postulaba que no podía establecerse una relación directa entre una visión del mundo y una estructura lingüística (Simpson 1993; Hardt-Mautner 1995); en términos que atañen a este trabajo “no existe una relación constante entre una estructura sintáctica y su significado semiótico” (Fowler 1991: 90). En este apartado explicamos cómo se propone analizar el discurso sobre migración –entendiendo discurso como construcciones semióticas que describen un aspecto del mundo (Fairclough 2010)– desde una perspectiva inicialmente cuantitativa con el enfoque teórico de la Activación Léxica (Hoey 2005) que vincule, entonces, estructuras lingüísticas con tales construcciones semióticas.

La propuesta de los ECD a este vínculo se hiergue en tres dimensiones explicativas: cognición, discurso y sociedad (van Dijk 2019). Estas dimensiones también se han vinculado desde la psicología social y la sociología. De acuerdo con Fiske (2003), el prejuicio es un proceso cognitivo de categorización que trasciende la mera deducción racional e incorpora factores emocionales. Tanto para esta autora

como para Massey (2008), este proceso desemboca en la organización del espacio social en el que colocamos a diferentes grupos sociales más o menos afines con un “nosotros”, en virtud de los sentimientos que estas personas nos generen. De acuerdo con esta concepción, habría diferentes niveles de otredad, y solo sentiríamos desprecio o disgusto hacia un exogrupo a aquellos sujetos que hubieran atravesado un proceso social de categorización ideológico que los colocara fuera de los límites de la humanidad.

La comprobación del prejuicio se ha buscado en la actividad cerebral. Por ejemplo, Harris y Fiske (2006) encontraron que las reacciones cerebrales de sujetos experimentables variaban según el grupo social representado imágenes estímulo. Los estímulos del propio grupo desecaban reacciones en el córtex prefrontal medial, así como otros grupos sociales percibidos como actores sociales. Sin embargo, las imágenes sobre aquellos grupos que atravesaron por procesos sociales de categorización en contra, no generaban tal activación, lo que sugiere que estos grupos son deshumanizados, es decir, no son percibidos como seres humanos. Desde la psicolingüística, este vínculo entre lenguaje, prejuicio y cognición se ha hecho a través del concepto de Activación Léxica. Concepto que se utiliza para estudiar la conexión entre los elementos léxicos mediante el examen de la actividad cerebral en respuesta a los estímulos lingüísticos. Este método implica la preparación para activar un lexema objetivo. Por ejemplo, los lexemas relacionados conducen a tiempos de reacción más rápidos en comparación con los no relacionados. Esta técnica también se ha aplicado para medir la activación de prejuicios a través de la actividad cerebral (White et al. 2009; Wang et al. 2011). No obstante, nuestra propuesta no busca la actividad cerebral, sino el discurso dicho.

Desde la L.C., el concepto de Activación Léxica se define como el refuerzo que experimentan para el hablante dos elementos al ocurrir juntos frecuentemente; su contraparte, el debilitamiento, sucederá cuando uno de esos elementos ocurra en un contexto lingüístico nuevo (Hoey 2005: 9). El concepto de colocación (asociación psicológica entre palabras que se encuentran a una distancia de cuatro o menos palabras, con una frecuencia que no es aleatoria) subyace en la propuesta de Hoey de la activación. La diferencia, no obstante, radica en que la activación no limita su influencia al léxico sino que se extiende al contexto gramatical, semántico, textual e incluso intertextual (Baker et al. 2017; Hoey 2005, 2017).

La coocurrencia persistente entre dos elementos ocasiona que estos se asocien, organizados, en la mente de los hablantes. Así en los análisis de discursos ideológicos, dentro de los discursos sobre migración se ha observado que la constante ocurrencia de la frase nominal *migrante + ilegal* ha repercutido en la asociación de las personas migrantes con actos de ilegalidad (Baker & McEnery 2005; Montali et al. 2013; Taylor 2014; Dobrić Basanež y Ostojić 2021). La acuñación de este tipo de secuencias formulaicas (frases, clichés, estereotipos, eslóganes) puede explicarse por los procesos de lexicalización que se vislumbran en el análisis que presentamos aquí.

La segunda característica de la colocación es la *anidación*; si cada palabra está restringida a ocurrir con otras, esta restricción se irá anidando con otras. Ambas propiedades se pueden observar en (1), que es una traducción del ejemplo que propone Hoey (2005: 19).

1. LUGAR PEQUEÑO está a NÚMERO-TIEMPO-VIAJE (*preposición* VEHÍCULO) de LUGAR MÁS GRANDE
 - a. Ntobeye está a dos horas de viaje en todoterreno del gran campo de refugiados de Ngara
 - b. El pueblo está a cuatro horas de Londres
 - c. Pamuzindo está a una hora de Harare.

Lo que se lee en (1.a) corresponde a una de las primeras oraciones de un libro de viajes; lo que se lee en (1.b) y (1.c) son dos ejemplos se obtuvieron de un corpus compuesto tanto por datos orales como escritos. A partir de la coocurrencia de la palabra *hora(s)* con colocaciones como *media, una, dos, tres, cuatro y veinte* se pueden identificar otras asociaciones persistentes con asociaciones como NÚMERO-TIEMPO-VIAJE, además de la relación de distancia que establece al señalar LUGAR PEQUEÑO y LUGAR MÁS GRANDE; y con asociaciones no tan persistentes como la frase preposicional (*en/de* VEHÍCULO). En otras palabras, todos estos patrones léxicos forman asociaciones que, a su vez, forman la anidación de 1. La metodología de la L.C. permite extraer de un corpus ejemplos que coincidan con el mismo patrón léxico.

Lo que sucede en (1) también es un ejemplo de que la activación léxica no solo está restringida al contexto lingüístico inmediato. De hecho, esta teoría se plantea la explicación de la cohesión textual, y también de la cohesión intertextual. Una de las hipótesis que plantea al respecto es que cada vocablo, o conjunto de ellos, está restringido a ocurrir en un tipo específico de relación gramatical, semántica o pragmática, y que cuando el hablante usa tal patrón, conoce estas relaciones y espera que su interlocutor también las conozca. Dicha restricción existe por los encuentros anteriores entre el elemento léxico con diversas relaciones semánticas (tales como contraste, comparación, secuencia temporal, causa y efecto, ejemplificación, problema y solución) o pragmáticas (por ejemplo, las pautas para cambio de turno; dentro de un texto la relación entre el lector y el escritor). Tal tendencia a repetir persigue a menudo la agregación de información.

2. Estudios del discurso desde la Lingüística de Corpus

En esta sección reseñamos investigaciones que han usado herramientas de la L.C. para el análisis de discursos sobre migración. Este tipo de análisis, como suele suceder con las técnicas de la L.C., tiene como sustento la frecuencia de uso, que determina cómo los elementos lingüísticos frecuentemente coocurrentes componen sentidos, y también cómo estos elementos –o bien estos sentidos– se asocian con el discurso emitido por un actor social y su postura ideológica.

Una cuestión fundamental estudiada en este tipo de discurso es la representación que se hace de las personas que migran. Una de las aproximaciones más concurridas es mediante palabras clave del discurso (DKW, Discourse Key Words) (Stubbs 2001) que designan a las personas que migran: nos referimos a los llamados proyectos RASIM. Estos proyectos tienen su origen en la Universidad de Lancaster con el análisis basado en datos hecho por Baker & McEnery (2005) quienes escogieron los términos *asylum seekers* y *refugees* [“solicitantes de asilo” y “refugiados”] para un análisis de corpus; y la posterior comprobación de estos términos como parte de las palabras claves entre dos corpus de periódicos, hecha por Gabrielatos & Baker (2008). Las palabras claves son una de las herramientas tradicionales de la L.C. por medio de las cuales se identifica una serie de elementos que se denominan clave porque observan una frecuencia relativamente mayor en un corpus de interés en comparación con otro de referencia. Así, por medio de la comparación entre dos tipos de periódicos (*tabloids* [“prensa sensacionalista”] vs *broadsheet text* [“prensa seria”]) Gabrielatos & Baker (2008) llegaron a términos frecuentes que designaban a los actores sociales del acrónimo RASIM, es decir, *refugees* [“refugiados”], *asylum seekers* [“solicitantes de asilo”], *immigrants* [“inmigrantes”], *migrants* [“migrantes”]).

La identificación de estos referentes en el discurso por Gabrieltatos & Baker (2008) ha servido como base para posteriores estudios, en los cuales diferentes palabras en diferentes lenguas han sido utilizadas como clave por referenciar a personas que migran. A diferencia del trabajo de estos autores, los estudios de los que hablaremos a continuación son basados en corpus, pues inician el análisis con los resultados de tal trabajo, esto es, buscan replicarlo ya sea en otros momentos históricos, o en otros contextos geográficos o lingüísticos.

Así, Taylor (2009), además de buscar los equivalentes para RASIM en italiano, explicó la representación de los migrantes en Italia dentro de un encuadre de pánico moral. En otro trabajo, Taylor (2014) comparó los referentes RASIM en italiano con un análisis de concordancias para los adjetivos posesivos en dicha lengua de la primera persona plural (*nostra, nostre, nostri, nostro*). Si bien la autora restringió su análisis a tal persona, obtuvo conclusiones relativas a un discurso nacionalista que marca una oposición entre exogrupo y el endogrupo. Encuentra, además, que el 10% de las colocaciones para el lema *nuestro* son referencias geográficas. Hay, además dos tipos de diarios: los nacionales (que marcan el *nosotros* relativo a la identidad nacional) y los locales (que confirman la relación entre el territorio propio y marcan un *nosotros* relacionado con una identidad regional).

Entre tanto, Fotopoulos & Kamiklioti (2016) hacen un análisis comparativo, también mediante las mismas palabras clave, para la prensa griega, británica y alemana en el marco del acuerdo entre Turquía y la Unión Europea en marzo del 2016.

Explorar discursos sobre migración desde la L.C. tiene el propósito de corroborar que las expresiones en detrimento de un grupo de personas tiene una frecuencia tal que es posible hablar de un uso sistemático al grado de que puede consolidar un *discurso*; en otras palabras, que a través de la repetición de tales expresiones se construye lo que Fairclough (2010) denominó *aspecto*. Así, por medio del planteamiento que hacen los proyectos RASIM para el análisis de discursos sobre migración, se ha podido constatar los discursos que marcan una oposición en la cual las personas que migran ocupan el lugar de la otredad en diferentes estrategias lingüísticas. Entre estas se presenta a los migrantes como diferentes en términos de raza, etnia, religión o nacionalidad. En este último término particularmente, se considera al migrante como amenaza para la estabilidad económica o para la seguridad nacional. Entre los discursos que vinculan a los migrantes como causa de la inestabilidad económica al que llegan, por ejemplo, Bevitorio (2018) encuentra que el parlamento británico constantemente utiliza la palabra *fair* [“justo”] para justificar políticas restrictivas contra los inmigrantes; en contraparte, Baker et. al. (2008) encontraron en un corpus de la prensa del Reino Unido que se tiende a evaluar negativamente a los refugiados y solicitantes de asilo al estar constantemente colocados con términos como *swarms* [“enjambre”], *invader* [“invasor”] y *bogus* [“falso”, “que engaña”].

3. Metodología

3.1. Recopilación y procesamiento de corpus

Las posibilidades de comunicación de las redes sociales así como sus peculiaridades técnicas son dos características que las vuelven objeto de estudio ideales cuando se trata de análisis, desde la perspectiva crítica, sobre el discurso emitido por personas que no pertenecen ni a las élites ni a los grupos marginados por una producción discursiva. Por ello, para la formación de un corpus por redes sociales debe tomarse en cuenta estas dos características.

YouTube es una plataforma que posibilita que personas *de a pie* creen contenidos a bajo costo con un dimensión de divulgación incomparablemente mayor a la de los medios tradicionales; con ello, como en general lo ha hecho el Internet, abona a una supuesta democratización de los medios. Permite, además, otras formas de comunicación que no tienen que ver con la creación del contenido (pues este término, en esta red social, se reserva la producción de videos), a saber, la interacción que sucede en los comentarios a un video, (interacción que sucede en primer lugar con el video en cuestión).

Recopilamos un corpus ocasional compuesto por los comentarios a 12 videos de YouTube (Tabla 1) que fueron extraídos mediante YouTube Comment Scraper (*YouTube Data Tools* s. f.). Por cada video se obtuvo un documento procesado como UTF-8 para posteriormente ser analizado en AntConc (Anthony 2022). En una investigación que se vale de herramientas computacionales para el procesamiento de texto es común tratar los datos para homologarlos con las reglas ortográficas; sin embargo, por la diversidad de formas de escribir que se encontraron, se optó por no llevar a cabo tal normalización. De ese modo, el corpus para esta investigación está compuesto por 351,365 tokens (o casos) y 30,422 tipos. Los tokens se refieren a la contabilización de cada una de las veces que suceda cada palabra del corpus; los tipos, al total de palabras diferentes que ocurren en el corpus.

TABLA 1

Composición del corpus de comentarios de YouTube

ID	TÍTULO	MEDIO	FECHA DE PUBLICACIÓN	# DE PALABRAS
1	Caravana migrante, primera movilización en masa centroamericana durante del 2020	France 24 español	30/01/2020	12,049
2	La Nueva Caravana Migrante llega a México	El País	20/01/2020	7,178
3	Caravana migrante entra a la fuerza a México	Milenio	20/01/2020	37,091
4	Frenen caravana migrante al sur de México	Imagen Noticias	05/08/2020	7,070
5	Hondureños presionan para cruzar a México	Noticias Telemundo	19/10/2018	110,010
6	México, país destino de migrantes	Imagen Noticias	27/06/2020	10,113
7	Migrantes centroamericanos varados en el Estado de México	AJ+Español	07/08/2020	671
8	Migrantes en Chiapas: cómo tratan a los centroamericanos en Tapachula	Plumas Atómicas	02/07/2019	992
9	Fuerzas mexicanas detienen 800 migrantes de la caravana 2020	El Tiempo	24/01/2020	15,642
10	La verdadera cara de los migrantes que nadie muestra	Badabun	03/12/2018	142,937
11	Empleo en México “el sueño hecho realidad” de algunos migrantes	AFP Español	30/11/2018	6,018
12	Las duras historias de los migrantes centroamericanos	RT	12/07/2019	1,886

Los videos a partir de los cuales se generan los comentarios de los videos que componen el corpus son producciones de grandes corporaciones mediáticas. El más antiguo de ellos data de finales de octubre del 2018 (*Hondureños presionan por cruzar a México*) y versa sobre el intento de 4,000 personas migrantes de cruzar la frontera entre Guatemala y México; el más reciente, del 7 de agosto del 2020, trata sobre personas migrantes que, a raíz de la pandemia de Covid, esperan en un estado del centro de México a poder continuar su viaje hasta la frontera Norte del país y entrar a EEUU.

3.2. Exploración de corpus

Analizamos los colocados para los posesivos *mi, tu, su/sus, nuestros/nuestro/nuestra/nuestras*. Para ello se utilizó el estadístico de información mutua, pues es el estadístico más comunmente utilizado para medir la probabilidad de coocurrencia de dos palabras con una fuerte carga léxica (Church y Hanks 1990; Taylor y Marchi 2018). Este estadístico no es tan confiable en textos tecleados de redes sociales como en los textos editados por la gran cantidad de errores ortográficos. Esto se remedió complementando el análisis estadístico con un análisis manual. Se consideró una ventana de 5 palabras a la derecha y 5 a la izquierda. Se tomó en cuenta al colocado siempre y cuando este apareciera con una frecuencia mínima de 3. De las colocaciones que se obtuvieron de dicho proceso, los sustantivos fueron agrupados en campos semánticos. Entre estos últimos se seleccionó el campo de lugar y, dentro de este, los sustantivos casa, país, y nación por ocurrir con todos los posesivos.

Durante la siguiente etapa se siguió un enfoque cualitativo: se revisaron las concordancias. Se decidió revisar manualmente la ocurrencia de los plurales aunque estos no fueron necesariamente colocados de dichos sustantivos. De ese modo, se obtuvieron 658 concordancias, de las cuales se excluyeron 194 por dos razones. La primera de ellas fue la ambigüedad, según el contexto lingüístico seleccionado en AntConc, es decir, una ventana de 10 palabras y 10 a la derecha de nuestro elemento a analizar (ej. *mi casa*), no quedaba claro que versara sobre el tema de migración; bajo este criterio se presindió de 37 concordancias como la que se presenta en (2).

2. pero todavía falta mucho para ayudar...las familias perdieron **sus casas** todo lo que tenían... me da mucho coraje (ambigüedad)

La segunda razón fue la generalidad temática, esto es, la concordancia debía de ser una evaluación sobre migración hecha por una persona que se asumía parte del país receptor; se eliminaron 286 concordancias, como (3), que no cumplieron con este precepto.

3. Yo soy hondureña de verdad me duele ver así **a mi país** “ no hay forma de salir adelante. Por favor no (generalidad temática)

Entre las 464 concordancias restantes, nuestro objetivo se centró en observar las asociaciones semánticas anidadas en las que estas coligaciones *posesivo + lugar* sucedieran. Si una colocación es la activación que se da entre dos palabras, una coligación es la activación de una palabra y una categoría gramatical (Hoey 2005: p. 43) (y por extensión, un grupo de palabras con categoría gramatical). Tanto colocaciones como coligaciones tienen restricciones (ciertas palabras evitan ciertas combinaciones). En este trabajo las indentificaciones de coligaciones se realizó mediante anotación

manual. Entre los sustantivos, se encontró que aquellos con un valor semántico de lugar eran productivos entre las colocaciones de los posesivos; de ese modo, las asociaciones semánticas que se encontraron partieron de un patrón gramatical o coligación, que refiere un lugar del que alguien es propietario. Particularmente, se prestó atención al verbo del que dependían dichas frases nominales. En primer lugar, a la relación entre el verbo y la coligación se la etiquetó de acuerdo con la asociación semántica que mostraran, que son, a su vez las asociaciones semánticas que se encontraron anteriormente (Baker et al. 2008) sobre la construcción discursiva de reguñados, solicitantes de asilo, inmigrantes y migrantes. (4 y 5)

4. pero nosotros también sufrimos tantas muertes diario y *no dejamos nuestro país* (MOVIMIENTO-salida).
5. es un dolor de huevos que personas *entren a tu país* ILEGALMENTE (MOVIMIENTO-entrada)

En segundo lugar, en tanto asociaciones semánticas, buscamos agrupar los verbos que ocurrían en cada una de tales asociaciones. En la sección de Resultados, presentamos una relación entre dichos conjuntos, los posesivos y los sustantivos. Consideramos cada verbo, aunque ocurriera una sola vez, porque estimamos que una sola ocurrencia también abonaba a la construcción de dicho conjunto semántico, y también porque la ocurrencia única de un verbo puede ir a favor de la hipótesis de la coherencia intertextual en el discurso a partir de un corpus temático. En resumen, buscamos asociaciones de sentido que dieran cuenta de una noción construida de la migración por usuarios de YouTube, esto planteado como un acercamiento al discurso que los mexicanos construyen sobre la migración hecha por otras personas latinoamericanas a su país. Una vez obtenidas dichas asociaciones, establecimos la relación semántica entre ellas. Es gracias a estas relaciones que se puede hablar de la coherencia intertextual entre los comentarios de YouTube, de modo que se pueda hablar de un discurso xenofóbico cohesionado.

4. Análisis y Resultados

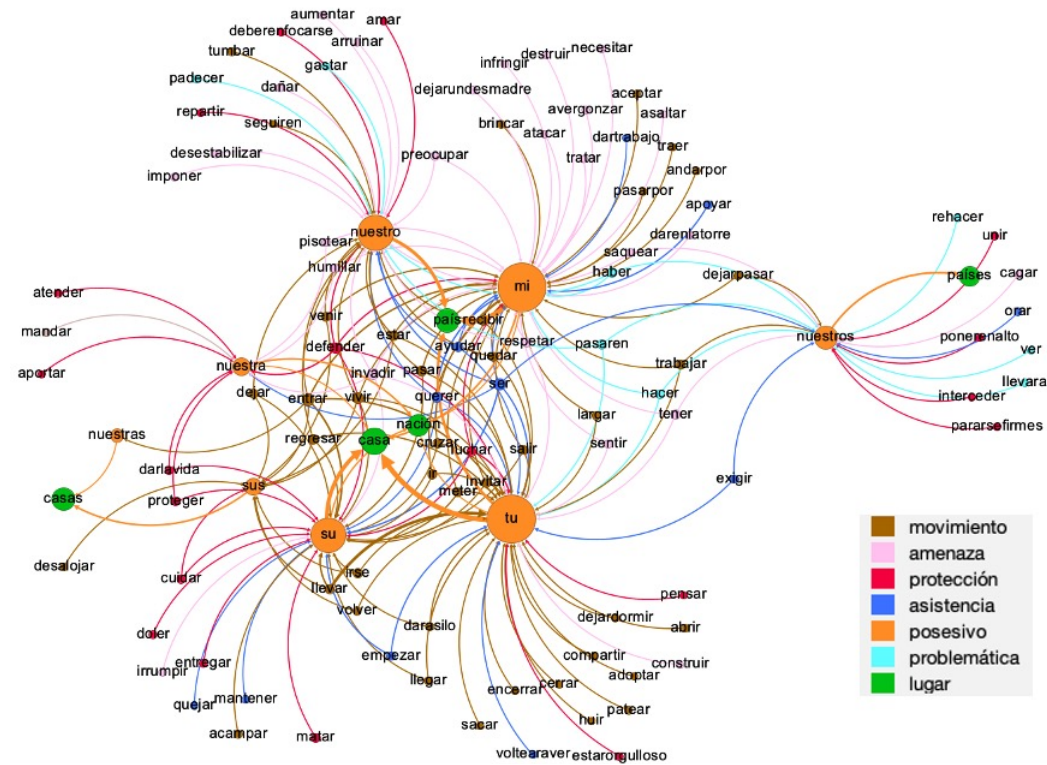
En esta sección presentamos el análisis de los resultados de la ocurrencia del patrón *adjetivo posesivo + LUGAR* en 464 concordancias. Nuestro objetivo fue buscar si en el contexto lingüístico inmediato de cada uno de esos ejemplos existían otros patrones léxicos, gramaticales o semánticos que acompañaran a tal coligación. Se encontró un patrón sintáctico mayoritario en el que dicha coligación era el adjunto de la cláusula, por lo que se buscó la propiedad semántica de los verbos de tales oraciones; de ese modo, se clasificaron 101 verbos en tres asociaciones semánticas contenidas, a su vez, en tres anidaciones (6- 8).

6. [MOVIMIENTO] □ [adjetivo posesivo + LUGAR]
7. [PELIGRO] □ [adjetivo posesivo + LUGAR]
8. [ACTITUD] □ [adjetivo posesivo + LUGAR]

En tanto asociaciones semánticas, cada una de ellas está compuesta por subconjuntos semánticos que establecen relaciones entre sí. Así, con la asociación semántica de MOVIMIENTO tenemos relaciones de contraste; con la asociación de PELIGRO, de causa y efecto; y con la asociación de ACTITUD, de problema y solución. Una representación gráfica de cómo los patrones sintácticos y semánticos se anidan puede observarse en la Ilustración 1.

ILUSTRACIÓN 1

Cocurrencias a Verbos+Posesivos+Lugar



El grafo señala las relaciones que se establecen entorno a los adjetivos posesivos. Esta representación visual permite una primera aproximación a los datos extraídos. Cada nodo se corresponde a una palabra y la coocurrencia de dos palabras se establece mediante una flecha o arista. El tamaño del nodo y el grosor de la arista señalan la frecuencia de uso en el corpus. Así, el nodo naranja correspondiente al posesivo “nuestro” tiene una arista naranja que termina en “país” (nodo verde en el centro), lo cual indica que “nuestro país” es una coocurrencia de uso bastante frecuente. Lo mismo ocurre con “mi país”, “tu casa” o “su casa”. Los nodos se agrupan por la dinámica de fuerzas que generan sus conexiones. Los nodos que están en el centro del grafo se relacionan con los cinco posesivos más frecuentes (“nuestro”, “mi”, “su”, “tu” y “nuestra”). Los nodos que están en la periferia del grafo se relacionan con pocos nodos; por ejemplo, en la parte derecha del grafo los verbos “rehacer”, “unir”, “cagar”, “orar” ocurren solamente con el posesivo “nuestros”. Los nodos “nuestro” y “mi” (ambos primera persona) son cercanos porque comparten muchas coocurrencias.

Son más de 100 nodos correspondientes a verbos que acompañan las frases nominales. Creemos que este elevado número y la gran variedad de los mismos ya son un hallazgo relevante. Los nodos

verbales se agrupan en torno al posesivo que acompañan. Están codificados con un color que señala el conjunto semántico que los agrupa. Por ejemplo, en la parte de arriba del grafo se aprecia un grupo de nodos y aristas rosas (las aristas tienen el mismo color del nodo del que emanan) que indican *amenaza*: “infringir”, “destruir”, “dejar un desmadre”, “atacar”, “asaltar”, “avergonzar” se colocan con el posesivo “mi”; “aumentar”, “arruinar”, “dañar”, “desestabilizar” e “imponer” se colocan con “nuestro”; “humillar”, “pisotear” y “preocupar” se colocan con “nuestro” y con “mi”, “saquear” se coloca con “mi” y con “nuestros”. Los verbos de *movimiento* son los más numerosos (nodos y aristas de color café) y se concentran en el centro del grafo, lo cual significa que coocurren con la mayoría de los posesivos. También hay bastantes verbos de *movimiento* en la parte inferior del grafo (“huir”, “abrir”, “cerrar”, “llegar”, “sacar”) y en la parte superior (“brincar”, “traer”, “andar por”, “pasar por”). Los verbos que llamamos de *protección* se asocian a “nuestros” (a la derecha del grafo: “unir”, “poner en alto”, “interceder”, “pararse firmes”) y a “nuestras” (a la izquierda del grafo: “aportar”, “proteger”, “atender”, “dar la vida”, “cuidar”). Esta representación visual de los datos que tradicionalmente se presentan en formato de tabla permite hacer a la vez una lectura cualitativa y cuantitativa, exploratoria y explicativa de los datos, y permite observar relaciones morfológicas, sintácticas y semánticas simultáneamente.

Esta sección ahora se divide en tres apartados para describir en mayor detalle, cada uno de los tres tipos de asociaciones, la composición de sus conjuntos semánticos, y la relación entre estos, los posesivos y los sustantivos referentes a lugares; además, intentaremos explicar cómo se conforman cada una de las relaciones semánticas dentro de las asociaciones.

4.1 Movimiento

La asociación semántica que implica verbos de *movimiento* es la más frecuente (265 casos), y, por tanto, la que más fuertemente restringe la coligación en cuestión, hecho esperable dado que estos lugares son los escenarios donde sucede el fenómeno de la migración. Esta asociación de movimiento está compuesta por tres subconjuntos que denotan la *entrada* (9) de migrantes a un lugar de destino o su *estadía* (10) en el mismo; o bien, el *retorno* (11 y 13) hacia el sitio de origen o la *salida* (12) de él.

9. ...aguantar que **entren a tu país** y todavía te agredan...
10. Los periodistas pueden **llevárselos a sus casas** y lavarles la ropa y proporcionarles mujeres...
11. Pues **regresa a tu país** charlatán para que te respete tu pueblo...
12. Muy valiente no? Pero **huyes de tu país!!!**
13. envés de insultar a Mexico... porque no **se ban a su nación** y asen lo mismo con su presidente...

El contraste dentro de la asociación de *movimiento* y sus respectivos subconjuntos sucede con la ya dicha relación que se establece entre *Nosotros y los Otros* en los ECD sobre migración. Cuando sucede, ocurre que los adjetivos posesivos que marcan la primera persona, tanto en singular como en plural, construyen, de hecho, al *Nosotros*, o mejor dicho, al territorio de nosotros. Al respecto, por ejemplo, se observa el uso de recursos metonímicos según los cuales se equipara la casa propia con el país propio y esta propiedad se marca con la primera persona (14-15).

14. Llegan y se quedan. Como si mi vecina **entra a mi casa** por la fuerza y exigiendo ...
15. No es posible que se permita que **a nuestras casa entren** en la forma en que vienen todos...

Sucede también que, sin hacer uso de estos recursos, porque lo que se utiliza es el referente más concreto de los tres sustantivos estudiados, *país*, se marca una oposición donde efectivamente se anteceda la primera persona del posesivo al territorio del *Nosotros* dentro del cual, además, se advierte la presencia de un *Otro* indeseable e indeterminado (16-17).

16. ...si se senterán de *un hondureño o alguien* que **este en nuestro país** de ilegal no duden en llamar a migración
17. Dícelo a los *70 mil mantenidos* que **siguen en nuestro país**

Ocurre también que existe esta oposición entre el territorio propio y el ajeno sin que se utilicen los adjetivos posesivos del modo que hemos señalado. Cuando ello sucede, se observa que se utiliza para argumentar tanto ante un interlocutor imaginado (18-19), como ante uno concreto ya sea otro usuario comentando (20), un autoridad política (21), o alguna persona del video, como los periodistas (10).

18. ...cada país tiene sus leyes no pueden **crusar como Pedro por su casa**
19. Acaso Nosotros Los Mexicanos **Vamos a Meternos a Su Casa** Sin Que NADIE DIGA NADA
20. @USUARIO jajaja pobre pendejo **llevatelos a tu casa**
21. Ya AMLO ponte a trabajar o **llevártelos a tu casa..**

Cuando dos elementos o más se colocan, esto es, tienden a ocurrir de una manera tal que puede comprarse estadísticamente esta ocurrencia, puede decirse que tienen un grado de lexicalización. Ello quiere decir que todos los elementos que hemos presentados aquí anidados o colocados tienen un grado de lexicalización, pero lo que sucede en (18) es una lexicalización al grado de que hablamos de una secuencia formulaica reconocidas culturalmente que en el corpus ocurre 11 veces (Ilustración 2). Esta expresión formulaica se reformula en el discurso xenofóbico para dar a entender que se valora como indeseable la entrada de los migrantes a México (18, 19, 20, 21).

Dentro este conjunto semántico, se destaca *salida* porque algunas concordancias mostraban más bien mensajes no xenofóbicos. En estos, si bien se reconocía la otredad, se pensaba más bien en las situaciones que los obligaba a salir de sus países (22).

22. Para poder sostenerse que vive del hoy que **sale de su casa** y no sabe si va regresar.

Sin embargo, cuando sucedieron los mensajes xenofóbicos, sí utilizaron la fórmula de la segunda persona (o sea, no la primera) para marcar la otredad (23).

23. Muy valiente no? Pero **huyes de tu país!!!!**

ILUSTRACIÓN 2

Concordancias de "pasar como * por su casa"

	File	Left Context	Hit	Right Context
1	video 1.txt	anos y ustedes lo respetando? Quieren entrar	como Pedro por su casa.	Exijan a su gobierno. Vienen
2	video 5.txt	a Todo país tiene sus leyes no pueden cruzar	como Pedro por su casa	México tiene sus problemas no
3	video 9.txt	or dentro de tu casa Esta bien también entran	como Pedro por su casa	MENTIRA no hubieron golpes. NO
4	video 9.txt	az pero no respetan las leyes y quieren entrar	como Pedro por su casa	sin registrarse!! ___ VIVA MÉXICO NO
5	video 1.txt	de paso acaso si en tu casa las visitas entran	como pedro por su casa.	Por que no se quejan
6	video 5.txt	yan de su país ¿que piensan que van a entrar	como pedro por su casa	y Donald les va a
7	video 10.txt	respetar si en mexico cualquier persona entra	como pedro por su casa	ese es su problema no
8	video 9.txt	"No aceptan ayuda y trabajo, y quieren entrar	como Juan por su casa	en país ajeno que no
9	video 10.txt	je como chingados esperavan que ivan entrar	como Juan por su casa!!!!	Estan pobres queriendo entrar a
10	video 9.txt	N A LA GN. Y DI QUE ELLOS QUERIAN ENTRAR	COMO JUAN POR SU CASA	SIN REGISTRARSE. "No golpearon a
11	video 9.txt	es qe se tienen qe respetar.. no puedes pasar	como juan por su casa..	entiende pendejo... "@chuy el manco

Search Query Words Case Regex Results Set All hits Context Size 10 token(s)

como * por su casa Start Adv Search

4.2 Peligro

Esta es una asociación que está compuesta por dos subconjuntos: *amenaza* y *protección*. Ocupa en el corpus el segundo lugar en tanto sus frecuencias (suman 111, con 49 y 62 apariciones, respectivamente). Mientras que el primer subconjunto está compuesto por verbos o frases verbales que denotan acciones potencialmente dañinas para el país receptor de la migración (24-25), el segundo referencia las acciones (codificadas con las mismas categorías gramaticales) que se harán, en principio, ante tales amenazas (26-27). No obstante, dentro de este segundo subconjunto también se observa que las mismas acciones de protección que un ciudadano debe hacer ante un migrante, también las puede hacer este desde su lugar de origen.

24. Yo soy mexicana y no veo porque **invaden nuestro país** y con tremenda actitud.
25. ...**le han dado en la torre a este país y mi casa** y tú defiendes delincuentes
26. nosotros los ciudadanos **unos huniremos y los sacaremos defendemos nuestra nación**
27. salió del país **sin luchar sin defender su nación...**

Se esperaría aquí también que la distribución de los adjetivos posesivos marcara la relación *Nosotros* vs *los Otros*. Resalta al respecto, y en primer lugar, que estas asociaciones activan constantemente al adjetivo posesivo para la primera persona plural. Así, *amenaza* + *nuest** + *lugar* sucede 21 veces, *protección* + *nuest** + *lugar*, 29; la suma de ambas son las ocurrencias mayoritarias de esta persona en una asociación. En segundo lugar, se trata de la asociación que activa –prácticamente de manera exclusiva– al sustantivo *nación*, el cual sucede 4 veces para *amenaza*, 23 para *protección* y una vez para *movimiento* dentro del subconjunto *salida*.

En tercer lugar, en lo que respecta al subconjunto de *protección* la distribución entre las personas de los posesivos, se observa que si bien existe una tendencia hacia la primera persona (tanto plural como singular), también se distribuye entre la segunda singular y la tercera (singular y plural). Es el caso de *defender* (26, 27, 28), *proteger* (29), *luchar* (30, 31). Cuando esto sucede, como se decía anteriormente, se espera que cada cual defienda su territorio desde el mismo.

- 28. Si soy mexicana y **defiendo a mi país** que se vallan
- 29. Nuestra Guardia Nacional Cumple Con Su Deber....**Protejer Nuestra Nación**
- 30. si fueras valiente valiente como dices **estarías luchando en tu país**
- 31. Que se vayan q **luchen en su nación** aquí no son bienvenidos

Al contrario, *amenaza* es un subconjunto que sucede casi exclusivamente con la primera persona: 43 veces para la suma del singular y plural; frente a 6 veces que sucede entre la segunda y tercera persona en total. Lo que sucede entre estos últimos, sin embargo, no es el uso de estas personas para señalar al otro, sino como en 14 y 15, se está usando para argumentar que la entrada al país de migrantes es un suceso indeseable; interpretación que se refuerza porque se tiende a usar *casa* en un sentido metafórico para referenciar un país (33-37) en cuatro de esos seis ejemplos.

- 32. NO **CONSTRUYES TU CASA Y QUIERES INVADIR LA AJENA!**
- 33. a quien le va a gustar que **irrumpan su casa a la fuerza?**

La amenaza, decíamos, se piensa para el territorio propio. Es, además, el territorio que se comparte no necesariamente porque se activen el plural en las personas, sino porque se activan mayoritariamente el sustantivo *país* con 39 casos, a los que agregamos los 4 en los que ocurre *nación* en tanto refiere también al territorio compartido por sus conciudadanos. Por su parte, *casa* ocurre tres veces, dos de las cuales se usa en sentido metonímico de país (34), solo en un caso se usa en un sentido literal (36).

- 34. **le an dado on la torre** a este país y **a mi casa mi pais**
- 35. El año pasado **asaltaron mi casa unos inmigrantes colombianos**
- 36. ...que tiene que ver que su pais pase eso por dios mexico despierta... **otra jente pisotea nuestra nacion**
- 37. Fuera de México no necesitamos a *delincuentes y paracitos* en **mi país**

Así bien, tales ocurrencias se traducen en la representación del conflicto *Nosotros (mexicanos) vs los Otros (migrantes)* de varias maneras. Como ya decíamos, la *amenaza* contra el territorio propio puede estar expresada con un verbo (35, 36). Se encontró además dentro de las concordancias que la amenaza se codificaba con frases nominales con representaciones estereotípicas (37). La ocurrencia de las asociaciones en otras categorías gramaticales es posible dado que estas tienden a agrupar sentidos, más que elementos sintácticos concretos.

Este tipo de representación, como ya se mencionó, también está presente dentro de la asociación de *movimiento* (16-17). Al respecto, sobresale dentro de la teoría de la Activación Léxica que la repetición de un elemento léxico (o de un conjunto de estos) puede generar varios efectos. Uno es el de la agregar información que puede provocar la anidación de sentidos (38 - 39).

38. *son puros delincuentes*, depórtenlos a sus países

39. *se les matará* si entran a mi casa *a la fuerza*

4.3 Actitud

Este conjunto es el que cuenta con el menor número de ocurrencias dentro del corpus: se encontraron 81 ejemplos en las 464 concordancias (17%). Así pues, *problemática* (20 ocurrencias) es un subconjunto de esta asociación que describe las causas del fenómeno de la migración (40); mientras que *asistencia* (61 veces) es la respuesta a ello y describe la relación entre los miembros del país de destino y los migrantes (41).

40. Pobrecitos todos **tnemos carencias en nuestros paises** pero no es la manera de entrarrrar...

41. de mi parte **apoyaría primero el sufrimiento de mi país**

Estas asociaciones son parte de un discurso dicotómico que supone a las personas migrantes como objeto de ayuda. Lo que sucede con las causas que se describen entre aquellos casos que caen bajo el subconjunto de *problemática*, es que estas son introducidas por verbos que designan más bien la existencia de un problema. Estas dificultades tienden a ser expresada en términos ambiguos, es decir, no se ejemplifica con casos concretos (40 y 42).

42. ...yo se que hay mucha pobreza en **nuestros paises Centroamericanos** pero no se pueden entrar ilegalmente

Cuando se trata de codificar la asistencia no se tiende a nombrar las acciones concretas de tal ayuda (43 y 44); en lugar de ello, tiende más bien a expresarse una disposición a tal ayuda, o bien una posición moral que obliga o excusa ante la obligación de apoyar (44 y 45), posición moral que también tiende a expresarse con refranes (46 y 47).

43. yo podría **ayudar solo una persona. En mi casa.**

44. lo que está haciendo Trump es **ver por su país que es su casa**

45. ...primero **enpiesa con tu pais** y despues los yevas a tu casa

46. primero a mis hermanos mexicanos, **el. Un buen juez empiza x su casa.**

47. tantos mexicanos desempleados, **candil de la calle y obscuridad de su casa...**

Al respecto de la oposición entre *Nosotros* y *los Otros*, este tipo de expresiones establecen una relación ordinal para organizar quién merece primero la asistencia. Como sucedió en la asociación de *movimiento*, aquí se observa también expresiones formulaicas, específicamente refranes que se utilizan para marcar dicha relación ordinal. Gracias al hallazgo tanto de estas expresiones, como la que sucede en *movimiento* es posible ver que el discurso para valorar los hechos migratorios que se recogieron en el corpus está sedimentado en creencias culturales que se activan y se reformulan.

Conclusiones

Este trabajo ha analizado el discurso sobre migración en la red social YouTube con una aproximación mixta que abona un análisis crítico desde la Lingüística de Corpus. Este acercamiento fue guiado por el modelo discursivo de oposición entre un *Nosotros* frente a un *Otro* –ambos históricamente contruidos– que se postula desde los ECD para sostener relaciones jerárquicas. El acercamiento a los datos de un corpus de dicha red social, particularmente el de los colocados a los adjetivos posesivos, nos ha permitido ver asociaciones semánticas en las que se sustenta un discurso principalmente xenofóbico hacia migrantes que ingresan desde Centroamérica y el Caribe a México. Estas asociaciones *construyen* un espacio propio frente a una amenaza que es ajena a tal territorio.

En contraste con los trabajos presentados en los antecedentes, este proyecto es peculiar en dos puntos. El primero de ellos tiene que ver con las decisiones metodológicas tomadas entre las que no se encuentra ni el de realizar un estudio guiado por una lista de palabras clave, ni el de utilizar como nodos del análisis palabras léxicas. Ambas decisiones se resumen en la decisión de utilizar como punto de análisis un conjunto de palabras funcionales, los adjetivos posesivos, a saber. El segundo punto, vinculado con el anterior, se debe a que una vez obtenidas unidades de sentido mayores –por la agrupación en campos semánticos de las colocaciones– usamos locaciones y no actores sociales como unidad de análisis.

En concordancia con la L.C. no hemos dejado de lado la importancia de un enfoque cuantitativo; de ese modo, mediante la revisión de dichas palabras funcionales se obtuvieron 464 contextos lingüísticos para revisar. De estos, ejemplificando el concepto de anidación de Hoey (2005), poco más de 100 frases verbales se mostraron como colocados de la coligación *adjetivo + locativo*. Estos datos, a su vez, se comportaron de tal modo que pueden generalizarse en tres asociaciones semánticas que denominamos *movimiento*, *peligro* y *actitud*.

Al respecto, nuestros resultados coinciden con los encontrados por Taylor (2009), quien también utilizó adjetivos posesivos. Si bien esta autora utilizó únicamente los posesivos de la primera persona del plural, logró entrever la construcción tanto de un exogrupo frente a la de un endogrupo en la que la identidad y la región jugaban un papel preponderante en los discursos de la prensa italiana. Entre tanto, nosotros encontramos en la coligación analizada, en la que se incluyeron las tres personas tanto en singular como en plural, que el discurso contra personas migrantes activa principalmente el posesivo para la primera persona del plural. Al respecto, sobresale lo sucedido en la asociación *peligro* que tiene un valor fuertemente nacionalista sustentado en un territorio que le pertenece a una colectividad activada precisamente por el posesivo plural de la primera persona; territorio que debe ser defendido de una amenaza representada en los migrantes mismos. La impor-

tancia del territorio también se confirma en los usos metonímicos observados con *mi/nuestra casa* a lo largo de las asociaciones, pero principalmente en movimiento, en los que sucede, además, la contraposición de los migrantes quienes pretenden entrar a un país que no es el suyo. Mientras, la asociación de *actitud* confirma este discurso nacionalista al resaltar más la pertenencia al territorio que al territorio mismo; esto se logra mediante la organización del merecimiento de cada persona a la asistencia que se brinda desde un lugar precisamente, por la pertenencia a dicho lugar.

De este modo, tanto por las frecuencia como por el comportamiento lingüístico de los adjetivos y de los sustantivos *casas*, *países* y *nación* se corrobora que las expresiones contra migrantes en la red social YouTube tienen un uso sistemático que conforma un discurso nacionalista y xenofóbico.

Referencias bibliográficas

- ANTHONY, L. 2022. *AntConc (v.4.0.3) [Computer Software]*. Waseda University, Tokyo
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2023. *Lugar* | *Diccionario de la lengua española*. - Edición del Tricentenario. Recuperado 22 de mayo de 2023, de <https://dle.rae.es/lugar>
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2023. *Migrar* | *Diccionario de la lengua española*. - Edición del Tricentenario. Recuperado 17 de abril de 2023, de <https://dle.rae.es/migrar>
- BAKER, H., McENERY, T., y HARDIE, A. 2017. A corpus-based investigation into English representations of Turks and Ottomans in the early modern period. En M. PACE-SIGGE y K. J. PATTERSON (eds). *Lexical Priming: Applications and Advances*, pp. 41-66. Ámsterdam/ Filadelfia: John Benjamins Publishing Company
- BAKER, P., y McENERY, T. 2005. A corpus-based approach to discourses of refugees and asylum seekers in UN and newspaper texts. *Journal of Language and Politics*, 4, 2: 197-226.
- BEVITOR, C. 2018. Crossing Boundaries: Investigating «Fair» in British Parliamentary Debates on Im/migration. *Textus* 1: 165-186.
- CHURCH, K, y HANKS, P. 1990. Word Association Norms, Mutual Information, and Lexicography. *Computational Linguistics* 161: 22-29.
- DOBRIĆ BASANEŽE, K. y OSTOJIC, P. 2021. Migration Discourse in Croatian News Media. *Medijska Istraživanja* 27, 1: 5-27.
- DOUGLAS, S. M, 2008. La racialización de los mexicanos en estados unidos: estratificación racial en la teoría y en la práctica. *Migración y Desarrollo* 10: 65-95.
- FAIRCLOUGH, N. 2013. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2.a ed. London: Routledge.
- FOTOPOULOS, S. y KAIMAKLIOTI, M. 2016. Media Discourse on the Refugee Crisis: On what have the Greek, German and British Press Focused? *European View* 15, 2: 265-279.
- FOWLER, R. 1991. *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Nueva York: Routledge.

- GABRIELATOS, C. y BAKER, P. 2008. Fleeing, Sneaking, Flooding: A Corpus Analysis of Discursive Constructions of Refugees and Asylum Seekers in the UK Press, 1996-2005. *Journal of English Linguistics* 36, 1: 5-38.
- HARDT-MAUTNER, G. 1995. 'Only Connect.' *Critical Discourse Analysis and Corpus Linguistics*.
- HARRIS, L. H. y FISKE, S. 2006. Dehumanizing the Lowest of the Low: Neuroimaging Responses to Extreme Out-Groups. *Psychological Science* 17, 10: 847-53.
- HOEY, M. 2005. *Lexical priming: A new theory of words and language*. Abingdon: Routledge
- HOEY, M. 2017. Cohesion and coherence in a content-specific corpus. En M. PACE-SIGGE, M. y PATTERSON, K. J. (eds). *Lexical Priming: Applications and Advances*, pp. 41-66. Ámsterdam/ Filadelfia: John Benjamins Publishing Company
- MONTALI, L., RIVA, P., FRIGERIO, A. y MELE, S. 2013. The representation of migrants in the Italian press: A study on the *Corriere della Sera* (1992-2009). *Journal of Language and Politics* 12, 2: 226-250
- PORTO DAPENA, J. Á. 1982. Los posesivos personales del español: Intento de descripción funcional. *Dicenda. Estudios de lengua y literatura españolas 1*: 55-108.
- REYES VÁZQUEZ, J. F. y BARRIOS DE LA O, M. I. 2019. El comportamiento de los usuarios de Twitter respecto al tema de la Caravana Migrante a través del Sentiment Analysis, *De política* 13, 7: 11
- SIMPSON, P. 1993. *Language, Ideology and Point of View*. London: Routledge
- STUBBS, M. 1995. Collocations and cultural connotations of common words. *Linguistics and Education* 7, 4: 379-390
- STUBBS, M. 1996. *Text and Corpus Analysis*. Oxford: Blackwell.
- STUBBS, M. 1997. Whorf's children: Critical comments on critical discourse analysis (CDA). *British studies in applied linguistics* 12: 100-116.
- STUBBS, M. 2001. Computer-assisted Text and Corpus Analysis: Lexical Cohesion and Communicative Competence. En SCHIFFRIN, D., TANNEN, D., y HAMILTON, H. E. *The Handbook of Discourse Analysis*. John Wiley & Sons.
- TAYLOR, C. 2009. The representation of the immigrants in the Italian Press. *Università Degli Studi Di Siena Dipartimento Di Scienze Storiche, Giuridiche, Politiche E Sociali*.
- TAYLOR, C. 2014. Investigating the representation of migrants in the UK and Italian press: A cross-linguistic corpus-assisted discourse analysis. *International Journal of Corpus Linguistics* 19, 3, 368-400.
- TAYLOR, C. y MARCHI, A. 2018. *Corpus Approaches to Discourse: A Critical Review*. Abingdon New York: Routledge.
- VAN DIJK, T. (ed.). 2016. *Racismo y discurso en América Latina*. Barcelona: Gedisa.

WANG, L., MA, Q., SONG, Z., SHI, Y., WANG, Y. y PFOTENHAUER, L. 2011. N400 and the activation of prejudice against rural migrant workers in China. *Brain research* 1375:103-10.

WHITE, K., CRITES J. R. S., TAYLOR, J. y CORRAL, G. 2009. Wait, what? Assessing stereotype incongruities using the N400 ERP component. *Social Cognitive and Affective Neuroscience* 4(2):191-98.

ANA RUTH SÁNCHEZ BARRERA socióloga y lingüista (Universidad de Guadalajara, Maestría y Doctorado en la Universidad Autónoma de Querétaro). Sus intereses académicos son los discursos de odio en redes sociales y su análisis desde la lingüística computacional y la lingüística de corpus.

Correo electrónico: anabasa@gmail.com

IGNACIO RODRÍGUEZ SÁNCHEZ docente e investigador de la Facultad de Lenguas y Letras de la Universidad Autónoma de Querétaro. Doctor en Lingüística Aplicada por la Swansea University (Gales, Gran Bretaña). Sus intereses académicos abarcan la lingüística de corpus, los modelos de adquisición de vocabulario y las humanidades digitales. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (nivel I)

Correo electrónico: i.rodriguez@uaq.edu.mx

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Construção discursiva da identidade como resistência: histórias de vida de mulheres Mapuche urbanas no Chile

The discursive construction of identity as resistance: life stories of urban Mapuche women in Chile¹

EVELYN MATUS M.

Pontificia Universidad Católica de Chile
Chile

Recebido: 15 de setembro de 2023 | Aceito: 26 de março de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.106-124

RESUMO

Este artigo busca compreender como a resistência a discursos de estigmatização se manifesta nas avaliações presentes na construção discursiva da identidade étnica de mulheres mapuche urbanas. A análise, a partir dos Estudos Críticos do Discurso, é realizada com ferramentas analíticas do sistema de avaliatividade (Martin e White, 2005), fundamentada na teoria da Linguística Sistêmico-Funcional. A metodologia é qualitativa e a técnica de coleta é a entrevista em profundidade. O *corpus* é composto por 18 entrevistas com mulheres mapuche urbanas, a fim de mostrar seu papel nas lutas de resistência e reivindicação de seus direitos étnicos. Os resultados mostram aspectos da resistência, como uso de vestimentas tradicionais, práticas ancestrais, a discriminação, o vazio de identidade e a ferida colonial. A inclusão de diversas posições nas narrativas dá origem à flutuação de ENGAJAMENTO que refletem um posicionamento dilemático na configuração da identidade étnica.

PALAVRAS CHAVE: *Estudos Críticos do Discurso. AVALIATIVIDADE. Identidade étnica. Mulheres Mapuche.*

RESUMEN

Este artículo busca comprender cómo la resistencia a los discursos de estigmatización se manifiestan en las valoraciones presentes en la construcción de la identidad étnica de mujeres mapuche urbanas. El análisis, a partir de los Estudios Críticos del Discurso, es realizado con las herramientas analíticas del sistema de VALORACIÓN (Martin e White, 2005), basado en la Linguística Sistêmico Funcional. La metodología es cualitativa y la técnica de recopilación es la entrevista en profundidad. El *corpus* se compone de 18 entrevistas a mujeres mapuche urbanas, con el fin de revelar su papel en las luchas de resistencia y reivindicación de sus derechos étnicos. Los resultados presentan aspectos de resistencia: el uso de vestimenta tradicional, las practicas ancestrales, la discriminación, el vacío identitario y la herida colonial. La inclusión de diversos posicionamientos en las narrativas genera fluctuaciones de COMPROMISO que reflejan un posicionamiento dilemático en la configuración de la identidad étnica.

PALABRAS CLAVE: *Estudios Críticos del Discurso. VALORACIÓN. Identidad étnica. Mujeres Mapuche.*

ABSTRACT

This article seeks to understand how the resistance to the discourses of stigmatization manifests in the valuations presents in the construction of the ethnic identity of urban Mapuche women. The

1 Este estudo faz parte do projeto de pesquisa Fondecyt Regular 1220347. Pontificia Universidad católica de Chile.

analysis, from Critical Discourse Studies, is conducted with the analytical tools of the APPRAISAL system (Martin and White, 2005), based on Systemic Functional Linguistics. The methodology is qualitative and the collection technique is the in-depth interview. The corpus is composed of 18 interviews with urban Mapuche women, to reveal their role in the struggles of resistance and vindication of their ethnic rights. The results present aspects of resistance: the use of traditional outfit, ancestral practices, discrimination, identity vacuum, and colonial wound. Including diverse positionings in the narratives generates fluctuations of ENGAGEMENT that reflect a dilemma in the configuration of ethnic identity.

KEYWORDS: *Critical Discourse Studies. APPRAISAL. Ethnic identity. Mapuche women.*

Introdução

A história da luta dos povos indígenas contra a colonização europeia na América Latina é muito antiga. Essa luta, que se originou durante o período da colônia, intensificou-se posteriormente com a formação dos estados nacionais e continua até os dias atuais (Bello e Ranguel, 2002). No caso do Chile, um dos povos em permanente tensão com o Estado pela reivindicação de seus direitos étnicos é o povo Mapuche (Correa, 2021; Pairican, 2016; Correa e Mella, 2012; Boccara e Seguel, 1999). O conflito é abordado, entre suas complexidades, de forma masculinizada², tornando invisível a agência das mulheres mapuche³ não apenas no conflito, mas também na narrativa da história (García, 2017).

Essa omissão da atuação da mulher mapuche tem consequências para a representação e os estereótipos que surgem na sociedade chilena sobre essas mulheres (Huenchumil, 2022; Millaleo, 2016). O olhar colonial (Mignolo, 2005; Quijano, 2014) da sociedade chilena estabelece três imaginários para essas mulheres: insubordinada, obsoleta e submissa (García, 2017), e qualquer mulher mapuche fora dos parâmetros de representações é julgada socialmente (Huenchumil, 2022).

É o caso das mulheres mapuche urbanas que foram criadas em a cidade, longe dos espaços tradicionais da cultura Mapuche. Essas mulheres foram privadas do acesso a sua cultura devido aos processos de "assimilação forçada" (Informe de Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas, 2008) que levaram seus pais ou avós a saírem das comunidades para os centros urbanos (Aravena, 2014). Essa situação gerou uma ruptura nos processos de transmissão da cultura. Portanto, essas mulheres tiveram que se reconectar com sua identidade étnica e viver sua etnicidade de forma não tradicional em a cidade (Matus, 2023). A identidade étnica dessas mulheres é uma forma de resistência ao etnocídio de que foram vítimas, como muitos outros povos indígenas na América Latina (Baniwa, 2006). É a partir desse contexto que se questiona como a resistência se manifesta em sua construção discursiva da identidade étnica.

O presente artigo busca compreender as formas de resistência em a configuração discursiva da identidade étnica de mulheres mapuche urbanas. A investigação é qualitativa com um desenho interpretativo e da perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). A análise foi realizada com as ferramentas do sistema AVALIATIVIDADE (Martin e White, 2005) no enquadre teórico da Linguística Sistemico-Funcional (Halliday com Matthiessen, 2014) e interpretada à luz das teorias sociais e decoloniais. Partindo dessa base, investigamos os significados intersubjetivos presentes em 18 entrevistas em profundidade com nove mulheres mapuche urbanas.

Neste trabalho, posicionamo-nos, em a perspectiva crítica alinhadas com as lutas das mulheres mapuche cujas narrativas foram historicamente silenciadas. Para tal, o artigo está dividido em três seções. Primeiro, apresentamos o enquadramento sobre a história do povo Mapuche, conceitos de colonialidade e etnocídio, representações das mulheres indígenas e relações entre identidade e discurso. Na segunda seção, descrevemos os aspectos metodológicos do estudo. Na terceira, expomos os resultados das análises, com as ferramentas do sistema AVALIATIVIDADE e, finalmente, são apresentadas as considerações finais.

2 Essa situação se repete no caso de outras mulheres indígenas na América Latina, negando seu importante papel nos movimentos de reivindicação (Gargallo, 2013; Paredes, 2020).

1. O povo Mapuche e o Estado chileno: uma relação de conflito

Desde a formação do Estado chileno, a relação entre o Estado e o povo Mapuche, bem como com os demais povos indígenas no território chileno, tem sido complexa (Bello e Ranguel, 2002). O povo Mapuche se destaca pela força de sua luta na reivindicação de seus direitos étnicos e dos territórios ancestrais (Correa, 2021). Um ponto crítico nessa relação de conflito foi a chamada "Pacificación de la Araucanía" (1861-1883), nome eufemístico para o processo realizado pelo Estado chileno para facilitar a usurpação legal e militarizada dos territórios mapuche, com a intenção de promover seu "desenvolvimento e produção" (Correa e Mella, 2012; Aravena, 2014). A oposição civilização-barbárie (Bello e Ranguel, 2002) dessa visão apresenta elementos relevantes do imaginário colonial sobre os povos indígenas (Mignolo, 2005). Como consequência desse processo, as famílias mapuche foram segregadas em espaços de terra reduzidos (Pairican, 2016; Correa e Mella, 2012). A perspectiva do Estado buscava estabelecer o controle e transformar todos os povos indígenas em "cidadãos chilenos" sob uma ideia de identidade nacional (Informe Verdad Histórica y Nuevo Trato, 2008).

Essas formas de "assimilação forçada", longe de promover a integração, favoreceram a rejeição por parte da sociedade chilena, que via os povos como "índios". Essa conceituação do imaginário colonial sobre os povos indígenas é usada para o exercício da discriminação (Oteiza e Merino, 2012; Merino e Tocornal, 2012; Matus 2023), a fim de erradicar toda forma de "barbarismo" (idiomas, costumes e culturas) para o "progresso" (Bello e Ranguel, 2002).

A erradicação de territórios resultou na desarticulação político-social do povo Mapuche em contexto de extrema pobreza (Pairican, 2016; Correa e Mella, 2012). Essa realidade levou muitas pessoas jovens a deixar os espaços comunitários para buscar condições de vida nas grandes cidades (Aravena, 2014). Como resultado, atualmente são as cidades⁴ as que abrigam a maior densidade da população Mapuche (INE, 2018).

Quando pessoas mapuche nesse processo migratório chegaram às grandes cidades, tiveram de submeter-se a empregos que não eram socialmente valorizados (sobretudo nos trabalhos domésticos) (Millaleo, 2016) e se depararam com a discriminação de uma sociedade que as rejeita. Esse confronto com a sociedade chilena provocou uma das rupturas mais importantes da chamada diáspora mapuche: a interrupção da transmissão da cultura e do idioma (Aravena, 2014).

Hoje, descendentes do povo Mapuche que residem nas cidades procuram se reconectar com suas raízes ancestrais, pois os processos de conquista e colonização na América Latina deixaram profundas cicatrizes sociais, políticas e culturais (Quijano, 2014). As consequências dos processos de colonialidade sobrevivem nas interações cotidianas e nos imaginários sociais presentes em nossa sociedade (Mignolo, 2005). A matriz colonial de poder organiza as relações sociais na construção ideológica do "outro" como selvagem, bárbaro, atrasado em relação à modernidade e à civilização, representadas pelo imaginário europeu (Quijano, 2014). Isso causou a "ferida colonial" nos seres humanos que não se encaixam no modelo predeterminado pelas narrativas ocidentais (Mignolo, 2005).

A formação de relações sociais com base na matriz colonial redefiniu e criou novas identidades sob o conceito de raça (Quijano, 2014). Como resultado, as relações raciais passaram a configurar

4 Principais centros urbanos do Chile.

relações de dominação e classificação social (Quijano, 2014). Nessa reconfiguração do olhar colonial, os sujeitos colonizados se tornam um "outro" que é medido em relação à pessoa "branca" colonizadora (Kilomba, 2021).

A tríade colonial, especialmente a 'colonialidade do ser', torna-se fundamental para a compreensão dos processos de etnocídio nas Américas. Essas práticas buscam a "integração cultural" nome dado ao conjunto de práticas que buscam por meio da eliminação ou negação do pertencimento dos povos indígenas à sua cultura, que os povos indígenas deixem de ser quem são e se assimilem a uma visão hegemônica da nacionalidade (Baniwa, 2006). É assim que a negação ou omissão da existência do "outro" busca chegar a um ponto em que os próprios sujeitos não conheçam nem reconheçam sua identidade étnica. Em outras palavras, promove-se o extermínio de seu locus da enunciação: sua existência física deixa de carregar os traços constituintes da cultura, reduzindo-se ao corpo subalterno da modernidade.

No Chile, as políticas de "assimilação forçada" buscavam exterminar a diversidade cultural por meio de um projeto político-social homogeneizador da identidade nacional (Informe Verdad Histórica y Nuevo Trato, 2008). Essa negação e rejeição sistemática dos povos indígenas levou a materializações flagrantes de discriminação e violência contra esses povos e, especificamente, contra o povo Mapuche (Correa e Mella, 2012). É nesse contexto de subalternidade e luta que as mulheres mapuche urbanas atuam hoje.

O estudo da identidade étnica entre as mulheres mapuche da perspectiva dos ECD no Chile é escasso, e o que foi feito se concentrou nas representações de sua identidade. Os estudos realizados estabelecem três imaginários (García, 2017; Millaleo, 2016; Matus, 2018; Huenchumil, 2022). O primeiro representa mulheres mapuche com base na folclorização (García, 2017), como mulheres anônimas, em uma visão obsoleta do passado. O segundo constrói a figura da "nana mapuche"⁵. Nessa figura, é possível notar interseções entre gênero, raça e classe, que se entrecruzam para definir a outra como subalterna (Davis, 2005). Em terceiro lugar, uma visão das mulheres mapuche como uma ameaça. Essas construções estereotipadas baseiam-se nos binômios civilização/barbárie e que pressupõem a existência de tipos de mulheres mapuche (obsoleta, submissa e insubordinada) sob a perspectiva de que a "outra" racializada está subordinada ao sujeito branco e lhe deve obediência (Kilomba, 2020).

A pesquisa realizada por Matus (2023) concentra-se na construção da identidade de mulheres mapuche urbanas. A autora revela aspectos identitários no discurso: a "discriminação" é um marcador fundamental para se entender como Mapuche por meio do olhar do outro. Essas mulheres mapuche lidam com os dilemas de ser/sentir-se Mapuche em a cidade. No entanto, essas tensões são resolvidas em discursos de reivindicação de sua origem em sincronia com a busca constante de modos de viver sua etnia como formas de resistência ao etnocídio.

2. Identidade e discurso: LSF e o sistema de AVALIATIVIDADE

A identidade étnica faz parte da configuração da identidade como uma construção ligada aos diferentes papéis desempenhados por pessoas em a sociedade e é entendida como a autoidentificação

5 Mulher trabalhadora doméstica frequentemente atuando nos cuidados com crianças, na função de babá.

com um grupo étnico. Essa identificação está associada com um conjunto de aspectos que uma comunidade étnica compartilha e que são transmitidos através das gerações (Phinney e Ong, 2007). Entretanto, esses aspectos tradicionais não funcionam da mesma forma nas construções étnicas urbanas, conforme discutido na seção anterior, uma vez que a transmissão cultural foi interrompida por práticas etnocidas.

O discurso, na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e dos Estudos Críticos do discurso (ECD), é entendido como uma prática constitutiva da sociedade e socialmente constituída (Matus, 2023; Merino, et. al. 2017; Oteíza y Merino, 2012; Oteíza e Pinuer, 2019; Resende, 2019). É (também) no espaço discursivo que os sujeitos delineiam e negociam suas identidades e, simultaneamente, reconstróem o ambiente social em que operam. Para investigar essas configurações, usamos as ferramentas analíticas do sistema AVALIATIVIDADE enquadrado na LSF.

A LSF propõe que a linguagem organiza seus recursos em áreas de significado, chamadas de metafunções (ideacional, interpessoal e textual), que operam simultaneamente em a produção do potencial de significado da linguagem. O presente artigo enfoca a metafunção interpessoal, a área que compreende os significados intersubjetivos do estrato semântico-discursivo são expressos em em realizações léxico-gramaticais (Halliday com Matthiessen, 2014) e que podem ser mapeadas por meio do sistema AVALIATIVIDADE (Martin e White, 2005).

O sistema AVALIATIVIDADE é uma proposta para a organização sistêmica dos significados interpessoais usados para avaliar a experiência e a presença intersubjetiva de participantes da interação discursiva e, portanto, as identidades produzidas no discurso. Por meio desse modelo, é possível mapear como significados interpessoais no discurso criam prosódias avaliativas que são codificadas no nível léxico-gramatical (Oteíza, 2021).

Esse sistema é organizado em três subsistemas: ATITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO (Martin e White, 2005). Por um lado, a ATITUDE está relacionada à expressão de atitudes positivas ou negativas, mais ou menos explícitas, como AFETO, conforme proposto por Ngo e Unsworth (2015), como um JULGAMENTO sobre o comportamento das pessoas e como uma APRECIACÃO de coisas, fenômenos ou, conforme proposto por Oteíza e Pinuer (2019), processos sociais e políticos complexos. Por sua vez, o ENGAJAMENTO é responsável pela expressão de posicionamento em relação a outras vozes no discurso. Por fim, a GRADAÇÃO está relacionada à expressão de atitudes, à categorização de entidades (Hood, 2019) e a processos realizados em textos, bem como ao engajamento de vozes incorporadas no discurso (Martin e White, 2005; Oteíza, 2021, 2023).

Neste artigo, o sistema AVALIATIVIDADE será utilizado como ferramenta para a análise de histórias de vida de mulheres mapuche com formação superior em contextos urbanos. A metodologia para a geração desses dados foi qualitativa com um desenho interpretativo da perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso, devido à necessidade de adotar uma postura crítica em relação a esse problema social (Merino et al., 2017; Oteíza e Pinuer, 2019) mas também com uma perspectiva latino-americana (Resende, 2019) a fim de produzir conhecimento sobre a questão da identidade étnica em um contexto de colonialidade.

A técnica de coleta de dados foi a entrevista em profundidade coconstruída com as entrevistadas, isso significa que o tópico geral era a identidade mapuche na cidade e as mulheres levantaram questões relevantes para elas em relação a esse tópico sobre os quais a entrevistadora elaborou. Participaram do estudo nove mulheres mapuche convidadas de forma seletiva seguindo critérios qualitativos: sexo feminino; autoidentificação com o povo Mapuche e um sobrenome mapuche; vida

no contexto urbano e idades entre 25 e 55 anos. Foram agendadas duas entrevistas por participante (com 9 participantes, foram 18 entrevistas no total). Os registros foram gravados em áudio e transcritos manualmente com base na proposta de Briz e do Grupo Val.Es.Co (2014) para *corpus* orais nos quais a ênfase está no conteúdo, e não em outros fenômenos prosódicos ou de turno de fala.

3. Construção discursiva de identidades: as ferramentas analíticas em ação

O *corpus* para este estudo consiste em 18 entrevistas em profundidade. Os nomes das participantes foram substituídos por pseudônimos: Mailén, Ayelén, Fresia, Ailén, Millaray, Guacolda, Llacolén, Antumalén e Janequeo.

As análises das 18 entrevistas foram realizadas em três etapas. A primeira etapa consistiu na descrição do *corpus* com base nas ferramentas e categorias propostas no sistema AVALIATIVIDADE (Martin e White, 2005; Ngo e Unsworth, 2015; Oteíza e Pinuer, 2019; Oteíza, 2021; 2023). A segunda correspondeu à identificação de prosódias com base nos dados achados da primeira etapa, com atenção às instâncias que evidenciavam avaliações sobre identidades mapuche na cidade. Por fim, a etapa interpretativa em que foram integradas as análises dos dados das duas primeiras etapas com teorias sociais e decoloniais. A nomenclatura usada para a apresentação dos resultados baseia-se na proposta de Martin e White (2005).

As análises organizadas nas subseções seguintes operam sobre uma seleção de exemplos revisados em profundidade que mostram os padrões avaliativos presentes no *corpus* com relação às práticas de resistência na configuração discursiva da identidade étnica das mulheres mapuche urbanas, a quem agradecemos sua inestimável contribuição ao estudo de que este artigo é recorte.

3.1 Práticas de identidade na cidade: vestimenta e conexão com a natureza

Em suas histórias, as participantes expressam aspectos simbólicos fundamentais para vivenciar sua etnia em a cidade, principalmente as roupas tradicionais mapuche e a conexão com a natureza. Esses aspectos desencadeiam sentimentos de felicidade e orgulho, bem como julgamentos positivos sobre o conhecimento que se conecta com sua ancestralidade.

Millaray (1) fala sobre sua experiência com as roupas tradicionais. Ela fala que o conhecimento adquirido em seus estudos de graduação e pós-graduação ajudaram a ter as ferramentas para tornar sua cultura conhecida, mas roupas são um aspecto fundamental para se reconhecer como Mapuche.

- (1) //⁶entonces eso me ha **ayudado** (estudios de pregrado y postgrado), además de **visualizarme con la vestimenta** que eso **marca una diferencia** en **auto reconocerse** y **mostrarse** a pesar de que **todavía se cuestiona** mucho en la ciudad de qué **¿por qué te vistes así? ¿tú eres**

6 Nomenclatura: ATITUDE (*evocado em itálico*); ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO .

una machi? O tú ¿*qué eres*? Y ¿*por qué tú no te vestes igual que las otras personas*? Pero eso también me ha ayudado a **visualizarme** cuando ando con vestimenta//

(1*) //então, isso me **ajudou** (estudos de graduação e pós-graduação), além de **me visualizar com minhas roupas**, o que **faz diferença** no **reconhecimento de mim mesma** e para **me mostrar**, apesar de ainda haver muito **questionamento** na cidade sobre **por que você se veste assim? você é uma machi?** ou o **que você é?** e **por que você não se veste como as outras pessoas?** mas isso também me ajudou a **me visualizar** quando uso roupas//

O relato de Millaray mostra diferentes avaliações em relação ao fato de sentir-se Mapuche (Merino e Tocornal, 2012). Há uma avaliação positiva de si mesma e da vestimenta como um marcador de identidade [AFETO:segurança/satisfação/APRECIÇÃO:impacto:alto poder]. Essa experiência de olhar a si mesma é valorizada como [+APRECIÇÃO:impacto:alto poder] "fazendo a diferença", sinalizando um antes e um depois dessa experiência, o que é evidenciado na avaliação [+AFETO:segurança/satisfação] "autorreconhecimento" que desencadeia [+AFETO: segurança/satisfação]. Mostrar-se publicamente por meio de suas roupas é um importante marcador de resistência às representações das mulheres mapuche como figuras do passado (García, 2016) e o silenciamento de sua cultura (Baniwa, 2006), reconhecendo que os trajes desencadeiam essa perspectiva da cultura como passado e tensionando o passado ao apresentar os trajes no presente.

As avaliações de Millaray sobre o uso de vestimentas tradicionais não são compartilhadas pela sociedade da cidade. Ela apresenta os questionamentos por meio de uma orientação heteroglósica [contração:refutar:opor] "apesar de" que "ainda haver muito questionamento". Vozes da sociedade chilena são introduzidas no discurso sem mediação por meio da orientação heteroglósica [expansão:atributo:pessoa não especificada:distância] "por que você se veste assim? você é uma machi ou o que você é? e por que você não se veste como as outras pessoas?" Esses posicionamentos são acompanhados por julgamentos em relação a Millaray e sua cultura por meio de [-JULGAMENTO:estima social:normalidade:racialização].

Neste trabalho propomos a categoria de [racialização] como um rótulo de maior delicadeza em [normalidade] para os significados relacionados à diferença racista que se distancia da definição de [JULGAMENTO:estima social:normalidade] de Martin e White (2005) e das subdivisões propostas por Ngo, e Unsworth (2015). No entanto, as propostas de Martin e White (2005) para [JULGAMENTO:estimativa social:normalidade] e Ngo e Unsworth (2015) [estimativa social:normalidade:-fortuna/reputação/comportamiento] não alcançam as dimensões da racialização presentes em esos dados. A figura do "índio" estabelece a existência do sujeito em um lugar histórico de construção da diferença colonial (Kilomba, 2021), de uma diferença "racializada" (Quijano, 2014). A reiteração desse significado nos discursos abre espaço para questionamentos sobre a classificação dentro do sistema de JULGAMENTO, considerando que estamos lidando com um *corpus* no qual duas estruturas culturais diferentes se confrontam. Portanto, propomos a integração da categoria [(+/-)JULGAMENTO:estimativa social:normalidade:racialização], que integra os significados da alteridade nesse corpus.

7 *Machi*. Autoridade espiritual Mapuche.

Entendemos a categoria proposta como relevante e necessária, porque não se aplica apenas ao corpus ora estudado, mas poderá servir aos muitos outros estudos que lidam com discurso e racialidade a partir do sistema de AVALIATIVIDADE. A ausência da perspectiva da colonialidade/racialidade na formulação do sistema é mais um indício da necessidade de reflexão sobre teorias e métodos científicos a partir da superação da herencia colonial. Esse e muitos outros casos em teorias sobre sociedade e linguagem podem aguçar nosso olhar colonial, na América Latina e outros contextos subalternos, sobre os modos como a colonialidade do poder assume contornos na construção do conhecimento, na forma de colonialidade do saber (Resende, 2019).

Os questionamentos contínuos da identidade pela sociedade chilena referem-se a essa autorização do branco para questionar e pedir explicações ao subalterno (Kilomba, 2021). A obrigação da pessoa mapuche de se justificar e se explicar para a sociedade e até mesmo ser objetivada como algo "o que você é"? As perguntas apontam a alteridade, delimitando com julgamentos evocados a dicotomia você/nós sobre o como a sociedade chilena falha em reconhecer uma mulher mapuche na cidade, considerando-a fora de lugar (Kilomba, 2021), a menos que se disfarce no código de "normalidade". No entanto, Millaray rebate essas posições apontando que essa diferença também a ajuda se sentir Mapuche, o que se refrata por meio da orientação heteroglóssica [contração:refutar:oposição] "mas". Isso coincide com outros estudos (Tocornal e Merino, 2012; Matus, 2023) que reconhecem que a discriminação como componente relevante para a identificação com o grupo étnico delimita a fronteira entre 'eles' e 'nós' o olhar colonial.

Com relação à conexão com a natureza, as mulheres entrevistadas descrevem suas ações na cidade como formas de manter suas práticas ancestrais. Ao mesmo tempo, essa conexão é descrita como uma necessidade, como Guacolda (2) aponta:

(2) //de alguna manera es que **no se puede explicar** porque como esa **necesidad** se vuelve se siente un **vazio** por ejemplo acá en (nombre ciudad) **nosotros** como Mapuche **tenemos una huerta/ tener plantas/ necesitamos tener nuestra matita de tomate** algo una casa que **no tiene la cultura** **no** va a haber **ninguna** planta entonces por ejemplo esa **necesidad** de tener plantas se vuelve **realidad** [...]

(2*) // de alguma forma é que **não pode ser explicado** porque essa **necesidade** se torna um **vazio** por exemplo aqui em (nome cidade) **nós** como Mapuche **temos** uma **horta/ precisamos ter / nossos pequenos pés de tomate**, algo que uma casa que **não tem a cultura** **não** terá **nenhuma** planta/ então por exemplo essa **necesidade** de ter plantas se torna uma **realidade** [...]

Guacolda descreve sua conexão com a cultura mapuche como inexplicável [+APRECIAÇÃO:impacto:alto poder/AFETO:inclinação], graduando ao reiterar a ideia de que a conexão com a natureza e, portanto, com a cultura, é uma "necessidade" [+APRECIAÇÃO:impacto:alto poder/AFETO:inclinação(evoca)] para o povo que apresenta efeitos negativos "vazio"⁸[-APRECIAÇÃO:impacto:alto poder/AFETO:infelicidade(evoca)]. Isso é evidenciado pela orientação [contração:pronunciamento] no

8 A metáfora do vazio é discutida com mais profundidade nas seções a seguir.

pronome “nós”. Ao mesmo tempo, Guacolda se valoriza positivamente, ao apontar que ela realiza essas ações performativas da cultura. Da mesma forma, aqueles que “não têm a cultura” são valorizados [-JULGAMENTO:capacidade] em avaliação introduzida pela orientação [contração:negar].

Essas ações culturais em relação à natureza assumem a forma de cuidados com o jardim, o cultivo de plantas e a busca de conexão ao território ancestral. Nesses espaços urbanos, as mulheres Mapuche urbanas criam estratégias para lidar com o silenciamento da cultura o que elas reivindicam no cotidiano como nas ações culturalmente investidas, ações não reconhecidas nas lutas feministas brancas (Paredes, 2020; Rain, 2021).

3.2 A “índia”: discriminação na infância e identidade étnica

As mulheres mapuche entrevistadas relatam diferentes episódios de discriminação, principalmente em sua infância (Oteiza e Merino, 2012; Merino e Tocornal, 2012). A denominação como ‘índias’ é uma conceituação reiterada nas histórias de vida dessas mulheres como um marcador fundamental para estabelecer a diferença racializada. Quando perguntada sobre episódios relevantes para ela, Ayelén (3) responde que não tem contato frequente com a comunidade, mas que se identifica com o povo pelas razões que apresenta.

- (3) **pero/ si tú me preguntas ¿si me considero Mapuche? sí/ me considero Mapuche** como **también** viví mi infancia con el tema de **bullying** cuando te decían **indio** y cosas por el estilo entonces **también yo** viví eso **muy marcado** pero no lo veía de forma **mala** o sea **sí / no sé / me pudo haber llegado** pero lo tomaba como parte de **mis raíces y parte de mí** entonces era como **no!**
- (3*) **mas/ se você me perguntar se eu me considero Mapuche? sim/ eu me considero Mapuche** pois **também** vivi minha infância com a questão do **bullying**, quando te chamavam de **índio** e coisas assim, então **também** eu vivi isso de forma **muito forte**, mas não vi isso de uma forma **ruim** quero dizer **sim / não sei/ isso poderia ter me atingido** mas eu considerei isso como parte de **minhas raízes e parte de mim**, então foi tipo, **não!**

Ayelén estabelece seu vínculo por meio de uma orientação [contração:afirmar] "sim/ eu me considero Mapuche", que é valorizada [+AFEITO:satisfação] e justificada por meio de sua experiência de preconceito étnico na infância. A experiência de assédio está centrada na denominação "índio", significado do racismo que se repete em toda as entrevistas, como fronteira entre “eles e nós” por meio do [JULGAMENTO:estimativa social: normalidade:racialização/sanção social:integridade].

Em seu relato, Ayelén autentica sua identidade mapuche por meio da discriminação sofrida contando que, assim como sua família e outras pessoas Mapuche, ela também sofreu preconceito, e isso é prova de seu pertencimento. Essa representação da identidade com base na discriminação percebida estabelece a história comum ou a história compartilhada (Kilomba, 2021), que transforma a experiência pessoal em uma experiência coletiva do povo Mapuche. Ao mesmo tempo, essas experiências coletivas são vivenciadas de forma individual, com consequências identitárias pela comunidade. Essa flutuação entre o individual e o coletivo é uma evidência da complexidade da configuração da identidade no discurso dessas mulheres.

Diante da situação de entender a si mesma como "outra", Ayelén manifesta tensões quando se depara com a compreensão das dimensões que esses episódios têm para ela por meio de várias micromanobras (White, 2003) de ENGAJAMENTO nas quais ela proclama e refuta seu posicionamento.

QUADRO 1

Micromanobras de ENGAJAMENTO na fala de Ayelén

“eu vivi isso de forma muito forte”	[contrair:proclamação:pronunciar]
“mas não vi isso de uma forma ruim”	[contrair:refutar:negar]
“quero dizer, sim ”	[contrair:proclamar:afirmar]
“ não sei”	[contrair:refutar:negar]
“isso poderia ter me atingido”	[expandir:considerar:probabilidade]
“mas eu considerei”	[contrair:refutar:opor]
“foi tipo, não! ”	[contrair:refutar:negar]

(*elaboração própria*)

Por fim, as tensões são resolvidas com a recusa absoluta de permitir que esses discursos discriminatórios afetem sua identidade [AFETO:satisfação/APRECIÇÃO:valoração]. Esses movimentos não são evidentes apenas em relação aos ENGAJAMENTO no discurso, mas também nos significados de ATITUDE implícitos no processo de autoidentificação como uma outra. As sobreposições e contradições identificadas no corpus são mais uma indicação do processos altamente complexos de identificação entre o eu, o nós e o outro bem como dos processos de identificação do eu a partir do olhar do outro (Kilomba, 2021), nos quais AFETO, JULGAMENTO e APRECIÇÃO se fundem no discurso. É outra via aberta para elaborações teóricas necessárias na América Latina e que podem enriquecer teoria e método para o estudo do sistema de avaliatividade e não somente em dados destas latitudes, uma vez que a colonialidade é a tônica mais marcante da globalização.

3.3. Uma identidade a partir do silêncio

As mulheres mapuche urbanas que colaboram com o estudo encontraram seu pertencimento cultural tardiamente em processos de etnogênese. A desconexão com a cultura tem sua origem nas ações e políticas etnocidas do Estado chileno, buscaram assimilar as pessoas mapuche à cultura chilena, apagando sua matriz ancestral (Muñoz e Quintriqueo, 2019).

As participantes relatam a reconstrução de sua identidade étnica com base na metáfora do vazio e da destruição de sua identidade. Aylén (4) fala sobre esse processo e suas consequências quando questionada sobre episódios em que foi importante para ela ser Mapuche.

- (4) yo creo que desde ahí desde muy lo académico que no creo que sea lo **correcto** pero **es lo que yo aprendí y lo que yo saqué en limpio** para poder **reconstruir mi identidad** y desde **ahí hacer una identidad o regeneré una identidad** de un **vacío muy grande** por eso me **cuesta mucho** esa construcción

- (4*) eu acho que, a partir daí, do ponto de vista muito acadêmico, o que não acho que seja o **correto**, mas foi o que eu aprendi e o que eu tirei disso para poder **reconstruir minha identidade** e a partir daí para criar uma identidade ou **regenerar uma identidade** de um vazio muito grande e é por isso que é muito **difícil** para mim essa construção.

A intervenção de Ayelén começa com uma contração ao afirmar que é a partir do acadêmico que ela forma sua identidade Mapuche. Essa afirmação é negada/refutada "não acho que seja o correto" [-JULGAMENTO:sanção social:propriedade], avaliando que outros caminhos seriam melhores. No entanto, ela refuta e justifica esse posicionamento por meio do uso da contraexpectativa que limita o escopo de sua afirmação anterior seguida de uma [proclamação:pronunciamento] "foi o que eu aprendi", avaliando sua força para [+JULGAMENTO:estima social:capacidade/tenacidade] "regenerar" "reconstruir" sua identidade apesar do "vazio" existente. As metáforas lexicais usadas apontam as dificuldades de relatar diretamente esses processos de reconexão, que envolvem dimensões sociais e emocionais de alto impacto e complexidade que nem sempre estão ligadas a afetos, julgamentos ou avaliações positivas do eu.

Aylén compartilha suas dificuldades para sentir-se Mapuche, e as estratégias que pôde desenvolver. Devido ao vazio gerado pelos processos de silenciamento no contexto em que foi criada sua abordagem, partiu de conhecimento acadêmico em sua gradação. Essas ações são valorizadas como tentativas tenazes [+JULGAMENTO:tenacidade] de resistência às consequências da ferida colonial, como o vazio de sua identidade (Informe Verdad Histórica y Nuevo Trato, 2008).

3.4 A ferida intergeracional

Nas histórias de vida das mulheres mapuche entrevistadas, elas não falam apenas de sua história, mas também incluem as experiências das mulheres que as precederam (mães, avós, bisavós). Essas histórias são carregadas de efeitos negativos desencadeados pelas experiências de violência vividas no passado por suas mães e avós e que são revividos no presente pelos como uma dor compartilhada intergeracionalmente (Kilomba, 2021). A ferida colonial deixa em cada família as consequências das experiências de desenraizamento e exclusão que as mulheres mapuche urbanas hoje procuram curar. Essa experiência familiar é, ao mesmo tempo, uma experiência coletiva cujos efeitos são transmitidos às novas gerações de mulheres mapuche. Antumalén (5) fala sobre essa ferida quando perguntada sobre o momento em que sentiu conexão com a cultura mapuche.

- (5) Yo creo que a mis quince años **desperté** cuando escuché el relato de mi abuela y **lloramos todos** (la familia) y yo dije ¡no! ¿por qué yo voy a dejar las raíces de mi abuela que fue tan discriminada y humillada? yo lo voy a poder cambiar y hacer notar y desde los quince años que yo fui siempre **dirigente** y siempre enfocándome en el área del ser mujer y ser mujer mapuche y estamos **luchando** quizás no por uno yo creo yo lo hago por mi abuela que me diga **ahora a mis 46 años** hija yo me voy a ir pero me voy a ir **feliz** porque ahora veo que tú y muchas mujeres mapuche han **sacado la voz** por muchas mujeres mapuche que fuimos **violentadas discriminadas y humilladas** por personas y ahora yo puedo decir y ella ha dicho yo me siento **orgullosa** de tener una nieta que crie y que ahora es autoridad que la valoran por ser una mujer mapuche.

(*5) Eu acho que quando tinha quinze anos de idade *eu acordei*, ouvi a história da minha avó e todos nós (a família) **choramos** e eu disse não, por que vou deixar as raízes da minha avó que foi tão discriminada e humilhada? **Vou poder mudar isso e tornar isso conhecido** e, desde os quinze anos de idade, eu sempre fui uma líder e sempre me concentrei na área de ser mulher e ser uma mulher mapuche e estamos lutando, talvez não por mim, acho que eu estou fazendo isso pela minha avó, que me diz agora, aos 46 anos, filha, que vou embora mas vou embora **feliz** porque agora vejo que você e muitas mulheres mapuche **levantaram a voz** pelas muitas mulheres mapuche que foram **violadas, discriminadas e humilhadas** pelas pessoas (chilena sociedade) e agora posso dizer, e ela disse, eu sinto **orgulho** de ter uma neta que criei e que agora ela é uma autoridade que é valorizada por ser uma mulher mapuche.

Antumalén fala de um “acordar”. As mulheres mapuche graduadas e urbanas em suas histórias de vida se referem ao início de sua conexão com a cultura por meio da metáfora “acordar” em a cultura (Matus, 2023). Para essas mulheres, a conexão com sua identidade étnica não se baseia em ser Mapuche mas sim no processo de reconexão com sua cultura. No caso de Antumalén, o início do processo ocorre quando ela ouve a história de sua avó. Essa história desencadeia emoções negativas não só nela, mas em toda a família, o que é uma dor compartilhada coletiva e intergeracionalmente.

Antumalén decide se rebelar diante do medo do suas ancestrais, o que se manifesta no discurso por meio da orientação [contração:negação] " eu disse ¡não!" Mais tarde ela manifesta sua proclamação por meio de uma orientação de [contração:pronunciamento]. Esse pronunciamento é graduado com marcadores de FORÇA de extensão temporal e quantidade. A reiteração do advérbio "sempre" aumenta a força da gradação, conferindo maior ênfase à luta dessa mulher pela identidade de seu povo.

A metáfora lexical da luta, assim como a do acordar, é usada para apontar o processo de resistência contra o esquecimento, contra o silenciamento dos povos indígenas (Baniwa, 2006; Nuñez, 2021). Essa luta é construída coletivamente por meio da mudança de orientação dialógica do "eu" para o "nós", "estamos lutando". Em seguida, Antumalén expressa suas razões por meio de uma orientação heteroglóssica de expansão [consideração] "talvez não por mim ...", indicando que sua luta não é por ela mesma. Essas razões abrem o espaço dialógico para a entrada da voz da avó, na qual são expressas avaliações positivas sobre falar e lutar pelas mulheres Mapuche que foram discriminadas (Matus, 2023).

O medo da discriminação e da violência sofrida por seus antepassadas fez com que o conhecimento ancestral não fosse transmitido e, às vezes, até mesmo ações foram tomadas para ocultar sua identidade étnica. Com relação a esses processos de colonialidade do ser, Baniwa (2006) destaca que as gerações anteriores foram forçadas a negar suas culturas, porque eram considerados inferiores. Por esse motivo, foram forçadas a acreditar que a única saída possível para o futuro era esquecer suas tradições.

Diante dessa realidade, as mulheres mapuche urbanas estão tensionando esses discursos de esquecimento ao lutar no presente, curando as feridas do passado. Como comenta Kilomba (2021), é por meio da ação do racismo que o passado colonial se torna presente, mas é por meio das ações de resistência no presente que as feridas do passado podem ser curadas.

3.5 O reconhecimento de ser Mapuche na cidade

As mulheres mapuche criadas na cidade conhecem e se reconhecem em suas formas de ação identitária em face dos discursos de silenciamento e discriminação (Correa, 2021), mas também em face dos discursos tradicionais sobre o que é ser Mapuche (García, 2016; Millaleo, 2016).

As tensões produzidas pelo pertencimento étnico na cidade como um espaço não tradicional não apenas questionam os discursos da sociedade chilena sobre o que é ser Mapuche, mas também os discursos do próprio povo Mapuche, apresentando uma divisão entre cidade/ comunidade no Sul (*Wallmapu*). As mulheres mapuche urbanas são questionadas em sua identidade por coabitarem com a sociedade chilena com as "huincas"⁹. Diante desse questionamento, elas se revelam e valorizam sua identidade na cidade. Fresia (6) exemplifica essas tensões.

- (6) [...] lo **más importante** es el respeto porque tú (Mapuche del sur) eres **igual** a mí y podemos tener nuestras **diferencias** pero está **bien** [...] entonces los que están allá **luchando** por *Wallmapu* por la independencia del *Wallmapu*¹⁰ tiene que ver con el **lado masculino** de **nuestra fuerza** de **nuestra** nación y está **bien** y yo lo voy a seguir defendiendo igual aunque sea una Mapuche citadina **que vive al final acá con los chilenos / soy Mapuche** / así que si lo respetas **¡maravilloso!** yo **voy a seguir** también mi **lucha** acá que es sensibilizar
- (6*) [...] o **mais importante** é o respeito, porque você (Mapuche do Sul) é **igual** a mim e podemos ter nossas **diferenças**, mas tudo **bem** [...] então, aqueles que estão lá **lutando** pelo *Wallmapu*, pela independência do *Wallmapu*, têm a ver com o **lado masculino** da **nossa força** da **nossa** nação, e isso é **bom**, e eu vou continuar defendendo isso da mesma forma, embora eu seja um Mapuche urbana **que vive aquí no final com os chilenos / eu sou Mapuche** / então, se você respeitar isso, **ótimo!** Eu também **vou continuar** minha **luta** aqui, que é aumentar a conscientização

A história de Fresia inclui novas vozes no discurso nós/eles (vocês) (povo Mapuche do Sul) registrando tensões que surgem entre os dois espaços territoriais por meio de uma orientação que abre o espaço dialógico [consideração:probabilidade] em "podemos ter nossas diferenças". Ela aceita essas diferenças ao integrar a contraexpectativa ("mas tudo bem"). Quando fala sobre a recuperação de territórios ancestrais no *Wallmapu*, isso é valorizado como [APRECIÇÃO:conflitividade:alta] e está relacionado ao "lado masculino" da força mapuche [JULGAMENTO:estimativa social:tenacidade]. Portanto, Fresia afirma que há um equilíbrio entre os Mapuche do *Wallmapu* e os da cidade. As mulheres mapuches têm de configurar sua identidade étnica em um espaço intermediário entre a sociedade Mapuche e a sociedade chilena. No discurso, um posicionamento sem fonte especificada questiona a identidade de Fresia por viver na cidade "embora eu seja um Mapuche urbana que vive aquí no final com os chilenos". Ao construir sua resposta a essa interlocução não definida,

9 *Huinca/ winca*: não Mapuche, estrangeiro, traidor.

10 *Wallmapu*: É o nome dado a todo o território ancestral Mapuche.

Fresia deixa pressuposta a possibilidade de não ser aceita. Os questionamentos sobre o território se traduzem em tensões de identidade que surgem da própria Fresia com relação a viver sua etnia longe de seus territórios ancestrais. Ela responde fechando o espaço dialógico para manifestar um [pronunciamento] com um categórico "eu sou Mapuche".

4. Considerações finais

As avaliações presentes na construção discursiva de identidades étnicas pelas mulheres mapuche urbanas que colaboraram com este trabalho apontam forma de resistência ao esquecimento e aos processos de etnocídio do povo Mapuche. Aprofundam assim diferentes aspectos ou traços de sua identidade desenvolvidas em seus processos de etnogênese.

Os processos de resistência avaliados positivamente são o uso de vestimentas tradicionais, o desempenho de práticas em a cidade. A performance do pertencimento étnico em contexto urbano também faz parte do processo de ser e sentir-se Mapuche (Merino e Tocornal, 2012). Os processos valorizados negativamente são a discriminação vivenciada, a ferida intergeracional como consequência da discriminação e o vazio de identidade causado pela colonialidade do ser imposta pelo Estado chileno em suas práticas de assimilação (Verdad Histórica y Nuevo Trato, 2008). A descrição desses processos identitários nos relatos dessas mulheres mostra limitações do sistema de AVALIATIVIDADE, se for entendido apenas como sistema de opções paradigmáticas. Isso deixa ver a necessidade de repensar a proposta de Martin e White (2005) como uma ferramenta analítica que permite mapear significados complexos que, nesse contexto ficam relacionados à configuração da identidade que funde afetos, julgamentos e apreciações entre duas sociedades e estruturas culturais que estão se confrontando. Portanto, é necessário pensar no sistema em diferentes contextos e para diferentes tipos de significados interpessoais, especialmente para aqueles relacionados aos significados dos processos de identificação. O presente *corpus* apresenta significados relacionados à alteridade e ao racismo como parte da formação da identidade em que a emocionalidade e a experiência estão profundamente ligadas, mas as categorias estabelecidas para outros contextos não são suficientes. Propomos a subcategoria de [racialização] dentro do sistema [JULGAMENTO] para dar conta dos significados de alteridade presentes e que até agora as categorias existentes não permitiam.

Os posicionamentos das mulheres mapuche entrevistadas abrem o espaço dialógico para a inclusão de diferentes vozes: da sociedade chilena da cidade, das ancestrais, das comunidades mapuche de Wallmapu. Nas narrativas, também micromaniobras do ENGAJAMENTO entre afirmações e oposições que mostram uma configuração altamente dilemática. As mulheres Mapuche urbanas que compartilharam sua história moldam sua identidade étnica entre duas sociedades que as rejeitam (chilena e mapuche). Desse modo, representam uma duplicidade de ausência que as torna as outras dos outros entre as duas sociedades (Kilomba, 2021).

Essa existência-ausência as obriga a "regenerar" sua identidade como forma de resistência ao vazio de identidade e à discriminação a que foram historicamente submetidas (Correa e Mella, 2012). Os processos de etnogênese são apresentados no discurso como altamente complexos que se evidenciam nos dilemas presentes com relação ao posicionamento e à ancoragem de significados dentro do sistema de ATITUDE.

Em suma, as mulheres mapuche urbanas que nos permitiram este trabalho realizam sua identidade Mapuche entre duas sociedades que questionam seu pertencimento, mas elas permanecem em constante resistência a esses discursos, gerando novas formas, às vezes dolorosas, de viver sua etnicidade, a fim de reivindicarem seu lugar na história passada, presente e futura.

5. Referências bibliográficas

ARAVENA, A. 2014. Identidad indígena en Chile en contexto de migración, urbanización y globalización. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers* 27.

BANIWA, G. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional.

BELLO, A. e RANGEL, M. 2002. La equidad y la exclusión de los pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina y el Caribe. *Revista de la Cepal* 76, pp.39-54.

BRIZ, A. e GRUPO Val.Es.Co. 2014. Las unidades del discurso oral. *Estudios de Lingüística del Español* 35, pp.13-73.

BOCCARA, G. e SEGUEL, I. 1999. Políticas indígenas en Chile (siglos XIX y XX) de la asimilación al pluralismo (el caso Mapuche). *Revista de Indias*, 217(59) pp.741-774.

Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas. 2008. *Informe de la Comisión de Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas*. Gobierno de Chile.

CORREA, M. 2021. *La historia del despojo. El origen de la propiedad particular en el territorio mapuche*. Pehuén

CORREA, M. e MELLA, E. 2012. *Las razones del illkun/enojo. Memoria, despojo y criminalización en el territorio mapuche de Malleco*. LOM.

DAVIS, A. 2005. *Mujeres, raza y clase*. Akal.

GARCÍA, E. 2017. *Zomo newen. Relatos de vida de mujeres mapuche en su lucha por los derechos indígenas*. LOM.

GARGALLO, F. 2013. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Traficante de sueños.

HALLIDAY, M. A. K. com MATTHIESSEN, C.1994/2014. *An Introduction to Functional Grammar*. 4th.ed. Edward Arnold.

HOOD, S. 2019. Appraisal. Em THOMPSON, G., BOWCHER, W., FONTAINE, L., & SCHÖNTHAL, D. (eds.) *The Cambridge Handbook of Systemic Functional Linguistics*.pp.382-409. Cambridge University Press.

HUENCHUMIL, P. 2022. Cuerpos racializados en espacios de poder: mujeres mapuche en la Convención Constitucional y su impacto mediático. *Temas Sociológicos*, 31 pp.79-106.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA [INE]. 2018. *Radiografía de género: pueblos originarios en Chile 2017*. Santiago. Instituto Nacional de Estadística.
- KILOMBA, G. 2021. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó
- MARTIN, J. e WHITE, P. 2005. *The Language of Evaluation*. Palgrave Macmillan.
- MALLON, F. 2004. *La sangre del copihue. La comunidad Mapuche de Nicolás Ailen y el estado chileno, 1906-2001*. LOM.
- MERINO, M. e TOCORNAL, X. 2012. Posicionamientos discursivos en la construcción de identidad étnica en adolescentes mapuches de Temuco y Santiago. *Signos* 45(79) pp.154-175.
- MIGNOLO, W. 2005. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Gédisa
- MILLALEO, A. 2016. Ser 'nana' en Chile: un imaginario cruzado por género e identidad étnica. Em PAINEMAL, M. y ÁLVAREZ, A. Comp. 2016. *Mujeres y pueblos originarios. Luchas y resistencias hacia la descolonización*. pp.39-49. Pehuén.
- MUÑOZ, G., QUINTRIQUEO, S., TORRES, H. e GALAZ, A. 2022. *Küpan y tuwün* como fondos de conocimiento para contextualizar la educación intercultural en territorio mapuche. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, 11(1) pp.13-30.
- MUÑOZ, G. e QUINTRIQUEO, S. 2019. Escolarización socio-histórica en contexto mapuche: Implicancias educativas, sociales y culturales en perspectiva intercultural. *Educação e Sociedade*, 40 pp.1-18.
- NGO, T. e UNSWORTH, L. 2015. Reworking the appraisal framework in ESL research: refining attitude resources. *Functional Linguistics* 2 pp.1-24.
- NÚÑEZ, G. 2021. Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. *Revista Tecnologia & Cultura*, pp.65-73.
- OTEÍZA, T. 2023. *What to Remember, What to Teach - Human Rights Violations in Chile's Recent Past and the Pedagogical Discourse of History*. Cambridge University Press.
- OTEÍZA, T. 2021. El sistema de COMPROMISO en español escrito: dialogicidad en el campo del discurso de la historia. *Boletín de Filología, Anejos*, 3(2) pp.799-819.
- OTEÍZA, T. e MERINO, M. 2012. "Am I a genuine Mapuche? Tensions and contradictions in constructing ethnic identity in Mapuche adolescents from Temuco and Santiago". *Discourse & Society* 23(3) pp.297- 317.
- OTEÍZA, T. e PINUER, C. 2019. El sistema de VALORACIÓN como herramienta teórico-metodológica para el estudio social e ideológico del discurso. *Logos. Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura*, 29(2) pp.207-229.
- PAIRICÁN, F. 2016. *Mallon. La Rebelión del movimiento Mapuche 1990-2013*. Santiago: Pehuén.
- PAREDES, J. 2020. *Para descolonizar el feminismo. 1492 - entronque patriarcal : la situación de las mujeres de los pueblos originarios de Abya Yala después de la invasión colonial de 1492*. Feminismo-Comunitario de Abya Yala.

PHINNEY, J. e ONG, A. 2007. "Conceptualization and measurement of ethnic identity". *International Journal of Behavioral Development* 31pp.478-490.

QUIJANO, A. 2014. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. pp.777-832. CLACSO.

RAIN, A. 2021. Racismo y prejuicios encubiertos: Las luchas antirracistas de mujeres mapuche en Chile. *Quaderns de Psicologia*, 23 (3) pp.1-18.

RESENDE, 2019. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. Em Resende, V. (comp.). *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*.pp.19-46. Pontes.

WHITE, P. 2003. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text & Talk*, 23(2) pp.259-284.

EVELYN MATUS é candidata a doutorado em Linguística na Pontificia Universidad Católica de Chile. Sua pesquisa se concentra na construção discursiva da etnia em mulheres mapuche urbanas. Seus tópicos de pesquisa referem-se a estudos decoloniais, feminismo, etnia e, especialmente, a relações interétnicas e interculturais, com ênfase especial no fenômeno do racismo e da discriminação a partir de uma perspectiva sociosemiótica. Matus publicou em revistas como *Discurso y Sociedad* e participa do projeto sobre o sistema COMPROMISO em espanhol, cuja pesquisadora principal é a Dra. Teresa Oteiza.

Correo electrónico: eamatus@uc.cl

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Discursos sobre assédio sexual contra mulheres: conhecimentos compartilhados nas notícias do jornal *on-line* A Gazeta

Discourses on sexual harassment against women: knowledge shared in news from the online newspaper A Gazeta

MARTA AGUIAR DA SILVA

GEDIM/Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Recebido: 3 de abril de 2024 | Aceito: 24 de abril de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.125-141

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o conhecimento do jornal/jornalistas acerca do assédio sexual contra mulheres, bem como verificar se as notícias reforçam estereótipos. Este trabalho está fundamentado, principalmente, na perspectiva teórico-metodológica Sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso (ACD), além de abordar relações de gênero; o papel da mulher e do homem nos espaços sociais; e dados de pesquisas sobre crimes de assédio sexual no Espírito Santo. A análise indica aspectos negativos que podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias machistas e de nenhuma contribuição para acabar com a violência de gênero.

PALAVRAS CHAVE: *Assédio sexual. Análise crítica do discurso. Mídia. Ideologia.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el conocimiento de los diarios/periodistas sobre el acoso sexual contra las mujeres, así como verificar si las noticias refuerzan estereotipos. Este trabajo se fundamenta principalmente en la perspectiva teórico-metodológica Sociocognitiva del Análisis Crítico del Discurso (ACD), además de abordar las relaciones de género; el papel de mujeres y hombres en los espacios sociales; y datos de investigaciones sobre delitos de acoso sexual en Espírito Santo. El análisis señala aspectos negativos que pueden influir en la construcción, mantenimiento y reproducción de ideologías sexistas y no contribuir a poner fin a la violencia de género.

PALABRAS CLAVE: *Acoso sexual. Análisis Crítico del Discurso. Medios de comunicación. Ideología.*

ABSTRACT

This article aims to analyze the knowledge of newspapers/journalists about sexual harassment against women, as well as verifying whether the news reinforces stereotypes. This research work is mainly based on the Sociocognitive theoretical-methodological perspective of Critical Discourse Analysis (CDA), in addition to addressing gender relations; the role of women and men in social spaces; and data from research on sexual harassment crimes in Espírito Santo. The analysis indicates negative aspects that can influence the construction, maintenance and reproduction of sexist ideologies and make no contribution to ending gender-based violence.

KEYWORDS: *Sexual harassment. Critical discourse analysis. Media. Ideology.*

Introdução

Este artigo nasce da necessidade de discutir a influência do discurso midiático sobre o problema do assédio sexual contra mulheres em transportes públicos de uso coletivo. O problema sociocultural pode ser definido como “abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham e amedrontam”, principalmente, mulheres (Instituto Patrícia Galvão 2022). Além disso, o Instituto Patrícia Galvão (2022) destaca que o assédio sexual não está relacionado ao desejo, mas sim à expressão de poder e intimidação. Pode ocorrer em diferentes ambientes e situações, como no lar, no ambiente de trabalho ou em locais públicos, como ruas e meios de transporte.

A mídia, ao promover a objetificação do corpo feminino e normalizar comportamentos criminosos por parte dos homens, pode intensificar tais práticas. Isso ocorre, conforme defendido por van Dijk (2011), porque muito do conhecimento que as pessoas têm sobre o mundo é adquirido a partir dos meios de comunicação. A informação passa pelo uso da linguagem e esta não é necessariamente transparente, muito pelo contrário, as mídias usam o espaço que têm para transmitir uma verdade construída baseada em crenças e pressões sociais.

Isso pode levar os leitores e as leitoras a internalizarem perspectivas ideológicas sobre o assédio sexual em espaços públicos e suas vítimas, influenciando interpretações machistas ao consumirem outras notícias. Segundo o Instituto Patrícia Galvão/Instituto Locomotiva (2019), 97% das 1.081 mulheres brasileiras entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de assédio sexual em meios de transporte. No estado do Espírito Santo, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP 2022), 81,8% dos casos de assédio sexual foram cometidos contra pessoas do sexo feminino entre 2018 e 2021.

Assim, esta pesquisa, de caráter qualitativo, tem por objetivo analisar o conhecimento do jornal/jornalistas em notícias publicadas no jornal on-line *A Gazeta* sobre assédio sexual contra mulheres em transportes públicos, bem como verificar se as notícias reforçam estereótipos sobre a mulher. Este artigo é recorte da tese “Assédio sexual contra mulheres em transporte público: uma análise discursivo-crítica de notícias do jornal on-line *A Gazeta*”, desenvolvida sob orientação da professora Dra. Micheline Mattedi Tomazi.

O trabalho está fundamentado na perspectiva teórico-metodológica Sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso (ACD), a abordagem desenvolvida por Teun A. van Dijk (2012; 2017) sugere a associação entre o estudo da linguagem, da cognição e da sociedade. Visto o caráter multidisciplinar da ACD, discutimos também sobre o tema social. Para isso, pontuamos acerca das relações de gênero; a mulher e o homem nos espaços sociais; e dados de pesquisas. Utilizamos também trabalhos de Scott (1995), Saffioti (1994), Biroli (2018), entre outros.

O resultado das análises das notícias indica que o jornal deixa de promover um debate sobre o tema quando legitima a opinião de um professor de Direito ao escolher excluir da notícia informações jurídicas. Dessa maneira, aspectos negativos, como o citado, podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias machistas e de nenhuma contribuição para prevenir ou acabar com a violência de gênero.

1. Aspectos metodológicos

Para compor o *corpus* de estudo, as notícias, publicadas no jornal on-line *A Gazeta*, foram pesquisadas manualmente. O veículo de comunicação foi escolhido devido à maior relevância no cenário

mediático, em termos de acesso e alcance, do Espírito Santo (Tomazi 2020), local onde ocorre a pesquisa. As buscas foram guiadas pelo uso das seguintes palavras-chave: “violência contra mulher”, “violência sexual”, “assédio sexual”, “abuso sexual”, “ato libidinoso”, “ato obsceno” e “importunação sexual”. Esses termos são utilizados para nomear crimes dessa natureza.

As 23 notícias encontradas foram selecionadas por obedecerem aos seguintes critérios: a) relatam um acontecimento que envolve o assédio sexual contra mulheres em transporte público; b) a mulher assediada é uma personagem da notícia; c) o crime ocorreu no Espírito Santo; d) a publicação se deu entre 2016 a 2021 no jornal on-line *A Gazeta*.

Posteriormente à seleção, a descrição das notícias realizada, a partir de um processo de leitura minucioso e individual dos textos. Essas ações contribuíram com as análises, fundamentadas na ACD. A categoria linguístico-discursiva para análise das notícias, conhecimento, foi escolhida com base na proposta de van Dijk (2017, 2016, 2012), a partir da tríade discurso, cognição e sociedade, o autor sugere categorias para compreensão do funcionamento do discurso, no caso, o midiático.

Além disso, na análise, por um motivo metodológico e para não precisar repetir os títulos, optamos por nomear as notícias abreviando a primeira letra e adicionando um número (N1, N2, N3...). Os nomes seguem a ordem de publicação, da notícia mais antiga (N1: 2016) para a mais recente (N23: 2021), como exposto, a seguir:

QUADRO 1

Relação de notícias que compõem o *corpus*

N	NOTÍCIA	DATA
(N1)	Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra	06/02/2016
(N2)	Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra	20/07/2017
(N3)	Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol	20/07/2017
(N4)	Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol	22/09/2017
(N5)	Tarado é detido ao se masturbar para filha de sargento no Transcol	22/09/2017
(N6)	“Não gosto de mulher”, diz homem que ejaculou em passageira	26/10/2018
(N7)	Justiça mantém prisão de homem que ejaculou em passageira no ES	26/10/2018
(N8)	Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outros casos	26/10/2018
(N9)	Idoso é preso por importunação sexual dentro de ônibus em Cariacica	06/11/2018
(N10)	Passageiro é preso por assediar professora de inglês em coletivo	20/01/2019
(N11)	Professora de inglês desabafa sobre assédio dentro de coletivo	20/01/2019
(N12)	Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha	17/02/2019
(N13)	Idoso de 78 anos é preso acusado de assédio dentro do Transcol	03/04/2019
(N14)	Mulher denuncia importunação sexual dentro de ônibus no ES	17/09/2019
(N15)	Homem é preso por importunar sexualmente passageiras em Transcol	25/09/2019
(N16)	“A mulher vive com medo” desabafa vítima de importunação em ônibus	25/09/2019
(N17)	Homem é detido por esfregar pênis em mulher dentro de Transcol no ES	12/12/2019

(N18)	Homem é preso por assediar universitária dentro de ônibus em Vila Velha	04/03/2020
(N19)	Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus	11/03/2020
(N20)	Homem é detido após se masturbar em Transcol e usar a Bíblia para esconder o ato no ES	01/09/2020
(N21)	Homem é detido por assediar mulher no Terminal de Jardim América	01/09/2020
(N22)	Homem volta a ser flagrado por importunação sexual e acaba preso no ES	02/09/2020
(N23)	Homem se masturba em ônibus do Transcol e passageira denuncia a polícia	15/07/2021

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir do *corpus*.

Assim, investigamos os possíveis conhecimentos suscitados pelas notícias sobre o tema de pesquisa. Um investigação relevante para os estudos discursivos, porque, conforme van Dijk (2017, 2016, 2012), o conhecimento tem consequências fundamentais em todos os níveis da produção e compreensão do discurso. Instituições, como a comunidade do conhecimento, por exemplo, legitimam o conhecimento social.

2. Assédio sexual contra mulheres

Segundo Diniz (2014), o termo "assédio sexual" teve sua origem na década de 1970, sendo inicialmente cunhado a partir das observações realizadas por feministas da Universidade de Cornell nos Estados Unidos. Essas observações focavam nas práticas de conotação sexual por parte dos homens em relação às mulheres no ambiente de trabalho. Conforme destaca hooks (2018), os movimentos feministas buscam encerrar a exploração, opressão e dominação das mulheres. Dessa maneira, atualmente, Diniz (2014) defende que os movimentos feministas rejeitam a limitação do conceito de assédio sexual ao contexto laboral, reconhecendo a presença e manifestação da dinâmica de poder entre homens e mulheres em diversas esferas.

Esse posicionamento encontra consentimento nos resultados de uma pesquisa recente de âmbito nacional. De acordo com o Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica - IPEC (2022), 45% das mulheres já tiveram o corpo tocado sem seu consentimento em local público; 32% das mulheres afirmam ter passado por situação de importunação/assédio sexual no transporte público; 41% foram xingadas ou agredidas por dizerem "não" a uma pessoa que estava interessada nelas; 22% receberam cantadas que consideraram agressivas, desrespeitosas e/ou ofensivas; 20% foram beijadas à força; e 29% seguidas de forma insistente na rua e/ou em festas e baladas.

Quanto ao assédio sexual contra mulheres no Espírito Santo, dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP 2022) de 2016 a 2021 indicam que as mulheres representam 81% das denúncias registradas nos boletins de ocorrência, isto é, 1.436 assédios de 1.771. Os homens representam 8% das ocorrências, ou 142 crimes e 11%, ou 193 pessoas, aparecem "sem informação" sobre o gênero. Desse modo, os dados sugerem que eles também são vítimas desse tipo de violência sexual, mesmo que as mulheres sejam assediadas com mais frequência.

Os dados sugerem também o aumento da quantidade de registros de assédio sexual nos últimos anos. É possível que os números indiquem que os assédios sexuais aumentaram, mas provavelmente retratam que as mulheres tiveram mais coragem de denunciar, devido aos constantes debates na mídia, principalmente na Internet, bem como, a promulgação da Lei de importunação sexual em 24 de setembro de 2018 (Brasil 2018). O respaldo da legislação pode diminuir o temor de ser desacreditada e humilhada ao registrar queixa, argumento reforçado pelos dados.

Em 2016, foram registrados, por mulheres, 140 boletins de ocorrência, 35 a menos que em 2017, 110 a menos que em 2018, 185 a menos que em 2019. Logo, há um claro aumento do número de casos de assédio sexual no Espírito Santo de 2016 a 2019 contra mulheres. Em 2020, foram 273 boletins e, em 2021, foram contabilizadas 272 denúncias de assédio sexual contra mulheres. A diminuição de casos denunciados nesses anos pode estar relacionada com a pandemia de COVID-19 causada pelo Coronavírus. Após os primeiros meses de 2020, o governo estadual estabeleceu medidas de restrição como proibição de ônibus circulando durante algumas semanas na Região Metropolitana de Vitória, proibição de aglomerações e redução de atividades essenciais do comércio. Isso pode ter diminuído o número de passageiros e passageiras, influenciando no número de boletins de ocorrência.

Nesse contexto, Santos (2016) destaca a importância de investigar essa forma de violência, analisando como as disparidades de gênero contribuem para a criação de desigualdades no uso do espaço público. Segundo Scott (1995), o termo gênero passou a ser utilizado pelas feministas americanas para se referir à organização social da relação entre os sexos. Homens e mulheres são socialmente moldados de maneiras distintas, suas identidades resultam de um processo histórico, cultural, religioso e psicológico, muitas vezes construído em oposição um ao outro. Isso se torna problemático, pois, conforme apontado por Carneiro (1994), na cultura ocidental, a diferença é frequentemente interpretada como inferioridade.

O gênero, desse modo, pode ser compreendido como uma divisão decorrente da imposição de comportamentos, a homens e mulheres, que se adequem ao discurso moral ocidental, e, portanto, a uma construção social. Enquanto, o entendimento de sexo, geralmente confundido com o de gênero, pertence, segundo Zarankin e Salerno (2010) ao domínio da biologia.

A respeito do tema, Butler (2003) crítica a dicotomia sexo/gênero. Para a filósofa, o sexo não é natural, mas discursivo, cultural e social como o gênero, “[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (2003: 25). Assim, não existe um único tipo de mulher, elas se diferem por cor, idade, classe social, etc. Além disso, existem também mulheres transexuais que devem ser respeitadas. Butler (2003), contribuiu, dessa forma, para desdobramentos e fortalecimento das teorias *queer*, de movimentos gays, lésbicas e transgêneros, conforme sugere Rodrigues (2005).

Outra contribuição importante sobre diferenças entre as mulheres é feita por Crenshaw (2015) ao propor o termo interseccionalidade. Para a autora as discriminações contra as mulheres negras são diferentes das discriminações contra as mulheres brancas, pois envolvem interseções de gênero e de cor. Desse modo, interseccionalidade refere-se ao estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A partir dessa discussão, Crenshaw (2015: 1) evidenciou que mulheres enfrentam vulnerabilidades que refletem interseções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, entre outras.

A produção do gênero é ainda resultado dos espaços sociais. O cuidado do espaço doméstico, por exemplo, é assumido majoritariamente pela mulher. Além disso, essas obrigações são somadas

à jornada de trabalho remunerado (Biroli 2018). Isso não significa que as mulheres dominam o espaço doméstico em uma relação familiar, muito pelo contrário, elas assumem atividades domésticas porque são exigidas socialmente. O espaço público não é tão diferente do privado para as mulheres, seu acesso é limitado, porque “[...] a rua é um espaço eminentemente masculino” (Saffioti 1994: 165). Dessa forma, mesmo a violência atingindo ambos os gêneros, elas são as principais vítimas, em qualquer período de suas vidas (Facuri *et al.*, 2013).

Por conseguinte, o assédio sexual contra mulheres pode ser interpretado como uma das ramificações da hegemonia masculina, fundamentada no patriarcado e frequentemente derivada da apropriação simbólica do corpo feminino. Por sua vez, instituições como a Igreja, o Estado, a escola e a família desempenham um papel na legitimação das relações de autoridade que resultam na subordinação das mulheres aos homens.

3. Análise Crítica do Discurso

As diferentes abordagens de Análise Crítica do Discurso compartilham um interesse comum nos discursos que evidenciam relações de luta e conflito, sejam eles institucionais, políticos, de gênero social, de racismo ou da mídia. Este artigo se baseia na proposta de van Dijk (2012; 2017), que propõe um triângulo de conceitos: discurso, cognição e sociedade. Para o pesquisador, não é possível relacionar estruturas sociais diretamente com as estruturas discursivas, prática comum nos Estudos Críticos do Discurso. Ele defende que,

[...] antes, as estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros de grupos sociais em suas interações cotidianas. Isso significa que a compreensão da escrita e da fala só é possível através dos atores sociais e das suas mentes, isto é, através das interpretações mentais ou construções das estruturas sociais e situacionais pelos membros de grupos (van Dijk 2005: 193).

A interface sociocognitiva, enfatiza van Dijk (2017), dá conta de muitos aspectos da relação entre sociedade e discurso, pois essa relação é pessoal, variável e situacional. As pessoas falam a partir da forma como compreendem ou constroem um fato social.

A sociedade, por sua vez, é formada por grupos sociais e seus membros, que apresentam uma cognição pessoal e social e compartilham determinados pontos de vista coletivo. São os interesses, objetivos e crenças em comum que guiam o ponto de vista de cada grupo (van Dijk 2016).

O terceiro conceito, discurso, o autor define “[...] tanto como uma forma específica de uso da língua quanto uma forma específica de interação social, interpretado como um evento comunicativo completo em uma situação social” (van Dijk 1990: 2). O autor destaca ainda que os aspectos semióticos relevantes (expressão facial, gestos e outros signos) também são interpretáveis (van Dijk 2017).

Para melhor compreender a interface cognitiva proposta por van Dijk (2012), é necessário discorrer sobre os conceitos de micro e macro da ordem social. O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social, no entanto, o poder, a dominação e a desigualdade entre os grupos sociais estão vinculadas ao macronível. Na vida cotidiana, por meio de interações e experiências individuais, o macro e o micro não estão separados, mas sim unificados.

Outra maneira de analisar é por meio do contexto, pois a estrutura social também é constituída por situações de interação discursiva. Os contextos “locais” e os mais “globais” estão relacionados e impõem restrições ao discurso. O autor explica que ocorre uma intermediação entre o social e o discursivo, por meio da discussão de conceitos importantes para a abordagem sociocognitiva de análise do discurso: modelos de contextos e modelos mentais.

Van Dijk (2017) define contexto ou modelos de contexto como “[...] uma interpretação subjetiva feita pelos participantes das propriedades relevantes de situação (social, interacional ou comunicativa) da qual participam” (2017: 45). Sendo assim, nosso discurso é estruturado e organizado pelas nossas interpretações de experiências pessoais (modelos de contexto) e adaptado à “comunicativa global”, por isso, são também nomeados de modelos mentais que são armazenados na memória episódica.

Associamos os conceitos já trabalhados neste tópico a importantes noções da ACD, como ideologia e poder. Na proposta de van Dijk (1999: 72), a noção de ideologia, é entendida como “[...] as crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, que controlam e organizam o conhecimento e as opiniões (atitudes) mais específicas de um grupo”. Quanto à poder social, Van Dijk (2012) define em termos de controle, ou seja, um grupo social que controla outro grupo social e seus membros.

Uma das possibilidades de controle recai sobre o discurso, afinal não falamos e escrevemos tudo o que queremos, por exemplo. Nesse sentido, a sociedade é regida por leis e nos adequamos a elas. Outrossim, o controle não se aplica só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, os seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais.

3.1 Discurso e conhecimento

Desde a Antiguidade, as diferentes áreas de estudo tentam distinguir o conhecimento de simples crenças e opiniões. Assim, tradicionalmente, o conhecimento tem sido definido como crenças verdadeiras justificadas. Entretanto, van Dijk (2016, 16) propõe se concentrar em noções mais pragmáticas e critérios empíricos que foram usados em diferentes períodos, situações sociais e culturas “[...] para justificação, aquisição, pressuposto, expressão, comunicação e circulação de crenças como conhecimento”.

A partir dessa percepção, principalmente considerando o discurso como um meio de transmitir e adquirir conhecimento, o autor define o conhecimento social como

[...] crenças compartilhadas por uma comunidade epistêmica justificada por critérios (epistêmicos) de confiabilidade histórica. Isso implica que uma comunidade pode usar, pressupor e definir como conhecimento, como crenças verdadeiras, algo que membros de outra comunidade ou período podem considerar como crenças, ideologias, preconceitos ou superstições “meras ou falsas”. Em outras palavras, o conhecimento natural é relativo, isto é, relativo aos critérios epistêmicos de uma comunidade. O conhecimento pessoal pode então ser definido como crenças justificadas de membros individuais, adquiridas por meio da aplicação dos critérios epistêmicos de sua comunidade às suas experiências e inferências pessoais (van Dijk, 2016: 36-37).

Assim, van Dijk (2012) propõe a distinção entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento cultural geral compartilhado entre muitos diferentes grupos na sociedade e o conhecimento compartilhado por um grupo específico.

O primeiro é o conhecimento de base comum, geralmente pressuposto no discurso e não controverso. São as crenças “factuais” compartilhadas e aceitas como conhecimento na sociedade, inclusive ensinadas na socialização e na escola. O segundo refere-se a crenças que são aceitas como verdadeiras apenas por determinados grupos, como cientistas, profissionais, membros de religiões e membros de um partido. Fora do grupo, o conhecimento pode ser chamado de crença ou opinião, como o conhecimento político, conhecimento de feministas, conhecimento de grupos ambientalistas, etc. (van Dijk 2012).

Outra distinção proposta por van Dijk (2012) é do conhecimento social e pessoal. O pessoal é “[...] uma crença garantida adquirida em eventos de experiência pessoal e é representado em modelos mentais na memória episódica”. (van Dijk, 2016: 69). O social é “[...] adquirido, alterado e confirmado através de processos mentais que envolvem a generalização, abstração e descontextualização de modelos mentais de experiências, por um lado, e a comunicação de conhecimentos gerais, por outro”.

Instituições, sejam da sociedade ou da comunidade do conhecimento (academias, universidades, laboratórios, imprensa de qualidade, tribunais, a administração e o governo), legitimam o conhecimento social.

Dessa maneira, é possível inferir que existe uma relação entre o conhecimento e o poder, visto que quem tem maior acesso a essas instituições detém um poder (mais ou menos conhecimento). Nesse contexto, o conhecimento é definido como um “recurso simbólico” (van Dijk 2016) que é adquirido, vendido ou, de outra forma, fornecido pelos meios de comunicação de massa e grupos de elite.

4. Análise e discussão

De acordo com van Dijk (2016), para compreender uma notícia os leitores e as leitoras devem ter e ativar um vasto conhecimento sobre o mundo. Em adição ao conhecimento antigo e pressuposto, a notícia ainda apresenta conhecimento novo. Logo, nesta análise nos interessa saber quais os conhecimentos que o jornal *on-line A Gazeta* quer compartilhar com os seus leitores sobre assédio sexual contra mulheres em transporte público.

Um dos discursos identificados nas notícias analisadas é o feminista. O conhecimento de feministas é classificado por van Dijk (2012) como conhecimento compartilhado por grupo específico, não pode ser considerado cultural geral porque é contestado por outros grupos que compartilham crenças diferentes sobre temas defendidos por feministas, como os machistas e conservadores.

Conforme hooks (2018) destaca, o feminismo é um movimento que visa pôr fim à exploração, opressão e dominação das mulheres. De acordo com hooks (2018: 119), o movimento é engajado, atualmente, em determinadas pautas: igualdade salarial entre homens e mulheres; igualdade de participação política; direito ao aborto; enfrentamento à violência contra mulheres; liberdade sexual, etc. Além disso, existe uma vertente do feminismo que busca ressaltar e corrigir injustiças contra mulheres negras ao considerar uma abordagem interseccional.

Em relação a alguns temas, como o aborto, o movimento tem enfrentado uma reação antifeminista organizada de posicionamento político de direita que se baseia em interpretações

fundamentalistas da religião. Acreditamos que o discurso de base feminista é fundamentado em conhecimento, ao contrário do que pensam os machistas, para eles o conhecimento feminista não passa de opinião (hooks 2018).

Observamos, em todas as notícias dos excertos destacados, com exceção da N1, que a vítima está atrelada a uma “posição de conhecimento”, seja por ser “estudante” e “universitária”, seja por ser “jornalista” e “professora”:

(N1) Homem é preso por ato obsceno em ônibus na Serra

“Para **nós mulheres**, essa é uma situação muito difícil. Só quem passa sabe, você não consegue ter reação. Até um rapaz que estava no ônibus questionou ‘mas será que isso aconteceu mesmo?’, então fica essa questão de dúvida. **O povo acha que a gente é vagabunda. Você não pode mais sair de casa de camiseta e bermuda que falam que você é vagabunda**”, disse a vigilante. (*A GAZETA*, 06/02/2016, grifos nossos).

(N16) “**A mulher vive com medo**”, desabafa vítima de importunação em ônibus

O que você espera daqui para frente?

Espero que as mulheres denunciem mais e que seja feita justiça. Quero que **a mulher tenha liberdade de ir e vir com a roupa que quiser e na hora que quiser**. (*A GAZETA*, 25/09/2019, grifos nossos).

Na N1 e na N16 as vítimas, “vigilante de 38 anos” e “estudante de segurança do trabalho, Briza Moreira, de 40 anos”, respectivamente, abordam o problema social assédio sexual contra mulheres recorrendo a uma perspectiva coletiva. Não se limitam a abordar apenas o seu caso específico.

Na N1, a vítima utiliza o pronome na primeira pessoa do plural “nós” para se referir ao assédio sexual como um problema de grupo, na N16, essa associação é feita pelo artigo definido antes do substantivo indicador de gênero “A mulher”. Outro ponto em comum entre o discurso feminista presente nas duas notícias é a associação entre a roupa e o assédio feito por quem tem um discurso machista, que aparece implicitamente, porque o jornal não descreve a roupa usada pelas mulheres, mas abre espaço para que as mulheres critiquem e justifiquem o uso da roupa “camiseta e bermuda”.

Nas notícias N2, N3, N12 e N19, as mulheres vítimas também recebem voz e falam por meio de discurso direto sobre o assédio sexual a partir de uma perspectiva coletiva:

(N2) Professora denuncia abuso sexual dentro de Transcol na Serra

“**Quantas e quantas mulheres são assediadas** todos os dias e ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou pra dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido”, lamenta. (*A GAZETA*, 20/07/2017, grifos nossos).

(N3) Polícia procura acusado de abusar sexualmente de mulher no Transcol

“**Quantas e quantas mulheres são assediadas** todos os dias e ninguém fala nada? O motorista não parou o ônibus, ninguém levantou pra dizer nada e a viagem seguiu como se nada tivesse acontecido”, lamenta. (*A GAZETA*, 20/07/2017, grifos nossos).

(N12) Passageira denuncia assédio em Transcol e acusado é detido em Vila Velha

Todo dia **a gente vê mulheres e crianças sendo assediadas e abusadas**. Fiz isso não só por

mim, mas com todas as mulheres. Que os homens tenham mais cuidado porque **agora as mulheres têm mais força para falar**. Ele me olhava com desdenho e eu me senti um lixo. A gente acha que nunca vai acontecer com a gente”, afirmou. (*A GAZETA*, 17/02/2019, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus
A jovem também deixou um recado para outras mulheres que são vítimas de crimes sexuais dentro de coletivos. **“A culpa não é sua. E para as pessoas que estão em volta, se perceberem o que está acontecendo, se coloquem no lugar do outro, pois hoje fui eu, mas amanhã pode ser a filha, a esposa ou a mãe de um deles**. Não desejo o que passei ninguém, mas todas estamos sujeitas. Por isso, sejam solidários e ajudem”, completou (*A GAZETA*, 11/03/2020, grifos nossos).

A N2 e a N3 utilizam o plural para se referir “às mulheres” como categoria social. A vítima, “professora de 24 anos”, utiliza expressão de tempo para indicar a frequência com que os assédios acontecem “todos os dias”, algo que se repete na N12, quando a “jornalista” afirma “Todo dia a gente vê mulheres e crianças sendo assediadas e abusadas”. Além disso, acrescenta as crianças porque sabe que os assédios e abusos se estendem às mais novas e que a violência contra elas tem a mesma origem, o patriarcado.

Outra referência ao tempo acontece no uso do advérbio “agora” na N12, ele sugere uma mudança observada pela vítima no comportamento das mulheres “agora as mulheres têm mais força para falar”. De acordo com van Dijk (2017), as expressões dêiticas, como “agora”, “hoje” ou “na quinta” fazem referência à dimensão temporal da situação atual e são utilizadas como um ponto de referência para localizar temporalmente os eventos acerca dos quais se fala. Assim, a fala da jornalista sobre “força” pode se referir às leis atuais que abarcam a violência contra a mulher.

Na N19, o discurso de conhecimento feminista aparece no momento em que a vítima “universitária de 21 anos” direciona para outras mulheres a afirmação “A culpa não é sua”. Uma ideia muito defendida nos últimos anos por feministas com o objetivo de modificar a tendência social de culpabilizar a vítima pela própria violência sofrida e mitigar os atos do agressor.

Na mesma notícia, a vítima convoca outras pessoas a ajudarem mulheres no momento do assédio sexual. O argumento se baseia no gênero de pessoas conhecidas das testemunhas “se coloquem no lugar do outro, pois hoje fui eu, mas amanhã pode ser a filha, a esposa ou a mãe de um deles”.

Apesar de não ser necessário para um homem ter relação familiar com mulheres para ajudar desconhecidas em uma situação de assédio sexual, o jornal on-line *A Gazeta* selecionar a afirmação “A culpa não é sua” é importante e necessária. Isso porque, conforme resultado de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Osorio; Fontoura 2014) sobre a percepção social das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, um número significativo de entrevistados, 58,4%, concordam que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” e, conseqüentemente, menos assédios sexuais. A noção de que as mulheres provocam a sua própria violência, nasce da crença de que os homens são biologicamente incapazes de controlar suas vontades sexuais.

Por intermédio das análises dos discursos fundamentados em pautas feministas encontrados nas notícias, compreendemos que o conhecimento das mulheres nas notícias analisadas pode ser considerado social porque é legitimado por instituições acadêmicas como universidades, mas tam-

bém um conhecimento pessoal, adquirido em eventos de experiência pessoal ao observar ou vivenciar situações de violência contra mulheres.

O segundo conhecimento identificado nas notícias foi o jurídico. Podemos classificá-lo a partir das distinções propostas por van Dijk (2012) como um conhecimento compartilhado por um grupo específico porque leis podem ser modificadas, extintas e atualizadas, assim como para serem sancionadas precisam de uma maioria de votos.

O conhecimento jurídico foi percebido nas N4, N6, N9 e N19:

(N4) Estudantes de Psicologia fazem campanha contra assédio no Transcol

Canais de denúncia

Assédio sexual é crime e as vítimas devem procurar o **Distrito Policial de Atendimento à Mulher** mais próximo, para que a denúncia seja formalizada para que o caso possa ser investigado e executor do ato punido.

Outros meios para denúncia são: ligar para o telefone do **Centro Integrado de Defesa Social (Ciodes) pelo número 190**, ou para a **Central de Atendimento à Mulher pelo número 180** (A GAZETA, 22/09/2017, grifos nossos).

A N4 informa que a violência sofrida é crime, algo positivo para avaliação do jornal. Outras notícias informam a lei usada para prender o assediador, mas a N4 se diferencia, nesse aspecto, porque, além de afirmar que o assédio é considerado crime antes da promulgação da Lei de Importunação sexual, a notícia sugere canais de denúncia, desde o ambiente físico “Distrito Policial de Atendimento à Mulher” a números de telefone para pedir ajuda.

As outras notícias informam que existe uma nova lei (N6: “Lei da importunação sexual, 13718/2018”), qual a compreensão dessa lei sobre o crime (N19: “Caracteriza-se pela prática de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”), qual a punição para o criminoso (N9: “penas previstas de um a cinco anos de reclusão”) e como era tratado o crime antes da referida Lei ser sancionada (N6: “o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante”):

(N6) “Não gosto de mulher” diz homem que ejaculou em passageira

Douglas foi **autuado por importunação sexual, uma nova lei que pode gerar até cinco anos de reclusão.**

Prisão

O acusado Douglas Dias Silva, 20 anos, foi autuado em flagrante pelo **crime de importunação sexual se tornou infração penal em 24 de setembro deste ano, ao entrar em vigor a lei 13718/2018, com penas prevista de 1 a 5 anos de reclusão** (A GAZETA, 26/10/2018, grifos nossos).

Antes, o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante.

(N9) Idoso é **preso por importunação sexual** dentro de ônibus em Cariacica

LEI DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

A Lei de Importunação Sexual - 13.718 de 2018 - foi sancionada no dia 24 de setembro

com penas previstas de um a cinco anos de reclusão. Antes o crime era tratado como contravenção penal, sem previsão de detenção quando preso em flagrante (*A GAZETA*, 06/11/2018, grifos nossos).

(N19) Universitária compra arma de choque para se defender de assédio em ônibus
O crime de importunação sexual integra o artigo 215-A do Código Penal e entrou em vigor em 2018. Caracteriza-se pela prática de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. A pena base prevista para este delito é de 1 a 5 anos de reclusão (*A GAZETA*, 11/03/2020, grifos nossos).

Os trechos sugerem que o jornal opta por abordar a Lei da importunação sexual nas notícias N4, N6, N9 e N19 por meio de conhecimento jurídico e não de opiniões. Percebemos também que o jornal *A Gazeta* não apresenta, nas notícias que compõem o *corpus*, dados sobre o assédio sexual contra mulheres no Espírito Santo, antes da promulgação da Lei ou depois. Assim, o leitor adquire conhecimento sobre a nova Lei, mas não sobre o que a torna necessária: os altos índices de assédio sexual contra mulheres no Estado.

Uma fonte de conhecimento que aparece no *corpus* é a de um professor de Direito, isto é, uma voz legitimada pela profissão. Ele não é testemunha ou lidou diretamente com o caso noticiado, mas seus conhecimentos profissionais foram suscitados pelo jornal. Destacamos, a seguir, a extensa parte da N8 que apresenta a voz do advogado:

(N8) Após homem ejacular em mulher, passageiras relatam outro caso
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

Casos como o do rapaz que ejaculou em uma mulher dentro do Transcol são considerados importunação sexual. Há um ano a legislação nova entrou em vigor, incluindo atos como apalpar a pessoa, “encoxar” alguém dentro do coletivo ou ejacular sobre alguém. A pena é de até cinco anos de prisão.

Segundo o professor de Direito Israel Jório, em entrevista ao Bom Dia Espírito Santo, antes o Código Penal não previa para esses tipos de crimes.

Antes era considerado importunação ofensiva ao pudor, que tinha prevista a pena de, no máximo, multa. Poderia ser considerado também ato obsceno, com pena muito baixa também. Israel Jório, professor de Direito.

ESTUPRO

O professor lembra que desde 2009 existe uma alteração na legislação sobre o estupro. Atos que utilizam violência, mesmo nem sempre tendo a penetração vaginal, também são colocados como estupro. A pena varia de 6 a 10 anos de prisão. **“Não é só o sentimento de temor que a pessoa sentiu, mas o uso de grave ameaça”**, pontuou.

Ao ser questionado sobre o beijo à força, no entanto, o professor lembra que casos assim não são caracterizados estupro, mesmo com o uso da força da violência.

“O beijo à força pode ser considerado constrangimento ilegal. Mesmo havendo o uso da força, tem que ter cuidado para não relacionar com atos como o coito anal ou o coito oral. Não tirando por menos, mas o contato com a boca é momentâneo e acho exagerado caracterizar como estupro”, declarou.

DENÚNCIA FEITA NA HORA

O professor lembra que é importante quando a vítima faz a denúncia logo após o crime acontecer, por causa da maior possibilidade de apuração dos fatos.

Não é recomendável fazer o boletim depois porque é possível encontrar vestígios gritantes do crime logo após acontecer e também ouvir testemunhas que viram alguma coisa e podem ajudar. Israel Jório, professor de Direito (*A GAZETA*, 26/10/2018, grifos nossos).

A primeira parte destacada apresenta conhecimento jurídico sobre a Lei de importunação sexual, o tempo que a Lei entrou em vigor “há um ano” e o que pode ser classificado como crime de importunação sexual “apalpar a pessoa”, “encoxar” e “ejacular sobre alguém” dentro do coletivo. Ademais, informa o tempo previsto de detenção do criminoso.

A análise da primeira parte “Importunação sexual” indica tratamento de prestígio do jornal quando “o professor de Direito Israel Jório” é identificado e introduzido a partir de artigo definido seguido de profissão. A voz de Israel informa que o Código Penal não considerava os atos de assédio como crime, pois a pena consistia em multa, o que é considerado por Israel “pena muito baixa”. Logo, além do conhecimento há nessa primeira parte, uma opinião do advogado.

A segunda parte “Estupro” apresenta a informação dada pelo professor de que o crime de estupro, uma forma de violência sexual, existe desde 2009. Israel informa, com base na Lei, que não é necessário a penetração vaginal para ser considerado estupro, o medo gerado na vítima e a grave ameaça também indicam o tipo de crime “Não é só o sentimento de temor que a pessoa sentiu, mas o uso de grave ameaça”.

Até esse trecho, o advogado está se baseando na Lei, mas, ao ser questionado sobre o beijo à força, ele esboça uma opinião que pode ser baseada em experiência (conhecimento pessoal) porque a descrição dada por Israel de estupro também pode ser aplicada ao beijo à força, pois, nessa ação, pode ser usada força, ameaça e gerar medo. A mulher pode aceitar a violência e não reagir ou denunciar porque tem medo do que o agressor pode fazer após o beijo.

Ademais, ao contrário do que diz o advogado sobre as mudanças na Lei de Crimes Sexuais, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2015), argumenta que o novo texto transforma em delito grave outras ações como os beijos forçados. Logo, são agressões sexuais e podem ser penalizadas como estupro. Dessa forma, o jornal demonstra não conhecer a lei ou deliberadamente força discursos que amenizam a violência sexual. Em outros termos, o jornal não informa, nessa parte, ele legitima a opinião de um advogado homem ao escolher excluir da notícia informações jurídicas, além de deixar de promover um debate sobre o tema e informações importantes que podem ajudar a diminuir ou a erradicar o problema social.

De acordo com van Dijk (2017), o léxico empregado expressa opiniões que estão no modelo mental semântico do autor ou das atitudes socialmente compartilhadas que o autor tem quando faz referência a outras pessoas. Assim, ao falar, o autor também sinaliza algo de sua própria identidade e ideologia. Acontece provavelmente com todas as expressões de opinião: dizem algo sobre a pessoa que expressa a opinião, mas também sobre a que se faz referência.

Na terceira parte destacada da notícia “Denúncia feita na hora”, o advogado informa que é melhor realizar o boletim de ocorrência logo depois do ocorrido, mas não informa sobre a dificuldade, vergonha e despreparo da vítima. Assim, o jornal contribui para reproduzir mais estereótipos de mulheres assediadas quanto à reação e, mais uma vez, não apresenta a causa do problema.

Por conseguinte, os leitores e as leitoras podem formar modelos mentais errados sobre o assédio sexual em transportes públicos e suas vítimas e serão induzidos(as) a suscitar essas interpretações construídas quando lerem outras notícias. Dessa forma, a oitava notícia analisada (N8) pouco contribui para as informações acerca do tema, a não ser vender o acontecimento como espetáculo na notícia. Assim, o conhecimento, ou sua falta, deixa pressupor um viés ideológico nas notícias que reforçam estereótipos sobre o que é assédio na sociedade.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos o conhecimento do jornal/jornalistas acerca do assédio sexual contra mulheres. Encontramos dois conhecimentos, o discurso feminista e o discurso jurídico. Diante do resultado das análises, verificamos aspectos positivos ao abordar conhecimentos feministas e jurídicos relevantes sobre o tema.

Contudo, os aspectos negativos, como não publicar dados que tornam a Lei de importunação sexual necessária e dar espaço para uma opinião em detrimento do que afirma a legislação, podem influenciar na construção, manutenção e reprodução de ideologias negativas para as vítimas que não contribuem para prevenir ou acabar com a violência de gênero.

Portanto, acreditamos que trazer para o centro da análise crítica do discurso o debate deste tema social pode contribuir para mudanças no discurso da mídia e, conseqüentemente, mudanças sociais; assim como para a reflexão dos motivos que levam uma mulher assediada sexualmente em transporte público a não denunciar ou não denunciar imediatamente.

Referências

BIROLI, Flávia. 2018. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial.

BUTLER, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

CARNEIRO, Sueli. 1994. Identidade feminina. Em SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). Mulher Brasileira é assim, pp. 187-194. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF.

CRENSHAW, Kimberlé. 2015. [Disponível em: <https://apidentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>]. Por que a interseccionalidade não pode esperar. Traduzido por: Santiago D'Almeida Ferreira, co-diretor da Ação pela Identidade. [Consulta: 04 de janeiro de 2022].

DINIZ, Maria Ilidiana. 2014. Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e assédio sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte, pp. 338. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FACURI, Cláudia de Oliveira et al. 2013. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* 29, 5: 889-898.

HOOBS, Bell. 2018. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. 2022. [Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/assedio-sexual/>]. Tipos de violência: assédio sexual. [Consulta: 20 maio 2022].

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. 2019. [Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>]. Segurança das mulheres no transporte. [Consulta: 20 maio 2022].

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA - IPEC. 2022. [Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_IPG_Ipec_Pesquisa-Percepcoes-sobre-controle-assedio-e-violenci-domestica-vivencis-e-praticas.pdf]. Percepções sobre controle, assédio, e violência doméstica: vivências e práticas. [Consulta: 17 set. 2022].

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2014. [Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf]. Tolerância social à violência contra as mulheres. [Consulta: 14 abr. 2020].

RODRIGUES, Carla. 2005. Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos feministas* 13, 1: 179-199.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. 1994. Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. Em SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). *Mulher Brasileira é assim*, pp. 151-186. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF.

SANTOS, Maria da Conceição dos. 2016. *Corpos em trânsito: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju*, pp. 147. Dissertação (Mestre em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 20, 2: 71-99.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESP. 2022. [Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/>] Crimes contra a dignidade sexual: assédio sexual de 2016 a 2021. [Consulta em: 19 maio 2022].

TOMAZI, Micheline Mattedi. 2020. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad* 14, 4: 823-844.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF. 2015. [Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/beijar-a-forca>]. Beijar à força. [Consulta: 20 de julho de 2021].

VAN DIJK, Teun Adrianus. 1990. La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 1999. Ideología: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 2005. Opiniões e ideologias na imprensa. Em Pinto-Coelho, Zara (Tradução). Discurso, Notícia e Ideologia, pp. 187-222. Porto: Campo das Letras.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 2011. Sociedad y discurso: Cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación. Barcelona: Gedisa.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 2012. Discurso e poder. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 2016. Discurso e conhecimento: uma abordagem sociocognitiva. Barcelona: Gedisa.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 2017. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto.

ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melisa. 2009. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias feminino e masculino no passado. Especiaria: cadernos de ciências humanas, Ilhéus, 11 e 12, 20 e 21: 219-240.

MARTA AGUIAR DA SILVA. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). Mestre em Letras (Estudos Discursivos) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - DEDC/Campus X - Teixeira de Freitas-BA. Atualmente é pesquisadora do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (GEDIM) e professora de Língua Portuguesa e Literatura na rede estadual de ensino da Bahia.

Correio electrónico: marta_aguiar20@hotmail.com

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Discursos legislativos contra a linguagem não-binária no Brasil

*Legislative discourse against non-binary
language in Brazil*

IRAN FERREIRA DE MELO

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Brasil

GUSTAVO JOSÉ BARBOSA PARAÍSO

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Brasil

Recebido: 4 de abril de 2024 | Aceito: 17 de abril de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.142-160

RESUMO

Este artigo objetivou identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) que proíbem esse uso linguístico. Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2003) e estudos da indexicalidade (Melo & Ferreira, 2017). Em princípio, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e realizamos a coleta do corpus em portais de publicação da tramitação desses dados. Em seguida, identificamos as informações referentes à produção e circulação dos dados coletados e, analisamos tais projetos à luz de uma vertente da ACD, a abordagem faircloughiana, com ajuda do pensamento sobre a categoria indexicalidade. Os resultados apontaram que a performance mais utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados foi a de monstrualização dessa linguagem, recorrendo para depreciá-la.

PALAVRAS CHAVE: *Linguagem não binária. Gênero. Projetos de lei. Indexicalidade.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar la construcción de significado sobre el lenguaje de género no binario en textos legislativos brasileños (proyectos de ley federales y estatales) que prohíben este uso lingüístico. Para la metodología, seleccionamos bibliografía sobre género social (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), Análisis Crítico del Discurso (ACD) (Fairclough, 2003) y estudios de indexicalidad (Melo & Ferreira, 2017). En primer lugar, hicimos una lectura bibliográfica de las referencias que componen el material de apoyo teórico y recogimos el corpus de portales de publicación para el tratamiento de estos datos. A continuación, identificamos la información relativa a la producción y circulación de los datos recogidos y analizamos estos proyectos a la luz de una vertiente del CAD, el enfoque Faircloughiano, con la ayuda del pensamiento sobre la categoría de indexicalidad. Los resultados mostraron que la actuación más utilizada para dar sentido al lenguaje no binario en los textos analizados fue la monstruosización de este lenguaje, recurriendo a depreciarlo.

PALABRAS CLAVE: *Lenguaje no binario. Género. Proyectos de ley. Indexicalidad.*

ABSTRACT

This article aimed to identify the construction of meaning about non-binary gender language in Brazilian legislative texts that prohibit this linguistic use. To develop the methodology, we selected a bibliography on social gender (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019), CDA (Fairclough, 2003) and indexicality studies (Melo & Ferreira, 2017). In principle, we read the bibliography of the references that make up the material for theoretical support and collected the corpus

on publication portals for the processing of this data. Next, we identify information relating to the production and circulation of collected data and analyze such projects in the light of an aspect of CDA, the Faircloughian approach, with the help of thinking about the indexicality category. The results showed that the performance most used to give meaning to non-binary language in the texts analyzed was to make it a monster, resorting to belittling it.

KEYWORDS: *Non-binary language. Gender. Bills. Indexicality.*

Introdução

Em 2022, o Brasil, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo, de acordo com os dados apresentados pela agência internacional de pesquisa Trans Respect¹, a qual aponta que nosso país continua, pelo décimo quinto ano consecutivo, como a nação com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Esta entidade coleta informações sobre a situação da população trans no mundo a partir do projeto Trans Murder Monitoring (TMM), da rede Transgender Europe, que contabilizou 96 assassinatos de pessoas trans no Brasil entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

Nesse cenário, esta pesquisa tem como objetivo identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária (LNB) de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Para tanto, vale começar já dizendo que entendemos por linguagem não-binária toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001), por estudos como os trabalhos feitos nos anos 1990 pela pesquisadora brasileira Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007) e por outras referências dos estudos da linguagem. A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico (gênero não marcado, conforme Câmara Júnior, 1970) em algumas línguas. Por sua vez, LIG integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

Nas próximas seções, vamos mostrar uma série de aspectos desta pesquisa, como suas bases epistêmicas e a metodologia do trabalho.

1 É uma rede de defesa de direitos, criada em 2005, que proporciona um excelente ambiente para reunir a experiência de ativistas trans de todo o mundo. O site é: www.transrespect.org.

1. Conjuntura política em torno da pesquisa

Esforços políticos para o respeito e a inclusão de gênero no português brasileiro não são novos. De acordo com Freitag (2022), o projeto de lei nº 4.610, de 08 de maio de 2001, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e nos documentos oficiais, estabelecendo a utilização de vocábulos do gênero masculino apenas para referir-se ao homem; exigindo que toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando do gênero feminino*, já passou por toda a tramitação, com substitutivo aprovado em 2006, e está pronto para entrar na pauta no plenário em regime de tramitação ordinária.

Freitag (2022) ainda aponta que, quase dez anos depois, o projeto de lei nº 6.653, de 16 de dezembro de 2009, da deputada federal Alice Portugal (PCdoB) determina em seu art. 6º: *O Estado adotará o emprego de linguagem inclusiva do gênero feminino na redação de suas normas internas, de seus textos de comunicação interna e externa, bem como editais de concursos públicos*. Tal projeto de lei (PL) foi apensado ao nº 4.857, de 12 de março de 2009, e desde então, foi a plenário dezenove vezes, e a última deliberação legislativa é: “Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes”.

A autora nos lembra que, no entanto, há vitórias. Em 2005, a senadora Serys Slhessarenko (PT) apresentou ao Senado o projeto de lei nº 12, de 16 de fevereiro de 2005, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear a profissão ou o grau em diplomas. Por mais estranho que parecia, até então, os diplomas sempre foram emitidos no masculino genérico, independentemente do gênero da pessoa. Depois de ser aprovado no Senado, esse projeto passou a vigorar como PL nº 6.383, de 11 de novembro de 2009, sancionado em 2012 como lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012, pela presidenta Dilma.

Inclusive, de 2011 a 2016, o Brasil foi governado por Dilma Rousseff, que escolheu flexionar o seu atributo de presidenta. Não se tratava de um neologismo. A forma ‘presidenta’, assim como o emprego do sufixo -enta para cargos ocupados por mulheres, é atestada por instrumentos normativos (gramáticas, dicionários e Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP), embora de uso pouco difundido, o que é reflexo da baixa representatividade de mulheres e do feminino.²

Diferentemente da opção de Dilma, Freitag (2022) nos recorda que podemos ver que a ascensão das mulheres às instâncias mais altas do poder não necessariamente sinaliza mudança de padrões na língua usada por elas. Por exemplo, a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, primeira e única mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal, um dos postos mais altos da República Federativa do Brasil, em seu discurso de posse, disse: ‘Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?’. Subjacente à decisão de escolha da ministra, está a concepção de que a opção por uma forma linguística é sempre um exercício de poder coletivo, que leva a mantermos noções, estereótipos, imaginários, representações ou a subvertê-los.

2 A marcação de gênero, na língua portuguesa, também ocorre por processos morfossintáticos, como na concordância nominal, a exemplo do uso de nomes comuns de dois gêneros, como ‘o estudante’ / ‘a estudante’. Existe um conjunto de nomes comuns de dois gêneros relativos a profissões, cuja vogal temática é -a, como em ‘motorista’, ‘babá’, ‘dentista’, ‘frentista’. Porém, quando pensamos em motorista, a associação é com o gênero masculino, enquanto quando pensamos babá, a associação é com o gênero feminino.

Além de todos esses esforços para uma LIG de caráter binário – pois expressa o feminino pela revelação da binariedade de gênero –, existem modelos de LIG não binários. Por exemplo, em novembro de 2020, uma escola particular no Rio de Janeiro (RJ) passou a usar a forma ‘querides alunes’ em vez de ‘queridos alunos’, como modelo de representação de grupos heterogêneos de estudantes, com a justificativa de que essa mudança passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero pelo morfema -e. Cinco anos antes, a antiga e conhecida escola Pedro II, também da mesma cidade, sob demanda do corpo discente, adotou o termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes que não têm gênero definido. Estes e outros modos, mais até do que as formas da LIG binária, têm suscitado maior reação de grupos fascistas e é esse exatamente o tema de nosso estudo. Conferimos PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

Nas seções a seguir destrinchamos dados praxeológicos do estudo, tais como elementos para entender melhor a LNB, o abrigo do trabalho na ACD e o lugar da indexicalidade na nossa perspectiva.

2. Linguagem não-binária e gênero: algumas noções

Para falar de LNB, é preciso que entendamos outras coisas, como a não binariedade de gênero e a própria ideia de gênero. Então, vamos lá. Na nossa sociedade, compreendemos gênero como uma atribuição relativamente fixa das pessoas. Por exemplo, nós dois, os autores deste artigo, somos encarados como homens e isso nos é atribuído por algumas razões fenotípicas, pelo antropônimo que nos deram e nós aceitamos etc. Essa atribuição é uma ideia que se tem dentro de uma cultura como a nossa. Gênero, no entanto, não é entendido dessa maneira para todas as pessoas em muitas culturas e também não existem apenas dois espectros de gênero, como significamos – masculino e feminino. Essa também é uma invenção cultural.

Gênero, hoje, cada vez mais, dentro de pesquisas que estudam o assunto (por exemplo, Bourcier, 2020; Halberstam, 2020; e Mombaça, 2021), é entendido menos como um atributo identitário (como, quando dizemos ‘você é um homem, é masculino’) e mais como uma performance do que você faz ao longo de sua vida, como uma maneira de interagir com as pessoas. Usamos culturalmente muito uma premissa de que gênero está associado ao corpo biológico (nós, Iran e Gustavo, somos lidos como homens, por exemplo, porque temos um corpo formado pela arquitetura cromossômica genética XY, tendo, com isso, uma consequência de desenvolvimento corporal, aparelho reprodutivo, órgão genital e outros atributos denominados masculinos). Tais identificações é o que vemos de praxe.

Gênero é um fazer o tempo inteiro. E mesmo as pessoas que se conformam a essa visão dicotômica dos corpos vivenciam gênero como um fazer a todo instante. Nesse caso, ele é uma ação, uma negociação, um trabalho. Quando dizemos nossos nomes, quando falamos ao usarmos determinadas palavras, quando decidimos que vamos cortar o cabelo de uma forma específica, quando colocamos uma camisa etc., estamos negociando significados com o outro para mostrar um pouco daquilo que queremos, daquilo que achamos que devemos apresentar sobre nosso gênero. Todos esses elementos de linguagem no interior dessa negociação já é gênero. Gênero é, portanto, um regime de saber/poder que nos atravessa a todo instante, não é um dado que carregamos na nossa vida, é um movimento da vida.

A ideia de gênero como masculino e feminino é uma noção binária sobre nossa existência – dois espectros grandes com as suas variações que são designados com esses nomes: ‘masculino’ e ‘feminino’. E ainda, dentro de nossa história secular, o masculino é o lado soberano. Numa sociedade como a nossa, quase todas as pessoas que se associam ao feminino são mitigadas, inferiorizadas.

Há, entretanto, algumas pessoas que transgridem a identidade de gênero como um atributo relativamente fixo e como algo onde se é preciso encaixar pela significação da binariedade. Elas fazem isso simplesmente por não se enquadrarem nesse modelo duonormativo. E essas pessoas são silenciadas. São muitas e estão por aí desde que o mundo é mundo. Elas receberam nome – muitas vezes, para que a entendamos como alguém estranho³ – e tradicionalmente são tratadas como anormais, doentes, delinquentes, tudo o que é abjeto. O nome mais comum usado no Brasil para elas é ‘pessoas trans’ ou ‘pessoas transgênero’. Já foram chamadas, e ainda são, de ‘transexuais’, ‘crossdressers’, que é o caso de alguns tipos de transgressão; ‘travestis’, uma designação mais ligada à territorialidade, classe e grau de vulnerabilidade; enfim várias nomeações para as diversas maneiras das pessoas transgredirem a norma de atribuição fixa de gênero.

Algumas dessas pessoas não se conformam com a designação de gênero que lhe foi dada, mas vão se aproximando mais, de alguma maneira, com algum dos dois espectros – masculino ou feminino – e tomam a identidade de um deles como proposta de reconhecimento social. Um exemplo muito conhecido no Brasil é o de Thammy Miranda, que era lida como filha, e agora é filho, da cantora Gretchen; e que atua como celebridade e, agora, deputado de São Paulo. Thammy é uma pessoa trans e muita gente acompanhou a transição e tecnologia do corpo dele nas mudanças para ser reconhecido como homem.

Essa é uma migração de um considerado polo de gênero para outro. Thammy se reconhece como uma pessoa trans, porque transgredir a atribuição de gênero dado a ele e vai encontrar abrigo de significação no lado considerado oposto ao que lhe atribuíram. Há, no entanto, pessoas que não vivenciam essa transgressão assim dessa maneira. Transgridem gênero, mas não querem se encontrar nem de um lado nem do outro. Elas ganham muito pouco reconhecimento, compreensão de outras pessoas. Afinal, perguntam: Como alguém não é homem ou mulher numa sociedade como a nossa? Esse é um questionamento muito particular de uma vida ocidental, urbana, capitalista. No entanto, em muitas culturas, ele pode não aparecer. Em culturas indígenas, do Brasil e de outras partes do mundo, em culturas ancestrais, não existe/iam a distinção binária de gênero, as pessoas podiam vivenciar, performar gênero da maneira como elas bem entendem/ssem, sem o fechamento/encerramento duonormativo da generificação.

Numa cultura como a nossa, marcada pela binariedade, as pessoas que desafiam tal norma são abjetificadas. Como alguém não é homem ou mulher? Como alguém não é Mateus ou Maria? Alguém não é José ou Joana? Se não há reconhecimento de quem não entra no binário de gênero, as pessoas trans não binárias fazem um grande esforço para mostrar a sua existência, que pode ser híbrida e pode buscar dados de linguagem de outro lugar que não seja esse de uma cultura como a nossa.

3 Neste artigo, vamos usar a própria linguagem não-binária, como não poderia ser diferente diante da defesa que fazemos aqui.

Uma das formas para isso acontecer é operar no domínio da língua e isso ocorre já há algum tempo, mas vem ganhando fôlego graças às práticas de ativismo nas quais as pessoas não binárias (NB) se engajam e tem crescido de alguns anos para cá. Conhecemos muito já, desde os anos 1960, o movimento de gays e lésbicas – pessoas que transgridem normas de sexualidade, mas também de gênero. Depois, nos anos 1990, o movimento trans vai se ampliando. E, a partir principalmente dos anos 2000 e graças a uma série de políticas que empreendemos de visibilidade, juntamente, inclusive, a algumas instâncias governamentais de Estado, as pessoas trans apareceram de diversas maneiras com mais representatividade. Elas começaram a ganhar visibilidade maior nas mídias e nas artes, ainda que sob um recrudescimento forte da transfobia, porque, ao passo que os grupos trans vão se tornando visíveis e ganhando inclusão, há um aumento da violência perpetrada contra eles, como uma não permissão para o desenvolvimento dos direitos dessas pessoas.

Com o surgimento público de mais pessoas NB, passam a acontecer usos da língua que são prioritariamente empreendidos por essas pessoas para que elas ganhem o reconhecimento que geralmente não conseguem. E isso tem dado muito certo, pois é mais uma manifestação da mudança discursiva, pela força coletiva das pessoas. Isso tem acontecido claramente no português, com, por exemplo, o caso do neopronome ‘todes’, um registro que ganhou lugar no Brasil porque tem uma proposta de uma terminação parecida com o que já possuímos em palavras como ‘estudante’, o morfema -e; o que é diferente de outras palavras novas com o término em formas como -x, -@ -_, que usamos, mas que não têm pauta sonora.

O ‘todes’ inclusive tem sido usado por pessoas de diferentes searas. Nem sempre usam o ‘todes’, às vezes falam ‘todas, todos e todes’, como tratamento, mas a disrupção não binária vem se fazendo presente. Essas manifestações têm sido uma provocação que muitas pessoas binárias têm usado por causa da garra das pessoas NB. É um movimento recente do ponto de vista histórico e tem ganhado eco político forte no Brasil.

Na seção a seguir, vamos conhecer um pouco mais da fonte da ACD em que este estudo bebe para poder analisar a LNB?

3. Teoria Social do Discurso e sua contribuição aqui

Norman Fairclough (2001), um dos mais renomados analistas críticos do discurso, afirma que a análise linguística pode servir como um método para estudar processos sociais amplos: mudança de estruturas sociais, construção de identidades etc. Para tanto, Fairclough propõe um método de estudo que investigue a mudança na linguagem como ponte para o estudo da mudança social. Tudo bem a ver com a nossa pesquisa, que se dedica em entender a LNB como disrupção social ao passo que é também disrupção linguística.

Nesse sentido, tal linguista, enxerga uma relação dialética entre linguagem e aspectos da vida sociocultural, de modo intrínseco e intrincado. Ele não se dispõe a fazer análise de discurso como puramente um procedimento epistemológico sobre a linguagem, mas para compreender a interação humana como fenômeno de causa de transformação social. Nesse sentido, seu postulado maior afirma: os discursos refletem as relações sociais e as constroem ao mesmo tempo, num movimento dialético.

Sob essa abordagem, qualquer evento discursivo, para o autor, é considerado simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social, o que exige de nós que, para cada dimensão

dessa, uma análise crítica de discurso faça respectivamente uma análise linguística (agimos assim, com nosso corpus, quando analisamos a indexicalidade), uma análise do processo interacional (procedemos assim quando descrevemos os PLs em seu funcionamento) e uma análise das circunstâncias sociais (fizemos isso quando interpretamos os resultados das outras duas análises anteriores à luz de uma leitura da conjuntura sociopolítica sobre a população trans NB no Brasil). Essa relação dialógica entre essas dimensões constitutivas do mesmo fenômeno, para esse pesquisador britânico e para nós, configura um método dialético-relacional do discurso, que lê os fenômenos de linguagem como rizomáticos.

De acordo com Fairclough (2001), as hegemonias são organizadas, produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Essa máxima contribuiu para que esse analista definisse seu interesse por aquilo que ele chama de Teoria Social do Discurso, “uma orientação para a luta e mudança histórica no discurso (Fairclough 2001: 51). Tal perspectiva se tornou muito conhecida como uma abordagem, dentro das análises de discurso, denominada por Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), uma vez que, ao examinar as relações de poder hegemônicas, fazia isso sem perder de vista a análise triangular daquelas três dimensões, incluindo e chegando, ao fim e ao cabo, à semiose.

Dentre os postulados da ADTO, está a compreensão de que a linguagem preenche a função de representar, ou construir experiências sobre o mundo. Essa ideia está muito arraigada de maneira geral entre nós e é bastante presente em quase todas as teorias linguísticas. Nessa seara, uma categoria analítica propícia para o estudo da representação é a indexicalidade.

Quando agimos por meio da linguagem, fazemos coisas a e com ela, ou seja, encenamos performances como [...]. Nessas ocasiões, estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo. Esse laço, que precipita do translocal para o local, é conhecido como o fenômeno da indexicalidade (Ochs, 1992; Blommaert, 2006; Rocha, 2013, apud Melo & Ferreira, 2017).

Esse laço entre o contexto translocal e o local nos aponta as diferentes possibilidades de expressões linguísticas e de índices sociais, que surgem em uma hierarquia nos contextos linguísticos, também nos aponta que determinadas características sociais são mais salientes, e, portanto, ativadas antes de outros índices.

Para entender a indexicalidade, de acordo com Melo e Ferreira (2017), é importante que pensem o seguinte. O ser humano é um caçador de sentido. Se temos algo de inato, não são nossos órgãos, nossa condição biológica – afinal muita gente nasce a despeito das normas fundamentais do corpo. Se temos algo de inato, é nossa capacidade de significar. E, se isso acontece é porque interagimos. A inter-ação é o fundamento da vida. Ela é o fim, o início e o meio, seja como o outro que está logo na nossa frente, seja com todas as intervenções que nos assaltam pela cultura e pelo inconsciente.

Significar, portanto, é significar com. E isso exige de nós acreditar na aparência. Em cultura, precisamos da aparência (Palmo, 2014). Como cordeirinhos desamparados, nos amparamos na aparência, que é uma astúcia da nossa mente – uma invenção da nossa necessidade de interagir. Vemos, ouvimos, sentimos, mas só acreditamos na aparência. Isso porque capturamos o que ver, ouvir, sentir. O rosto de alguém, a palavra, a luz, nosso medo, o corpo reclamando uma necessidade fisiológica. Tudo se torna aparência para justificarmos a nossa fatídica condição de interagir.

Quando leio, fundamentalmente interajo. Quando entendo, falo, decido, soffro... Não faço outra coisa senão inter-agir com a aparência, que funciona como pista do sentido a que eu posso chegar. Por exemplo, estas palavras aqui que você lê são um tanto de indícios, pistas, potencialmente capazes de produzir sentido a você que é falante do português, que as viu ou ouviu antes.

Os indícios são o corpo dessa aparência, cuja vida é o sentido com o qual interagimos. Não estamos escrevendo para alguém em particular, com um corpo em particular. Escrevemos para uma força de cuja capacidade de cooperar conosco podemos nos valer para dar alguma razão ao que estamos dizendo. Nesse sentido, os indícios são condições essenciais à nossa necessidade de sermos humanos e o nome que podemos dar a tal captura desses indícios a todo instante, sem sossego, intervalo, numa sequência absoluta, é indexicalidade.

Poucas vezes, lemos a indexicalidade. Nem na escola nem na vida aprendemos isso. No entanto, o que mais fazemos é entender a aparência. Assim, ler a indexicalização da aparência nos conduz a perceber como acontecem as manobras semânticas – é um exercício crítico.

Fazemos isso, percebendo a indexicalidade em diferentes níveis: a indexicalidade primária, quando o índice é um item lexical; a indexicalidade secundária, quando o índice é uma lexia ou um arranjo mais amplo do que o item, como o sintagma; a indexicalidade terciária, quando o índice é um gênero textual ou um texto em particular; e a indexicalidade discursiva, quando o índice é uma ordem de discurso, um modo particular de construção de sentido – nível que se realiza nos outros e que só podemos ler se também percebermos a manifestação dos índices dos outros níveis.

Veremos mais à frente qual performance indexical ocorreu com maior frequência no nosso objeto e traremos uma interpretação desse registro.

4. Um pouco mais sobre a metodologia

Para esta pesquisa, o marco teórico é formado por uma bibliografia sobre gênero social e Teoria Queer (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019) e o marco analítico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados (Melo e Ferreira, 2017). Este recebeu inspiração na ACD, sob a esteira de Norman Fairclough (2003) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória – em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso. A metodologia aqui foi dividida nas seguintes etapas, que não necessariamente são sequenciais.

1. Leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e analítico, funcionando como um momento de início e continuidade para pensar no problema de pesquisa como um obstáculo social, identificando a rede de práticas em que ele está inserido e conhecendo a prática particular que é o discurso legislativo.

2. Coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à LNB – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados.⁴ 63 PLs federais foram cole-

4 É importante explicar que o trâmite institucional dos PLs consiste nas seguintes etapas: apresentação do texto pelo/a parlamentar, passagem por comissões para análise legal (como comissões de Educação e Justiça); votação na câmara e, no caso dos PLs federais, votação também na Câmara do Senado. Após

tados no site da Câmara Federal (camara.leg.br) e os projetos estaduais foram colhidos nos portais específicos das assembleias legislativas de cada estado. As palavras-chave usadas para indexar os campos de busca dos sites foram ‘linguagem neutra’, ‘ideologia de gênero’ e ‘gênero’, previamente observadas no corpus por envolver modos bastante populares de nomeação da LNB.

3. Identificação de informações referentes à produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, apensamento) dos dados coletados, para verificação da ordem do discurso de uma prática particular na rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.

4. Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz dos recursos lexicais que indexam a LNB, iniciamos a análise do texto dos projetos sob a esteira de uma vertente da ACD. Pois dentro dos pressupostos que essa perspectiva de estudos apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade. Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Os valores, os discursos, as narrativas, as vozes e as convenções sociais indexadas e hierarquizadas são, então, as ordens de indexicalidade (Melo e Ferreira, 2017). Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

5. Identificação dos seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência à LNB nos PLs analisados. São eles: ‘**linguagem neutra**’, ‘**gênero neutro**’, ‘**neolinguagem**’ e ‘**linguagem não-binária**’. Tendo encontrado essas expressões analisamos, sob o olhar de um estudo acerca da indexação, a produção de sentido que essas palavras imprimem ao referenciar a LNB. Observamos que elas realizam nove (9) performances diferentes, performances essas nomeadas por nós ao observarmos as funções semânticas que elas apresentam. Verificadas essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual aquela mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

6. Socialização, conjuntamente orientador-bolsista, a pesquisa e seus resultados em diferentes meios. Inicialmente publicamos os resultados do relatório parcial em dois veículos de divulgação popular científica: no portal de notícias Marco Zero Conteúdo e na agência de jornalismo independente Diadorim. Apresentamos comunicação oral na XII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jepex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco e no IV Congresso Brasileiro de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PE.

isso, o texto é conduzido para o Poder Executivo sancionar ou não. Vale dizer que alguns projetos são apensados, ou seja, unidos a outros de mesmo teor, propostos por outra/o parlamentar, para formarem um terceiro – isso acontece, por exemplo, quando um primeiro projeto foi arquivado e seu autor ou sua autora não atua mais numa nova legislatura.

5. Um breve panorama dos resultados e da discussão

A coleta de dados se iniciou com a busca dos PLs na Câmara Federal. O resultado desse processo nos apresentou algumas particularidades, e dentre as quais podemos destacar: a) Anos das proposições: 2014 (1), 2020 (4), 2021 (9), 2022 (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (1), Partido Liberal/PL (3), Partido Social Liberal/PSL (5), Progressistas/PP (2), Podemos (1), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (1), Partido Social Democrático/PSD (1); c) Estados proponentes: Paraná (1), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (1), Pernambuco (1), Acre (1), Mato Grosso (1).

Podemos observar sobre as ementas desses PLs que a justificativa para sua tramitação se situa sempre no objetivo de se preservar a norma culta, seja por uma proteção da língua portuguesa, ou meramente uma proibição sobre as questões de linguagem e gênero. Apontamos ainda que a maioria foi pensada (anexada) a outros PLs, seja por tratar do mesmo tema, ou pelo seu arquivamento, conforme determinação de regimento interno da Câmara, como, por exemplo, no caso do/a parlamentar proponente do PL encerrar sua legislatura. Em sua tramitação pensada, quem relata esses PLs dá o seu parecer de maneira única, porém se pronunciará sobre todos os outros PLs pensados, recomendando a aprovação ou a rejeição deles ao PL que encabeça os pensados. Cabe ainda observarmos que essa manobra jurídica são artifícios para manter a tramitação desses PLs em pauta nas mesas e comissões legislativas, visando sobretudo a uma brecha na pauta de votação para apresentarem tais projetos na ordem do dia, bem como para que possam passar despercebidos por parlamentares desfavoráveis e, com isso, possibilitar aprovação mediante votação favorável por maioria.

Ainda sobre a coleta do corpus, buscamos os PLs nos Estados da Federação. Utilizamos como ferramenta para buscar esses dados os sites das assembleias legislativas estaduais. A partir deles, extraímos informações sobre os PLs e destacamos as seguintes: a) Estados Proponentes: Distrito Federal (5), Goiás (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Acre (1), Amazonas (2), Rondônia (2), Roraima (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (3), Rio de Janeiro (6), São Paulo (5), Paraná (2), Rio Grande do Sul (4), Santa Catarina (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (2), Progressistas/PP (2), Partido Social Democrático/PSD (3), Partido Social Liberal/PSL (6), Movimento Democrático Brasileiro/MDB (1), Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (3), Partido Liberal/PL (9), União Brasil/UNIAO (4), REPUBLICANOS (10), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (4), Democracia Cristã/DC (1); c) Anos das proposições: 2016 (1), 2017 (1), 2020 (9), 2021 (18), 2022 (4), 2023 (4).

Verificamos que as ementas desses PLs, assim como o seu apensamento, corroboram com os dados que obtivemos na coleta da Câmara Federal, onde se tem por objetivos: proibir o uso da LNB, alegando que esta é contrária às regras gramaticais vigentes; além de preservar a norma culta de nossa língua de ameaças ao ‘bom português’. E no que diz respeito aos seus apensamentos, eles obedecem às mesmas condições observadas na Câmara Federal.

Um ponto que devemos demonstrar é como é notória a quantidade de PLs que iniciam sua tramitação durante os anos de 2020 e 2021. Sabemos que o governo que estava no poder era o do ex-presidente Jair Bolsonaro e que os partidos que propuseram esses PLs, em sua grande maioria, faziam parte da base governamental, sendo seu viés político/partidário condizente com discursos provenientes da extrema direita conservadora que se proliferou no Brasil.

Uma súmula do primeiro momento analítico e de caráter contextualizador está presente no quadro a seguir:

QUADRO 1

Resultados da análise 1

RESULTADOS DA PRIMEIRA ANÁLISE – ANÁLISE CONTEXTUALIZADORA

(1) Atualmente tramitam 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal.

(2) O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC), já o projeto mais recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).

(3) 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia da Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.

(4) O estado representante da maior quantidade de projetos é o Rio de Janeiro (08), seguido pelo Distrito Federal (07).

(5) Pará, Amapá e Tocantins são os únicos estados que não têm PL representado por parlamentares.

(6) Todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

(7) Predominantemente os projetos impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Para um segundo momento de nossa análise, identificamos recursos lexicais que indexalizam a LNB, conforme os postulados de Melo e Ferreira (2017), para quem a indexicalização na linguagem ocorre por meio do processo de referência que pistas linguísticas realizam. A indexicalidade é a capacidade que todos os recursos linguísticos possuem de construir uma realidade no mundo e, conforme as autoras e para nós nesta pesquisa, esta é uma maneira rápida e fácil de identificar quais performances de referências à LNB são mobilizadas nos PLs em análise ou, em outras palavras, como esses projetos constroem sentido sobre a LNB, a fim de conduzir os seus interesses.

Os quatro itens lexicais que mencionamos foram os mais identificados a partir da leitura dos projetos e buscam, em todos, fazer referência ao que aqui em nosso estudo denominamos de 'linguagem não-binária' (LNB).

Para entendermos a indexicalização dessas palavras, isto é, o que elas constroem no contínuo dos textos, verificamos que sua articulação se realiza em 9 performances diferentes, quais sejam: **objetivo, definição, exemplificação, adjetivação, causa e efeito, problema e solução, conclusão, citação e paráfrase**. Todas essas performances foram nomeadas assim por nós, sob verificação das funções semânticas nas sentenças onde se apresentavam os itens. A seguir expomos um exemplo de operação textual para cada performance em excertos dos PLs que estiveram em análise.

QUADRO 2

Exemplos de performances

PERFORMANCES	EXEMPLOS
Objetivo	Ela [a linguagem neutra] promove alterações significativas, realizadas de forma descabida por particulares para beneficiar as ditas “minorias”, a fim de atender a fins puramente ideológicos.
Definição	Entende-se como “linguagem neutra” toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, escrito ou falado, em que anula as diferenças de pronomes de tratamento femininos e masculinos, baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes.
Exemplificação	Uma escola, por meio de circular, avisou aos pais dos alunos que havia decidido utilizar o dialeto não binário ⁵ nas atividades escolares, para tanto exemplificou que utilizaria a partir de então a expressão “queridEs alunEs”.
Adjetivação	Na França, a Academia Francesa já se pronunciou: “Frente a essa aberração inclusiva, a língua francesa está em perigo mortal”.
Causa e efeito	Cumprе ressaltar, que esse dialeto não binário afasta ainda mais as pessoas, polarizando a nossa sociedade.
Problema e solução	Verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra.
Conclusão	Não se pode permitir utilizar a “linguagem neutra” como meio de militância. ⁶
Citação	Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical.
Paráfrase	Em resumo, de modo geral, a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não-binárias (aquelas que não se identificam como homens ou mulheres).

Para ‘linguagem neutra’, identificamos 48 ocorrências dessas diferentes performances, com média de quatro registros cada uma. Em ‘gênero neutro’, verificamos cinco ocorrências das performances, com média de um registro para cada operação. Com ‘neolingüagem’, encontramos seis tipos de performances, com média de um registro para cada operação. E para ‘linguagem não-binária’, identificamos catorze performances, com média de dois registros para cada.

5 ‘Dialeto não binário’ foi outra forma que achamos em nossos dados, mas não é tão recorrente como os quatro itens que citamos.

6 A conclusão está aqui como operação para indicar o encerramento de um raciocínio desenvolvido nos textos em tela.

A performance mais frequente nos textos analisados é a **adjetivação**, existindo em 23% das ocorrências e, com um número absoluto de 49 casos. Abaixo seguem mais três exemplos dessa performance para apenas ilustrar sua saliência nos dados.

QUADRO 2

Exemplos de adjetivação como performance dos itens referentes à LNB

-
- (1) Ela é um subproduto intelectual da dita “teoria de gênero”. É totalmente incompatível com a índole de nosso idioma (avesso ao “gênero neutro” utilizado em outras línguas).
-
- (2) Na verdade, esse movimento fere a norma culta e é considerado como uma linguagem incorreta e inadequada, em especial, na formação pedagógica dos alunos de todos os níveis.
-
- (3) Trata-se de uma deturpação da Língua Portuguesa.
-

Entendemos a adjetivação como uma performance aqui que realiza uma apreciação da LNB, em geral constituída por uma oração formada por processo relacional (‘ser’, como nos exemplos 2 e 3 acima) ou alguma variante, demonstrando, enfim, uma predicação para essa linguagem inclusiva. Em muitos momentos, os PLs realizaram adjetivação depreciativa, como ao dizer que a LNB é uma invenção, aberração linguística e tragédia histórica.

Qual interpretação fazemos dessa recorrência da adjetivação?

Apreciar a LNB é um dos exercícios mais simples que se pode fazer, haja vista a avaliação por meio da adjetivação está presente em quase todos os usos linguísticos, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004). Considerando isso e o fato de que as adjetivações aqui apresentadas serem, muitas vezes, marcadas por olhares depreciativos, podemos afirmar que as estratégias argumentativas de tais PLs são bem elementares, infantis do ponto de vista da elaboração retórica. Mas isso não faz de tais registros algo inofensivos. Pelo contrário. É justamente com esse tipo de argumentação que chegamos mais rapidamente às pessoas e as convencemos de maneira muito mais objetiva.

Apreciar negativamente associando a LNB a um problema e a uma desordem é mais uma face da abjetificação que os discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. O que é abjetificar? De acordo com Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção de que esse algo é tão horroroso que desorganiza a ordem vigente. E é isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB.

Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política. Se nos chamam de aberração – como aparece nos textos de nosso corpus – nos erguemos desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (Melo, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que consideram bom e, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.

Nesse sentido, é a partir de uma emergência da aberração que nós, Gustavo e Iran, aqui falamos, como corpos que não ousam se assimilar ao normal de nosso algoz e recusamos a docilidade dos termos que nos aproximam dos propositores (no masculino gramatical aqui propositalmente) de tais projetos de lei. Como as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Nesse ponto, vislumbramos que os resultados dessa segunda análise, textual/discursiva, nos mostram os ingredientes ainda presentes para a resistência: a saída está, como nas políticas queer das ruas, em não achar que precisamos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandear-las como munições para as nossas existências.

Fornecemos um apêndice ao final deste texto, onde apresentamos um resumo das informações principais dos PLs em formato de um quadro geral. Excertos desse recorte da análise 2 podem ser encontrados por você que nos lê no QR code da figura 1. Lá há mais detalhes também sobre as performances. Procure por ‘Análise indexical’. Gostaríamos ainda que você visse, por meio desse link, o material que coletamos. Colocamos nesse mesmo link também os textos dos PLs.

FIGURA 1

QR Code para o drive com dados da pesquisa



Considerações parciais/finais

A construção das diversas sociedades, em muitos momentos da história, esteve pautada nas relações de poder que se edificaram de várias formas. Dentre os diferentes mecanismos de controle e normatização das populações, os dispositivos de biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos sempre estiveram à frente, causando sofrimento e morte a quem ousa expressar-se de maneira adversa aos seus preceitos (Miskolci, 2015). Com a crescente guinada política nessa direção que nosso país tem vivido, tanto no âmbito sociopolítico macro, quanto na formação micropolítica, diversos setores sociais vêm, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder heteronormativo, que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários sobre as pessoas.

Como considerações finais, podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta

do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não descumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB. É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não de se perder de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Esse cenário que descrevemos é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos sem esmorecer.

Referências

- BOURCIER, Sam. *Homo Inc.orporatad.* Trad. Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- BUTLER, Judith Butler. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.* Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)
- BUTLER, Judith Butler. *Discurso de ódio. Uma política do performativo.* Trad. Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].
- CÂMARA JR, Joaquim M. *Estrutura da língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1970.
- COULTHARD, Carmen-Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad.* V. 1(2), p. 230-246. 2007.
- CULT. *Dossiê Teoria Queer.* Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research.* Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

FREITAG, Raquel M. K. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio R.; OTHERO, Gabriel de A. (Orgs.) *Linguagem “neutra”*. Língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial. p. 53-72.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: CEPE Editora, 2020.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Cristian. *An introduction to Funcional Grammar*. Londres, Edward Arnold: 2004.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) *Estilos e discursos. Uma contribuição para os estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*. 1ª edição, mai-out., 2014.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. São Paulo: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, João M. de. *O que quer o queer? Podcast Larvas Incendiadas*. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PALMO, Jtesunma Tenzin. *No coração da vida. Sabedoria e compaixão para o cotidiano*. Trad. Jeanne Pilli; Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Lúcida Letra, 2014.

IRAN FERREIRA DE MELO. Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer). Organizador do primeiro dossiê científico em Linguística Queer no Brasil, publicado no periódico *Cadernos de Linguagem & Sociedade* (UNB-2020). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP). Investigador da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Internacional Discurso e Gênero – Violência e Resistência – na Associação de Estudos sobre Discurso e Sociedade (EDiSo).

Correo electrónico: iranmelo@hotmail.com

GUSTAVO JOSÉ B. PARAISO. Graduado em Comunicação Social- Rádio e TV pela UFPB. Graduando em Letras- Português e Espanhol pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Pesquisador em Linguística pelo CNPq. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq na pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*, cujo objetivo é analisar sob à luz da Análise Crítica do Discurso os argumentos e justificativas encontrados nestes textos proibitivos.

Correo electrónico: guga.paraiso@gmail.com

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Discursos e representações dos jovens rurais sobre o Projeto Jaíba como o lugar de oportunidades

Speeches and representations of rural young people about the Jaíba Project as a place of opportunities

ANGELINA MOREIRA MELO

Universidade Federal de Viçosa
Brasil

NATHÁLIA THAÍS COSMO DA SILVA

Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Recebido: 13 de setembro de 2023 | Aceito: 8 de outubro de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.161-181

RESUMO

Este artigo analisa o significado de ser jovem em contextos familiares permeados pela experiência de estabelecimento de um assentamento humano em um projeto voltado para a promoção da agricultura irrigada no Semiárido mineiro. Os participantes desta pesquisa são os jovens rurais do Projeto Jaíba, representando a segunda até a quarta geração dos agricultores familiares assentados neste projeto a partir de 1985. Foram conduzidas 24 entrevistas entre dezembro de 2021 e março de 2022, as quais foram transcritas e submetidas ao método da Análise do Discurso Crítica, articulado à teoria das representações sociais. Os resultados indicam dois significados representacionais na análise do discurso: "minha origem" e "lugar de oportunidades". Este construto simbólico, vinculado à melhoria das condições de vida, funciona como base das relações de dominação através da ideologia da modernização agrícola implementada pelo Estado, impactando a vida social dos jovens pela limitada capacidade de compreenderem holística e criticamente a totalidade dos desafios sociais enfrentados no contexto em que vivem.

PALAVRAS CHAVE: *Juventudes Rurais. Memória. Lugar de oportunidades*

RESUMEN

Este artículo analiza el significado de ser joven en contextos familiares afectados por la experiencia del establecimiento de un asentamiento humano en un proyecto destinado a la promoción de la agricultura de regadío en el Semiárido de Minas Gerais. Los participantes de esta investigación son jóvenes rurales del Proyecto Jaíba, representando desde la segunda hasta la cuarta generación de los agricultores familiares asentados en este proyecto a partir del 1985. 24 entrevistas semiestructuradas fueron conducidas durante el período de diciembre de 2021 a marzo de 2022, que, a su vez, fueron transcritas y sometidas al método de análisis del discurso articulado a la teoría de las representaciones sociales. Los resultados indican dos significados representacionales en el análisis del discurso: "mi origen" y "lugar de oportunidades". Este constructo simbólico, relacionado con la mejora de las condiciones de vida, opera como base de las relaciones de dominación por la cual la modernización agrícola ha sido implementada por el Estado, impactando en la vida social de los jóvenes por su reducida capacidad de comprender holística y críticamente la totalidad de los desafíos sociales enfrentados en el contexto en que viven.

PALABRAS CLAVE: *Juventudes Rurales. Memoria. Lugar de oportunidades.*

ABSTRACT

This article analyzes the meaning of youth in family contexts influenced by the experience of establishing a human settlement in a project aimed at promoting irrigated agriculture in the Semi-Arid region of Minas Gerais. The participants in this research are rural youth from the Jaíba Project,

representing the second to the fourth generation of family farmers settled in this project since 1985. Twenty-four semi-structured interviews were conducted from December 2021 to March 2022, which were transcribed and subjected to the discourse analysis method articulated with the theory of social representations. The results point to two representational meanings in the discourse analysis: "my origin" and "place of opportunities." This symbolic construct, linked to the improvement of living conditions, serves as the foundation for relationships of domination through which agricultural modernization has been implemented by the State, impacting the social life of young people due to their limited ability to holistically and critically comprehend the entirety of the social challenges faced in the context in which they live.

KEYWORDS: *Rural Youth. Memory. Place of opportunities.*

Introdução

O Projeto Jaíba é o maior projeto público de irrigação em linha contínua da América Latina, localizado na região norte do estado de Minas Gerais, nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. Esse empreendimento foi implementado a partir da década de 1970 por meio da mobilização de investimentos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, com os objetivos de implementar um empreendimento que pudesse viabilizar o desenvolvimento regional (Barbosa, 2013).

Inicialmente, o Projeto Jaíba se constituiria exclusivamente por empreendimentos agroindustriais¹, com foco produtivo na implementação da fruticultura. No entanto, para concluir parte da infraestrutura do projeto, foi necessário o subsídio de empréstimos que vieram do Banco Mundial. Para fornecer o capital necessário, o referido banco propôs que o mesmo tivesse um caráter social, o que acabou ocorrendo no ano de 1985, com o assentamento de famílias no projeto (Soares 1999, Seapa, 2010).

As famílias foram assentadas a partir de uma seleção realizada com base em critérios de vulnerabilidade socioeconômica e aptidão para a agricultura comercial (Moura, 2014). Os assentados receberam lotes de 5 hectares, com a infraestrutura dos canais de irrigação pronta para ser utilizada. No entanto, para manejar a produção agrícola irrigada, dependia-se de acesso ao crédito e à assistência técnica. Além disso, para a reprodução social dessas famílias, havia a necessidade de acesso a condições básicas de saúde, educação, moradia, lazer, cultura, entre outros.

As pesquisas realizadas junto às famílias do Projeto Jaíba evidenciaram a ocorrência de uma série de dificuldades ao longo dos anos, como a vulnerabilidade socioeconômica, representada principalmente pela dificuldade de arcar com os custos da produção irrigada, a falta de crédito e assistência social (Soares 1999, Martins 2008; Moura, 2014); o endividamento rural, causado por linhas de crédito rígidas destinadas apenas para o desenvolvimento da bananicultura, o que resultou na queda dos preços devido à elevada oferta e pouca demanda (Sacramento Filho 2003, Silva 2006, Felício, 2018); o conflito ambiental, gerado pela criação de áreas de preservação a partir da desapropriação de povos tradicionais (Anaya, 2012); e a desigualdade de gênero, identificada pela invisibilização do trabalho das mulheres em relação ao dos homens (Barbosa, 2013).

Um estudo recente realizado por Melo, Lopes e Silva (2022) analisou memes produzidos por moradores e compartilhados pelos jovens nas redes sociais do Projeto Jaíba que retratavam a vida nesse local. Os memes utilizam a jocosidade como elemento para externar críticas sobre a infraestrutura física (ruas, escolas, hospital), a falta de cursos de nível superior e técnico, a falta de espaços de lazer e a violência presente nos locais públicos. O conjunto dos estudos apresentados mostra que as famílias foram assentadas em um projeto que ainda carecia de condições básicas para a reprodução dos meios de vida.

Apesar das vulnerabilidades e críticas identificadas, as famílias que permanecem no Projeto Jaíba atualmente ocupam um total de 1.904 lotes (de até 5 hectares), conforme dados da Co-

1 O termo “empreendimentos agroindustriais” é o mesmo utilizado pela SEAPA e se refere a empresas/empresários do agronegócio, que possuem como foco a produção em larga escala e possuem poder aquisitivo para investimento na produção

devasf (2021). Essas famílias possuem membros de diferentes gerações; no caso dos jovens, eles podem ocupar na contemporaneidade a segunda, terceira ou até mesmo a quarta geração, sendo filhos, netos e bisnetos dos primeiros assentados. Neste artigo, direciona-se o olhar para esse segmento social – os jovens rurais.

Ao verificar os estudos realizados no Projeto Jaíba, identificou-se que apenas dois artigos tiveram os jovens como sujeitos em análise. O primeiro, conduzido em 2007, investigou as perspectivas de futuro desses atores sociais, realizando entrevistas com 31 indivíduos, com idades entre 14 e 24 anos. Os resultados deste estudo revelaram uma insatisfação dos jovens em relação ao ambiente em que vivem, destacando como principais desafios a falta de emprego e o acesso limitado à educação, como cursos de nível superior e técnico (Demier; Barbosa, 2007). O segundo artigo analisou as representações sobre a vida dos jovens no Projeto Jaíba por meio de memes publicados em páginas do Facebook. Esse estudo identificou que a representação da vida dos jovens está ancorada em uma crítica social, nas esferas da formação profissional, da sociabilidade, da constituição familiar e da vulnerabilidade social (Melo; Silva; Doula, 2022).

Ao longo das mais de três décadas do assentamento, o segmento social – jovens rurais – não foi tema de estudo nas pesquisas ali realizadas. Dessa maneira, este artigo volta-se para os jovens rurais do Projeto Jaíba, com o objetivo de analisar os sentidos de ser jovem em um projeto de irrigação, implantado no bojo da ideologia da modernização da agricultura brasileira a partir de uma análise das práticas discursivas desses jovens

1. As Juventudes Rurais brasileiras: uma revisão na literatura

A categoria juventude rural é utilizada, de forma genérica, para se referir a um conjunto heterogêneo de jovens não urbanos, que se apresentam de forma distinta no cenário nacional. Essa categoria está ligada diretamente a várias configurações socioeconômicas, identitárias, regionais e de lutas sociais, por meio das quais assumem diferentes arranjos, como os jovens da agricultura familiar, jovens camponeses, jovens quilombolas, jovens do sertão, jovens empreendedores, jovens ribeirinhos, entre outras expressões (Martins, 2019).

Ao analisar o tema da juventude rural no Brasil, Martins (2019) aponta que os temas de pesquisa mais frequentes nos primeiros trabalhos que despontaram a partir da década de 1990 eram êxodo rural, envelhecimento e masculinização. A pesquisa realizada por Weisheimer (2005) identificou que entre 1990 e 2004, principalmente a partir dos anos 2000, a temática envolvendo as juventudes rurais foi abordada por quatro linhas de estudos: i) juventude e educação rural; ii) juventude rural, identidade e ação coletiva; iii) juventude rural e inserção no trabalho; e iv) juventude e reprodução social na agricultura familiar.

No que tange às transformações na agenda de pesquisa sobre as juventudes rurais, Martins (2019) observou que muitos trabalhos passaram a se ancorar no estudo de Castro (2005)² sobre os

2 O estudo em questão se refere a tese de doutorado de Elisa Guaraná de Castro (2005), intitulada de: *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*.

dilemas entre ficar ou sair do meio rural. Apesar da discussão já ter sido abordada na literatura em trabalhos como o de Carneiro (1998) e Stropasolas (2002), a dicotomia sobre “ficar ou sair do meio rural” passou a ser a tônica a partir de 2005 (Martins 2019). Além disso, outras linhas de estudo somaram-se nesse arcabouço, ganhando maior notoriedade, como os projetos de futuro (Wanderley 2007, Wheisheimer, 2009) e a permanência no campo (Brumer, 2007).

No estado da arte realizado por Barasuol; Doula e Boessio (2017) para investigar a produção acadêmica sobre jovens rurais no período de 2010-2015, foram encontrados os seguintes eixos temáticos das pesquisas: educação, cultura, projetos e trajetórias de vida, trabalho, reprodução social, gênero, migração/permanência, tecnologias de informação – TICs e protagonismo juvenil. As autoras constaram que, apesar do aumento no número de publicações acadêmicas, a subjetividade dos jovens rurais ainda não tinha sido suficientemente abordada (Barasuol; Doula; Boessio, 2017).

Realizou-se uma busca na Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses da Capes, com o recorte temporal de 2016 a 2023, utilizando as palavras-chave “Jovens Rurais” e “Juventude Rural”, de modo que a Tabela 1 apresenta as temáticas abordadas.

TABELA 1

Temáticas de pesquisa nas dissertações e teses (2016-2023)

TEMÁTICA GERAL/DOMINANTE	FREQUÊNCIA
Educação	20
Projetos de Vida e Trajetórias	10
Permanência no Campo	05
Migração	04
Tecnologias de Informação (TICs)	03
Sucessão Familiar	03
Sexualidade	02
Empoderamento	02
Gênero	02
Cultura	01
Trabalho	01
Poder de Consumo	01
Acesso à Terra	01

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se que a temática “educação” se manteve com maior frequência. Por mais de uma década, as pesquisas têm se concentrado na mesma linha temática.

A temática dos Projetos de Vida e Trajetórias foca nas trajetórias de vida dos jovens rurais e em seus projetos de futuro, e a sua frequência é similar ao que foi identificado por Barasuol; Doula e Boessio (2017). As temáticas da Permanência no Campo e Migração, no entanto, aparecem com

maior expressividade entre os anos de 2016 e 2023. Considerando o hiato de pesquisa em relação à necessidade de incluir as especificidades simbólicas do contexto em que os jovens rurais estão inseridos, como apontado por (Barasuol; Doula; Boessio, 2017), o presente artigo se ancora na Análise do Discurso Crítica (ADC) a fim de entender como a linguagem e as práticas discursivas permitem vislumbrar significados culturais e sociais da vida dos jovens do Projeto Jaíba. Tendo em vista que essas especificidades simbólicas têm as suas raízes em valores, normas e ideologias que moldam e refletem as relações de poder em uma determinada realidade social (Fairclough, 2003), este artigo contextualiza as ruralidades em que as juventudes estão inseridas a fim de compreender os sentidos de ser jovem em um projeto de irrigação com suas especificidades.

2. Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais parte de um conhecimento prático capaz de dar sentido aos acontecimentos do cotidiano, contribuindo para o entendimento de determinada construção social da realidade. Toda representação social se constitui como a representação de algo ou alguém por meio de uma elaboração cognitiva e simbólica (Sêga, 2000).

Émile Durkheim, precursor do conceito de representações coletivas, elaborou a compreensão sobre a “ideação coletiva”, com base nas produções mentais associadas a objetos e práticas sociais. Tal conceito serviu de base para Serge Moscovici, responsável por aperfeiçoá-lo para o que hoje se conhece como representações sociais (Jodelet, 2001). Moscovici (1985) partiu de uma perspectiva crítica, focado na maneira como os seres humanos tentam captar e compreender a realidade que os rodeia.

Na contemporaneidade, Denise Jodelet, uma das responsáveis pelo aprofundamento e exposição da teoria, caracteriza as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001:4-5). A representação está intimamente relacionada com a comunicação, a interação social e a forma de expressar os pensamentos, uma vez que a representação se converte em um instrumento que permite a comunicação em uma mesma linguagem (Sêga, 2000).

Dentre os aspectos dos processos representativos, destaca-se a ancoragem, que assegura a incorporação social da representação – “a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência” (Jodelet, 2001:18). Outro aspecto crucial na análise das representações é a relação texto/contexto. Como ressalta Pesavento (1995), o acesso ao contexto confere sentido à representação, sendo uma fonte de significância que precisa ser descrita e analisada. Nesse sentido, a contextualização sobre o Projeto Jaíba e a vida dos jovens neste local é fundamental para a análise aqui proposta. Portanto, será seguida a orientação de Pesavento (1998) para não julgar a representação nem buscar a sua veracidade, mas sim compreendê-la “a partir de sua força, pelo seu grau de aceitação, socialização e capacidade mobilizadora” (Pesavento, 1998:55).

Ao verificar na literatura como os jovens rurais têm sido mobilizados nos estudos de representações, resultados diversos, que ora se aproximam, ora se distanciam entre si foram encontrados. Determinadas representações sociais dos jovens rurais estão ancoradas nas representações sociais da sociedade urbanizada (Whitaker; Onofre, 2006). Nessa perspectiva, o imaginário dos jovens rurais é povoado por uma visão negativa de sua condição de vida, caracterizada pela falta de acesso ao

estudo, à profissionalização, ao trabalho, ao lazer e à cultura. Isso reproduz o estigma dominante de que o rural é o lugar do “não-desenvolvimento”, do atraso e do arcaico (Sifuentes 2009, Castro 2009, Paulo 2010, Biasus; Branco 2013, Dos Anjos; Caldas, 2015). Na contemporaneidade, observa-se uma representação positiva sobre o rural, especialmente entre os jovens, que enxergam esse espaço como um cenário de transformações. Isso abre novas perspectivas e campos de possibilidades para o estudo, como a análise do desenvolvimento de atividades não agrícolas e a comunicação (Carvalho; Costa 2020; Belau; Rocha, 2020).

Para a análise das especificidades simbólicas, este artigo lançará luz aos aspectos relacionais entre o discurso e a vida social das juventudes do Projeto Jaíba, enfocando em suas representações, bem como nos aspectos relativos à memória constituída sobre essa realidade e cenários de transformação. Tal análise se apoiará na Análise do Discurso Crítica (ADC) para abordagem das entrevistas, a ser discutida mais detalhadamente no próximo subitem.

3. Análise do discurso crítica e Ideologia

Este artigo, alinhado ao entendimento de Fairclough (2003) de que a linguagem é um dos elementos irredutíveis da vida social, propõe a ADC como estratégia de análise linguístico-discursiva desta pesquisa social, cujo substrato é a vida social dos jovens em um projeto de irrigação, assim como as suas práticas sociais, especialmente os discursos e identificações produzidos por esses jovens nas entrevistas.

Para além da análise linguística de textos, Fairclough (2003) defende a ADC como uma abordagem teórico-metodológica capaz de investigar a estruturação social relativamente durável na e pela linguagem e, por conseguinte, aborda as práticas sociais a partir de sua faceta discursiva.

A ADC, portanto, permite investigar na vida social dos jovens do Projeto Jaíba os elementos que combinam continuidade e mudança a partir da análise do discurso. As mudanças sociais relacionadas ao capitalismo contemporâneo (‘globalização’, ‘pós-modernidade’ ou ‘modernidade tardia’, ‘sociedade da informação’, ‘economia do conhecimento’, ‘novo capitalismo’, ‘cultura de consumo’, entre outras) acarretaram inúmeros impactos nas mais variadas áreas da vida social (Fairclough, 2023). Há de se destacar que a constituição deste projeto de assentamento foi dirigida pelo governo e teve direta influência de corporações do ramo da irrigação, promovendo profundas transformações territoriais, bem como na vida social e, por conseguinte, nas práticas sociais dos atores sociais beneficiários do projeto e de suas gerações.

Fairclough (2003) explora os modos como a os discursos articulam dialeticamente os três principais modos como construímos significados: agimos, representamos e identificamos. O significado acional são os modos de agir e interagir socialmente relaciona-se aos gêneros discursivos; o significado representacional são os modos particulares de representar a experiência no mundo relaciona-se aos discursos; e o significado identificacional são os modos de identificação de si e do outro relaciona-se aos estilos. Então, o discurso está intrinsecamente relacionado à maneira como os indivíduos agem, interagem, representam a si mesmos, aos outros e aos vários aspectos do mundo.

Para Ramalho e Resende (2011), o texto enquanto evento social que constitui as práticas sociais, possui elementos da ação individual e coletiva que lhe deram origem e da qual faz parte; da interação possibilitada por ele; das relações sociais entre as pessoas envolvidas na interação, de suas crenças e valores; bem como do contexto sócio-histórico de uma realidade particular. Segundo

Fairclough (2003), a agência dos textos se manifesta pela sua capacidade de construir, desconstruir ou reproduzir determinadas práticas sociais. Nesse sentido, a análise do discurso aliada à investigação das representações dos jovens em relação ao Projeto Jaíba, pode, à luz das lentes analíticas de Fairclough (2003), oferecer profícuas contribuições para a compreensão das relações sociais e das dinâmicas de poder na prática social estudada.

Além disso, este trabalho se apoia no conceito de ideologia, conforme apresentado por Thompson (1998), em termos das maneiras pelas quais os significados mobilizados por formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar configurações de dominação. Por ‘formas simbólicas’ entende-se ações e linguagens, imagens e textos produzidos pelos sujeitos e reconhecidos por eles e por outros como construtos significativos (Thompson, 1998). Na concepção do estudioso, são primordiais as noções de i) significado das formas simbólicas inseridas nos contextos sociais, atuantes em circunstâncias particulares que ocorrem no mundo social; ii) de dominação quando as relações de poder ocorrem sistematicamente assimétricas e; iii) os modos pelos quais o significado pode servir para estabelecer e sustentar as relações de dominação. O significado seria capaz de instituir e/ou reproduzir relações de dominação por meio do constante processo de produção e recepção de formas simbólicas (Thompson, 1998).

3. Metodologia

Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com 24 interlocutores do Projeto Jaíba, situado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, na região Norte de Minas Gerais. Com autorização dos participantes, as entrevistas semiestruturadas foram conduzidas de forma síncrona, por chamadas de vídeo em plataformas do Google Meet e/ou WhatsApp, no período de dezembro de 2021 a março de 2022. Dos entrevistados, são 14 homens e 10 mulheres, com idades variando entre 19 e 30 anos. É fundamental destacar que esta pesquisa conta com a devida autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP). O protocolo foi aprovado em 11 de novembro de 2021, sob o número de parecer 5.109.089.

Como estratégia metodológica, identificou-se os discursos dos jovens capazes de acessar as suas representações sobre o Projeto Jaíba por meio da proposição dos questionamentos “*O que é (ou o que significa) o projeto Jaíba para você?*” e “*Quais aspectos você considera positivos ou negativos sobre o Projeto Jaíba?*”. Os áudios das entrevistas foram gravados e as falas dos entrevistados foram transcritas na íntegra. Após a seleção do *corpus*, foram separados segmentos de textos e frases para análise. Essa abordagem visa explorar e compreender as percepções e opiniões dos jovens em relação ao Projeto Jaíba, utilizando as respostas obtidas por meio dessas questões como base para a análise qualitativa dos dados. A análise social qualitativa permite, conforme delineada por Fairclough (2003), vislumbrar um problema social com faceta discursiva e o modo como o discurso contribui para a manutenção ou transformação das formas sociais de vida que geram esse problema.

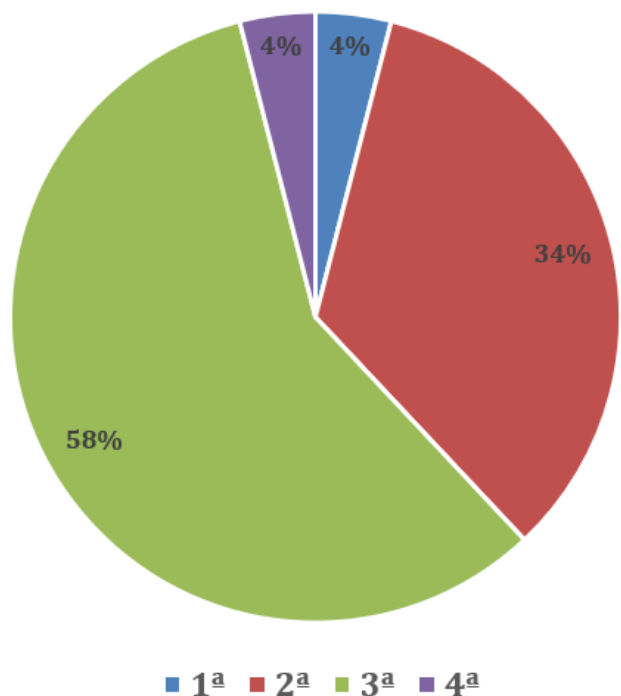
Ressalta-se que as respostas não foram analisadas de forma isolada, mas levando em consideração a história de vida dos jovens no Projeto Jaíba, narrada por eles, como também a revisão de literatura sobre o contexto do referido projeto. Essa contextualização é importante no processo de reconhecimento das representações, uma vez que a articulação entre texto/contexto é o que dá sentido à representação, segundo Pesavento (1995).

Para Fairclough (2003) os atores sociais podem representar o mundo social em maneiras particulares, mas se nossas representações ou interpretações têm o efeito de mudar sua construção depende de vários fatores contextuais, incluindo como a realidade social é e quem a está construindo. A representação que esses jovens constroem acerca do lugar onde vivem, elencando aspectos positivos e negativos, não pode ser deslocada das relações de poder entre Estado, interesses do mercado envolvendo a irrigação e populações rurais. Estado este que, em primeira instância, privilegiou a instalação de empresas agropecuárias, e somente após exigência das agências internacionais, inseriu o caráter social para a continuidade do projeto.

4. Resultados e discussão

Os jovens entrevistados pertencem a diferentes gerações de famílias assentadas no Projeto Jaíba, conforme apresentado na figura 2.

FIGURA 2

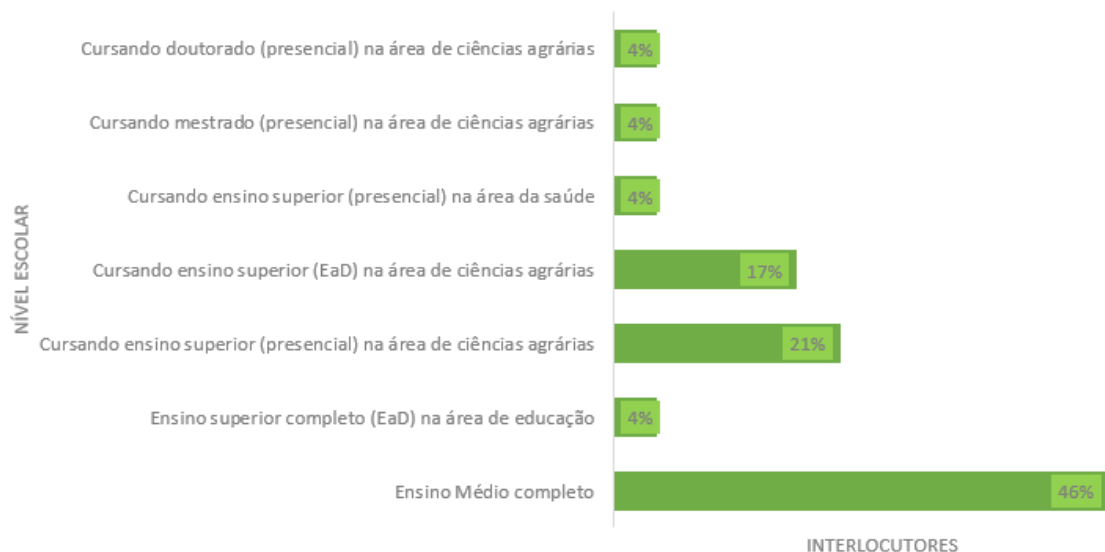


Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com exceção do jovem da primeira geração, que foi para o Projeto Jaíba com 18 anos, todos os outros entrevistados nasceram e/ou foram criados neste local, onde puderam vivenciar, para além da agricultura irrigada, o convívio intracomunitário, o acesso às escolas, ao trabalho e às esferas que compõem as relações sociais, as atividades materiais e mentais das práticas neste local. Em nível de escolaridade, os interlocutores ocupam diferentes posições, como apresentado na figura 3.

FIGURA 3

Descrição dos níveis de escolarização dos entrevistados³



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os dados evidenciam que a área de formação com mais adeptos é ciências agrárias, abarcando diferentes níveis, como graduação, mestrado e doutorado. No que se refere ao local em que os jovens residem, 16 deles moram no Projeto Jaíba e 8 residem em outras cidades do estado de Minas Gerais, por motivos de estudos, mas realizam visitas periódicas aos seus familiares que continuam morando no projeto. Entre os que “saíram” para estudar, 6 disseram que desejam voltar a morar no projeto, após a conclusão do curso, e 2 planejam residir em outras cidades, mas querem manter visitas periódicas às suas famílias no projeto.

Quanto à escolha dos cursos de graduação, identificou-se que a opção pela área de ciências agrárias não ocorreu de forma arbitrária. Os jovens relataram que as experiências no trabalho agrícola familiar contribuíram para que eles optassem por essa formação, como está presente nas seguintes falas: “É uma área que eu me vejo nela, eu gosto bastante da área. Desde criança eu fui criado vendo os meus pais mexendo na lavoura e nisso vai criando o vínculo” (Entrevistado 15). “Eu escolhi a profissão de agrônoma porque eu quero voltar pra lá, eu sempre tive a influência dos meus pais e eu acho fantástica a agronomia porque é uma área tão ampla” (Entrevistada 23).

Saúde e educação foram as outras áreas de formação escolhidas. O jovem que escolheu a área da educação mencionou que sua decisão estava vinculada à oportunidade de trabalho nas escolas do projeto. Por outro lado, a escolha pela área da saúde estava relacionada ao sonho do jovem em cursar nessa área específica. As declarações evidenciam que as escolhas para o futuro profissional

3 Para garantir o sigilo dos entrevistados optou-se por não divulgar as instituições e nem os cursos que eles estão fazendo ou que já fizeram, por isso foram divulgados apenas as áreas de concentração.

dos jovens, especialmente a opção pelas ciências agrárias, estão ancoradas nas experiências que ao longo dos anos eles acumularam. Os pontos positivos e negativos do Projeto Jaíba pela perspectiva dos entrevistados, pode ser observado no Quadro 1.

QUADRO 1

Aspectos positivos e negativos do Projeto Jaíba

POSITIVO	NEGATIVO
Água disponível o ano todo	Estradas ruins
Muita fartura (de frutas)	Falta hospital
Lugar tranquilo para viver	Alto custo da produção
Tem oportunidades de emprego	Falta de incentivo para os jovens
Custo de vida barato	Falta de entretenimento
Tem assistência do Distrito de Irrigação (DIJ) ⁴	Falta de lazer
É um lugar que se pode produzir o ano todo	Falta cursos de nível superior e técnico
É um lugar que se pode aprender muitas coisas (se referindo à área agrícola)	Falta segurança

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A agricultura irrigada e a vida no meio rural são os aspectos que marcam os elementos positivos. Já os aspectos negativos estão relacionados às condições precárias de infraestrutura física, como estradas e hospitais, à ausência de cursos para formação profissional, à insegurança e à falta de opções de lazer, corroborando os resultados do estudo realizado por Melo, Lopes e Silva (2022).

Ao discutir o significado representacional, Fairclough (2006:124) aponta “os discursos como formas de representar aspectos do mundo – os processos, relações e estruturas do mundo material, o “mundo mental” dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social” (Fairclough, 2006:124). A diversidade discursiva reflete outras diversidades, como as visões de mundo, as relações que as pessoas têm com o mundo, as suas posições no mundo, as suas identidades sociais e pessoais e as relações sociais. Existem duas opções de identificação de significados representacionais no texto, seja como pela representação de alguma parte particular do mundo, seja pela representação de algo sob uma perspectiva particular. Os significados representacionais identificados por meio da análise do discurso são apresentados no Quadro 2.

4 O DIJ corresponde a uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, administrada por representantes dos agricultores familiares, dos empreendimentos agroindustriais, da Codevasf e da Ruralminas. O seu objetivo é administrar, operar e manter em boas condições as obras de infraestrutura de irrigação de uso comum no local em que as famílias foram assentadas.

QUADRO 2

Significados representacionais identificados na análise do discurso

SIGNIFICADOS REPRESENTACIONAIS	DESCRIÇÃO	ENTREVISTADOS ⁵
“Minha origem”	Esse tema se ancora nas experiências que os entrevistados viveram, desde a infância, junto as suas famílias, no Projeto Jaíba. Essas experiências se referem ao trabalho familiar na agricultura, que representava a busca pela construção de um futuro da família no projeto. Além disso, esses jovens cresceram neste local, onde tiveram acesso as escolas e as áreas comuns de sociabilidade.	1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24.
“Lugar de oportunidades”	Esse tema está ancorado na agricultura irrigada e nas possibilidades, especificamente de trabalho e aumento da renda, que a agricultura irrigada pode proporcionar para as famílias. Esse enquadramento está relacionado também com a produção.	3, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 23, 24.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dois significados representacionais podem ser vislumbrados por meio da categoria analítica do vocabulário. O significado representacional “Minha origem” está relacionada à vida privada, família e ancestralidade ao passo que o significado representacional “lugar de oportunidades” se articula com o trabalho, a vida pública e social. São principais formas encontradas nas entrevistas de representar o ser e estar no Projeto Jaíba. Como pode ser observado, “Minha origem” engloba representações que estão ancoradas nas experiências que os interlocutores da pesquisa viveram desde a infância. Para melhor exemplificar esse enquadramento, foram selecionadas algumas sentenças.

No que se refere à modalidade discursiva, o quadro 3 é composto por declarativas, afirmativas que contém uma forma verbal do presente do indicativo. Segundo Fairclough (2001), as orações declarativas podem ser um ato informativo ou dependendo da situação pode conformar um ato provocativo. Como este trabalho se desenvolveu utilizando gênero entrevista, as sentenças presentes no Quadro 3 têm o objetivo de informar a importância central do Projeto Jaíba na vida dos jovens em estudo. A sentença obtida por meio da entrevista 16 permite entrever a metáfora como uma categoria linguístico-discursiva. Ao fazer alusão ao termo raiz é possível perceber a representação do Projeto em termos de uma árvore, de modo que é o projeto que dá sustentação à vida social.

5 A identificação dos entrevistados foi feita por números, que vai de 1 até 24, sendo essa a quantidade de interlocutores desta pesquisa. A escolha para a enumeração dos entrevistados foi feita conforme foram ocorrendo as entrevistas, ou seja, a primeira pessoa a ser entrevistada é identificada como entrevistado número 1 e assim por diante. Para diferenciar os interlocutores entre homens e mulheres será feita a diferenciação entre entrevistado e entrevistada, seguido pelo número correspondente.

QUADRO 3

Sentenças que exemplificam o significado representacional “minha origem”

SENTENÇAS	ENTREVISTADOS
“É o fato principal da minha vida, a minha vida toda foi aqui e eu não tenho planos de ir embora daqui”.	07
“Eu acho que esse sentimento que eu tenho pelo projeto Jaíba vem da família, os meus avós maternos e paternos vieram pra cá e estão aqui até hoje”.	11
“É a minha casa, eu gosto daqui. Não pretendo mudar não. Eu vou viajar e conhecer outros lugares, mas pra morar eu quero morar aqui”.	12
“O Projeto é a minha vida, eu amo aqui demais”.	14
“Aqui é onde tudo começou, minha vida tá aqui, minha história tá aqui no projeto, a minha raiz tá aqui”.	16

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Sob a perspectiva de Thompson (1998) em relação a um processo de dominação legitimado por meio de uma ideologia, pode-se inferir que o desejo de permanência dos jovens no Projeto Jaíba legitima a experiência e a história dos seus antepassados. As bases tradicionais dão suporte a essas declarações de vinculação à terra e às atividades agrícolas à medida que apelam para a inviolabilidade das tradições admiradas. Emprega-se, neste contexto, estratégia da narrativização em que as representações se inserem em histórias que recontam o passado e narram o presente como parte de uma tradição imemorial e apreciada.

Os jovens demonstraram, por meio de suas falas, que a forte ligação com o Projeto tem como fio condutor as memórias construídas naquele local, desde a infância. Esse fato contribuiu para desenvolver um sentimento de pertencimento ao local de origem, criando um vínculo identitário que pode ser denominado de “os filhos do Projeto Jaíba”, expressão que foi dita pelo Entrevistado 17. Essa expressão traz à tona um aspecto de vocabulário, uma vez que as formas de lexicalizar e representar se materializa em uma metáfora, a qual permite vislumbrar a relação entre dois campos discursivos, sendo eles família/origem/tradição/vínculo com campo do trabalho/economia/instituição. A metáfora “Filhos do projeto Jaíba” aponta para uma categorização da relação social institucional/econômica/trabalho como uma relação familiar de conceber a vida. A categorização linguístico cognitiva destes jovens supõe o projeto como um vínculo de vida, indissociável de seus projetos pessoais. Há na expressão um traslado da relação de parentalidade para a relação no âmbito público institucional. Tal como a relação pai e filho é indissociável, os jovens naturalizam o Projeto Jaíba bem como os interesses neoliberais a ele atrelados, uma vez que sem continuidade intergeracional não há sucessão familiar, e, portanto, não se viabiliza a continuidade da agricultura irrigada.

Como afirma Candau (2005), memória e identidade são duas noções que estão interligadas, uma vez que não existe identidade sem memória. Para Candau (2012), a memória é uma capacidade que está presente no ser humano e que se apresenta a partir das características de um indivíduo, um grupo ou uma sociedade. A identidade pode ser entendida a partir de diferentes formas, como um estado (documento de identidade com foto, nome, data de nascimento), uma representação (refere-se a ideia de quem o indivíduo é) ou um conceito (empregado para dife-

renciar as pessoas, geralmente analisado nas ciências humanas). Para o autor, é no campo da memória familiar que fica nítida a relação entre memória e identidade, pois o anseio por conhecer as histórias familiares faz com que o indivíduo investigue o seu passado e, nesse processo, ocorre a construção da identidade, a partir do reconhecimento de suas raízes (Candau, 2012). No caso dos jovens do Projeto Jaíba, as memórias familiares e as suas próprias memórias contribuíram para a identificação com aquele local. O sentimento de pertencimento e enraizamento reforça o desejo de construir os seus futuros naquele lugar.

O meu coração tá lá no Projeto Jaíba, eu vivi a minha vida toda lá, é um lugar pequeno, é um lugar que todo mundo conhece todo mundo, minha família tá lá, meus avós estão lá, minha bisavó tá lá ainda. Então assim, o meu coração tá lá. Eu tenho muito orgulho de ter nascido lá, de ter sido criada lá e eu tenho muita vontade de voltar pra lá e realizar tudo o que eu sonho lá, construir a minha vida lá (Entrevistada 22).

Foi onde eu nasci e cresci, então eu tenho um apreço afetivo por lá, pela minha família ser de lá. Devido ao Projeto Jaíba é que eu tô na profissão que eu tô hoje, por eu ter crescido lá e visto que tem um certo potencial a área (Entrevistada 24).

Os discursos transcritos permitem entrever a relação semântica causal, que se configura pelo motivo de que os jovens se identificam com o Projeto Jaíba porque é a terra conquistada pelos seus antepassados. As seleções lexicais “meu coração” ou “apreço afetivo” denotam o discurso da origem/família/ancestralidade/vínculo afetivo/ memórias. A metáfora “meu coração está lá” aponta a indissociabilidade do jovem ao projeto Jaíba, pois um órgão central à sobrevivência e a representação dos afetos humanos. Estas seleções lexicais não se resumem ao campo da afetividade, uma vez que estão também relacionadas com o discurso neoliberal, já que a reprodução da agricultura irrigada no Projeto depende da sucessão familiar. Apesar de reconhecerem que as condições materiais não são ideais, a avaliação dos jovens relacionado à sua identidade pertencente ao Projeto Jaíba tem maior valor representacional.

Segundo Moscovici (1978), a representação social também é uma maneira de guiar o comportamento, ela consegue fazer com que as pessoas reconfigurem as suas ações, a partir de novos sentidos inculcados ao ambiente em que estão inseridos. Dessa maneira, o que se identifica nesta pesquisa é um comportamento guiado por essa representação – “minha origem” –, que se traduz em ações e desejos de ficar no Projeto Jaíba e trabalhar com a agricultura irrigada.

O significado representacional “lugar de oportunidades” evidencia que os jovens também enxergam o seu local de origem como um lugar de oportunidades, especificamente na agricultura. As sentenças abaixo exemplificam esse enquadramento.

A forma como os jovens lexicalizam/nomeiam o projeto está relacionado às oportunidades conferidas pela agricultura irrigada, e, portanto, neoliberal, que torna possível, segundo eles, extraordinários rendimentos obtidos via produção agrícola anual. O conceito de “melhorar de vida”, discutido na literatura por autores como Durham (1973) e Lucema (1997) está atrelado às migrações, ao “ir para melhorar de vida”, em busca de melhores condições econômicas e sociais. Neste caso específico, os jovens rurais não são migrantes, mas os seus pais, avós e bisavós são ou foram para o Projeto Jaíba em busca da “terra prometida”, o assentamento para eles gerava sonhos e expectativas (Moura, 2014).

QUADRO 4

Sentenças que exemplificam o significado representacional “lugar de oportunidades”

SENTENÇAS	ENTREVISTADOS
“Pra mim o projeto Jaíba é um lugar de boa convivência, um lugar de grandes oportunidades”.	03
“Aqui é um dos maiores polos de agricultura do Brasil, com muitas oportunidades, então eu sou muito grato por morar aqui”.	06
“É um mar de oportunidades, se você tiver um conhecimento ou uma pessoa que tenha conhecimento você pode ter aqui uma fonte de renda absurda”.	15
“Eu me sinto com oportunidade aqui, eu tive a minha oportunidade aqui, tive coragem de trabalhar e encarei mesmo”.	18

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Tanto a afirmação da entrevistada 23 como sentença do entrevistado 15 (Quadro 4) apelam para a metáfora como recurso linguístico. Segundo Thompson (1998), a metáfora implica a aplicação de um termo ou uma frase a um objeto ou uma ação à qual não se aplicaria literalmente. A sentença da entrevistada 23 permite entrever metáfora da “luz do fim do túnel”, que remete a uma salvação, uma bênção proporcionada pelo Projeto Jaíba. Opera nesta sentença uma associação ao discurso religioso, uma vez que remete à salvação. Já na afirmação do entrevistado 15 se identifica a metáfora “mar de oportunidades” como as liberdades proporcionadas pelo Projeto Jaíba, a sentença também apela para uso da hipérbole como figura de linguagem cuja estratégia é o exagero, denotando que as oportunidades são inúmeras.

As expressões metafóricas, segundo Thompson (1998), representam as relações sociais ou os indivíduos/grupos nelas inseridos como portadores de características que não possuem e ou enfatizam certas características em detrimento de outras, carregando-as com um sentido negativo ou positivo. Apesar das inúmeras vulnerabilidades vivenciadas no Projeto Jaíba e apontadas pelos jovens (Ver aspectos negativos quadro 1), as oportunidades viabilizadas pelo Projeto de irrigação sobretudo às gerações anteriores a destes jovens tem um sentido positivo mais realçado.

O quadro de sentido “lugar de oportunidades” também está relacionado à memória familiar mobilizada pelas migrações com a expectativa de melhorar de vida. O imaginário dos jovens, pode estar permeado pela lealdade familiar, que é uma forma inconsciente em que as pessoas assumem a responsabilidade de serem fiéis ao passado, assumindo, no presente, escolhas que tendem a dar continuidade à história familiar (Ducommun-Nagy 2012; Bacal, 2013).

Enxergar o Projeto Jaíba como um “lugar de oportunidades” está relacionado com o fato de os jovens estarem sendo fiéis à história que seus familiares construíram naquele lugar e às perspectivas econômicas relacionadas à agricultura irrigada. Minoritariamente, os entrevistados também identificam pontos de ausência, principalmente educacional, conforme a seguinte fala: “O maior projeto de irrigação da América Latina não tem uma escola técnica de agricultura, o maior projeto da América Latina que não tem um incentivo para os jovens dentro das escolas públicas, um incentivo voltado pra agricultura” (Entrevistado 17).

Reconfigurando o imaginário mobilizado pelas gerações anteriores em que a migração se associa a agricultura irrigada e à oportunidade de melhorar de vida, os jovens reconhecem essa melhora,

porém vislumbram determinadas ausências do Estado como o acesso a formação educacional no Projeto e de incentivos direcionados à permanência no campo.

A compreensão do sentido de ser jovem no Projeto Jaíba implica analisar as dinâmicas sociais que permeiam essa experiência. Conforme sugere Fairclough (2003), alguns indivíduos e grupos se beneficiam ou sofrem em virtude da maneira como a vida social está organizada nesse contexto específico. Dessa forma, os problemas inerentes à vida social no Projeto Jaíba, alguns percebidos pelos jovens e, outros não mencionados por eles, mas identificados pela revisão de literatura permitem uma focalização mais precisa nos obstáculos vivenciados na vida cotidiana, e que, podem culminar na busca por soluções eficazes.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa evidenciaram a articulação de dois significados representacionais “minha origem” e “lugar de oportunidades” presentes nos discursos dos jovens do Projeto Jaíba que participaram desta pesquisa. Existe um construto simbólico atrelado à melhoria das condições de vida que opera como sustentáculo das relações de dominação por meio ideológico da modernização agrícola implementada pelo Estado em parceria com o mercado na condução dos processos de implantação da tecnologia da irrigação. Tal ideologia impacta na vida social dos jovens pela reduzida capacidade de compreenderem holística e criticamente a totalidade dos desafios sociais enfrentados e de nomear mais claramente as experiências cotidianas de direito recusado. Não se podendo, portanto, desconectar dessa realidade as inúmeras vulnerabilidades socioeconômicas e omissões do Estado em relação ao Projeto Jaíba como a dificuldade de arcar com os custos da produção irrigada, a falta de crédito e assistência social, o endividamento rural, conflitos socioambientais, e questões relacionadas à falta de infraestrutura.

Referências bibliográficas

- ANAYA, F. C. 2012. De “Encurralados pelos Parques” a “Vazanteiros em Movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapiinha no Campo Ambiental. 255 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
- BACAL, M. E. A. 2013. Lealdades visíveis e invisíveis: um estudo sobre a transmissão geracional da profissão na família. 200 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.
- BACCHI, C. 2009. The issue of intentionality in frame theory: The need for reflexive framing. In *The discursive politics of gender equality*, ed. E. Lombardo, P. Meier, and M. Verloo, 39–55. London: Routledge
- BARASUOL, A.; DOULA, S. M.; BOESSIO, A. T. 2017. Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-2015). *Revista Linhas*. 18, 37: 239 – 262.

- BARBOSA, A. A. N. 2013. Mulheres na Agricultura Familiar do Semiárido Norte-Mineiro: Divisão Social do Trabalho e Gênero no Projeto Jaíba. 223 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BELAU, J. S.; ROCHA, A. G. P. 2020. Jovens Rurais do Recôncavo da Bahia: Porque ir para a cidade? Cadernos de Agroecologia. 15, 2.
- BIASUS, F.; BRANCO, S. 2013. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. Revista Perspectiva.
- BRUMER, A. 2007. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X.
- CANDAU, J. 2005. Antropologia da memória. Lisboa: Instituto Piaget.
- CANDAU, J. 2012. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto.
- CARNEIRO, M. J. 1998. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, pp. 95-118.
- CARVALHO, G. C.; COSTA, M. E. L. 2020. Social representations of young people in rural settlements in the Zona da Mata of Alagoas. Research, Society and Development. 9, 10.
- CASTRO, E. G. 2005. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: Rethink critical discourse analysis: textual analysis for social research*. London, New York: Routledge, 1999.
- CODEVASF. 2021. [Disponível online em www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/processo-de-contas-aneais]. Relatório de Gestão 2020 / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. [consulta: 05 de janeiro de 2022].
- DEMIER, A. D. M.; BARBOSA, R. S. 2007. Perspectivas de Futuro dos Jovens do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. Revista Cerrados (Unimontes). 5, 1: 109-129.
- DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. 2015. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural do Sul do Brasil. Revista de Extensão e Estudos Rurais. 4, 1.
- DUCOMMUN-NAGY, C. 2012. Comprendre les loyautés familiales à travers l'œuvre d'Ivan Boszormenyi-Nagy. *Enfances & Psy*. 56, 3: 15-25.
- DURHAM, E. R. 1973. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília: Editora UNB.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. New York: Routledge.

- FELÍCIO, A. S. G.; REYDON, B. P. 2018. Projeto Jaíba-Etapa I: assentamento e concentração da terra em um perímetro irrigado. *Retratos de Assentamentos*. 21, 1: 146-185.
- HENRY, P.; MOSCOVICI, S. 1968. Problèmes de l'analyse de contenu. In.: *Langages*, 3^e année. 11: 36-60.
- JODELET, D. 2001. Representações sociais: um domínio em expansão. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LUCENA, C. T. 1997. Artes de lembrar e de (re) inventar: lembranças de migrantes. São Paulo: Ed. Arte & Ciência.
- MARTINS, S. 2008. Análise da implementação da política nacional de irrigação no Norte de Minas Gerais: o caso do Projeto Jaíba. 199 p. Dissertação (mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- MARTINS, L. R. 2019. Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no estado do Espírito Santo. 229 p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Brasília.
- MELO, A. M.; DA SILVA LOPES, I.; Da Silva, N. T. C. 2022. Do riso à crítica: análise dos memes sobre o Projeto Jaíba. *Educação, Cultura e Comunicação*. 13, 26.
- MELO, A. M.; DA SILVA, N. T. C.; Doula, S. M. 2022. A vida dos jovens no Projeto Jaíba: um estudo de representações a partir de memes. *O Social em Questão*. 1, 52: 227-252.
- MOSCOVICI, S. 1978. *A representação social da psicanálise*. A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro.
- MOSCOVICI, S. 1984. The phenomenon of social representations. In *Social representations*, ed. R. Farr, and S. Moscovici, 3–70. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOSCOVICI, S. 1985. *Psicología social, Influencia e cambios de atitudes: individuos y grupos*.
- MOURA, A. C. 2014. Trajetórias, Memórias e Experiências dos trabalhadores Rurais do Projeto Jaíba-MG. 163 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,
- NEGURA, L. 2006. *L'analyse de contenu dans l'étude des représentations sociales*. SociologieS.
- PAULO, M. de A. L. de. 2010. As contribuições das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município. 259 p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco.
- PESAVENTO, S. 1998. Catarina come gente. *Imaginário – USP*. 4: 48-58.
- PESAVENTO, S. 1995. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. 15, 9.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. 2011. Análise de Discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas/SP: Pontes Editora.
- SACRAMENTO FILHO, L. S. 2003. Rentabilidade e risco da pequena produção de banana no Projeto Jaíba. 86 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa.

- SEAPA. 2010. [Disponível online em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/files/jaiba.pdf>]. Relatório do Projeto Jaíba (2005-2010). Belo Horizonte. [Consulta: 15 de outubro de 2020].
- SÊGA, R. A. 2000. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Anos 90.
- SIFUENTES, L. 2009. A recepção televisiva por jovens rurais: Um estudo sobre as representações do campo e da cidade. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.
- SILVA, A. C. da. 2006. Dilemas da agricultura familiar irrigada no Projeto Jaíba, MG. Dissertação. 89 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa.
- SOARES, C. C. 1999. O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do Projeto Jaíba. 144 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras.
- STROPASOLAS, V. L. 2002. O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 277 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- THOMPSON, J. B. 1998. Ideología y Cultura moderna: Teoría Crítica social en la era de la comunicación de masas. Coyoacas: Universidad Autónoma Metropolitana, pp. 482.
- TROIAN, A.; Breitenbach, R. 2018. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. Interações (Campo Grande), 19, 4: 789-802.
- VAN DIJK, T.A. 1977. Semantic macro-structures and knowledge frames in discourse comprehension. In Cognitive processes in comprehension, ed. M.A. Just, and P.A. Carpenter, 332. Brandon, VT: Psychology Press.
- VERSIEUX, D. P. Gonçalves, I. A. 2012. Entre enxadas e máquinas: ensino agrícola, trabalho, tradição e modernização na agricultura. Revista HISTEDBR On-line, 12, 45: 223-240.
- WANDERLEY, M. N. B. 2007. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad.
- WEISHEIMER, N. 2005. Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- WEISHEIMER, N. 2009. A situação juvenil na Agricultura familiar. 331 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WHITAKER, D. C. A.; ONOFRE, S. A. 2006. Representações sociais em formação sobre os vestibulares dos estudantes de um cursinho comunitário na zona rural. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 7, 1: 45-55.

ANGELINA MOREIRA MELO. Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), engenheira agrônoma pela Universidade Federal de São João Del Rei – CSL.

Correo electrónico: angelina.melo@ufv.br

NATHÁLIA THAÍS COSMO DA SILVA. Doutora pelo Programa de Ingeniería para el Desarrollo Rural na Universidad de Santiago de Compostela (2017) com apoio da Capes na concessão de bolsas da categoria Doutorado Pleno no Exterior. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2012). Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (2009). Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa.

Correo electrónico: nathaliacosmo@ufv.br

RALED

VOL. 24(1) 2024



ARTÍCULO

Prática de textos e leitura crítica como estratégias na pandemia da COVID-19: uma metodologia discursiva a partir das Redes Pragmáticas

Text practice and critical reading as strategies in the COVID-19 pandemic: a discursive methodology based on Pragmatic Networks

GERSINEY SANTOS

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
da Universidade de Brasília (CEAM/UnB)
Brasil

JÚLIA BEATRIZ TAVARES RABELO

Universidade de Brasília
Brasil

Recebido: 20 de dezembro de 2023 | Aceito: 3 de março de 2024

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.182-200

RESUMO

Por sua natureza difusa, os textos são um meio essencial para a reflexão acerca do mundo em que se vive. Articular e pôr em prática maneiras de canalizar seu poder a direções cidadãs – especialmente, em tempos de crise – pode, pois, tornar-se sinônimo de contribuição fértil para a transformação social. O intento deste artigo é destacar o processo de interação com os textos, partindo da leitura crítica como meio de aproximação entre os Estudos Críticos do Discurso e ações materiais de defesa da cidadania; ademais, compartilhamos a experiência de aplicação da análise de discurso no contexto da prática de texto como ferramenta de ação crítico-reflexiva. Desse modo, dentro da perspectiva das Redes Pragmáticas, apresentamos a Prática de Textos Discursivamente Orientada: uma metodologia de orientação cidadã-transformacional, aplicada ao contexto de sala de aula reconfigurada para o trabalho remoto, mandatário durante o auge da pandemia da COVID-19 no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: *Estudos Críticos do Discurso. COVID-19. Prática de Textos Discursivamente Orientada. Redes Pragmáticas. Tecnologia digital e ensino.*

RESUMEN

Articular y poner en práctica formas de canalizar el poder de los textos hacia la lucha ciudadana – especialmente en tiempos de crisis – se puede convertir en sinónimo de una contribución fértil a la transformación social. La intención de este artículo es destacar el proceso de interacción con los textos a partir de la lectura crítica como medio para acercar los Estudios Críticos del Discurso y las acciones materiales para la defensa de la ciudadanía. Además, compartimos la experiencia de aplicar el análisis del discurso en el contexto de las prácticas de textos como herramienta para la acción crítico-reflexiva. Así, desde la perspectiva del abordaje de las Redes Pragmáticas, presentamos la Práctica de Textos Orientada Discursivamente: una metodología de orientación transformadora de la ciudadanía, aplicada al contexto de una clase reconfigurada para el trabajo remoto durante el auge de la pandemia de COVID-19 en Brasil.

PALABRAS CLAVE: *Estudios Críticos del Discurso. COVID-19. Práctica de Textos Orientada Discursivamente. Redes Pragmáticas. Tecnología digital y enseñanza.*

ABSTRACT

Regarding their diffuse nature, texts are an essential means for look sharply to the world in which we live. Articulating and putting them into practice ways of channeling their power towards citizen leadership – especially in times of crisis – it is possible to take texts as synonymous of fertile contribution to social transformation. The intention of this article is to highlight the process of social interaction with texts, starting the discussion from critical reading as a means of bringing Critical Discourse Studies (CDS) and material actions in articulation to defend citizenship. Furthermore, we illustrate that by sharing the experience of applying discourse analysis in the context of text

practice as a tool for critical-reflexive action. Thus, within the perspective of Pragmatic Networks, we present the CDS-Driven Text Practice: a citizen-transformational guidance methodology, applied to a classroom reconfigured for the COVID-19 pandemic context in Brazil.

KEYWORDS: *Critical Discourse Studies. COVID-19. Critical Discourse Studies-Driven Text Practice. Pragmatic Networks. Digital technology and education.*

Introdução

O debate sobre os Estudos Críticos do Discurso (ECD) tem, certamente, avançado e sido projetado nas últimas décadas. Entre diversos fatores, tal ampliação pode ser observada em alinhamento com a série de grandes transformações pelas quais o mundo social tem passado em termos de relações sociais mediadas. Assim, o papel que a linguagem desempenha nesses processos passou a ter ainda mais buscas cientificamente embasadas. Também tem sido recorrentes as discussões sobre os rumos reservados para a relação entre linguagem e sociedade em tempos de uma tecnologia digital cada vez mais pervasiva nas relações humanas. Com base nisso, este texto lança-se a um desafio: o de localizar o trabalho reflexivo com os textos dentro da miríade de possibilidades acionais que, sob determinadas óticas, aparentemente, pouco têm oferecido ferramentas críticas de cunho cidadão.

Para tanto, durante nossa argumentação, o foco será atribuído à leitura e a maneiras de articulação entre texto e intervenção social – entendendo a necessidade de assumir uma postura crítica diante desses pontos. Interessa-nos igualmente compartilhar uma experiência de trabalho crítico-reflexivo, englobando diferentes linguagens, com vistas à reflexão acurada acerca de conceitos possíveis de cidadania. Desse modo, parece-nos altamente profícua a aproximação estratégica entre a construção, o consumo e a difusão dos textos no mundo social profundamente conectado por redes digitais. Neste trabalho, além de estruturar uma defesa nesse sentido, articularemos os temas mencionados ao contexto crítico da pandemia da COVID-19 (que, no Brasil, teve seu auge em 2020 e 2021). O período histórico experienciado pela população global, nas mais diversas camadas econômicas e culturais, acentuou o abismo social no qual nossa sociedade historicamente se desenvolveu.

Assim sendo, somam-se nesta reflexão compartilhada as vozes docente e discente, em um texto a quatro mãos, a partir da localização descrita do trabalho com textos, em contexto de pandemia do coronavírus, por meio de experiências criativas oriundas do espaço de sala de aula da Universidade de Brasília (UnB). A partir da disciplina de Prática de Textos, na ocasião, foi possível consolidar uma metodologia plural, pela qual ratificamos a defesa da educação e da ciência como meios de viabilização do exercício de reexistências – conceito da Dra. Ana Lúcia Silva Souza (2009; 2011) – ao qual nos alinhamos e atualizamos a nossos propósitos). Nas próximas linhas, pensaremos a prática de textos – ou melhor, uma prática de textos discursivamente constituída – como potência transformacional que tende a esclarecer maneiras de se repensar e reagir criticamente a abusos anticitadãos (por vezes solapado pelo que deslindaremos como ultraconexão).

Por fim, oferecemos com esta leitura um percurso dividido em três partes. Na primeira seção, apresentaremos algumas observações inter-relacionais sobre discurso, texto e uma operacionalização crítica para canalizar novos entendimentos sobre a importância cidadã da leitura – e, por conseguinte, da leitura cidadã –; ademais, para concretizar a conexão dos temas, definiremos a proposta metodológica da Prática de Textos Discursivamente Orientada (PTDO). Na segunda parte, ofereceremos um aprofundamento epistemológico da PTDO e sua possibilidade de materialização, realizada pela abordagem das Redes Pragmáticas (RP). No terceiro e último momento do texto, apresentaremos um exemplo de aplicação concreta da PTDO (o da experiência didática), indicando o complexo contexto das atividades de sala de aula remotas, na UnB, por ocasião da pandemia da COVID-19: para isso, compartilharemos as estratégias horizontalmente pensadas, dialogadas, e realizadas a partir da PTDO.

1. Prática de textos e discurso: experiências

Em geral, relacionamos a leitura diretamente ao ato da escrita – como um processo fluido que sustenta declarações tais como “quem lê escreve bem”. Desde as mais antigas civilizações – como a mesopotâmica (atual Iraque), por meio dos povos sumérios –, ler e escrever implicavam poder; por sua vez, a capacidade de interferir na vida de outrem (sem necessariamente o uso da força física) sempre esteve relacionado com outro ato – que deveria ter ainda mais atenção por parte de quem se dedica a estudar linguagem e a construção de textos: a edição. Tratemos desse ponto.

1.1. A prática de textos como o exercício sobre outrem... e com outrem

O uso da escrita cuneiforme, desenvolvida por volta de 4.000 a.C., registrada em tabuletas – de argila ou pedra –, representava o cotidiano, a economia e a política, promovendo a ação de permissão ou de restrição a determinadas práticas. O que mencionamos em relação à grande civilização da Mesopotâmia não difere do que ocorreu em outros notórios impérios, como o Oriente Médio, Roma, China ou dos Povos Originários da América Central. Construir textos, desde o início de nossos registros como sociedade, implica poder.

Ainda assim, como na Mesopotâmia, a prática de textos (sua produção, consumo e distribuição) não estava disponível para quaisquer pessoas: desde desses longínquos tempos, o acesso estava direcionado para uma elite treinada para lidar com o poder que a prática de textos impunha (escritas, sacerdotes e, no caso do Egito, faraós). O letramento na prática de textos atribuía uma posição de destaque na sociedade às pessoas que possuíam o poder de registrar o mundo. Desse modo, tal especialização era um meio acessível para poucos.

No percurso histórico-geográfico proposto, podemos destacar como linguagem e poder estiveram conectados como elementos fundantes para as relações sociais, cristalizadas e trazidas até os tempos atuais por vetustos textos. Dentro desse entendimento, portanto, está também a importância do meio no qual essa relação, operada pela prática deles, os textos (verbais e não verbais), acontece. São exemplos os papiros e os pergaminhos, relacionados, respectivamente, ao Egito e a Roma antigos: ambos os materiais são exemplos de como a necessidade da comunicação orienta para o desenvolvimento de tecnologias que sirvam aos propósitos da construção comunicativa.

Como visto, analisar a conjuntura é primordial para entendermos que os fatos e as construções que a eles se articulam dão conta de explicar boa parte do que se vivencia na atualidade. Igualmente, os eventos históricos mencionados elencados podem provocar a reflexão acerca de como linguagem e poder relacionam-se, de modo criativo, para a difusão e estabelecimento de interpretações acerca do mundo. Dependendo do nível de influência social que se tem, tal relação passa a ser atualizada no que entendemos como práticas sociais, cotidianas, as quais validam ou podem refutar modos de concepção subjetivos sobre a experiência social. A isso, para início de reflexão, podemos atribuir o entendimento de **discursos**; isto é, interpretações particulares sobre o mundo social, desenvolvidas e articuladas por meio da linguagem e concretizada em textos (verbais, não verbais e multimodais) cuja disseminação é balizada pelo nível de influências simbólica e material de determinados grupos sociais sobre outros.

Os estudos voltados ao discurso – como fenômeno relacional entre linguagem e sociedade – possuem uma tradição que focaliza como, por meio dos usos linguísticos, participamos da construção de diversas realidades no mundo (inclusive em termos de nossas subjetividades). Tais realidades

podem ser corroboradas ou neutralizadas através de relações materiais e simbólicas articuladas, as quais, por sua vez, alimentam e são alimentadas por estruturas (sociais) calcadas em relações de poder e influência. Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) (Resende 2019; Santos 2017, 2019; Pardo 2011) são um exemplo de área científica na qual é possível investigar os modos pelos quais os textos são um elo fundamental para a observação não ingênua da vida social. Assim sendo, esse campo da linguística, em linhas gerais, pode ser entendido como um conjunto de abordagens epistemológicas e metodológicas voltadas à análise de discurso em perspectiva anticolonial¹. É emblemática a característica dos ECD de defender uma ação transformacional de natureza textualmente orientada. É nisso que reside esta reflexão.

Para tanto, situaremos a argumentação sobre a construção, a distribuição e o consumo dos textos no campo dos ECD: nossa perspectiva articula-se com uma observação acurada e não ingênua da linguagem, nas mais variadas construções simbólicas e ações materiais do mundo. A leitura crítica alinha-se, nesse percurso, com o entendimento da gênese social que dá ânimo aos textos: a observação dos fatos sensíveis do mundo e sua relação causal com modos de ser e de estar, estes, por sua vez, baseados na visão crítica de discurso.

Tendo isso em conta, o debate sobre gêneros discursivos e suportes passa a ganhar mais fôlego, uma vez que são eles elos de acesso, bem como de difusão (inclusive em perspectiva extralinguística) de ideários, em geral, narrativizados, que travam constantes embates entre si – ou melhor, na interação social, orientada a projetos discursivos pela manutenção de posições de poder (Pardo Abril 2021). Ainda sobre o tema, podemos retomar o debate apresentado em Acosta e Resende (2014), no qual as autoras baseiam o entendimento de gêneros como “a instância interna ao discurso que se associa ao significado acional, o significado do discurso ligado à ação discursiva” (Acosta e Resende 2014: 132) e propõem uma caracterização (por meio da inter-relação de conceitos como pré-gêneros, gêneros e prática social) discursiva dos textos em contexto (social). Na reflexão, a observação do suporte (discursivo) – por exemplo, páginas web ou publicações mais clássicas como jornais e revistas – oferece um meio literalmente mais palpável de observarmos e discutirmos a configuração de discursos e seus efeitos no mundo cotidiano e diacrônico.

É, pois, aliando a prática de textos à leitura crítica ancorada na observação atenta aos gêneros-suportes (Tavares e Resende 2021) que se pavimentará o que defendemos por uma prática textual discursivamente orientada. A proposta inclui a noção de relações sociais, de abertura para a diferença e de diálogo com outrem, em um trabalho intelectual como possibilidade de envolvimento, de forma não ingênua, com aspectos centrais das relações de desigualdade através dos tempos. Correlativamente, o reconhecimento das potencialidades de alcance (por conseguinte, de potencial transformação) pelos suportes escolhidos para a divulgação desses textos pode contribuir para a construção de estratégias mais efetivas em projetos de mudança social.

1 Neste texto, fazemos a escolha pelo termo ‘anticolonial’ (em lugar do termo ‘decolonial’ ou até ‘contracolonial’) com vistas a aprofundar as possibilidades de uso desse item lexical a uma práxis transformacional baseada nos ECD na luta contra o discurso colonialista – sem filiar-nos diretamente com rótulos já consagrados (como o do Projeto Decolonial) ou de elaboração mais localizada (como é o caso do trabalho desenvolvido pelo intelectual Antonio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, acerca da contracolonialidade).

1.2. A prática de textos discursivamente orientada: refletindo sobre a leitura

Como discutido, textos têm a ver com níveis complexos de materialização representacional e identificacional das relações sociais (passíveis de investigação a partir dos ECD); destarte, seja histórica, seja diuturnamente, estamos falando de sociedade e de como recorremos a estratégias criativas para estabelecermos trocas simbólicas e materiais de modo efetivo, com propósitos de convencimento. A comunicação humana é estratégica e suas sofisticadas técnicas são percebidas pelo que se entende por linguagem. A língua – como um sistema simbólico, variável e culturalmente influenciado, baseado em estruturas fundamentalmente lógicas – é uma dessas sofisticações imprescindíveis para nossos propósitos como seres sociais.

Vamos a um exemplo. Teorias clássicas da psicologia do desenvolvimento e da educação (Vygotsky 2001) explicam que o que conhecemos como alfabetização está imbricado com o ventre materno: uma ilustração biológico-cultural que se difunde, por exemplo, em práticas interacionais como quando os pais nomeiam e conversam com o filho durante a gestação. Desde essa perspectiva, biologicamente, um feto começa a ouvir entre a vigésima e a vigésima quarta semana de gestação, quando os neurônios começam a formar o córtex auditivo (a região responsável pelo processamento do som). Culturalmente, a criança, em seu processo de aquisição de linguagem, passa a desenvolver modos de se comunicar continuamente, tendo objetivos mais próximos a desejos básicos do que a técnicas de convencimento retórico.

O referido exemplo corrobora a importância de uma observação mais ampliada dos usos linguísticos (não restritos à manifestação vocabular), tendo em vista que, ao interagir, em diferentes níveis, exercitamos já a discursividade – o processo de observar como a linguagem interfere transformacionalmente nas relações estabelecidas entre as pessoas. Em outras palavras, dentro de condições não adversas, mesmo sem ter sido alfabetizada, a criança tenta incansavelmente compreender o que está a seu redor e usa a linguagem para atingir objetivos – sendo a língua um recurso profundamente estratégico para isso. Conforme Lois (2010: 21):

Desde muito cedo, os olhos curiosos das crianças exploram o mundo na tentativa de compreender o que está à sua volta. Nesse cenário, o adulto desempenha papel fundamental: é pela sua mão e mediação que a criança se aproximará do desconhecido e desenvolverá novas hipóteses sobre a compreensão de algo ainda inominado. Sem uma preocupação pedagógica prévia, a criança começa seu processo de aprendizagem.

Com isso, confirmamos que a linguagem nos atinge a toda gente, a partir do momento que interagimos com o mundo. A experiência de letramento, promovendo o diálogo entre definições de autorias como Soares (1998; 2004) e Street (1995)², deve ser constantemente destacada como um processo essencial na formação da pessoa, para além do aspecto cognitivo-motor. Valorizar a ótica do letramento, pois,

2 Aclaremos que, a despeito dos desenhos e objetos epistemológicos distintos, o diálogo ao qual nos referimos está posto, neste trabalho, para os propósitos da PTDO: no que toca ao processo de ensino-aprendizagem (de leitura e escrita) e de sala de aula proposto pela Dra. Magda Soares, bem como à maior aproximação com os ECD, em nosso entendimento, que a perspectiva sociocultural de letramento do Dr. Brian Street oferece.

implica uma dimensão que conecta o indivíduo com a complexidade social constitutiva de construtos simbólicos-culturais necessários para sua própria sobrevivência como elemento de um todo – este, em geral, caótico (que é o meio social) –: estamos falando especificamente da cidadania, ou melhor, do letramento cidadão (este, uma proposta de letramento que aborde centralmente a prática cidadã, uma de reflexividade e respeito multidimensional, conforme vimos argumentando). O caráter de codificação e decodificação exigido no processo técnico de alfabetização (de leitura e de escrita) – no entendimento de práticas fundamentadas no letramento cidadão – passa a articular de maneira consciente (ou melhor, crítica-reflexiva) os conhecimentos escolar, pessoal e social. A partir disso, o trabalho (de viés crítico) com o discurso também encontra campo, uma vez que conceitos éticos, históricos e cidadãos são centralizados, a fim de que as práticas de contribuição social sejam realizadas além da mera retórica.

É nesse sentido, pois, que a prática de textos que defendemos (com foco na leitura e na escrita críticas) está profundamente atrelada ao exercício de percepção do mundo social com vistas à autopercepção de quem constrói a relação mais material da linguagem em nível discursivo, que é o texto. Por isso, defendemos uma construção discursivamente orientada, a **Prática de Textos Discursivamente Orientada** (PTDO).

Na PTDO, quatro dimensões – que perpassam aspectos subjetivos, simbólicos e espaciais – são articuladas, a fim de construir um processo ontológico e discursivo-transformacional: a) *leitura crítica*; b) *construção reflexiva em equipe*; c) *construção de textos e projetos pragmáticos*; d) *reflexão crítico-cidadã orientada à ação*.

Em linhas gerais, dentro da PTDO, o entendimento de *leitura crítica* envolve um processo recorrente de leitura (sempre acompanhada de interações e debates), com foco em práticas discursivas situadas (as quais não desconsideram o planejamento e a organização de ideias), bem como na intertextualidade. No que se refere à *construção reflexiva em equipe*, aproveitando o espaço de criação – tanto físico (no caso deste diálogo, a sala de aula da graduação de letras da Universidade de Brasília) quanto simbólico (o de escuta de propostas acionais em dimensão compartilhada e mormente horizontalizadas) – centra-se em discussões coletivas e dialogadas, a partir de gêneros discursivos negociados, com vistas à construção de reflexões, de ações plurais e focalizadas em conjunturas sociais (podendo ser elas problemáticas ou não). Já a *construção de textos e projetos pragmáticos* diz respeito a uma formação linguístico-discursiva para diferentes níveis de comunicação, a qual consiste na apresentação recorrente de propostas de intervenção engajadas, a partir de diferentes gêneros discursivos (como a construção de artigos acadêmicos e projetos estratégicos, por exemplo) alinhados à proposta das Redes Pragmáticas (Santos 2017, 2019, 2022). Por fim, no que toca à *reflexão crítico-cidadã orientada à ação antirretórica*, podemos defini-la como um ambiente simbólico-material construído sistematicamente a partir das reflexões discursivas, com vistas à consolidação de espaços crítico-reflexivos de natureza propositiva, os quais, por sua vez, servem como fonte para o que a PTDO chama de frutos discursivos (FD).

Como mencionado, uma das etapas essenciais para esse modelo de trabalho é a retomada do lugar da leitura. Sendo, pois, uma perspectiva que se orienta pela proposta da construção, em lugar de ‘produção’³, a PTDO trata a leitura nos tempos de **ultraconexão** (em que pululam dispositivos

3 Em nosso entendimento reflexivo e discursivo-crítico, ‘produzir’ remonta a uma ordem de discurso tecnicista e, por vezes, esterilizante.

táteis, serviços de *streaming*, pressão pela dependência da Inteligência Artificial etc.) como um ponto crucial conectado às realizações linguísticas escritas e multimodais – sempre partindo de um viés posicionado, focado na cidadania (Santos 2007).

O termo ‘ultraconexão’ está intimamente relacionado com o conceito das Redes Pragmáticas por tratar de outra perspectiva central para a proposta, relacionada à tecnologia digital. A ultraconexão, dentro do debate das RP, é entendida como uma estratégia discursiva de colonialismo imiscuída no avanço tecnológico digital, a qual recorre a gêneros discursivos, suportes e pessoas estratégicos (por exemplo, pessoas influenciadoras digitais – ou *influencers* –, que, na teoria das RP, são denominadas símbolos performático-sociais) para opacificar o senso crítico e o engajamento na luta efetiva pela defesa da cidadania. Nessa perspectiva, a ultraconexão não é sinônimo de democratização ou inclusão digital, indo mais próximo do que se pode entender como uma banalização de práticas colonialistas via antiletramento digital (esta, operada pelo sem-número de dispositivos e recursos digitais interdependentes). O fenômeno envolve discursos de poder baseados na ordem do consumismo – aparelhos, produtos e serviços, em geral, relacionados a grandes marcas do mercado e multinacionais da tecnologia, as *big techs*.

É com base nisso que a leitura (re)assume ponto basilar de debate e de reflexão, para que se possa entender ‘o que é ler’, em cada contexto no qual a PTDO for aplicada. Assim, nossa proposta está intimamente alinhada com uma leitura social das coisas do mundo e de suas relações constitutivas – isto é, não apenas a decodificação –; defendemos um processo de leitura baseado na imersão e difusão de conceitos como (abertura para a) diferença, alteridade e respeito. Destarte, a ação de ler, por elementar, continua sendo um processo conectado à escrita, mas funcionando como uma etapa pragmática e norteadora para os grupos envolvidos no processo. A leitura, na Prática de Textos Discursivamente Orientada, aponta para observações enfaticamente pormenorizadas sobre o poder da linguagem, contudo sem desencaixá-la da experiência, em diferentes níveis. Ratificamos, com isso, o que Bakhtin (1981) defende, ao tratar da língua/linguagem como um meio no qual o individual e o social se encontram, de forma a construir, desconstruir e reconstruir sentidos (ou significações, no caso da argumentação do intelectual russo) sobre o mundo onde ocorrem as experiências.

2. A PTDO no contexto das Redes Pragmáticas

A Prática Textual Discursivamente Orientada está pensada para existir em consonância com o que apregoam as principais legislações relativas à educação no País. A leitura, foco desta reflexão, conforme mencionamos, é peça-chave na PTDO. Para dimensionar sua importância, não podemos perder de vista os lados constitutivos necessários para uma tomada consciente de seu lugar; desse modo, o tema da experiência, abordado, aqui, em momentos anteriores, precisa ser tomado mais localizadamente. Acreditamos, portanto, que uma formação crítica que conecte a vida social à educação é um dos caminhos possíveis para o que entendemos como mudança social.

Como define a própria Carta Magna:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil 1988)

Conforme a Constituição Federal, a conexão entre escola e família (junto com Estado) é caracterizada como motor fundamental para a construção cidadã.

Tendo já abordado o tema central da experiência para as RP, também para a proposta de uma prática de textos cidadã (aproximando o elemento constitutivo da leitura), não se pode deixar de trazer para junto da influência que exerce a família o fato das relações materializadas fora do ambiente do lar, no mundo social. Tal percepção não é, de fato, algo inédito, afinal, já se discute há bastante tempo o quanto as relações interpessoais extrafamiliares são relevantes para a construção de si e da autopercepção de no mundo social; o que estamos defendendo com a Prática de Textos Discursivamente Orientada é a necessidade de um mergulho (discursivo crítico) que conecte efetivamente a família (em sentido lato) ao mundo, e que, desse necessário colapso, possa se observar os diferentes níveis de presença das alteridades na configuração cidadã. É somente a partir disso, insistimos, que a noção mesma de cidadania passará a ser encarada e poderá ser trabalhada com vistas a ações frutíferas de mudança.

Estamos falando especificamente do lugar das redes que se estabelecem na vida social e como elas são preponderantes para movimentos de ação ou para a própria inação cidadãs. Destarte, a percepção ampliada dos alcances linguísticos é condição de destaque para o exercício social consciente, o que vimos defendendo como cidadania. Tendo em vista estarmos trabalhando o conceito da PTDO a partir da prática baseada na experiência em rede – especialmente, da perspectiva da prática social (Fairclough 2003, 2010) –, interessa-nos observar como foco uma educação fundamentada no papel desempenhado pelos textos na configuração do mundo social. Igualmente, como é caro às Redes Pragmáticas (a serem pormenorizadas logo a seguir), é nosso objetivo dialogar o processo com quem necessita desenvolver, defender e implementar ideias transformacionais em espaços de poder. A partir de nosso lugar de fala, vemos a educação, a sala de aula como um desses espaços digamos, pluripotenciais.

É por isso que uma das bases mais consistentes para nossa proposta diz respeito a esforços históricos de intelectuais e de pessoas acadêmicas para a construção, por exemplo, de uma legislação educacional atenta à diversidade constitutiva do mundo social. Para a PTDO, especialmente, interessam, como ponto de partida, instrumentos voltados à linguagem, bem como as tecnologias dela dependentes as quais ofereçam possibilidade factível de entendimento e consolidação de redes.

2.1. Redes pragmáticas: uma breve apresentação

O conceito das Redes Pragmáticas nasce do encontro entre academia e grupos sociais em situação de extrema pobreza, mais especificamente, da situação de rua. De acordo com Santos (2022), as RP são uma junção propositiva de estratégias e recursos para a intervenção social com vistas à transformação de contextos anticidadãos; sua composição básica se dá por meio da construção obrigatoriamente coletiva (por meio da participação de representantes de diferentes contextos sociais) e com estímulo à pluralidade de vozes, porém articuladas em projetos de ação crítico-reflexiva voltados a alguma problemática específica.

Ainda de acordo com Santos (2017), as RP são divididas em quatro vértices de ação: 1) *exercício da reflexividade*; 2) *intervenções antirretóricas*; 3) *visibilidade estratégica*; e 4) *produção reflexiva-social*. Trata-se de um conjunto de procedimentos, elencados (de um a quatro) apenas por questão de visualização, mas que, desde que respeitando o *exercício da reflexividade*, podem seguir a ordem de aplicação mais conveniente ao desenho estratégico organizado para a ação transformacional.

Como mencionado, as Redes Pragmáticas nascem do contexto de observação e colaboração na luta contra a situação de rua de Santos (2013, 2017), no qual foi possível analisar, durante mais de cinco anos, como a linguagem estava localizada no contexto de mobilização por direitos fundamentais no tocante à população em situação de rua. Nos trabalhos que foram publicados (Santos 2013, 2017), observou-se a centralidade que as parcerias – em diversos níveis de atuação social – tinham nos processos de defesa da cidadania de pessoas invisibilizadas pelos meios de comunicação no sentido de protagonismo político. A partir do lugar de analista de discurso de viés crítico, pudemos ver na prática como a construção de textos para variados fins resultava essencial para o avanço ou a inércia de conquistas para tal grupo social. O desenvolvimento do rótulo epistemológico das RP reafirma o poder dos textos como ferramentas potentes para a configuração real da cidadania.

Sobre as RP, desse modo, pode-se afirmar que, inserida nos ECD, possui o diferencial de pautar e orientar a planificação de ações cidadãs no trabalho com o discurso de modo textualmente articulado. Para tanto, as Redes Pragmáticas desempenham os processos de defesa da cidadania a partir da troca de experiências e vivências particulares, alinhadas à coletividade, buscando fomentar nas existências envolvidas a consciência do lugar sociopolítico do qual se colocam, dos eventuais impedimentos, bem como de seu alcance de transformação social. Os textos entram no(s) processo(s) a partir da idealização, concretização e difusão de projetos interventivos no mundo social – estes, realizados pelos gêneros discursivos, que, como argumentado, caracterizam os locais sociais das experiências de interação. O trabalho crítico com os textos, portanto, é condição vital para as RP.

Assim, os vértices (ou eixos) de ação das RP podem ser definidos pela construção de espaços de fomento a percepções ontológicas que situem social e politicamente as pessoas envolvidas na construção dos projetos de intervenção (i.e., exercício da reflexividade); o processo de autopercepção e percepção de outrem – a fim de mapear como cada força social representada pode efetivamente contribuir para a ação de transformação se materializar – deve implicar a construção de um planejamento de atividades que não se limitem ao plano da intenção, da personalização abstrata (i.e., intervenções antirretóricas) – ou até do oportunismo –; de igual modo, a análise crítica referente à participação dos indivíduos nos espaços (presenciais e/ou virtuais) em que o intercâmbio discursivo se dará, além de como se dará – mais especificamente, no balanceamento do que será entregue e no que será recebido pelas partes envolvidas, a rede – (i.e., visibilidade estratégica) é fundamental para o não esvaziamento do que for coletivamente projetado; por fim, o entendimento de que cada projeto posto em prática – o qual chamaremos de (projeto) pragmático – deva gerar produtos de registro e de futura (re)utilização, na perspectiva das RP, é também central para a integridade do que estamos discutindo nesta reflexão (i.e., produção reflexiva-social): é nesse contexto que a noção bakhtiniana de gênero discursivo estará mais claramente situada, pois diversas construções textuais (em perspectiva verbal, não verbal e multimodal) deverão ser oportunizadas e difundidas – tais como artigos, cartilhas, podcasts, videotutoriais, *lives* etc.

Por meio do desenho de processo coletivo de estruturação apresentado, portanto, podemos observar a necessidade de um trabalho no qual gêneros discursivos sejam efetivamente resultados de práticas que estimulem a ampliação do conceito de leitura para além da decodificação linguística. A partir disso, nas próximas partes do texto, apresentaremos como o entendimento da PTDO é desenvolvido como ambiente metodológico anímico da lógica das RP – em uma aproximação realizada como experiência concreta.

3. PTDO em rede como estratégia na pandemia da COVID-19: uma experiência nossa

Nesta última seção, concentraremos os esforços em aproximar a proposta da Prática de Textos Discursivamente Orientada, a PTDO, da materialidade acional. Assim sendo, canalizaremos o debate para o contexto de nossas experiências, pessoas autoras, um docente e uma estudante de graduação, dentro do cenário problemático da pandemia da COVID-19. Com base nisso, poderemos refletir de forma mais ampliada como o trabalho atento com os textos, preconizado pela PTDO, relaciona-se intimamente com a percepção conectada do mundo, nos mais diferentes níveis.

3.1. A experiência da Prática de Textos na pandemia

De acordo com o monitoramento da Fundação Oswaldo Cruz⁴, o Brasil, na metade final de 2022, contou com mais de meio milhão de mortes como saldo da controversa gestão do governo Jair Bolsonaro em relação à pandemia da COVID-19.

A doença, que foi descoberta em 2019, na China, aplacou o mundo em 2020 e atingiu seu auge de casos no Brasil em 2021 – época em que as primeiras vacinas passaram a ser aplicadas na população. Nesse cenário, as relações todas, profissionais, sociais e pessoais, sofreram uma série de impactos que se refletiu nos modos de agir e de ser no mundo. A máxima dos primeiros meses do ano 2020 era evitar o contato físico, bem como a permanência em lugares fechados e/ou de aglomeração. Cientistas e profissionais da saúde desdobraram-se para entender e lidar com os efeitos de uma doença que, como escreveram Resende e Santos (2020), afetou não apenas o aspecto biológico, mas o simbólico no que disse respeito à mídia e seus textos. Como argumentam Araújo e Lua (2021: 4), em seu ensaio sobre as ressignificações experienciais da pandemia em termos de trabalho, o trabalho remoto “foi a alternativa encontrada para a continuidade das atividades laborais. Serviços administrativos e escolares foram aqueles de maior incremento dessa modalidade de trabalho”.

A Universidade de Brasília (UnB), assim como diversas outras instituições de educação, viu-se imersa na situação extremamente delicada de remodelar as práticas acadêmicas e técnicas em pleno semestre letivo. Já no primeiro semestre de 2020 – que, naquele então, acabara de começar –, houve uma célere movimentação (que culminou na paralização do calendário de encontros presenciais) alinhada com as orientações vindas da Organização Mundial da Saúde e da classe científica e de profissionais da saúde – os quais vinham sendo alvo de ataques reiterados do governo federal, o qual, por meio da figura do então presidente Jair Messias Bolsonaro, minimizava a devastação da pandemia no Brasil e no mundo⁵.

4 Quantitativo de mortes obtido a partir dos dados informados pela plataforma MonitoraCovid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Nosso acesso ocorreu em 04 de agosto de 2022.

5 Como descreveu a notícia “2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega”, da BBC News Brasil, de 27 de novembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro incorporou o discurso do negacionismo científico, utilizando inclusive a rede de comunicação oficial obrigatória para disseminar notícias falsas sobre a pandemia do COVID-19. Artigo disponível na Internet em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acessado em 12 de agosto de 2022.

Com o semestre letivo suspenso⁶, a comunidade acadêmica, após diversas conversas e negociações, optou por desenvolver as atividades de modo remoto, com um formato desenhado a partir do andamento do número de casos e evolução da doença, a fim de não prejudicar a formação de milhares de estudantes (de forma bastante patente, levando em consideração a segurança e acompanhamento de toda a comunidade acadêmica durante um momento tão complexo).

Assim, durante os dois anos de trabalho remoto, em sala de aula foi necessária também uma série de adaptações, acordes com o contexto. Foi a partir de um cenário no qual estávamos todos e todas em adaptação que a discussão sobre o papel dos textos e da leitura dos diversos gêneros alcançou um ponto crucial; daí, o compartilhamento da Prática de Textos Discursivamente Orientada – como vimos discutindo – pôde se dar. Na ocasião, foi patente como, mais do que trazer técnicas e avaliar aspectos estruturais de escrita, durante o processo de trabalho remoto, o importante era refletir sobre os alcances dos textos para a percepção e consequente cuidado de si mesmo diante do mundo social – levando em conta, principalmente, aspectos recorrentes, como, por exemplo, o tema da saúde mental. Nesse sentido, cabe ratificar como o trabalho crítico com o discurso possibilitou mergulhar na conexão entre o individual e o social de modo diferenciado – a partir da noção crítica de práticas (sociais).

Mais especificamente, no que toca à leitura crítica, ainda por meio da PTDO, foram negociadas e desenvolvidas estratégias de planejamento, processamento, seleção, hierarquização e organização de ideias – fomentando a ciência da distinção de conceitos fundamentais como, por exemplo, fatores de textualidade e a distinção entre tipos e gêneros discursivos e grau da necessidade de correlacionar tais conhecimentos com o lugar de pessoa leitora.

A partir disso, a PTDO mostrou-se como relevante ambiente ensejador da discussão e da construção textuais, tendo em conta as possibilidades de sentido dos textos (com o foco em sua aplicabilidade social), pois, a partir dos debates, eram perceptíveis novas percepções acerca da leitura e da produção de texto como instrumentos basilares para as relações sociais. Acrescido a isso, por meio dos frutos materializados, um quantitativo relevante de trabalhos com criatividade, referente às potencialidades linguísticas (presentes nos textos) e sua articulação com o contexto de circulação. Em outras palavras, dentro do complexo contexto, o que se procurou fazer como parte fundante da disciplina foi estreitar a comunicação entre docente e discentes no tocante a marcar a centralidade da leitura em todo o processo de criação e materialização textuais.

3.2. Prática de Textos Discursivamente Orientada: a estratégia relacional dos Conversatórios e dos Frutos Audiovisuais

O trabalho desenhado a partir da Prática de Textos Discursivamente Orientada abriu espaço para que se pudesse aliar as perspectivas mais teóricas com as de efetiva prática. Nesse contexto – que, não esqueçamos, deu-se de modo remoto –, o trabalho com as plataformas digitais externas às

6 De acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de número 0015/2020, a Universidade de Brasília, em 23 de março de 2020, declarou o semestre letivo daquele ano suspenso.

disponibilizadas pela Universidade foi elemento central para a reflexão relacional entre texto e sociedade. Para tanto, foi aprimorada a proposta da Plataforma colaborativa zuL⁷, sob a qual foram realizadas intervenções especiais, como eventos de ensino-extensão intitulados “Conversatórios”: uma oportunidade de troca entre nomes relevantes de diferentes espectros acionais para dialogar com os e as estudantes sobre os temas mais recorrentes da disciplina. Os Conversatórios podem ser definidos como momentos de interação sobre temas de aprimoramento para a prática de textos com a participação de vozes com experiência reconhecida nos temas abordados.⁸

Uma vez mais, na ocasião, a leitura crítica foi trabalhada, tendo em vista que trabalhos (escritos e multimodais) eram orientados a serem acessados para que a troca de ideias com as pessoas convidadas pudesse efetivamente ocorrer (na gramática das RP, processo que corresponde à consolidação das redes). As pessoas convidadas eram apresentadas antecipadamente⁹, com o objetivo de que as e os estudantes pudessem conhecer (e fazer suas próprias leituras de) cada pessoa chamada para cada dia, conversando, em tempo real, via transmissão de YouTube, sob a mediação do professor da disciplina. Os Conversatórios foram momentos de grande troca, tendo em vista a conexão de .

Os processos apresentados (diálogos, debates, interações com especialistas etc.) foram organizados com o intuito de preparar a turma para a etapa relativa ao vértice das *produções reflexivas-sociais*: a confecção dos chamados Frutos Audiovisuais (ou FAV). Os FAV caracterizaram-se por ser um meio no qual todas as habilidades necessárias para um trabalho mais ampliado e crítico, incluindo os textos, pudesse ser realizado, dentro da perspectiva já abordada da Prática de Textos Discursivamente Orientada.

Os Frutos Audiovisuais são a produção reflexiva-social da PTDA: foram parte de um conjunto avaliativo composto pela prática orientada dos processos interconectados de leitura e escrita críticas. Cabe destacar que, além dos FAV, durante o semestre, uma série de outros gêneros discursivos tradicionais (escritos) foram solicitados, de forma avaliativa – mais especificamente, a resenha, o artigo científico e o (pré-)projeto de pesquisa. Os FAV podem ser compreendidos como uma etapa

7 Também caracterizada como zuL Projeto(s), trata-se de uma plataforma colaborativa na qual discentes, docentes e demais pessoas interessadas desenvolvam experiências por meio de projetos sempre relacionados à cidadania. O zuL foi criado em 2019, a partir das atividades docentes do Dr. Gersiney Santos e está intimamente ligado à aplicação dos vértices de intervencionais das Redes Pragmáticas. A fim de estimular a visão crítica, a criatividade e o registro de contribuição cidadã, os projetos e atividades estão divididos em cinco grandes eixos de ação: FILOSOFIA, LINGUAGEM & SOCIEDADE, MÚSICA & ARTE, POLÍTICA e RESISTÊNCIA (esta última, posteriormente, renomeada para REEXISTÊNCIA). Mais informações podem ser acessadas em <https://linktr.ee/zulprojetos>.

8 Para mais detalhes sobre a proposta dos Conversatórios, confrontar Santos e Pereira (2017).

9 Com cerca de um mês antes do início dos Conversatórios, os perfis das pessoas convidadas foram compartilhados em sala de aula. O critério para a participação de cada nome convidado foi o trabalho de referência, desenvolvido nas áreas de leitura e construção de textos, assim como de expressão e estudos (críticos) linguísticos. Os Conversatórios ocorreram em duas temporadas e estão disponíveis no canal “zuL Projetos”, no YouTube, pelos *links*: https://www.youtube.com/watch?v=vC6RgAoC-JE&list=PLtf9Yfpq3FM6NztoRg_m7Okd-_FXgxLLf&cp=iAQB e <https://www.youtube.com/watch?v=FzkhbjzJ-MAFs&list=PLtf9Yfpq3FM4p4M1cyoNw8Gbjhaj8825e&cp=iAQB>.

de consolidação das RP (*produção reflexiva-social*), por meio da PTDO, no que toca ao deslocamento discursivo do momento teórico (com prática localizada) para o espaço de ação, de laboratório e de oficina de criação. Outro ponto de relevância é que, na proposta, as pessoas (matriculadas) recebem (receberam) a orientação de trabalhar em equipes, possuindo total liberdade para desenvolver quaisquer construções textuais audiovisuais.

No andamento dos FAV, a participação docente esteve restrita – além, obviamente, do acompanhamento direto das ações – ao estabelecimento e explicação de cinco eixos temáticos, a partir dos quais cada grupo deveria desenvolver seu Fruto. Os temas de base foram: a) Linguagem & Sociedade; b) Música & Arte; c) Política; d) Filosofia; mais e) Inovação¹⁰. As diretrizes foram negociadas, sendo que as entregas seriam avaliadas a partir da 1) relevância social do Fruto; 2) o modo de divulgação do FAV; e 3) a entrega de um texto escrito explicativo, voltado à acessibilidade do FAV¹¹.

Sobre a ligação com o tema da leitura crítica, a menção ao FAV nesta discussão está aqui posta por, conforme argumentado, ter sido o momento unificador das estratégias relacionadas a leitura na PTDO. No princípio do curso, já descrito no plano de trabalho, havia uma atividade (avaliativa, assim como os FAV, contudo anterior aos Frutos) relacionada com a construção de uma resenha. Tal fase da disciplina poderia ser descrita como a de maior fulcro da leitura: dez títulos de obras escritas – relacionados com os cinco eixos temáticos dos FAV – foram sorteados para serem lidos durante os três primeiros meses do curso (com vistas à construção da resenha avaliativa). O caráter da Prática de Textos Discursivamente Orientada em relação à leitura (ou seja, a abordagem crítica do processo) aconteceu na medida em que as obras direcionadas conectavam-se em diversos níveis com os Conversatórios (pois as pessoas convidadas tinham alguma relação com as obras a serem resenhadas). As conexões (resenha mais Conversatórios), por sua vez, deveriam ser resgatadas quando da entrega dos FAV, como ponto avaliativo.

O processo de construção da resenha, dentro da abordagem da PTDO, levava em conta o trabalho em equipe no estímulo à construção de clubes de leitura (pois, evidentemente, havia mais pessoas do que títulos na turma, o que acarretava trios e quartetos, por exemplo, lendo o mesmo livro). Desse modo, na etapa de discussão do gênero discursivo resenha, foram abordadas de modo reflexivo as dimensões de coletividade e de ética – no sentido do respeito nas discussões dos clubes, bem como à questão do plágio, assim como à eventual não entrega da atividade (esta, retomando o acordo coletivo inicial de comprometimento com o projeto do curso, discutido e aprovado por maioria).

Destacamos mais alguns detalhes do trabalho com o entendimento de leitura crítica, segundo a PTDO: o uso da tecnologia digital e da construção cidadã (baseada na ética e no respeito, temas caros às Redes Pragmáticas). Tanto os Conversatórios quanto os FAV, até por conta do cenário da

10 Os cinco eixos temáticos foram sorteados para as equipes formadas em cada turma. Cada grupo, em geral, contava com cinco ou seis estudantes componentes.

11 Os Frutos Audiovisuais foram confeccionados por equipes, divididas por turma; assim sendo, foram entregues bastantes materiais. Conforme dialogado em sala de aula, as produções que atendessem à maioria (ou à totalidade) dos critérios avaliativos teriam a possibilidade, caso fosse de interesse do grupo, de ser compartilhadas nos ambientes virtuais da Plataforma zuL (ou seja, nas redes sociais). O *link* para acessar alguns FAV no ‘ambiente’ de visibilidade estratégica do zuL é <https://linktr.ee/zulprojetos>.

pandemia, basearam-se no uso de ferramentas digitais como o YouTube, por exemplo. No que concerne aos FAV, o foco no audiovisual se deu por conta do debate sobre o entendimento ampliado de texto (além do verbal, priorizando o multimodal): entretanto, mesmo os FAV não deixavam de abordar o lugar social da escrita e da leitura, pois foi utilizada a ferramenta digital blogue para difundir as produções entregues com atenção à acessibilidade.

Obviamente, percalços ocorreram no semestre em contexto de pandemia da COVID-19: pessoas apresentaram reiteradas dificuldades de acompanhamento das solicitações – especialmente, quanto ao gerenciamento do tempo, ao trabalho em grupo, bem como a questões de plágio. Esse momento mais crítico serviu de panorama para vivenciar ainda mais de perto o debate sobre a importância da leitura, em tempos ultraconectados. Esses momentos mostraram-se igualmente férteis, pois demandaram o repensar de estratégias e das próprias práticas docente e discente para que a visão mais ampliada da necessidade cidadã da leitura (assim como da escrita) pudesse ser abordada.

Ainda, como debatemos nas seções anteriores, mesmo tendo uma das etapas fundamentais relacionadas à questão mais tradicional da leitura (i.e., o trabalho com o estratégico gênero discursivo resenha), não se fez uma separação estanque quanto à escrita. A ideia foi trabalhar a relação dos dois processos e, ao mesmo tempo, sem hierarquizações, focando no reforço dos efeitos sociais relacionados ao que se textualmente consome e ao que se difunde. Esse esforço demandava a presença constante dos estudos do letramento nos debates teóricos e nos pedidos de textos anteriores à etapa de prática.

Considerações parciais

O processo de consolidação da cidadania não prescinde do exercício da reflexividade: esta, pois, sendo um dos eixos de caracterização das Redes Pragmáticas, permitiu a construção de uma experiência interacional desafiadora – por seu contexto e pela pluralidade de caminhos –, fundamentada na prática de textos. Para este diálogo, focalizamos a experiência da leitura, de viés crítico, viabilizada pelo que definimos como Prática de Textos Discursivamente Orientada, a PTDO.

Assim sendo, quisemos oferecer uma proposta metodológica oriunda das RP, o que caracteriza uma estratégia metodológica criativa e plural. Elegendo o caso da leitura como base, apresentamos a PTDO como conectada com o que, entre outras coisas, sustenta os processos educativos, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a LDB (1996) – a saber, atribuir sentidos à sociedade, com atenção às práticas sociais vivenciadas, a fim de, além da construção ativa da cultura, construir identidades cidadãs.

Com a Prática de Textos Discursivamente Orientada, observamos, ser possível oferecer um espaço de (re)leitura da percepção acerca das questões do mundo social e intervir diante delas. Igualmente, por ter essa metodologia uma base no trabalho com o entendimento polissêmico de redes – e ser uma das possibilidades de ação dentro das Redes Pragmáticas –, ela, por si, já se desenha como um meio de reforçar como a colaboração e o trabalho atento devem ser prementes em tempos tão complexos como os vividos durante o auge da pandemia da COVID-19. Desse modo, apostar em perspectivas que ponham em xeque modelos pré-estabelecidos de ser e estar diante da realidade social também é um reflexo do que os tempos posteriores a grandes crises possam demandar.

Ademais, com as RP, viabilizadas pela Prática de Textos Discursivamente Orientada, apresentamos uma via alternativa, plural, mas profundamente conectada com a defesa cidadã. Aliás o que mais nos interessa é argumentar sobre como as práticas acadêmicas e intelectuais necessitam, mais do que nunca, diante dos desdobramentos que uma sociedade ultraconectada e pós-pandêmica tenderão a impingir, assumir uma posição inegociável com a cidadania. Vale reforçar que todo o processo materializou as Redes Pragmáticas, a partir da execução dos eixos da *produção reflexiva-social* e da *visibilidade estratégica* (no que se referiu à construção e entrega dos Frutos), assim como do eixo da *intervenção antirretórica* (ao oferecer um momento da disciplina focado na teoria e outro de prática no qual as coisas expostas podiam ser resgatadas e operacionalizadas para dentro de fora do espaço acadêmico).

Com base nisso, por fim, esperamos que com as Redes Pragmáticas, mais especificamente, pela PTDO, possamos ter desenvolvido e apresentado um percurso efetivamente crítico-reflexivo, que não se exige do engajamento absoluto com a atenção do indivíduo e do coletivo social, em inter-relação (auto)percebida. Defendemos que vale apostar no trabalho reflexivo sobre as redes, na medida em que se requira o olhar para a exterioridade textual em articulação com a construção desses mesmos textos.

Referências

ACOSTA, M. P.T.; RESENDE, V.M. 2014. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. *Romanica Olomucensia*, 26 (2): 127-42.

ARAÚJO, T. M.; LUA, I. 2021. [Disponível na Internet em <https://www.scielo.br/j/rbso/i/2021.v46/>]. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46. São Paulo. [Consulta: 04 de agosto de 2022].

BAKHTIN, M. M. 1981. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BRASIL. 1996. [Disponível na Internet em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm] *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*. Brasil [Consulta: 08 de setembro de 2023].

BRASIL. Constituição. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico.

FIOCRUZ. 2020. *Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). MonitoraCovid-19*. [Disponível na Internet em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>]. Rio de Janeiro. [Consulta: 04 de agosto de 2022].

LOIS, Lena. 2010. Teoria e prática da formação do leitor: leitura e literatura na sala de aula. Porto Alegre: Artmed.

PARDO ABRIL, N. 2021. El hablar como práctica social. Em O. Loureda; A. Schrott (Eds.). *Manual de lingüística del hablar*, Berlin: De Gruyter.

RESENDE, V. M. (Org). 2019. *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes Editores.

RESENDE, V. M.; SANTOS, G. 2020. A relação entre mídia e população em situação de rua na representação da pandemia no Brasil, um projeto. Em M. Colacrai e S. T. Álvarez (comps.); V. Gastón Mutti (coord.). *Boletín del Comité de Ciencias Políticas y Sociales de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo: "El tiempo que vivimos. COVID 19 y su impacto en nuestras sociedades"*, 1. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.

SANTOS, G. 2019. Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. Em V. M. Resende. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes.

SANTOS, G. 2022. Para que(m) estamos falando? Redes Pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos. Em V. M. Resende (org.). *Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, Interdisciplinaridade*. Campinas: Pontes Editores.

SANTOS, G. P. 2017. *A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil - um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, G.; PEREIRA, M. L. S. 2017. Movimento Nacional da População em Situação de Rua e políticas públicas: diálogos. Em V. M. Resende; R. B. Silva, Rosimeire Barboza da. (orgs). *Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção do conhecimento engajado*. Campinas: Pontes Editores.

SANTOS, M. 2007. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SOARES, M. 1998. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

SOARES, M. 2004. [Disponível na Internet em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>] Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2004, n. 25: 5-17 [Consulta: 19 novembro de 2023].

SOUZA, A. L. S. 2009. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SOUZA, A. L. S. 2011. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial.

STREET, B. 1995. *Social literacies*. London: Routledge.

STREET, B. 1999. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

VYGOTSKY, L. 2001. *A construção do Pensamento e da Linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

GERSINEY SANTOS. É Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Membro-coordenador do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da UnB (NELiS), da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED) e da Rede Latino-Americana de Estudos Críticos do Discurso sobre a Pobreza Extrema (REDLAD). Docente do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (CEAM/UnB), do Laboratório de Estudos Críticos da Universidade de Brasília (LabEC/UnB).

Correo electrónico: gersiney@gmail.com

JÚLIA BEATRIZ TAVARES RABELO. É graduanda do curso de Letras Inglês (Tradução) na Universidade de Brasília, com experiência em monitoria nas disciplinas de tradução e de prática de textos, na mesma instituição. É oriunda do ensino público do Distrito Federal (Centro Interescolar de Línguas de Santa Maria), local que lhe despertou o interesse no estudo linguístico.

Correo electrónico: juliabeatriz.juju@gmail.com

RALED

VOL. 24(1) 2024



RESEÑA

MORAES, Marcelo José Derzi. (2020)

*Democracias espectrales: hacia una
deconstrucción de la colonialidad*

320p. Rio de Janeiro: NAU Editora.
ISBN 978-85-8128-085-1

MARINAZIA CORDEIRO PINTO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Recibido: 6 de septiembre de 2023 | Aceptado: 6 de diciembre de 2023

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.201-205

La obra propone, desde un pensamiento deconstructivo, una mirada profunda a la democracia. Moraes no está dispuesto a dar respuestas o a cerrar conceptos. El autor, en todo momento, lleva al lector a plantearse preguntas que deconstruyen una visión romantizada y tradicional de la democracia. Esto se puede interpretar como un movimiento para sembrar desconfianza y para plantear preguntas, sin asumir la tarea de responderlas; tal vez, para no reproducir intencionalmente la propuesta de verdad de cierta filosofía tradicional. Esta obra nos lleva, entonces, a caminar por los senderos indecibles de la Historia y de la Filosofía.

En este sentido, el libro no sólo hace referencia a los más diversos tipos de violencia – epistémica, social y política– sino que también comunica una violencia que es característica del movimiento deconstructivo. Se trata de argumentar modelos establecidos, comprender sus intervenciones y entablar una relación de diálogo abierto con estos discursos. Este movimiento aporético que deconstruye el canon de la democracia no puede evitar no ser agresivo y no darle al lector un sentimiento incómodo y de intranquilidad

Sin embargo, contrariamente a lo que muchos puedan afirmar inadvertidamente, la deconstrucción no es improductiva, sino más bien es una corriente afirmativa. Las preguntas que propone Moraes, a pesar de causar a menudo una percepción de que nunca hemos pensado sinceramente en la democracia, movilizan en nosotros, los lectores, un compromiso, que podemos catalogar, por sus implicaciones, como un compromiso radical para buscar satisfacer las demandas de la democracia que el autor llama, basándose en su formación filosófica en Derrida, una *democracia por venir*.

La *democracia por venir* no se refiere a una democracia que se hará presente en el futuro (la noción misma de presencia está deconstruida) ni a una democracia que pueda construirse dentro de una lógica de causa-efecto. Es una democracia que, si bien nos presenta demandas urgentes, que requieren una inversión también radical, nunca se completará, siempre será en un futuro inalcanzable que nos exige compromiso social y político.

Al leer este libro, nos damos cuenta de que la violencia de la exclusión no caracteriza sólo el mundo fuera de la universidad. Más aún, tenemos la sensación de que es en el mundo de la producción académica donde esta exclusión es más contundente y, al mismo tiempo, más disfrazada y menos cuestionable. Hay violencia en una filosofía que se propone estudiar una supuesta verdad y proviene sólo de filósofos europeos, una violencia en una historicidad que presenta la democracia sólo como un legado ateniense. También hay violencia en una filosofía que desprecia al otro que no es europeo, negando su conocimiento, su aporte, su cultura, su arte, su medicina, sus técnicas. Se trata de la exclusión del otro de manera académica, articulada, con aire incuestionable, con un léxico filosófico-científico. Pero eso, en este libro, se pone en duda a partir de una investigación cuidadosa y llena de referencias bibliográficas tan ricas y serias que nos quedamos sin entender dónde se escondía todo eso y qué mecanismo tan poderoso fue capaz de producir siglos de filosofía e historia de la democracia, suprimiendo la exclusión y la incuestionabilidad con tanta eficacia.

Para quienes insisten en una teleología en todo lo que reflexiona y estudia, es de aquí de donde podemos extraer la *productividad* de esta obra. Esto sucede porque sólo manifestamos el deseo de estudiar algo más profundamente cuando nos damos cuenta de que el conocimiento que creíamos tener era un conocimiento a medias, un conocimiento que se volvió universal cuando en realidad consistía sólo en una fracción de la episteme, una fracción que se instituyó como un todo a través de una repetición que se pretendía sostener la sabiduría convencional, pero que en sí misma aportaba siempre algo nuevo.

La filosofía ubuntu con la que Moraes cierra este libro con su premisa de “una persona sólo es persona a través de los demás”, en el entendido de que todos los seres están de alguna manera interconectados, se puede identificar no sólo en el quinto capítulo, sino en los cuatro capítulos anteriores. Esta preocupación por el otro se ejemplifica en la dedicación del autor en un largo primer capítulo en el que generosamente proporciona a su audiencia importantes referencias para comprender su reflexión. Este capítulo primero se proporciona una comprensión detallada y paciente de las nociones de espectrabilidad y repetición/iterabilidad. Sin estas nociones, toda lectura posterior quedaría comprometida.

Esta visión del otro también se percibe en las preguntas que nos plantea el filósofo sobre quién en realidad puede configurarse como una “bestia”, quién es el monstruo, quién es el salvaje y también en las nociones de “invitados” e “intrusos”. En todo momento, el autor nos lleva a pensar la alteridad como necesaria para cualquier subjetividad, en el sentido de que, en un movimiento de *différance*, mi subjetividad sólo es posible en relación con el otro; aniquilarlo constituye la aniquilación misma de mi subjetividad contingente y precaria.

Un aspecto negativo que se puede señalar de este libro es el hecho de que el autor es repetitivo en sus declaraciones. Sin embargo, lo que parece tomar cuerpo en la retórica de Marcelo Moraes es lo que él mismo nos introduce al inicio del libro, la repetición. El movimiento del discurso en este texto es el movimiento de la iterabilidad. El lector atento notará que, con cada aparente repetición de contenidos, el autor nos trae algo que aún no había dicho. Lo mismo ocurre con las citas, cada una tiene un motivo, sea por su propio contenido o por la importancia de acercar a un determinado autor a ese momento del texto. Finalmente, esta dinámica de repetición mancha la separación entre práctica y teoría, mientras Moraes interpreta el contenido de su texto en su escritura. De esta manera, el texto se configura como un metatexto, un texto que describe lo que es efectivo en sí mismo.

En esta misma dinámica de repetición, Marcelo Moraes reitera ideas, trayendo a su texto otros géneros textuales, como el género poético con versos como los de Manuel de Barros y el género dramático en referencia a textos teatrales de Shakespeare y Artaud; además de aludir a textos cinematográficos, haciendo puentes con películas de Charles Chaplin, Elio Petri, Lars Von Trier, entre otros. Todas estas referencias aportan a la obra una riqueza cultural que puede conducir al lector a intertextualidades que dialogan con las producciones artísticas, llenando de vida el texto académico y presentándose como verdaderos tratados filosóficos, que, en muchos sentidos, también arrojan sobre el mundo una mirada profunda y deconstructiva.

También es relevante acudir al libro, buscando relacionar las partes del título y su gráfica en la portada, en la que las letras están escritas con sombras de sí mismas, en referencia a la espectralidad. Es importante preguntarse cuál sería la conexión entre las democracias espectrales y la propuesta de deconstrucción de la colonialidad. Estas democracias espectrales, que Marcelo Moraes describe como las democracias que amenazan a Europa, en términos de su desarrollo en muchas áreas - destacando aquí el alcance político -, amenazan a la democracia que convencionalmente se define como nacida en Europa. En un movimiento de deconstrucción de la oposición existente entre la noción de origen y la noción de copia, el autor nos lleva a reflexionar sobre cómo la filosofía y la política del continente africano reflejan la filosofía y la política del continente europeo. Esto sucede, según el autor, porque existen registros de visitas de filósofos, matemáticos y hombres europeos de otros oficios al continente africano, donde probablemente tuvieron contacto con muchos elementos que llevaban en su equipaje a su regreso a su continente y que allí

estos elementos se hibridaron y han sido reinterpretados. Esta influencia se borra en los libros de texto escolares y en los discursos académicos tradicionales.

Este movimiento de colonización del conocimiento se repite a lo largo de la historia a través de estrategias análogas a las actitudes de los colonizadores en el encuentro con los habitantes del espacio que transformarían en sus espacios, en sus colonias, de manera autoritaria, etnocéntrica y violenta. Cuando los eruditos europeos que viajan a Egipto y allí aprenden el arte de la política y otros campos, regresan a su continente y los registros de cualquier intercambio intelectual quedan relegados. Entonces, nos queda claro que a Europa se le permite florecer como si dependiera sólo de sí misma para desarrollarse. Este mismo movimiento ocurriría siglos antes. Los europeos invadirían, matarían y saquearían bienes, fuerza de trabajo y también el conocimiento y el arte de otros pueblos. No se trata sólo de saquear; va mucho más allá de eso. Se trata de tomar lo que aprendes del otro, sus riquezas concretas y subjetivas y, en ningún momento, asumir esa influencia innegable en tu propio “progreso”. Se trata de apropiarse y, al mismo tiempo, borrar el intercambio y declararse dueño de estos bienes materiales e inmateriales sin dar relevancia a lo que aprendiste del otro.

Al investigar cuánto la política egipcia ha espectralado la política ateniense, considerada la cuna de la democracia, Marcelo Moraes nos aporta un rico material sobre la cultura y costumbres egipcias, sacando a su lector de un círculo vicioso de afirmaciones, cuyo único sustento es el hecho de que siempre han sido reiterados en nuestro mundo occidental, como si no fueran cuestionables. La deconstrucción de la colonialidad a la que hace referencia el título del libro se hace efectiva en el momento en que el autor nos presenta un Egipto que va más allá del aura folclórica en la que Occidente envolvió a esta civilización. El autor trae a nuestra comprensión los períodos intermedios, fases de la historia de Egipto en las que no existía la figura del Faraón como quien coordinaba y guiaba con mano dura todos los movimientos del país. Fueron períodos en los que los investigadores describen una descentralización del poder y una política cercana, en muchos momentos, a lo que hoy conocemos como gobierno representativo.

Como nos dice el propio filósofo en la introducción, este libro es “el agotamiento de una tesis doctoral”, despertando con este “agotamiento” significativo una multiplicidad de significados que van desde el agotamiento por la profundidad de lo que nos presenta y para todo el esfuerzo dedicado a la construcción de más de trescientas páginas de gran fuerza e intensidad, incluso la idea de que su tesis se vertió en este libro como las aguas de un río se drenan al mar. Todo esto puede darnos la impresión de una época, pero sabemos que el autor sigue produciendo reflexiones que nos trasladan a aporías que transforman el pensamiento y que nos hacen comprender que hay que renunciar a lo fijo, a lo inmutable, porque no son nada más que una ilusión. Necesitamos considerar los espectros, necesitamos saber vivir con ellos, necesitamos percibir la fuerza que nos aportan, llevándonos a aceptar que todo puede ser deconstruido, es decir, pensado de otra manera, entendido desde otras posibilidades, lo que nos quita comodidad y seguridad, pero enriquece nuestras reflexiones y acciones.

Finalmente, este es un trabajo que no se trata sólo de señalar los límites y paradojas de la democracia. Se trata de un texto que nos lleva a reflexionar sobre hasta qué punto la democracia en la que creemos vivir no es más que una burla de la democracia. No es que el filósofo quiera afirmar la existencia de una democracia original, capaz de reproducirse en algún momento y en algún lugar. La cuestión es que creer que vivimos en una democracia plena e imponer este modelo a otros pueblos es permanecer ajenos al evento de deconstrucción al que está sujeta esta democracia, como todo lo

demás. Este es el movimiento que Marcelo Moraes nos trae de manera tan relevante y rica en esta obra. Un libro que tiene el potencial de poner por escrito el compromiso académico y personal del autor con la deconstrucción de la colonialidad, que corresponde al cuestionamiento de las verdades instituidas, en favor de una apertura que se propone continua e indecible.

MARINAZIA CORDEIRO PINTO es profesora de la Secretaría Municipal de Río de Janeiro y de la Secretaría de Estado de Río de Janeiro. Es doctoranda del Programa de Posgrado en Educación de la UERJ y tiene una maestría en Literatura por la UFRRJ. Participa del grupo de investigación Currículo: asignaturas, conocimientos y cultura (CNPq). Actúa en el examen de preingreso comunitario registrado en la UERJ, con código PVC 21290. Es becaria de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Río de Janeiro (FAPERJ).

Correo electrónico: marinazia@gmail.com

RALED

VOL. 24(1) 2024



RESEÑA

RESENDE, Viviane de Melo; ARAÚJO, Carolina Lopes;
REGIS, Jaqueline Fiuza da S. 2022. *Discurso, política e
direitos: por uma análise do discurso comprometida*

240 págs. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
ISBN 978-65-5846-138-8

PEDRO FERNANDO DOS SANTOS

SEE/UNB
Brasil

OFÉLIA MARIA IMACULADA

UFV/UNB
Brasil

Recebido: 07 de maio de 2023 | Aceito: 08 maio de 2023

DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.206-210

No âmbito das complexas relações entre discurso, poder e sociedade situa-se a obra *Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida*, disponível em língua portuguesa, organizada por Viviane de Melo Rezende, Caroline Lopes Araújo Regis e Jaqueline Fiuza que traz um refinado esforço teórico e analítico aos estudos discursivos críticos com foco na política e no direito e em formas de abuso do poder que resultam em desigualdades e injustiças sociais. Viviane Resende, ao apresentar a obra, retoma o conceito de poder de Van Dijk (2008), ressaltando que o entendimento do poder como controle demanda um entendimento do funcionamento da linguagem na sociedade o que reforça a relevância dos estudos críticos do discurso e a necessidade de estudarmos os diferentes contextos de uso da linguagem e o modo como as relações de poder acontecem na linguagem para construirmos uma análise de discurso comprometida.

Resende expõe a nossa fragmentada e limitada capacidade de compreender a complexa relação linguagem-sociedade, especialmente no contexto da América Latina, devido a nossa deflagrada opção por modelos teórico-metodológicos ligados aos sentidos fundantes da colonialidade-modernidade. Para ela, como somos sujeitos, a partir de nossa humanidade – “corpo-mente-espírito”, devemos lidar com o entendimento desses conceitos também a partir de nós. Embora sejamos reféns das estruturas teóricas já postas, como a abordagem relacional (Fairclough 2010) e a abordagem sociocognitiva (Van Dijk 2008), diante dos desafios de nosso campo de estudo, buscamos, mesmo dentro dessas limitações, expandir o conhecimento do nosso contexto a partir do conhecimento dado. Esta obra é fruto desse esforço decolonial (Resende 2019) de expansão da Análise do Discurso, construído no interior da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e amadurecido ao longo dos eventos e expedientes acadêmicos das pesquisas realizadas em países da América Latina. A estrutura do livro consiste em sete capítulos escritos por especialistas dos diferentes campos dos estudos do discurso que trabalham com categorias como classe, raça e gênero em ambientes discursivos variados.

Maria Carmen Aires Gomes abre as discussões, em *Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual*, com a proposta de construção de novos arranjos epistêmicos a partir da Análise do Discurso Crítica (ADC) para a compreensão da comunicação em ambientes virtuais. Para isso, a autora propõe a criação da categoria “reações sociodiscursivas verbais” para análise de comentários reativos produzidos por leitores/as em ambientes de interação *on-line*. A articulação transdisciplinar de conceitos e fundamentos de campos de conhecimentos distintos permite compreender as demandas do *corpus* constituído de dados de pesquisa voltados a questões de gênero social. Assim, a autora vai trazendo teorias, matizes e dados que associam estudos comportamentais e atitudinais analisados a partir da sistematização léxico-gramatical sempre no sentido da expansão dos achados em relação às teorias existentes. Por fim, a autora apresenta a ideia de expansão da categoria, mas também apresenta alguns limites que existem justamente pelo fato das interconexões teóricas precisarem cada vez mais se tornar significativas, práticas, potentes, através de uma apropriação que não apresente lacunas nem fragilidades teóricas, porém não é ainda o ponto em que estamos.

No capítulo *Reflexões sobre a(s) política(s) habitacional(is) na CABA: uma aproximação da análise de discurso crítica*, Mariana Marchese traz um rico apanhado de seu profundo estudo sobre a situação habitacional na Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), apresenta brevemente as linhas gerais da análise, sua perspectiva e, um pouco do contexto legal das políticas habitacionais da CABA, limites e tensões ao seu redor. Para isso, ela vai analisar os “Discursos Legais” de 1997 a 2014 em que os problemas habitacionais são representados discursivamente e, através desses discurs-

so, são construídas políticas públicas. Partindo da tradição do campo da ADC, a autora situa as interfaces do método e de como se movimenta metodologicamente diante dos objetivos. O escrutínio do corpus é realizado pela eleição do Método de Análise Linguística Convergente (MALC) que se movimenta em fases e em espécies de métodos, como: *Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos*, *Teoria do Direcionamento de Informações* e *Teoria dos Processos e Papéis Temáticos*.

No processo analítico, estas categorias levam a autora a constatar que os problemas habitacionais na CABA são elevados a diferentes *status*, dependendo de qual ator os opera, até chegar a uma fase de propostas de soluções. Ela conclui que os problemas habitacionais da CABA tratados pelos sujeitos e representados nos textos se mostram em duas cadeias de ideias em que uma trata o problema como uma emergência e a outra como ausência de criatividade e ação política. É visível, na proposição das leis, a reprodução de um sistema de crenças e valores que mantém subalternizadas as pessoas em situação de rua.

O capítulo *Reflexões sobre a luta mobilizada do MNPR e sua relação com o Estado brasileiro: uma perspectiva discursivo-crítica localizada* também coloca em pauta o problema da população em situação de rua. O autor, Gersiney Santos, retoma a gênese desse problema, atrelando sua origem a uma condição estrutural mais profunda – a escravidão e o formato em que ela se deu no Brasil, partindo daí para o êxodo rural e a concentração de pessoas nos centros urbanos em busca de trabalho industrializado e o conseqüente desalojamento socioeconômico no País que gera um novo tipo de pobreza: as pessoas sem moradia. Ao tratar das pessoas em situação de rua, o autor toma como base o estudo do funcionamento da linguagem a partir do arcabouço da ADC, situando seu trabalho nos estudos discursivos latino-americanos como decisão política para a análise em questão. A discussão concentra-se na atuação do Movimento Nacional de Pessoas de Rua (MNPR) com o propósito de estudar o papel do discurso (representação) na ação política do movimento em relação com outras instituições como o Estado e a Igreja. A análise se dá a partir de um recorte da interação do autor com uma coordenadora do MNPR por meio do emprego de categorias analítico-discursiva que revelam representações do MNPR em relação a sua identidade, seu próprio discurso e função; em relação ao desenvolvimento de parcerias com o Estado, a Igreja e partidos políticos e em relação às contradições linguísticas incorporadas no discurso da coordenação. Esse estudo constrói relevante espaço de reflexão quanto à condição dos sujeitos do MNPR, fazendo da reflexão um ato de resistência.

As professoras Juliana Días e Gina Vieira, em *“Eu me sentia um professor”: reexistências decoloniais no âmbito do projeto Mulheres Inspiradoras*, retomam a experiência com o Projeto Mulheres Inspiradoras que propõe a discussão da interseção das categorias de classe-raça-gênero em práticas pedagógicas de letramento no contexto educacional. O projeto foi inicialmente desenvolvido com alunas e alunos periféricos da cidade de Ceilândia-DF, que alcançou resultados positivos na vida dos estudantes no que diz respeito à superação de visões estereotipadas enraizadas em suas práticas cotidianas e com isso, além de ser premiado, ganhou contornos de política pública. A centralidade do texto é dada pela narrativa da professora Gina Vieira que assume o protagonismo e reconstrói sua trajetória de vida como mulher, professora, negra e moradora da periferia até chegar à proposição do projeto Mulheres Inspiradoras. Esse projeto constitui uma ação que projeta mudanças nas vidas dos/as estudantes no sentido da promoção do empoderamento e da autoestima, além de levar à problematização de modelos de formação e fazer pedagógico por parte dos/as discentes envolvidos/as que têm contato com o projeto.

Em *Análise crítica do discurso e teorias jurídicas feministas: um olhar sobre a cidadania das mulheres*, Débora de Carvalho Figueiredo, a partir do cotejo entre teorias jurídicas feministas e os estudos críticos do discurso, toma como objeto o discurso Jurídico para discutir os entraves e os desafios para a cidadania das mulheres, especialmente em relação aos seus direitos sexuais e reprodutivos. A autora argumenta em torno da fragilidade do conceito de cidadania igualitária para homens e mulheres devido à constante necessidade de luta contra as desigualdades concretas experienciadas pelas mulheres na vida cotidiana. Para abordar as teorias jurídicas feministas, a autora passa pelos diversos estágios e tendências do movimento feminista e conclui que o feminismo pós-moderno é o que melhor aproxima as teorias feministas e o discurso. O discurso constrói nossas relações/ações, identidades e conhecimentos (Faiclough 2003), assim, as nossas identidades de gênero são construídas também nos eventos discursivos nas instituições jurídicas.

Para a autora, o grande desafio para a cidadania sexual e reprodutiva das mulheres reside nos discursos que sustentam as ações do Judiciário, pois partem da heterossexualidade como padrão, tem como cidadão prototípico o homem e entendem as mulheres como corpos reprodutores e como cuidadoras permanentes, sempre sujeitas às demandas de outros. Em uma discussão extremamente necessária diante dos frequentes questionamentos dos direitos das mulheres, a autora conclui que os direitos reprodutivos são componentes centrais e determinantes da cidadania das mulheres e incluem, além da liberdade de decidir se e quando ter filhos, também o acesso à educação sexual, ao planejamento familiar, aos métodos contraceptivos, apoio às grávidas e aos filhos pequenos.

No capítulo 6, *Discurso e direitos: por uma análise crítica do discurso jurídico em decisões judiciais*, Virginia Colares propõe um diálogo entre as Teorias do Processo e a ADC, buscando aprofundar o entendimento do uso da linguagem na construção do discurso jurídico. A autora entende que os textos produzidos em eventos do Judiciário são tanto efeito da estruturação social da linguagem quanto potencialmente transformadores dessas estruturas sociais (Fairclough 2003) e levanta a hipótese de que nesses textos ocorra um ocultamento ideológico que forja a ideia de que o discurso jurídico é neutro. A partir disso, a autora desenvolve a análise de um Acórdão relativo ao regime de bens do casamento, enfatizando os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1998), as formas de modalização da enunciação e do enunciado e os operadores argumentativos. A autora identifica o predomínio das estratégias de legitimação que asseguram que as relações de dominação sejam representadas como legítimas, com uso mais evidente da estratégia de racionalização, construída a partir da inserção de operadores argumentativos. O texto evidencia a importância da teorização do papel da linguagem na prática jurídica e no estudo do direito para problematizar a suposta neutralidade dos textos.

Lola Aronovich finaliza a obra, em *Análise do discurso de ódio contra uma blogueira*, com detalhado e necessário testemunho de sua própria experiência como criadora do blog *Escreva Lola Escreva (ELE)* e como vítima de misoginia virtual. Aronovich busca reconstruir a trajetória do blog, relatando os vários episódios de perseguição, ameaças e ataques misóginos sofridos desde 2008, ano de criação do blog, chamando a atenção para a reprodução no meio digital dos ataques e das violências vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos, sustentados em um discurso de ódio. A autora vivenciou uma escalada no teor de violência dos comentários em seu blog que de insultos e comentários de ódio tornaram-se ameaças explícitas, passíveis de consequências previstas em lei, realizadas por grupos que se organizam com a finalidade de criar fóruns e sites com teor explicitamente neonazista, pregando o extermínio de pardos e negros e o ódio a mulheres. O relato da auto-

ra revela uma luta incansável, desafiando as relações cruéis e violentas entre os grupos que praticam violência *on-line* e ela ainda chama a atenção para os desafios de desvendar qual a relação desses grupos com políticos de extrema direita, se são apenas simpatizantes ou se recebem patrocínio.

O modo como estes textos foram organizados evidencia um caminho significativo que se conecta por aproximações temáticas, contextuais ou por esforços teórico-metodológicos que visam compreender o funcionamento de eventos textuais particulares na singularidade e variedade de contextos em que se verifica abusos de poder e injustiças na América Latina. Nesse caminho, observa-se a preocupação em decolonizar os estudos discursivos na busca por categorias, problematizações teóricas e ações de resistência que, não só explicam os objetos discursivos que resultam das nossas conjunturas sociais, mas também buscam caminhos para superar situações de desigualdade e opressão em contextos como as escolas, os movimentos sociais, as instituições jurídicas e os espaços de interação virtual.

Diante da diversidade de textos a obra apresenta um escopo abrangente de potenciais leitores, desde linguistas, educadores, advogados e juristas interessados em estudos do discurso e combate às injustiças sociais em seus contextos de atuação, até estudantes e gestores públicos interessados em pesquisas consistentes para respaldar políticas públicas e ações nas instituições de ensino, nas instituições jurídicas e outras instituições públicas e privadas.

Referências bibliográficas

- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Londres; Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. 2010. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2. ed. New York: Longman.
- THOMPSON, J. B. 1998. *Ideología y Cultura moderna: Teoría Crítica social en la era de la comunicación de massas*. Coyoacas: Universidad Autónoma Metropolitana.
- RESENDE, V. D. M. 2019. Perspectivas Latino-Americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. D. M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes Editores, p. 19-46.
- VAN DIJK, T. A. 2008. *Discurso e poder*. Trad. J. Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto.

PEDRO FERNANDO DOS SANTOS doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), integrante do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso LabEC/UnB. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Letras-português pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). Professor de Língua Portuguesa na Educação Básica do Estado de Pernambuco.

Correo electrónico: pedrinho_quilombola@hotmail.com

OFÉLIA MARIA IMACULADA doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, integrante do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS – UnB) e mestra em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Professora de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp-COLUNI/UFV).

Correo electrónico: ofelia@ufv.br